



**António Sérgio
e a Escrita da
História**

Ensaísmo histórico,
economia política,
moral e epistemologia

João Príncipe

calei
dosc
ópio

**António Sérgio
e a Escrita da
História**

Ensaísmo histórico,
economia política,
moral e epistemologia

**António Sérgio
e a Escrita da
História**

Ensaísmo histórico,
economia política,
moral e epistemologia

João Príncipe



Título: António Sérgio e a escrita da história – Ensaísmo histórico, economia política, moral e epistemologia

Autor: João Príncipe

Conselho Editorial: Martha Cecilia Bustamante, Fernando Catroga, Norberto Cunha, Sérgio Campos Matos, Augusto Fitas

Design e Paginação: José Teixeira

ISBN: 978-989-658-723-9

DOI <http://doi.org/10.30618/978-989-658-723-9>

Produção: Colorize

Data de Publicação: 2023

Edição:



Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua Cidade de Nova Lisboa

Quinta da Fonte do Anjo n.º 1-A

1800-108 Lisboa

www.caleidoscopio.pt / caleidoscopio@caleidoscopio.pt

Tel.: [+351] 219 817 960 / fax.: [+351] 219 817 955

A presente edição respeitou a norma ortográfica adotada por cada um dos autores



[PT] O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.

SUMÁRIO

Nota biográfica	7
Introdução	9
Em torno da decadência	21
A reflexão espanhola sobre a decadência ibérica	25
Primeiras leituras: a natureza e função da história	35
Herculano: Uma Idade Média com futuro, municipalismo e liberalismo	39
Antero e as Causas da decadência dos povos peninsulares	45
Martins: evolucionismo e decadência ibérica	52
A decadência revisitada: o parasitismo ibérico e alguns colegas brasileiros	61
As considerações histórico-pedagógicas de 1915	91
Para além da decadência	97
Fixação versus transporte	98
O pensamento económico de Oliveira Martins	101
Adam Smith e a origem ideacional das ‘duas políticas nacionais’	105
Adam Smith e as causas da riqueza e pobreza das nações	109
A aplicabilidade da distinção transporte-fixação	114
Cultura, classes sociais, revolução	116
O experimentalismo português como prenúncio da grande revolução intelectual-científica	122
A reflexão sobre a história em tempo de ditadura	129
Aquilo de que Alfredo Pimenta não gostou	129
Dewey e Sérgio: a história como instrumento da democracia	133
Hipóteses e síntese histórica: a epistemologia não positivista e Henri Berr	136
Conclusão	143
Bibliografia	149

Este livro é dedicado ao mar, princípio da nossa história.

“Sinto-me bem no mar pois o mar para mim é um meio mais simples, mais agradável, mais limpo do que qualquer outro, gosto das viagens no mar”.

António Sérgio 1959, da entrevista a Igrejas Caeiro,
cerca do minuto 27’

Introdução

Hoje António Sérgio (1883-1969) é um pensador muito menos presente na opinião pública do que há trinta anos atrás. Para além da renovação geracional e das problemáticas contemporâneas, é provável que o tempo dos intelectuais e dos *maîtres à penser* tenha desaparecido no meio da sociedade do espectáculo, do domínio do entretenimento difundido até à saturação pelos meios e redes de comunicação social, da geral confusão das hierarquias, da suspeita em relação à ideia de alta cultura, da aceleração geral dos processos tecnológicos que condicionam a nossa vida colectiva, da exposição ao sublime tecnológico que nos sugere a superação de todo o passado e uma impressão da inutilidade ou do fim da história¹.

No entanto, nenhuma época tem sido fácil para os existentes que reflectem filosoficamente, acreditando na interioridade e imanência dos valores veritativos, e, portanto, eminentemente éticos, e que sentem a necessidade de intervir na sociedade, a partir de uma ideia de consciência, na qual luz algo de, paradoxalmente, trans-histórico (que Sérgio encontrava num Sócrates ou num Cristo), e que visa actuar, ou melhor interagir com o existente de modo a orientar o fluir histórico, isto é, o dos acontecimentos humanos. Cremos que essa atitude crítica, de cepa iluminista, tem ainda valor para a continuidade e para o sentido da existência da nossa espécie ingénuo, o *homo credulus* de Léon Brunschvicg, que se supõe instalada no Antropoceno da história natural.

Este trabalho é de história das ideias, reconstruindo e dilucidando uma arquitectura de ideias, inquirindo da genealogia e ressonância de ideias, situando-as numa malha interautoral e no contexto sócio-político intelectual em que Sérgio viveu, e onde antagonismos dão sentido à intervenção cívico-intelectual.

É provável que o ideal de neutralidade axiológica deva presidir às inquirições e que este trabalho peque pela empatia com que encaramos Sérgio; no entanto, confesso que essa empatia tem sido uma motivação forte para o processo de escavação, algo detectivesco, que busca reconstituir essa arquitetura de ideias onde as ressonâncias e inspirações vão tornando mais claro o horizonte de ideias de António Sérgio, ao estabelecer a genealogia, inscrevendo-o numa malha interautoral relativa às ideias dilucidadas; de alguma forma, neste desvelar, Sérgio torna-se um autor menos original, ao generalizar-se às ideias o que ele disse dos factos:

¹ Usaremos a convenção: AS – António Sérgio. Em geral, citaremos a partir da edição da editora Sá da Costa das Obras de António Sérgio.

«Neste livrinho (a *Interpretação*), os factos históricos são como as pérolas para quem se deu ao trabalho de as ensartar: tirei-os dos cronistas, dos historiadores, dos documentos publicados, dos eruditos; o próprio da minha obra é o fio de ideias que os seleccionou, que os ligou, que os ordenou em determinado sistema; em resumo: numa interpretação da história do nosso país» (Sérgio 1972: 1).

E ao tornar-se menos original torna-se, espero, mais interessante pelo modo criativo como leu, assimilou e pensou, inscrevendo-se assim numa constelação de pensadores cosmopolitas, valorizadora do racionalismo e de uma perspectiva cívica da noção de intelectual, cujo criticismo é melhorista, oposto aos fatalismos e que vê na história uma função social.

O leitor de Sérgio, em particular o seu contemporâneo, não podia deixar de se aperceber do acentuado pendor crítico, em favor de valores racionalistas que enaltecem o raciocínio claro e lógico, capaz de denunciar contradições como fonte de situações problemáticas que exigem para a sua resolução a harmonização ideal do conflito, com mudanças que eliminam o negativo da contradição em busca de um melhoramento, que é sobretudo espiritual mas que muitas vezes exige o melhoramento material, capaz de gerar as condições de dignidade que podem fazer dos indivíduos pessoas (no sentido kantiano). A globalidade do pensamento de Sérgio, na linha de um Herculano e de um Antero, aponta no sentido de que a história serve para nos livrar dela própria, isto é, da sua fatalidade. E, de facto, toda a obra historiográfica de Sérgio aponta numa direcção demopédica, a de contribuir para a mudança de mentalidades, de acordo com um modelo aberto de sociedade constituída por pessoas autónomas e movidas por valores altruístas, sob um ideal de socialismo ético. Isto foi bem entendido pelos seus oponentes que defendiam modelos mais tradicionalistas (dos integralistas aos defensores do Estado Novo) ou que acreditavam numa outra solução revolucionária organicista, com sujeição do indivíduo ao colectivo, cuja força necessitava daquela organização capaz de produzir a sociedade sem classes por via da ditadura do proletariado.

Sérgio desenvolveu um ensaísmo de ‘risco’, nos planos cívico, pessoal e intelectual. No quadro da institucionalização académica do fazer história isso conduziu a uma sua clara ultrapassagem, em vários aspectos²: nos métodos – o que inclui um grande cuidado com as fontes, e no campo dos valores epistémicos, um escrúpulo maior com a neutralidade axiológica; no aperfeiçoamento da tópica – por exemplo na ultrapassagem da ‘simplicidade’ associada

² Mesmo se há uma perda no que toca à integr(al)idade da figura do intelectual, uma vez que os actuais académicos são, em geral, funcionários ou empregados tendencialmente mais dóceis que o *free lancer* que Sérgio foi e vêm vivendo num tempo cada vez mais dominado pela especialização, pela operacionalidade do ‘publish or perish’ e pelo controle burocrático (uma das formas mais eficientes de opressão).

a um questionamento essencialmente global que vê ‘Portugal como um problema’, de que o ensaio de Antero sobre *As causas da decadência* é um notável exemplo, e de que ‘As duas políticas nacionais’ de Sérgio é outro; entre os primeiros exemplos desse aperfeiçoamento, no que toca à história económica, contam-se os trabalhos de Magalhães Godinho sobre preços e moedas, os de Borges de Macedo sobre o século XVIII e os de Miriam Halpern Pereira sobre o século XIX, –aperfeiçoamento que se deve, em parte, a um redireccionar menos holístico das problemáticas, com um uso mais parcimonioso do raciocínio contra-factual (ferramenta natural na perspectiva ideal de Sérgio, que ao gerar tipos puros, por síntese de aspectos harmónicos ou coerentes, permite, além de juízos morais, formular também uma heurística, valorizadora do papel das hipóteses, ver a terceira parte deste trabalho) e com a desconexão entre os diversos níveis ou aspectos da actividade das pessoas em sociedade: por exemplo, durante o século XVIII o nosso Antigo Regime terá promovido um avanço económico no meio de um quadro político e mental que restringe as liberdades e não cuida do desenvolvimento científico e filosófico, colocando-se de lado as implícitas vantagens globais do ‘humanismo científico’, concepção ideal de que Sérgio fala, como possibilidade do nosso Renascimento, se....

A desconfiança em relação ao holismo sergiano resulta decerto, em parte significativa, da sua inoperacionalidade e do desigual tratamento das três épocas que considerou. A institucionalização académica, que decerto Sérgio desejava, e o facto de ele ter sido muito lido por vários dos mais distintos historiadores das novas gerações, levaram a uma crítica minuciosa dos seus textos, conduzindo à falsação (no sentido popperiano, a qual era desejada explicitamente por Sérgio – ‘démolissez-moi’) ou à denúncia da imperfeição ou sem-sentido de grandes generalizações.

Consideremos agora o que nos parece um aspecto essencial da produção historiográfica sergiana. O leitor contemporâneo de Sérgio, e o censor muito em particular, reparou no enaltecimento de uma sucessão de vozes críticas (em geral do lado dos derrotados, estrangeirados ou ‘inadaptados’ que defendiam um sã equilíbrio económico que cuidasse do desenvolvimento da metrópole, por via de estruturas produtivas, agrícolas e de manufactura, bem como de uma mentalidade cosmopolita compatível com a expansão, esta correspondendo a uma fatalidade no quadro do desenvolvimento da economia mundial, capitalista) que Sérgio mobiliza. Para ilustrar esse pendor criticista, consideremos a *Breve Interpretação da História de Portugal* (1929/1972) que é a única obra de síntese que Sérgio pôde produzir sobre a nossa história, dado o malogrado

projecto iniciado em 1941 e que levou à rápida apreensão do primeiro e único volume da sua *História de Portugal*³.

Começamos por listar muitas das vozes críticas mobilizadas por Sérgio: A oposição de D. Pedro à segunda expedição a Marrocos proposta por D. Henrique, pois «tal política de D. Henrique, excessivamente comercial ou de transporte, em prejuízo da produção, parecia trocar ‘um boa capa por um mau capelo’», traduzindo a precocidade do criticismo do nosso projecto de expansão, que visou desde cedo a Índia das especiarias (49); Camões pela voz do Velho do Restelo (87), Sá de Miranda nos seus versos (95), D. Martinho de Portugal que se opõe à vontade de D. João III de instalar a Inquisição (98), Duarte Gomes Solis que em meados do sec. XVII denuncia a decadência peninsular (99); D. Luís da Cunha que denuncia ao príncipe D. José os efeitos perniciosos na economia devido à expulsão dos judeus (99); Fernão Mendes Pinto na sua obra *Peregrinação* (100), o Padre António Vieira, que denuncia a cobiça e tenta proteger os nativos no Brasil (118); os doutrinários do pensamento económico crítico do monopolismo régio, do abandono da colonização do sul do país e defensores da produção na metrópole – Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo, Ericeira, Alexandre de Gusmão, D. Luís da Cunha e os economistas da Academia da transição entre os séculos XVIII-XIX (116, 126); Luís Verney e os estrangeirados favoráveis às reformas no ensino e das mentalidades «que saíram do país para a Europa culta» e que «tiveram ensejo de medir os efeitos da Contra-reforma e do parasitismo sobre as colónias em toda a vida metropolitana» (121-123, 141); aqueles que tentaram a reforma dos estudos na sequência da expulsão dos jesuítas, casos de Ribeiro Sanches e de Cenáculo (125); Herculano e Antero, descritos como inadaptados: «Herculano foi o homem representativo dessa atitude de protesto contra a adaptação do liberalismo à estrutura comunitária, e contra a oligarquia dos Barões» (141); a tentativa de reformas por Mouzinho da Silveira (134-135).

Sérgio, sempre que pode, enaltece as contribuições para o desenvolvimento intelectual, numa perspectiva cosmopolita e iluminista, que vê na revolução intelectual (onde se destaca a emergência da filosofia moderna, a de Descartes, Espinosa, Kant, etc.) e científica dos séculos XVII-XVIII um marco para a humanidade, e vê no Portugal das Navegações um prenúncio desse movimento

³ Entre parentesis, indica-se a página da edição moderna da Sá da Costa de (Sérgio 1929/1972). Recorde-se que o *Bosquejo* de 1923, que se assemelha à ‘Introdução histórica’ do *Guia de Portugal*, foi logo traduzido em alemão e em inglês, e que uma sua versão ampliada, sobretudo por considerações de filosofia da história, foi publicada em castelhano pela editora Labor em 1929 (a segunda edição espanhola foi retirada do mercado, por exigência de Sérgio, por ter sido alvo de mutilações e deturpações, no quadro do regime franquista); a edição portuguesa, a *Breve interpretação da História de Portugal* é de 1972, com muitas reedições.

(já Antero havia elogiado a Idade Média peninsular com especial relevo para o Al-Andaluz) : na primeira época ‘incorporação e organização da metrópole’, destaca «D. Diniz, rei sábio e poeta, grande administrador e fundador da universidade» (22); no quadro da segunda época ‘Expansão marítima e colonial’ refere que «D. Henrique reúne em torno de si os estudos geográficos, comerciais, astronómicos» (41); e valoriza «O humanismo científico português da época dos descobrimentos» (84-93); no quadro da terceira época, ‘Tentativas de remodelação metropolitana’, destaca «Herculano que com a sua *História* e os seus *Opúsculos*, dera a Portugal uma literatura crítica, uma literatura de pensamento» (142); e também, descrevendo assim a sua linhagem, refere as Conferências do Casino, ocorridas em 1871, onde Antero leu as suas *Causas da decadência dos povos peninsulares*, correspondendo tal à emergência de uma geração que dá um «impulso para o prosseguimento na revolução crítica de Herculano» (142); elogia pois o Terceiro Romantismo cujos três «escritores de primeira grandeza» são Antero, Eça de Queirós e Oliveira Martins (142).

O seu criticismo adquire contornos francamente judicativos quando denuncia antinomias, erros, vícios, e contradições que, na linguagem de Herculano e de Antero, favoreceram a decadência. Eis uma lista exemplificativa: o excesso de funcionalismo judicial que se segue à revolução burguesa de 1383-85, denunciado por Faria e Sousa no século XVII (40); a preponderância da política de transporte sobre a de fixação – «toda a Riqueza do Oriente passava apenas por Portugal, e ia fomentar o trabalho estrangeiro, que nos fornecia todas as coisas» (96), aspecto que atravessa as segunda e terceira épocas, com breves e falhados interregnos, um dos quais é o das tentativas de Pombal de fomento da manufactura, cf. (27-29, 34-35, 71-73, 95-96, 99, 113-116, 135, 138); a vitória da política de conquista de Afonso de Albuquerque sobre a de D. Francisco de Almeida, que defendia o comércio sem conquista em profundidade, no que diz respeito à organização do comércio do Oriente no século XVI (66, 73); as consequências (descritas como atraso, decadência, dependência) da «coincidência ilógica de uma grande preponderância da actividade comercial-marítima e do acanhado absolutismo de uma monarquia fanática» que acompanha a Contra-Reforma (35); a tendência para o comunitarismo de Estado, isto é, a mentalidade associada ao facto de ser o «Poder Central o dispensador de todos os bens» (95, 114, 118, 132, 136); o sebastianismo (105); a perseguição e expulsão dos judeus e a instalação da Inquisição que «suprimiu a possibilidade de um pensamento criador, destruindo pois os germes do humanismo científico da grande época dos Descobrimientos» (99); o fanatismo religioso e missionário quando este «seria mais lógico e mais preciso junto dos próprios europeus» (100) o episódio breve da presença de «humanistas eminentes» vindos do estrangeiro no Colégio das Artes em Coimbra em meados do século XVI,

em que «causas teológico-políticas», opostas ao desenvolvimento do espírito crítico, fizeram fracassar esse ensino (101); o monopólio do comércio por parte da coroa face à organização do comércio pelos ingleses e holandeses que nos sucederam no Oriente (106-107); a dependência da nossa economia pós-Restauroação, de que o tratado de Methuen é símbolo – «Era a indústria dos estrangeiros que aproveitava sobretudo das nossas riquezas coloniais, que apenas transitavam pela metrópole, mantendo nela o comunitarismo de Estado» (113-116); a cobiça e o luxo que acompanham a exploração das minas do Brasil no tempo de D. João V: «As minas desorganizaram a economia do Brasil, como previra António Vieira» (117-119); a dificuldade de implantação dos valores do liberalismo e a sua real e concreta adaptação ao comunitarismo tradicional, na sequência da independência do Brasil (136-140); o fontismo e o seu «regresso à política de transporte», com a construção dos caminhos de ferro e grande endividamento quer por empréstimos quer por desequilíbrio da balança comercial (138).

Uma síntese desta ordem merece ampla crítica, naturalmente. O seu pendor racionalista, ao estabelecer um fio unificador a partir de problemáticas claras (associadas, por um lado, a uma crítica económica atenta à circulação como factor do desenvolvimento do capitalismo e inspirada, como veremos, de uma certa visão da economia política de Adam Smith, e também de Proudhon e de Marx; por outro a uma ideia de que o progresso espiritual e moral anda associado aos valores iluministas da dignidade humana e do progresso científico-tecnológico orientado por valores humanísticos, sob a égide de um ideal unificador da razão, com primado explícito da razão prática), problemáticas que supõem uma certa evolução ideal como critério contra-factual, ignora a especificidade histórica das configurações e personalidades históricas. Por exemplo, António José Saraiva, no seu estudo sobre Herculano de 1949, veio complexificar a personalidade do solitário de Vale de Lobos, mostrando o seu tradicionalismo, que não é de fácil harmonização com o kantista de que Martins fala em *O Portugal Contemporâneo*. Como outro exemplo, a hegemonia da Política de Transporte esconde a transição entre o cavaleiro-mercador, imbuído de valores ‘religiosos’ e ‘guerreiros’ com um sistema de valores diverso do que virá a ser o mercador-burguês, no qual a racionalidade económica (a pura busca do lucro) predomina. É provável que o seu ideal de ‘humanismo científico’ renunciado pelo nosso Renascimento, fosse uma idealização sem suporte empírico, até porque os humanistas e os sábios das navegações, à excepção do seu canto do cisne, João de Castro, estariam de costas voltadas. Também será por certo justo dizer que o que Sérgio escreveu na *Breve Interpretação*, sobre o século XIX, nem sequer faz jus ao facto de ele ser um grande leitor de Oliveira Martins (de que adopta a insistência no comunitarismo de Estado),

o qual, nos seus escritos económicos, insiste nos erros pela adopção ingénua do livre-cambismo em desfavor de medidas protecionistas que o Estado devia aplicar (pautas aduaneiras, fomento da agricultura e da indústria). E, decerto, mais reproches seriam lícitas, fazendo pois de Sérgio um filósofo que escreveu sobre a história, uma figura avançada mas do seu tempo, que é o do início do século XX europeu.

Sérgio foi muito lido pelos historiadores e sociólogos portugueses que lhe sucederam, o que o torna um pensador fundamental para a historiografia portuguesa do século XX. As suas interpretações que valorizam a interação entre as mentalidades e os aspectos económicos, continuando o esforço daquele Oliveira Martins que escreveu na sua obra *O Regime das Riquezas*, «Dos inúmeros motivos que têm provocado guerras, o comércio é talvez o mais eminente. Foi o motivo das nossas grandes empresas militares no oriente» (Martins 1883/1917: 91), foram seminais para uma linhagem de história sócio-económica inspirada naquela economia política que tematiza as noções de trabalho e de circulação (e crescimento) da riqueza e do capital e para a qual as obras de Adam Smith, de Proudhon e de Karl Marx são incontornáveis. Se, do lado da Direita política nacionalista, Sérgio foi sempre muito combatido até 1974, invocando o seu kantismo cosmopolita e a sua linhagem de materialismo histórico, esta já patente no ensaio sobre a Conquista de Ceuta (1920), do outro lado, o da intelligentsia que durante a oposição ao Estado Novo se reclamou marxista ou próxima do materialismo histórico, ele foi lido amiúde com simpatia, como se nota, por exemplo, na leitura da crise de 1383-85 feita por Borges Coelho; aliás, o seu racionalismo crítico sente-se também nos sectores da esquerda, como se percebe na leitura de Antero feita por Óscar Lopes.

Mas a sua inspiração é particularmente clara entre aqueles portugueses que seguiram a Escola dos Annales, casos de Victorino Magalhães Godinho, muito próximo do racionalismo epistemológico sergiano, ou de Barradas de Carvalho, que se vai destacar pela sua compreensão do experimentalismo renascentista português⁴. Poder-se-ia também falar da sua influência sobre a Sociologia, mencionando autores que se formaram num quadro onde o marxismo foi decisivo, casos de Manuel Villaverde Cabral ou Miriam Halpern Pereira ou daquele que, enquanto estrangeirado, acabou por mais cabalmente colher a inspiração do racionalismo aberto de Sérgio – Hermínio Martins. Também entre os investigadores mais à direita no espectro político se percebe a necessidade de se colocarem face a Sérgio, casos de Borges de Macedo, Vasco Pulido Valente ou, mais recentemente, de Rui Ramos. Do ponto de vista da presença e

⁴ A relevância dos ensaios historiográficos de AS sobre a Expansão, escritos durante a Primeira República, é objecto do cuidado texto de 1961, 'O problema das origens na historiografia portuguesa', capítulo II de (Godinho 2007: 53-67).

ascendente no meio intelectual português, Sérgio permaneceu em alta posição pelo menos até aos anos de 1980; o centenário do seu nascimento foi pretexto de amplas comemorações (que incluíram a emissão de uma nota de cinco mil escudos com a esfinge deste grande crítico do capitalismo financeiro, que designava por 'Alta Ganância').

Consideremos um exemplo ilustrativo dessa presença no seio da comunidade dos historiadores portugueses. Em 1989, seis anos após o centenário do nascimento de Sérgio, a historiadora Maria de Fátima Bonifácio (nascida em 1948) publicou o texto 'António Sérgio: o historiador comprometido', no qual visa explicar a relevância social do trabalho historiográfico de Sérgio, cujo detalhe e teses julga em geral sujeitos a profundas revisões⁵. A historiadora insere o labor historiográfico de Sérgio no quadro de uma problemática oitocentista, assente na dicotomia decadência versus regeneração, cara à geração de 1870 (onde se destacam Antero de Quental e Oliveira Martins), típica de um pensamento inspirado por analogias biológicas e pelo evolucionismo de cunho hegeliano. Para a historiadora, Sérgio ultrapassou a problemática da 'Decadência' com a sua proposta dicotómica das duas políticas nacionais, Transporte/Fixação: enquanto aquela foi interiorizada como fatalismo, «como dado elementar da autoconsciência nacional» no nosso século XIX, a sua análise traz, por via do seu racionalismo melhorista, a 'Decadência' para a «ordem objectiva dos fenómenos inteligíveis e, como tal, domáveis pela vontade humana»; ao aliar «o apego escrupuloso aos 'factos' à hipervalorização do intelecto» restaura «a confiança na capacidade dos homens, origem de todas as coisas, inclusive ou sobretudo do seu próprio destino que por isso deixa de apresentar-se como uma fatalidade inelutável». Daí, e da prática demopédica de Sérgio, argumenta que «A história é para Sérgio um guia para a acção política (...) deve pois ser encarada, no contexto de toda a sua obra (...) como uma preliminar ou uma faceta da sua intervenção pedagógica e política»; mas isso reconhecendo «nos ensaios históricos de Sérgio qualidades intrínsecas, e entre elas o esforço de globalização patente na proposta duma interpretação 'geral' da história de Portugal»; essa qualidade do esforço interpretativo de Sérgio, que, para nós, capta das ideias evolucionistas um princípio geral de continuidade,

⁵ O topos dos erros do ensaísmo histórico sergiano é comum entre os censores e críticos não empáticos (o qual acompanha Sérgio desde o fim da República, com os ataques dos integralistas que o acusam de desprezar o passado, até a autores post-modernistas de inspiração foucaultiana sempre desconfiados do princípio da continuidade e da ideia de universalidade); p. ex., a sugestão de que Sérgio era um amador que carecia do rigor exigido a estudos académicos, ignorando o trabalho de investigação das fontes, desconhecendo a literatura historiográfica mais actual, encontra-se no livro do geógrafo Orlando Ribeiro (Ribeiro 1977). No entanto, muitos dessas (des)apreciações (que em geral ignoram o arcaboço intelectual e esquecem as reflexões epistemológicas de Sérgio sobre o carácter hipotético do pensamento histórico, que tratamos na parte final deste trabalho) resultam em boa parte do real ascendente que Sérgio tinha.

de busca das grandes linhas, tem como exemplo máximo a perspectiva de que «os Descobrimientos, diverso de uma ruptura ou dum começo, são a lógica consequência da formação da nacionalidade e esta, por sua vez, um produto de determinado contexto europeu, o qual, valorizando a situação dos nossos portos, proporcionou aos indígenas do litoral peninsular um modo de vida independente»; a autora reconhece também que Sérgio não isola o método do conhecimento histórico daquele mais geral dos saberes científicos – «António Sérgio surge a defender que o conhecimento histórico não escapa às leis do conhecimento em geral, ou seja, o que o valida é a ‘harmonia progressiva das ideias’, e não o acordo com as coisas, uma vez que estas são já um produto ou criação da ‘autonomia construtiva do intelecto’» (Bonifácio 1989: 131-132, 134, 135). Não há dúvida de que a herança sergiana é visível nesta leitura de 1989, que captou aspectos essenciais do ensaísmo histórico de Sérgio, os quais estudaremos no presente livro⁶.

Como veremos mais em detalhe, os ensaios de António Sérgio propõem uma história escrita por um cidadão-filósofo, crítica das perspectivas nacionalistas e da história erudita que sacraliza os factos e deprecia as hipóteses teóricas, e que na sua busca de uma história humana universal vê na compreensão da relevância das relações económico-sociais uma faceta fundamental. Neste estudo revisitaremos a obra historiográfica de António Sérgio considerando aspectos essenciais da mesma: por um lado, o seu carácter ensaístico, com a proposta de teses fortes sobre a interpretação da história de Portugal, a contra-corrente das interpretações românticas e nacionalistas, centradas ora nos argumentos racionais, ora nos feitos de ‘grandes homens’, em geral movidos por ‘elevados’ ideais (expansão da fé, patriotismo, etc.) valorizadores de uma memória ancestral e de tradições a respeitar. Sérgio preferiu valorizar a significação cosmopolita da nossa história, os factores sócio-económicos (em particular os ligados à circulação geral da riqueza e do desenvolvimento do capitalismo), a dialéctica entre economia e psicologia social (a tese do parasitismo social e da mentalidade conservadora a ele associada), as lutas de classes, as revoluções e os bloqueios, os avanços da alta cultura (nas artes e nos saberes científicos e técnicos), mantendo a atenção crítica da geração de 1870 em relação à decadência pós-Navegações. Isso, e o seu posicionamento cívico-intelectual, de socialismo

⁶ Fátima Bonifácio tem como um dos propósitos deste artigo mostrar que «as categorias com que Sérgio opera são, de facto, totalmente alheias ao materialismo histórico», aspecto que condiciona a sua argumentação, que insiste bastante no papel de condução, sobre o império da Razão, a desempenhar por boas elites (Bonifácio 1989: 138, 141). No entanto, como mostrarei, a influência marxista é afirmada pelo próprio Sérgio quando fala das suas primeiras teses historiográficas, publicadas em 1915. O que significa que a recepção de Sérgio, como a recepção em geral (que não dá primazia à hermenêutica), é feita a partir das orientações e problemáticas dos leitores, que se apropriam de modo particular e específico na sua leitura de um autor. Um caso paradigmático disto é entre nós o do historiador Rui Ramos, nas suas apropriações sergianas.

ético, valeram-lhe ataques sucessivos, onde se destacam, no que à história diz respeito, os vindos da extrema-direita – dos integralistas durante a Primeira República, com o seu nacionalismo avesso ao universalismo kantiano e tingido de saudosismo e sebastianismo, e, depois, dos intelectuais partidários do Corporativismo e do Estado Novo, com a sua rejeição de qualquer perspectiva de história económica que criticasse a tradição da desigualdade e o nacionalismo.

Desde a década de 1910, tempo em que integrou o movimento cívico-cultural da Renascença Portuguesa, António Sérgio foi-se afirmando como polímata e intelectual civicamente empenhado, vindo a derivar de um liberalismo à Herculano até um socialismo democrático, muito inspirado por Antero de Quental e, portanto, por Proudhon. A partir dos anos de 1920, Sérgio integra o movimento cívico-intelectual da Seara Nova, junto com Raúl Proença, Jaime Cortesão e muitos outros intelectuais democratas, de feição racionalista, que, criticando a República, denunciaram também as ameaças que pairavam sobre a democracia, nomeadamente as de extrema-direita, campo onde pontificavam os integralistas (como Martinho Nobre de Mello com quem trava polémica em 1926). Enquanto membro do grupo da Biblioteca Nacional e ministro saireiro (1923), Sérgio parecia destinado a desempenhar um importante papel no desenvolvimento das ciências sociais num Portugal republicano; como é sabido o seu amigo Jaime Cortesão, que dirigia então a Biblioteca Nacional (1919-1927), veio a tornar-se um distinto e prolífico historiador que subscreveu, e criticou, muitas das teses de Sérgio, sendo por vezes difícil descortinar o papel de cada um (dado o diálogo que mantiveram)⁷. Mas em 1926, o projecto intelectual comum desse grupo viu-se institucionalmente desapoiado; com o golpe militar que pôs fim à República, Sérgio partiu para o exílio, donde voltou em 1933, para iniciar um firme percurso demopédico de clerc (Benda), marcado pela oposição ao Estado Novo, pela aposta no Cooperativismo e pela análise histórico-sociológica⁸.

Durante a Primeira República, Sérgio escreveu sobretudo sobre pedagogia, sendo um adepto do movimento da Escola Nova (cujas ideias estudou em Genebra junto de Edouard Claparède no Instituto J.-J. Rousseau), e sobre a história de Portugal. Nesta vertente, inspirou-se numa linhagem de autores portugueses onde sobressaem Fernão Lopes, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Antero de Quental, Gama Barros, etc., e em muitos autores estrangeiros (sobretudo espanhóis, brasileiros, franceses, alemães, ingleses e norte-americanos); é

⁷ Sobre o diálogo Sérgio-Cortesão, cujo início estudaremos mais à frente, cf. Magalhães Godinho in (Cortesão 1930/1966: XXII).

⁸ Sérgio desejou ter uma carreira académica como a do seu amigo Joaquim de Carvalho, mas dada a situação da universidade e a sua posição cívica tal foi-lhe vedado, cf. (Garrido 2008: 133-135) e o livro (Torgal 1999).

de destacar a presença tutelar de Herculano, Antero e Martins – Sérgio dialoga criticamente com eles, peneirando escrupulosamente as suas teses. Durante o Estado Novo continuou a escrever sobre história, publicando na medida em que a censura o permitia, o que significa que a sua obra ficou decerto aquém das suas possibilidades e interesses intelectuais, mantendo, no entanto, o rumo e linhas mestras dos trabalhos publicados durante a Primeira República.

Neste livro revisitaremos as suas interpretações da história de Portugal, dando exemplos de grandes teses (as causas da decadência nacional, as duas políticas nacionais, a revolução burguesa de 1383-85, o experimentalismo associado aos saberes desenvolvidos no quadro das navegações), inserindo-o numa linhagem de pensamento histórico que inclui Herculano, Antero e Martins, os leitores destes além-Atlântico, e num contexto internacional que vê emergir uma história social e económica que se opõe à tradição alemã que valoriza o papel progressivo do Estado, a história das mentalidades e dos saberes científicos e técnicos e as discussões sobre a natureza dos saberes sociais (orientadas por preocupações epistemológicas e filosóficas no sentido geral). Estudaremos, pensando em ilustrar os ataques ao historiador-cidadão que se afirma um pensador neo-kantiano, também as polémicas com intelectuais anti-democratas, caso do historiador Alfredo Pimenta (1941). Nesta polémica, que ocorre logo após a apreensão do primeiro volume do projecto sergiano de uma História de Portugal em nove tomos (1941), mostra-se como Alfredo Pimenta, com o apoio de Salazar, atacou essa publicação e como Sérgio respondeu a Pimenta com aprofundadas reflexões sobre a epistemologia da História, mostrando como o papel da interpretação é fundamental, geminando a história com os outros saberes, sob um ideal científico totalizante e transdisciplinar. Essas reflexões são integradas no todo da obra do autor, mostrando a inspiração recolhida nas obras de John Dewey (função da história), de Henri Berr (síntese científica) e de alguns historiadores e filósofos do virar do século.

Sérgio foi adepto do ideal de uma história universal, mas reconheceu a influência limitadora do posicionamento cultural-político do historiador, tópicos em que é devedor de historiografia do século XIX. Tendo, nos anos de 1910, estudado pedagogia em Genebra onde John Dewey era um dos filósofos e pensadores da Educação mais estimados, Sérgio ficou em sintonia com Dewey, afirmando o valor da história como veículo para o progresso social. O seu exílio parisiense (1926-1933) inseriu-o num meio racionalista onde um vivo associativismo tinha forte expressão académica. O seu amigo Paul Langevin (1872-1946) era figura central de várias dessas associações, entre as quais o Centre International de Synthèse fundado por Henri Berr em 1925, grupo que reunia uma elite de homens de ciência em torno de uma visão transdisciplinar, na qual a síntese dos conhecimentos humanos, que afirmava um ideal

de cientificidade alargado e unitário, atribuía à história e à psicologia um papel central. De facto, Sérgio, desde a sua estadia em Paris, elaborou um conjunto de reflexões epistemológicas sobre a significação, método e limites do exercício da história, que se assemelham às da proposta de racionalismo aberto de Henri Berr⁹.

A revisitação dos grandes autores do passado, para além de permitir situar um autor no ‘seu tempo’ e contexto, levanta o véu sobre relações de ideias que permanecem veladas aos olhos do presente, por terem caído no esquecimento ou nunca terem sido clarificadas por análise do percurso e fusão de ideias através de redes inter-autorais, tendo além disso valor exemplar. A fusão sergiana de heurística, hermenêutica e filosofia da história com preocupações práticas ou morais é muito rara, e geradora de questões interessantes, de longo alcance e não todas resolvidas – é o caso, provavelmente da história económica da nossa Idade Média, que em Sérgio, por inspiração martiniana, é decisiva para explicar a formação de Portugal e a continuidade do comércio marítimo de longa distância; cf. por ex. (Duarte 2005). Convém também considerar a auto-estima colectiva; enquanto na vizinha Espanha, e não só, Ortega continua sendo lido e estudado com muita atenção, em Portugal há como que um silenciamento dos grandes pensadores portugueses (não literatos) de um passado próximo, em parte devido à nossa dimensão, que, no entanto, é maior que a da Atenas de Péricles.

Para terminar, note-se que a importância de Sérgio está para além do nosso rectângulo, outrora cabeça do mundo, até pela outra orientação das cartas. No Brasil a sua importância foi assinalável, primeiro porque Sérgio interagiu desde a década de 1910 com intelectuais brasileiros com quem partilhava uma visão crítica do colonialismo português; é conhecida a sua amizade com Gilberto Freire e a sua presença inspiradora nos trabalhos do distinto intelectual e historiador económico Celso Furtado, o autor do célebre livro *A Formação económica do Brasil* (saudado por Braudel) e que tematizou o subdesenvolvimento como intrínseco ao sistema capitalista¹⁰.

⁹ A observar por obras recentes sobre a história das epistemologias da história, Berr e Dewey não integram hoje um cânone de autores deste período e área, cf. as bibliografias de (Noël 2014: 347-385) e (Little 2020).

¹⁰ Este é um assunto que merece estudo – o da recepção internacional de Sérgio. Sobre Celso Furtado (1920-2004) e António Sérgio cf. p. ex. (Paula 2015: 151, 158, 159); além-fronteiras, Sérgio é reconhecido como historiador, e não ‘mero’ ensaísta, cf. p. ex. o obituário: «António Sérgio de Sousa, eminent Portuguese writer, historian, educator, and political reformer, died in Lisbon on January 27, 1969, in his eighty-five year» (Keith 1969: 722).

Em torno da decadência

O abandono por AS da história dramático-narrativa centrada na acção providencial de personagens em geral politicamente consagradas, a ultrapassagem dum organicismo determinista e a valorização de acontecimentos e de dinâmicas gerais onde grupos humanos com interesses comuns são agentes, os quais se movem condicionados por estruturas onde avultam condicionamentos geográficos, económicos e sociais cuja fronteira está para além do nosso território, condicionamentos que estão em interacção com a mentalidade ou psicologia colectiva dos grupos, são aspectos 'axiologicamente neutros' que o leitor actual valorizará na *Breve interpretação da História de Portugal* (1929/1972) ou na *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal* (1941).

Mas, se dirigirmos o olhar para o período de formação de António Sérgio, há que reconhecer que ele esteve naturalmente mergulhado nas problemáticas regeneracionistas dos pensadores liberais, e por essa via se interessou pela história. O 'facto' mais saliente da nossa história, percebido nesse fim de século por todos os intelectuais que assistem ao Ultimato inglês, e à sucessão de desaires financeiros, é o da nossa 'decadência'. No jovem Sérgio essa percepção apoia-se nos juízos históricos de Herculano, de acentuado cunho moral, no de membros da chamada geração de 1870. Essa percepção inicial será afinada nos seus primeiros escritos historiográficos, de 1913, indo Sérgio invocar também pensadores ibéricos e brasileiros.

Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins concordam que há razões para censurar o presente funcionamento das coisas nacionais, o que corresponde assim a uma crítica negativa ao nosso século XIX, apesar de ser este o período onde se assiste à emergência das ideias liberais, originadas no Iluminismo de que todos são herdeiros. Todos percebem que a nossa expansão colonial, nos seus aspectos político e económico, é decisiva para perceber como chegámos a um estado de coisas que nos deixa numa posição de subalternidade no quadro das nações europeias, ilustrado paradigmaticamente pela nossa dependência económica¹¹; e todos reconhecem um atraso cultural patente no

11 A dependência face à Inglaterra é glosada por Herculano em termos cáusticos no seu texto de 1856 'Mouzinho da Silveira ou la révolution portugaise' (Herculano considerava as reformas por ele propostas como o maior contributo à demolição do nosso Antigo Regime, afirmação que Sérgio subcreve) onde se lê: «Le Portugal, ce vieux conquérant des plages maritimes de l'Afrique et de l'Asie, ce colonisateur d'une partie de l'Amérique, était devenu, à son tour, une colonie singulière dans son genre. (...) Um traité malheureux [1810] avait placé notre commerce à la remorque du commerce anglais, et notre industrie avait été absolument sacrifiée à l'industrie anglaise» (Herculano 1992: 295). Sobre Mouzinho e o modo como Herculano o prezava, cf. (Godinho 2010: 36-39).

estado dos saberes, a ciência à cabeça, que associam às consequências mentais da Contra-Reforma; todos se inscrevem numa tradição de crítica liberal ao denunciar o Antigo Regime e o catolicismo fanático e o isolacionismo, cf. (Matos e Álvarez 2008: 341-342). Mas nas suas análises diferem sobre a cronologia do declínio (Herculano coloca o declínio no fim da Idade Média, enquanto os outros no século XVI), no papel decisivo de alguns factores (por exemplo o centralismo que nos caracterizou a partir digamos de D. João II) e no grau de sistematicidade da análise.

O tópico da decadência, por muitas críticas que mereça o seu apriorismo, lança um olhar global e filosófico sobre a história, por essa via ultrapassa a diacronia da narrativa política, centrada na sucessão de dinastias, com as suas batalhas e monumentos, instala um certo criticismo que impede simples adesões ao status quo ou à legitimação de poderes que tendem à hegemonia, e aponta para uma pragmática melhorista, para uma função para a história. Aqui o historiador-filósofo vai de par com o historiador-cidadão, que vê na história um modo de iluminar os problemas actuais, acreditando, na tradição do pensamento iluminista, que o aperfeiçoamento é possível pela correcção dos erros passados, correcção cujo grande meio é a disseminação concreta de um ajustado ideal educativo.

Sérgio, que lê Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins desde a sua adolescência, adere a eles, *avant toute chose*, enquanto pensadores-cidadãos. Progressivamente, irá valorizar o pensamento de economia política presente em todos eles. A formação filosófica inicial de Sérgio fê-lo reconhecer, no primeiro, uma costela de iluminismo kantiano, com o seu primado do moral e um ideal de progresso cosmopolita ao qual não era estranho o pensamento sócio-económico de Adam Smith, cujo liberalismo era profundamente moral e assente na ideia de que o trabalho produtivo é a genuína fonte da riqueza dos indivíduos e das nações. Antero e Martins inspiram-se e criticam estas ideias, sobretudo o individualismo liberal e a sua aparente consequência económica – o livre-cambismo irrestrito. Estes dois pensadores socialistas, que incorporam a ideia do valor-trabalho e a do progresso no sentido cosmopolita e de avanço das ciências, dois ideais reguladores só por si justificadores da visão decadentista que o jovem Sérgio subscreve, esforçam-se por fundamentar o seu pensamento social numa metafísica evolucionista e organicista; Antero ligará o evolucionismo idealista de Schelling, Hegel, com o humanismo socialista francês e o pensamento de economia política de Proudhon; a isto Martins juntará o transformismo biológico lido por Haeckel e o ideário de alguns socialistas cristãos com simpatias pelo socialismo catedrático alemão. Essa ‘fundamentação’ organicista e biologista, em moda no tempo, camufla o seu pensamento de economia política e o seu humanitarismo, que radica no Cristianismo

(catolicismo) e no Iluminismo. Como veremos em seguida, os primeiros trabalhos de Sérgio, com a chancela da Renascença Portuguesa, são um diálogo crítico com as grandes teses sobre a decadência nacional daqueles três autores e com o historicismo dos saudosistas e de Jaime Cortesão.

O organicismo do pensamento social no século XIX, inspirado pelo idealismo alemão e por Comte (que defendia as analogias com a biologia), incrementa-se com os sucessos do transformismo biológico (à Lamarck ou à Darwin) e vai-se casar, na vulgata positivista, com a ideia de que as jovens ciências sociais se devem constituir sob o ideal nomológico das ciências naturais. Em particular, membros da classe médica, numa pretensão de levar a sua positividade científica até ao Direito e ao pensamento social irão contra a tradição iluminista de direito jusnaturalista e o universalismo do imperativo categórico kantiano. Sérgio, no início do século, rebela-se contra este espírito de conquista do cientismo determinista, que se quer estender por todas as áreas do saber, ao escrever as *Notas sobre Antero*; aí criticará o médico e professor catedrático Sousa Martins que no seu ‘Nosographia de Anthero’, inserto no volume *In memoriam*, afirmará, na linha de um Lombroso, a propensão dos (génios) psiquicamente desequilibrados para a metafísica, não sem distraidamente se inscrever num monismo filosófico à la Haeckel.

Nesse confronto com o cientismo, Sérgio, tal como Antero, vai desenvolver um ideário onde as ciências, sobretudo as físico-matemáticas, são exemplares de racionalidade, sem que se possam substituir à radicalidade do imperativo ético, até porque também elas afirmam um dever-ser (o da inteligibilidade de direito). No entanto, Sérgio conhece os argumentos evolucionistas, mas contrariamente a um certo monismo evolucionista, separa o inorgânico do orgânico e deste o espiritual que caracteriza e eleva a nossa espécie. Sérgio chega à reflexão sobre a sociedade, também, a partir da sua formação em matemática e em engenharia e, de modo autodidata, em filosofia, inscrevendo-se, por propensão ‘ingénita’, numa linhagem neo-kantiana e espiritualista. Após abandonar, com a proclamação da República, a carreira de oficial da marinha, inicia um percurso acidentado de publicista, rapidamente se aproximando das preocupações dos educadores progressistas, passando a frequentar, desde a sua criação em 1910, a *Sociedade de Estudos Pedagógicos* (com João de Barros, etc.). Ora este é um meio onde todos os saberes de algum modo se irmanam, podendo o seu ensino contribuir para a regeneração nacional que a República anunciava.

Afastando-se explicitamente do cientismo positivista que, no seu reducionismo bio-fisiológico, desrespeita a especificidade do humano, o pensamento histórico-sociológico de Sérgio não deixará, no entanto, de traduzir a tensão associada às antinomias entre o historicismo de matriz hegeliana, a especificidade da história que reconhece o papel fulcral da contingência e esse desejo de

cientificidade que é reclamado pelos emergentes saberes sociais. Sérgio nunca terá porventura se desenhado desse conflito fecundo, típico do seu período de formação, entre o hegelianismo da dialéctica (teleológica) da Ideia, o ideal nomológico que aponta para um determinismo por causas eficientes e o contingentismo, sendo sempre sua a preocupação com a reconstituição de totalidades em cuja dinâmica processual se identificam antinomias; em história a ideia de totalidade traduz-se na ideia de inscrever a história de um país na História Universal. No entanto, Sérgio foi admitindo que os esquemas finalistas de desenvolvimento podem ser, aqui e ali, perturbados pela contingência de modo decisivo; e o seu voluntarismo, a afirmação radical de que a liberdade humana é um factor da história, fê-lo tender para o possibilismo, para a pluralidade de soluções que os agentes históricos podem propor no quadro de um condicionamento global, que se percebe como totalidade não totalitária¹².

No seu período de formação, não são para ele claras as linhas de demarcação mútuas entre pedagogia, psicologia, sociologia e psicologia social, mantendo a filosofia um importante papel regulador. Recorde-se que o tema da sua pequena tese de concurso, escrita no início da década de 1910, *Sobre a natureza da afecção*, é feita sob a inspiração do alemão Wundt cuja perspectiva sobre esses saberes era global, simultaneamente filosofante e experimental. A antinomia que resulta do apreço simultâneo pela tradição filosófica idealista e pelo desejo de construir cientificamente o saber sobre a sociedade, e que corresponde às dores de parto dos novos saberes (dores que ainda persistem felizmente), sente-se também na obra de Gabriel Tarde, autor então muito reputado e lido, com que Sérgio simpatizou nos seus anos de formação: Tarde, o autor do famoso *Les Lois de l'imitation* (1890) – sendo a ‘imitação’ o substituto ideal da hereditariedade biológica para a transmissão de hábitos –, teve sempre presente uma matriz leibniziana, como o comprova a sua obra *Monadologie et sociologie* (1893).

Na análise que se segue, tendo em vista compreender os primeiros textos historiográficos de Sérgio, cuidaremos, primeiro, do tópico da decadência tal como foi tratado por diversos autores ibéricos. Depois de revisitar a literatura espanhola que desde o século XVI critica as consequências da expansão e

12 Sérgio percebe que uma das especificidades dos processos históricos é a presença da contingência que, na linha de um Cournot, ele entende como resultado da interacção de duas séries de acontecimentos com dinâmicas próprias, por exemplo, como assinalará na década de 1920, a chegada da Contra-Reforma ao Portugal onde uma elite científico-tecnológica desenvolvia uma nova atitude de experimentalismo, com ligações a ideais humanísticos afins do de Erasmo. Esta ideia de Cournot teve ampla repercussão entre os pensadores da história. Para citar um autor caro a Sérgio, Eduard Meyer, que sublinhava o papel dos ‘ses’ na história (exemplo: se as hostes persas tivessem vencido em Maratona, a civilização grega e europeia teria sido profundamente diferente), no início do século XX subscrevia esta tese de Cournot, segundo a qual o acaso não está em absoluta contradição com a causalidade, cf. (Rodrigues 1957: 121).

denuncia a decadência, consideraremos os três autores portugueses que foram inspirações omnipresentes para Sérgio: Alexandre Herculano, Antero de Quental e Oliveira Martins. Ao estudar os textos do período da Renascença Portuguesa (1913-1915), mostraremos como Sérgio estava também atento à produção de historiadores e ensaístas brasileiros contemporâneos, muito críticos do colonialismo, caso de João Ribeiro ou de Manoel Bonfim, dois atentos leitores de Oliveira Martins. Posteriormente, passaremos à década de 1920, onde se encontram, em todo o seu esplendor, algumas das teses historiográficas sergianas mais fecundas e discutidas – caso de as duas políticas nacionais, da revolução de 1383-85, do experimentalismo associado às navegações.

A reflexão espanhola sobre a decadência ibérica

No virar do século a atmosfera intelectual na península era simultaneamente pessimista em relação ao passado e presente, mas esperançosa em relação a uma regeneração, para a qual a educação era factor consensual. Para esse juízo contríbuiam a humilhação espanhola na guerra com os Estados Unidos e o ultimato inglês, a consciência do desfasamento ibérico em relação ao desenvolvimento industrial, científico-tecnológico e dos saberes, consciência esta fomentada pelo liberalismo dos regimes peninsulares que permitiam a circulação das elites culturais, que estagiavam além Pirinéus, nas grandes cidades e universidades da Alemanha e de França. Surgiu assim uma vasta publicística finissecular na qual a decadência foi muitas vezes abordada de modo diletante e opinativo, em textos de bom recorte literário mas plenos de lugares-comuns, de retórica, de originalidade duvidosa em relação a literatura ibérica que se ia acumulando desde o século XVI. Muita dessa literatura ‘ensaística’ tendia para elaborar uma ‘psicologia nacional’ que recorria a argumentos tradicionais e acreditava que o caso exemplificava a verificação de leis psicológicas e sociológicas¹³.

Esta problemática societal (com dimensões política, económica e cultural), ligada à percepção de crise, surge assim num quadro de afirmação nacionalista, extravasando o das preocupações dos historiadores profissionais, que naturalmente dela se ocuparam também. Do ponto de vista da história da história, o

13 Cf. (Alzuria 1993: 198, 202). Decerto Sérgio conhecia autores espanhóis seus contemporâneos que seguiam esta ideia de ‘psicologia nacional’, nomeadamente a de pensadores ligados à psicologia e à educação, mas poucos são citados na década de 1910, sendo curiosamente citado um autor hoje muito esquecido, o galego Eloy Luís André (1878-1945), que estudou em Lovaina e Paris (1899-1900), trabalhou com Wundt em Leipzig (1910-1911), vindo a assumir cátedras em Espanha na área da Psicologia. Autor muito prolixo, foi crítico feroz da mentalidade espanhola, tendo escrito *El bistrionismo español. Ensayo de psicología política* (1906), *Ética española, problemas de moral contemporânea* (1910) e *La mentalidad alemana* (1914), cf. (Sérgio 1914b: 26).

tópico da decadência estabelece uma continuidade entre a história filosófica ou filosofia da história (hegeliana) e a historiografia como disciplina, cf. (Alzuria 1993: 184-185). O olhar de alguns estrangeiros serviu de farol para as discussões ibéricas finisseculares sobre a decadência. É paradigmático o caso do historiador inglês Henri Thomas Buckle (1821-1862) o qual, na sua inacabada *History of Civilization in England*, escreveu passagens que ecoaram vivamente entre os leitores peninsulares, como a seguinte (cito da tradução castelhana de 1861):

«La historia de las causas de la decadencia de España se verá demasiado clara para que el error tenga cabida, si se estudia desde el punto de vista de los principios generales que yo he sentado, principios que se encontrarán á su turno confirmados por la luz que arrojan sobre este asunto instructivo al par que triste (...)

Trabajo inútil y pesado sería referir las pérdidas y desastres de España durante el siglo XVII. La causa inmediata de estos acontecimientos fué sin duda el mal gobierno y la torpeza de los directores; pero el motivo real y escitante (sic.) que mas influyó en la marcha de los negocios, fue el espíritu leal y obediente que dominaba en la masa del pueblo, y que le arrastra á someterse á lo que cualquier otro pais hubiera despreciado (...).

La influencia progresiva de la iglesia española fué la primera y más clara consecuencia de la decadente energía del gobierno español. Porque siendo la lealtad y la superstición los componentes del carácter nacional (...) era de esperar que (...) un principio ayudara al outro» (Buckle apud Alzuria 1993: 198)¹⁴.

De um ponto de vista mais objetivo/material, não havia dúvidas de que, tal como acontecera com o Império romano, a Ibéria de Quinhentos tivera sob seu domínio um enorme império multicontinental, e que outras potências se lhe haviam substituído rapidamente. As sucessivas vozes críticas que se fizeram ouvir desde o século XVI, foram enunciando facetas típicos da decadência de uma civilização, começando pelo aspecto moral, com a degradação dos costumes e a perda de ideais colectivos, a que acrescia a incapacidade da classe dirigente de dar uma orientação política clara e global à acção, a perda de predomínio militar e económico, bem como o bloqueio técnico-científico e o isolamento cultural, estes últimos aspectos sendo relevados na sequência do Iluminismo e da Revolução Industrial, cf. (Quesada 1996: 7, 8).

A ideia de um declínio moral, a de que existiam obstáculos morais, ou mentais, que impossibilitavam o desenvolvimento ou que provocavam a decadência económica, foi muito glosada desde o século XVI, sendo muito valorizada por Sérgio em 1913, no quadro do seu debate com Cortesão. Nesse campo, comparava-se o século XVII com o período medieval e o 'Siglo de Oro', notando-se

14 Sérgio cita esta obra de Buckle, cf. (Sérgio 1914b/2008: 35, 36).

um afastamento em relação ao ‘antigo carácter espanhol’ de frugalidade e sobriedade, – «más encaminados a la virtud robusta i a las armas que a la paz i sosiego i regalo», no dizer de Francisco de Quevedo (1580-1645), nobre, político, poeta e novelista. Ora, esse criticismo, embora percebendo o ideal de que a missão histórica da Espanha era a de dilatar da fé – havendo o povo espanhol para tal sido eleito por Deus, crença em sintonia com uma lógica milenarista ou escatológica –, reconhecia que no período iniciado com a expansão ultramarina a Espanha tornara-se cruel, fanática e predadora – a dita ‘Leyenda Negra’, que, depois, críticos ingleses e franceses foram espalhando. Assistia-se, pois, a um declínio dos costumes pela influência corruptora do afluxo das riquezas americanas, cf. (Quesada 1996: 10-11).

Entre os primeiros e mais distintos críticos do declínio ibérico contam-se os pensadores ibéricos designados por ‘arbitristas’, quase todos do século XVII, os quais cuidaram de tópicos globais de economia aplicada, tendo em mente salvar a Ibéria da ruína, grupo de pensadores que interessou muito Sérgio¹⁵.

Uma das críticas de carácter moral-económico recorrentes era a do desprezo pelos trabalhos produtivos e o elogio do ócio. Sérgio recorda: «Como diz Quevedo, ‘hoy desprecia el honor al que trabaja’. Nobreza e povo tinham por vil qualquer mister» (Sérgio 1913c: 154). Os arbitristas censuram sobretudo os nobres porque são eles que transmitem valores contrários ao trabalho, os quais se disseminam pelo resto da sociedade, nomeadamente entre os pobres (estes, reunindo-se em grupos, que se dirigiam às cidades, procediam a um verdadeiro culto da mendicidade). Os morgadios, permitindo aos primogénitos serem terratenentes absentistas que viviam de rendas e de juros, merecem também aturada crítica. Salientado é também o excesso de trabalhos não produtivos, o que inclui os criados, os membros do clero e os homens de letras (os bacharéis, cuja persistência é assinalada por Herculano, Martins e Sérgio), e dos soldados (que exemplificam o trabalho improdutivo do tipo útil). Também o afluxo de gente à Corte é dado como danoso tanto materialmente (provocando o despovoamento e o absentismo dos proprietários) como espiritualmente (luxo e depravação)¹⁶.

De um ponto de vista mais pragmático, os arbitristas denunciaram o paradoxo económico que consistia em, sendo a Espanha uma potência militar,

15 Sobre a economia política dos arbitristas do século XVII ver o livro (Perdices 1996). Entre os ‘arbitristas’ portugueses contam-se Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo, os quais foram antologados em (Sérgio 1924). O termo ‘arbitrista’ era pejorativo, não sendo, pois, uma auto-denominação; Cervantes emprega-o no *Coloquio de los perros* (1613) de modo caricatural, significando ‘remédio absurdo’, cf. (Perdices 1996: 31).

16 Cf. (Perdices 1996: 85-107). Sérgio escreve: «Todos os economistas espanhóis do século XVII verberam o vício da ociosidade, como vício espanhol por excelência», citando a este propósito Sancho de Moncada, Álvarez Ósorio y Redin, Luís Mexia, Pedro de Guzmán, Quevedo, González de Cellorigo, Fernández de Navarrete, cf. (Sérgio 1913c: 154-155), (Sérgio 1914b/2008: 23).

possuidora de vastos territórios ultramarinos (as Índias, ocidental e oriental) onde se extraíam metais preciosos, ela se ir tornando a ‘Índia’ de outras nações europeias¹⁷. O enriquecimento dos países europeus manufactureiros fazia-se, pois, à custa da Espanha – Luiz Ortiz, em 1558, falava já de ‘burla de los extranjeros’ que «nos tratan muy peor que a indios porque a los indios para sacarles el oro o plata llevámosles algunas cosas de mucho o poco provecho, mas a nosotros, com las nuestras próprias, no solo si enriquecen y aprovechan de lo que los falta em sus naturalezas, mas llevános el dinero del reino com su industria sin trabajar de sacarlo de las minas como nosotros hacemos» (Luis Ortiz apud Perdices 1996: 38)¹⁸.

Uma outra variação do mesmo problema, o da troca desigual que faz com que a riqueza atravessasse a Ibéria vinda da América na direcção de outros países europeus, usando termos modernos, é o de que os produtos manufacturados tinham mais valor acrescentado que os do sector primário (ou mesmo mais valor que os metais preciosos); ora, não produzindo aqueles, íamo-los comprar ao estrangeiro, endividando-nos: «el material natural suele valer dos, y labrado valer por la fabrica, diez y viente» (Sancho de Moncada, 1620, apud Perdices 1996: 66), cf. (Sérgio 1913c: 155).

O desenvolvimento da manufactura era ele próprio fundamental para o sector primário, que estava abandonado, carecendo de mão-de-obra, mas também de ferramentas e instrumentos. A riqueza não resultava pois dos metais preciosos, mas sim do fomento dos sectores produtivos que haviam sido descuidados na Ibéria: havia que desenvolver a agricultura, a pecuária e as manufacturas; como dizia Ribeiro de Macedo, em 1675, o único meio para evitar que o dinheiro saia do Reino «é introducir neles as Artes», notando que «a falta das artes é a causa da falta de gente» (Macedo apud Perdices 1996: 71).

Em resumo, no seu esforço analítico, os arbitristas chamaram a atenção para o facto de as cidades da Flandres, da França e do norte de Itália enriquecerem não possuindo as minas espanholas (americanas): os metais preciosos que chegavam vindos da América eram imediatamente ‘sacados’ pelos centros financeiros e industriais europeus, esse saque resultava nomeadamente da troca de metais preciosos e matérias-primas por bens manufacturados de cuja produção a Península carecia, dos juros de empréstimos para construir as frotas e manter o esforço militar de conquista e de manutenção de um império europeu e ultramarino; denunciaram a alta de preços e o despovoamento do território

17 Usando a linguagem do parasitismo (rapina económica), cara ao Sérgio da Renascença Portuguesa – o paradoxo consistia no facto de nós, que parasitávamos as colónias, sermos parasitados, simultaneamente, pela Europa manufactureira e banqueira.

18 «Italianos, Flamengos e Franceses vêm fundar manufacturas em Espanha para comerciar com a América. Por isso os estrangeiros ‘nos tratam como nós tratamos os Índios’ e a senhora do ouro e da prata unicamente lhe conhece o cheiro (Pellicer de Ossau)» (Sérgio 1913c: 155).

(saque de gentes que iam para o ultramar ou para a corte), o excessivo dos impostos que a coroa centralizadora impunha, o endividamento público, a baixa de preço do ouro e da prata, a desigual distribuição da propriedade¹⁹. Identificaram factores extra-económicos: a expulsão dos judeus e dos mouros, o aumento desmesurado das ocupações não produtivas – funcionários, judiciais e do fisco, membros da Corte e membros de ordens religiosas. Denunciaram a ociosidade e o luxo, a que correspondia um desprezo pelo trabalho, como mentalidade dominante. Propuseram, na sua perspectiva global, como remédio para o estado de decadência o protecționismo dos sectores produtivos nativos que haviam sido abandonados, o industrialismo.

Ao longo do século XVIII, a crítica aos ‘males e erros’ peninsulares sofreu a inspiração dos ideais iluministas, cujo optimismo se traduzia na ideia de que esses males eram debeláveis se se fizesse a Espanha participar no movimento geral europeu que caminhava resolutamente na direcção do progresso, sendo a introdução das ciências experimentais um dos factores salientados (recorde-se entre nós a ideia de Pombal de ensinar ciências no Colégio dos Nobres). Reconhecendo-se o esforço excessivo resultante dos compromissos políticos da Casa de Áustria (recorde-se o reinado de Filipe II), do ponto de vista da crítica económica, propuseram-se ideias mercantilistas e de incremento das manufacturas, defendendo-se que o que importava, de acordo com o exemplo inglês, era o domínio do mar e do comércio. Como é sabido, do outro lado dos Pirinéus as críticas à Espanha não eram suaves, como é ilustrado pelo texto *Que doit-on à l’Espagne* de Masson de Morvilliers, colaborador da Encyclopédie, ou pela carta 78 da *Lettres persanes* de Montesquieu, a que respondeu optimisticamente José Cadafalso (m. 1782) com o seu *Defesa de la nación española*, no qual argumentava que o excessivo esforço de Carlos I suscitou o ódio das restantes potências europeias, as quais haviam edificado a sua riqueza sobre as ruínas da Espanha, acreditando que em vinte anos, mudando-se o sistema científico, as academias estrangeiras passariam a respeitar as espanholas, sem que fosse necessário adulterar o carácter do povo espanhol, cf. (Quesada 1996: 18).

Os economistas espanhóis do século XVIII designados por ‘projectistas’, quase todos ministros e servidores públicos como Campillo, Campomanes, Olavide, Múzquis ou Jovellanos, promoveram associações não estatais (as ‘sociedades económicas’) dedicadas à difusão das ideias de economia política entendida numa base prática de solução dos problemas concretos.

¹⁹ Os arbitristas consideravam não haver estorvos naturais ao desenvolvimento agrícola, seguindo a tradição das *Laudes Hispaniae*, segundo a qual Castela era fértil e dotada de riqueza natural. Esta suposição foi contestada pelo iluminista Jovellanos cf. (Perdices 1996: 86). A análise das variações dos sistemas de preços e da monetarização só muito mais tarde foi alvo de inquérito, necessitando de ferramentas estatísticas então rudimentares, embora haja um esforço de quantificação da parte dos arbitristas e sobretudo dos projectistas do século XVIII, cf. (Perdices 1996: 151-156).

Reclamando como sua a herança dos ‘arbitristas’, e promovendo a reedição das suas obras, os ‘projectistas’ abriram-se ao pensamento europeu, tendo, no fim do século, se interessado, por exemplo, pelo pensamento do escocês Adam Smith (lido como um defensor do livre comércio), o qual é introduzido por via francesa a partir da obra que sobre ele escreveu Condorcet, cf. (Perdices 1996: 158, 161).

Chegados ao século XIX, as esperanças iluministas não se haviam cumprido cabalmente e um longo debate irá ocorrer entre liberais e tradicionalistas (1810-c.1880), no qual os argumentos esgrimidos (em geral visando influir na opinião pública) tiveram muito de lugar-comum, devido aos preconceitos ideológicos que enformavam a maioria dos autores e à incapacidade de criar um saber científico, regido pelo rigor das teses e de suas demonstrações; em geral, nada se adiantava em relação à crítica acumulada; no quadro desse antagonismo de posições, surgirá o mito das Duas Espanhas, uma historicista, apegada às tradições, e a outra progressista e negadora de um passado considerado nocivo. Desde as Cortes de Cádiz de 1811-13 o tópico dos efeitos da Inquisição é um dos alvos do debate. Por exemplo, o parlamentar Emílio Castelar (que se corresponderá com Oliveira Martins) afirmava, em 1868, algo de muito semelhante ao que Antero disse em 1871:

«No hay nada más espantoso, más abominable, que aquel gran imperio español que era un sudario que se extendía sobre el planeta. No tenemos agricultura, porque expulsamos a los moriscos (...) no tenemos industria, porque arrojamos a los judíos (...) No tenemos ciencia, somos un miembro atrofiado de la ciencia moderna (...) Encendimos las hogueras de la Inquisición, arrojamos a ellas nuestros pensadores, los quemamos y después ya no hubo de las ciencias en España más que un montón de cenizas » (Castelar apud Quesada 1996: 23).

Dentro do mesmo espírito, de crítica liberal, pode-se citar de Antonio Cánovas del Castillo (1828-1897) a obra, de juventude, *Historia de la Decadencia de España, desde el advenimiento de Felipe III al trono hasta la muerte de Carlos I* (1854). Castillo aí fala de: ‘gérmenes corruptores’ activos nos séculos XVI e XVII – Inquisição e fanatismo religioso; ‘parálisis intelectual’ por renúncia à ciência moderna; «provincianismo» e discórdia entre as regiões; despovoamento e pobreza do reino e penúria da fazenda pública; más conseqüências económicas devido à expulsão de judeus e aos maus-tratos aos cristãos-novos; descoberta da América, «fatal a nuestra población y al espíritu de laboriosidad y producción»; peso do sistema de monopólio real na actividade comercial com as Índias e ausência das novas tendências mercantis, oriundas da Holanda e da Inglaterra; interesses particulares, não produtivos, da nobreza e do clero, cf. (Castillo apud Quesada 1996: 25).

Boa parte da literatura dos autores regeneracionistas espanhóis do século XIX está imbuída de analogias biológicas, considerando a sociedade como um organismo, doente no caso das nações ibéricas e necessitando de terapêutica; é também comum a ideia de ‘psicologias nacionais’, falando-se em raça muitas vezes nesse sentido de psicologia social (uma das obras mais citadas é o *Discursos à nação alemã*, de Fichte, obra que Sérgio citará no seu *Educação Cívica* de 1915). Tal organicismo remonta ao idealismo alemão de Fichte, Schelling e Hegel, que no caso espanhol é filtrado pelo krausismo; no caso de Antero e Martins o hegelianismo e evolucionismo são coados a partir do meio intelectual francófono.

Joaquín Costa (1846-1911), autor de títulos como *Reconstitución y europeización de España*, *Colectivismo agrario*, *Oligarquía y caciquismo como la forma actual de gobierno en España: Urgencia y modo de cambiarla* (1901), é porventura o mais distinto autor regeneracionista, de linhagem positivista. Para Costa é evidente que a partir do século XVI as nações europeias se dividiram em dois grupos: as que apostaram na modernidade – França, Inglaterra, Alemanha e Itália, no outro grupo encontrando-se a Espanha, a qual teria ficado fixada no passado, opondo-se ao progresso. Para explicar a decadência recorrerá a argumentos vários, de uma coerência geral falha de rigor demonstrativo e sem originalidade, desde ideias gerais veiculadas por autores estrangeiros, por exemplo sobre o mau governo (Lord Macaulay, 1827), sobre o celibato e a intolerância religiosa e seus efeitos sobre a ‘selecção natural’ das gentes (ideias esboçadas por Galton e por Darwin), sobre a falta de elites intelectuais e morais devido ao excesso de conventos e à Inquisição (ideia que ele remete para Alfred Fouillée, um dos autores que o jovem Sérgio leu com mais atenção, e que terá motivado o seu interesse pelo tema das elites), até teorias oligo-hídricas (em que a escassez do solo provoca a da população e a pobreza, a qual conduz à ignorância), indo até ao extremo de cientismo bio-médico ao admitir que a decadência seria étnica, manifestando-se ao nível dos mais fundos estratos do cérebro. Pensando na regeneração de Espanha, Costa advogará frequentemente a ideia de uma reorganização do ensino, único método de agir sobre o córtex cerebral, transplantando para Espanha o que ele crê ser o sistema da França ou da Alemanha; descrendo do sistema partidário, por crer não regeneráveis os partidos, apelará à acção de um ‘cirurgião de ferro’, uma espécie de déspota iluminado, sem que o seu complexo pensamento faça dele um proto-fascista, cf. (Sanz 1997: 212, 213).

A ideia de que o destino histórico de Espanha se relaciona com um factor identitário profundo, com um modo de ‘ser Espanha’, é desenvolvida pelo pensador de linha católico-conservadora Marcelino Menéndez Pelayo (1856-1912) nas suas obras *La Ciencia española* (1876) e *Historia de los heterodoxos españoles*

(1880-82).²⁰ Este tópico da decadência e da necessidade de regeneração voltará a ser glosado pela chamada geração de 1898 – ano da humilhante guerra com os EUA –, geração que inclui autores como Ganivet ou Unamuno. Unamuno, com o seu *Em torno al casticismo* (1895), e Ganivet, com o seu *Idearium español* (1896), favorecerão uma espécie de ideologia identitária de que são elementos constitutivos um sentimento de *‘soledad’* e de *‘concentración hacia dentro’*, de ‘ensimesmamento’, que não deixará de inspirar os renascentistas portuenses (Pascoaes, etc.). Este ideal regenerador de ordem espiritual apela para elementos tradicionalistas constitutivos de um ‘carácter nacional’ a recuperar. Unamuno introduz o seu conceito de ‘intra-história’, profundidade silenciosa que acompanha o quotidiano do espírito do povo, apontando para um telurismo existencial (o que inspirará o nosso Miguel Torga), a qual existe para além da história aparente, noção que tem afinidades com o ‘inconsciente colectivo’ de Jung. Este essencialismo psicologizante, não necessariamente de natureza apologética – Unamuno, que era um leitor atento de William James, dirá que os elementos centrais do casticismo são o individualismo e o dogmatismo –, está longe do ideal demonstrativo dos saberes positivos e da exigência documental dos historiadores, como o atesta a seguinte passagem de Unamuno: «Todo o espanhol é um maniqueu inconsciente; crê numa divindade cujas duas pessoas são Deus e o Diabo, a suma afirmação, a suma negação» (Unamuno apud Sanz 1997: 220); proposta muito fecunda decerto para nos entender poeticamente, como o fará José Régio.

De algum modo, como o mostrará claramente Azorín, estes autores anti-positivistas, entre os quais há que contar com os nossos saudosistas, não são contra a ideia de regeneração, mas, para eles, ela só será possível, de acordo com uma intuição radicalmente organicista de afirmação identitária, na base de um princípio de ‘continuidade nacional’ e nunca de ruptura, como muitos dos advogados da europeização ibérica, como parece ser o caso de Sérgio, supõem. Valorizando sobremaneira os aspectos ideacionais, Azorín colocará em relevo, na sua explicação da decadência, não a aversão ao trabalho, as guerras e o abandono da terra, mas sim a ‘ausência de curiosidade intelectual’, associada ao

20 Emilio Castelar e Menéndez Pelayo corresponderam-se com Oliveira Martins. *A História da Civilização Ibérica*, deste último, reflecte a mesma ideia de um *volksgeist*, sendo que Martins deixa aí passagens pessimistas, admitindo que esse modo de ser ibérico nos levou à ruína numa marcha geral evolutiva das civilizações que foi sendo dominada pelo economicismo.

excessivo culto do passado, ou em termos sergianos (cf. E. I, ‘Os espectros’), ao viver espectral, cf. (Sanz 1997: 222)²¹.

Voltando a Sérgio, encontram-se nos seus textos da década de 1910, ecos de muitas destas preocupações e teses decadentistas, tendo ele tido conhecimento, mais ou menos directo, de vários destes autores e tópicos. Logo nos primeiros textos, por exemplo em ‘O parasitismo peninsular’ (Sérgio 1913c) e na conferência ‘O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares’ (Sérgio 1914b), Sérgio, estimulado pelo debate com Jaime Cortesão sobre o historicismo e a nossa decadência, convocará sobretudo os ‘arbitristas’ espanhóis do século XVII. Ele vai citá-los a partir da obra *Biblioteca española económico-política* (4 volumes: 1801-1821), organizada por Juan Sempere y Guarinos (1754-1830), um ilustre espanhol afrancesado e iluminista, economista, político e bibliógrafo. Com a *Biblioteca* prossegue-se o esforço de Rodrigues de Campomanes, que publicara, entre 1775 e 1777, os *Apéndices a la educación popular*, em 4 volumes, que incluem na íntegra textos dos arbitristas Martínez de Mata e de Álvarez Ósorio, (tendo Sancho de Moncada sido já republicado, em 1746). Mas, contrariamente ao seu predecessor que publicara textos integrais de poucos autores, Sempere vai publicar extractos de muitos arbitristas, acompanhando-os de notas biográficas, cf. (Perdices 1996: 168-171). A partir dessa obra, Sérgio terá ocasião de mencionar ideias explicitamente atribuídas a: Quevedo, Fray Juan de Castro, Luís Mexia, Pedro de Guzman, Alberto Struzzi, Álvarez Osorio y Redin, Francisco Martínez de la Mata, Gonzalez de Celorigo, Diego José Dormer, Pellicer de Ossau, Sancho de Moncada, Fray Benito de la Soledad, cf. (Sérgio 1913c, parágrafo 7º: 154-155), (Sérgio 1914b/2008, nota 2: 22-27)²².

21 A literatura essencialista na qual se mesclam os tópicos da decadência, regeneração, identidade e espírito de um povo, herdeira de Schopenhauer ao conceder primado ao sentimento e à vontade relativamente aos aspectos representativos (e materiais), surgindo a ideia da nação como problema, virá a ter grande desenvolvimento, incluindo autores como Ortega y Gasset (este da geração de 1914 tal como Azaña). Por exemplo, Ortega, que teorizará o ensimesmamento, é conhecido pela sua tese, sem originalidade, da radical ‘hermetización’ em relação ao exterior que ocorre cerca de 1600, tese que é afim da de Antero ou da ideia de ‘purificação e isolamento’ de que fala Sérgio na década de 1910, e que sublinha a ruptura entre modernidade e tradicionalismo que ocorreu na Ibéria, cf. (Sanz 1997: 204). A questão do carácter escapista e estético do inquérito sobre a identidade, paralisador da acção regeneradora, é o tópico da crítica de Sérgio a Pascoaes (este teoriza a saudade, nessa perspectiva essencialista, no seu *A Arte de ser português*, marco de uma linhagem que terá continuadores até ao nosso recente José Gil).

22 A preocupação dos eruditos espanhóis com a economia política, no seio da Academia de Ciencias Morales y Políticas (fundada em 1857), é patente na obra de Manuel Colmeiro *Biblioteca de economistas españoles de los siglos XVI, XVII y XVIII* (1880). No entanto, Colmeiro sintetiza a argumentação relativa ao período dos Áustrias, seguindo a linha dos arbitristas, sem inovar. Nas suas linhas gerais a crítica sobre o período manter-se-á invariável nos trabalhos eruditos espanhóis pelo menos até aos anos 30 do século XX (apesar dos trabalhos do alemão Konrad Haebler sobre a decadência espanhola no século XVI, de 1888, trazerem alguma novidade), cf. (Alzuria 1993: 191, 192, 194). Ou seja, Sérgio, circa 1914, estava ‘actualizado’.

Sempere foi, pois, um continuador da tradição de pensamento económico espanhola, escrevendo sobre a decadência o *Memoria sobre las causas de la decadencia de la seda en el reino de Granada*, editado em 1806 e depois incluído no Volume IV da *Biblioteca*, e *Consideraciones sobre las causas de la grandeza y la decadencia de la monarquía española* (1826). Na sua reflexão, relacionou a fundação da Inquisição e a extorsão e perseguição aos judeus com a criação do estado espanhol. Sempere, que decerto era conhecido pelo nosso autor da *Historia da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, foi uma das fontes de inspiração para a historiografia liberal de Modesto Lafuente (1806-1866), outro autor citado por Sérgio nos textos dos anos de 1910. Lafuente, que se inspira nas concepções metodológicas ecléticas de Augustin Thierry, é autor da monumental *Historia general de España desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*, obra, que se tornou canónica e onde se percebe o interesse quer pela história descritiva quer pela história puramente filosófica de matriz hegeliana. A Lafuente se deve uma matização do juízo negativo que os políticos e eruditos liberais faziam da dinastia da casa de Áustria (1516-1700); assim sobre Filipe II disse «dejó á sus sucesores una España gigante (...) un gigante extenuado y vulnerable, y aquel aparente engrandecimiento encerraba el germen de la decadencia» (Lafuente, 'Discurso preliminar' in *Historia general de España* apud Alzuria 1993: 188)²³.

Bem entendido, o jovem Sérgio terá começado a reflectir a partir de Herculano, Antero e Martins, o que não era um mau ponto de partida, sobretudo porque a sua formação filosófica racionalista lhe permitia escapar ao naturalismo que propunha um determinismo mesológico e/ou racial e à via de pensar identitariamente o problema português tematizando uma 'alma portuguesa', obtida por decantação tradicionalista, por eliminação dos aspectos resultantes de um estrangeiramento corruptor.

Sérgio, nos textos publicados pela Renascença Portuguesa no período em que vive no Brasil (1913-1914), valorizará os aspectos de mentalidade,

²³ Comparar com a condenação veemente feita por Antonio Benavides no seu discurso que na Academia de Ciencias Morales y Políticas (1866): «olvidadas de todo punto las artes pacíficas de gobernar, el Imperio llevaba en su seno el germen de muerte, marcando su decadencia ya en los momentos mismos de su mayor grandeza» (Benavides apud Alzuria 1993: 187-188); note-se que os termos filosóficos do discurso se assemelham ao que Oliveira Martins veio a escrever na sua *Historia da Civilização Ibérica* (ver mais à frente). Sobre Sempere e Lafuente cf. (Vela 2020: 15, 31), (Alzuria 1993: 187). Sérgio citou Lafuente pelo menos duas vezes nos seus primeiros textos historiográficos: a propósito da expulsão dos judeus, num raciocínio devedor da tese de Sempere sobre a unificação religiosa – «Com a expulsão completou-se o princípio da unidade religiosa, o que foi um bem imenso; mas consumou-se a ruína da agricultura, o que foi um imenso mal» (Sérgio 1913c: 154); a propósito dos estrangeiros (o italiano Alberoni e o holandês Ripperdá) que definiram uma política de regeneração da Espanha no século XVIII (Sérgio 1914b/2008: 35). É bem provável que Lafuente tenha influenciado em Sérgio na matização da constância do parasitismo ibérico, pela consideração pelo período Bourbon, vindo a destacar no nosso século XVIII, as tentativas dos estrangeirados e das reformas de Pombal (Sérgio 1914b/2008: 37-40).

afirmando que as causas, profundas, da decadência são o isolamento, ou tendência purificadora (a que a Inquisição dá alento) e o parasitismo, ou exploração sistemática do trabalho dos outros. O parasitismo ligado à expansão (e que se inicia com o esforço guerreiro da Reconquista) tem um aspecto nitidamente económico e Sérgio cita, como assinalámos, os, já mencionados, arbitristas; a argumentação de Sérgio evoca particularmente Oliveira Martins, o qual foi lido de modo radical pelo publicista e pedagogo brasileiro Manoel Bonfim, leitura a que Sérgio foi sensível. Este *tournant* ‘materialista’ surgirá de modo claro no ensaio sobre a Conquista de Ceuta (Ensaio I de 1920). Reconstruamos, pois, os argumentos centrais deixados pelos três autores portugueses que orientaram o jovem Sérgio, deixando também algumas considerações sobre leituras iniciais sobre a natureza e função da história.

Primeiras leituras: a natureza e função da história

Não sabemos com todo o detalhe quais foram as leituras de historiadores feitas pelo jovem Sérgio. As suas duas primeiras obras, um volume de *Rimas* e as *Notas sobre Antero*, demonstram uma nítida inspiração anteriana, sobretudo filosófica e poética; os textos da década de 1910 inscrevem-no na linhagem de Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins (e Basílio Teles), pelo empenho cívico-político e pelas teses historiográficas que enuncia. A todos é comum o diagnóstico de um estado de crise nacional, resultante da comparação com as nações mais ricas e desenvolvidas de acordo com um paradigma iluminista que vê no progresso o desenvolvimento natural da civilização europeia e que identifica o nosso atraso económico e científico-tecnológico. Todos tentam explicar a crise actual a partir do processo histórico que conduziu até ao presente, identificando os erros e condicionalismos do passado, admitindo que de algum modo esse declínio se inicia ou é consequência do modo como fizemos a expansão, aceitando-se que a um período curto de apogeu, ligado à expansão circa 1500 (vasto império mundial e afluxo desmesurado de riquezas à metrópole), se sucede um rápido declínio, exemplificado pelo desastre de Alcácer Quibir e pela dependência face a Inglaterra após a Restauração. A todos é comum o empenho moral e crítico, a ideia que a história beneficia de estar impregnada por uma determinada filosofia social, o interesse pela economia política, a ideia de que a história permite pensar o tempo presente, o interesse pela filosofia da história, dos grandes princípios da sua dinâmica, perspectiva particularmente viva na inspiração hegeliana de Antero e de Martins, o que inclui a sensibilidade às suas antinomias, às grandes linhas

do seu movimento ou evolução e, portanto, ao finalismo, às relações entre o universal e o particular.

Reconhecida a influência de Antero no jovem Sérgio, que escreve as *Rimas* e as *Notas sobre Antero* no início dos anos de 1900, vale a pena recordar o modo como o poeta-filósofo se pronunciou sobre o carácter e função da história. Na correspondência com o seu amigo e historiador Oliveira Martins, Antero deixou-nos algumas reflexões pertinentes para o modo como ambos entendiam a questão. Em carta de 26 de fevereiro de 1877, Antero diz ao seu amigo e autor de *A teoria do Socialismo* (1872): – «Não vejo inconveniente algum no seu projecto de escrever tudo sobre a questão bancária», notando que o facto de Martins ser um socialista não o deve impedir de apoiar uma medida governativa²⁴. Antero diz que o socialismo, entendido como «ciência e filosofia social», deve impregnar toda a sua reflexão:

«as suas ideias filosóficas, históricas, morais e literárias, para terem a sua forma verdadeira e adequada, o seu cunho original e vivo, devem ser vazadas nos moldes do socialismo. (...) Para mim, socialismo é ciência e filosofia social: inclui pois, com a economia, direito, história e moral, mas tudo isso fundido e *filosofado* duma maneira *sui generis*, maneira positiva, prática, de organização de governo, se quiser: alta política e não ciência pura. Esse temperamento que é o do verdadeiro político e do verdadeiro historiador, chamo-lhe eu socialista (...) Os seus trabalhos históricos têm para mim muito valor, justamente por este lado, pelo que há neles de *socialismo*» (Quental 1989, Cartas I: 369-370).

Se a história deve, pois, ser enformada de uma intenção filosófica, virada para o social, que lhe dá sentido e unidade, é também verdade que a história permite apurar a filosofia social: «É de crer que se Proudhon tivesse podido abrir na sua carreira ardente um parêntesis consagrado ao estudo sereno e despreocupado da história, teria corrigido muito o que havia de rígido, absoluto e *one sided* nas suas opiniões» (idem). E Antero conclui, de modo taxativo, no sentido do carácter funcional da história, no quadro do pensamento que visa

²⁴ Este projecto deve corresponder à gestação da obra de Martins sobre a *Circulação fiduciária*, na qual Martins defenderá, contra o liberalismo livre-cambista, que só o Banco de Portugal, sob a alçada do Estado, deve emitir notas, contra a prática de emissão pelos diversos bancos, prática que espolteou uma crise por falta de ouro para cobrir as emissões; essa memória virá a ser premiada pela Academia das Ciências em 1879. Tal obra exemplifica um dos interesses maiores de Martins – a economia política. Na origem deste interesse o conhecimento de Proudhon foi decisivo, sendo Martins muito influenciado pelo economista belga Émile de Laveleye, sobre o qual voltaremos a falar. Em carta a Oliveira Martins, de Novembro de 1872, lê-se: «Excelente seu último capítulo [de *A teoria do socialismo*], meu caro Martins (...) [que] me fez sentir o que sinto a ler as boas páginas de Proudhon: a beleza real e a grandeza da ciência económica, quando apresentada na verdadeira luz de verdadeira ciência social e humana» (Quental 1989, I: 173).

aperfeiçoar o viver das sociedades: «Viva pois a história como *meio* e não como *fim*» (Quental 1989, I: 369-370)²⁵.

Como autor romântico, Antero também se exprimiu em termos mais emotivos, admitindo uma intuição directa que faz aceder à ‘alma nacional’ (aspecto que lembra o postulado filosófico de filósofos post-kantianos que, contrariamente a Kant, supõem a existência de uma ‘intuição intelectual’ que permite o acesso à ‘coisa-em-si’) e com uma explícita assunção de que um historiador pode ter como motivação maior o encontrar no passado bons exemplos morais. Assim o escreveu em 1877, no seu texto de homenagem a Alexandre Herculano, a quem chamava ‘mestre’, e que havia falecido recentemente:

«Escrever a história do seu país não é, com efeito, entrar em comunhão directa com a alma nacional, viva e palpitante, para quem a sabe interrogar com amor, nas instituições, nos feitos, nas crenças, em todos os factos d’uma grande existência colectiva? Foi esse amor, essa paixão, que lhe afinou o entendimento, abrindo-lh’o a uma ciência nova, a uma crítica alta e severa ao mesmo tempo que penetrante (...) onde ele buscava ardentemente, como ensinamento e talvez consolação, os reflexos daquela luz moral que sai das gerações fortes e criadoras» (Quental 1923-1931, *Prosas* II: 296-297).

Vê-se nestes textos que o ideal de uma neutralidade axiológica não estava no horizonte daqueles de quem o jovem Sérgio se sentia discípulo. O valor da história resultava da sua função (para o presente e futuro) e da capacidade de estar enformada por uma adequada filosofia social. Ora, o jovem Sérgio fez leituras que lhe mostravam como os grandes historiadores alemães do século XIX também estavam impregnados de valores, favoráveis a uma certa organização política que se firmara com Bismarck, que os afastavam desse ideal de imparcialidade que resultaria de uma atitude de sistemática neutralidade axiológica.

Das poucas notas manuscritas que nos resta do período da juventude de Sérgio, existe uma sobre historiadores alemães (Sérgio 1899?), na qual mostra ter lido atentamente a obra do professor de história do Polytechnicum suíço (Zurique) Antoine Guiland, *L’Allemagne nouvelle et ses historiens* (*Niebuhr, Ranke, Mommsen, Sybel, Treitschke*), obra na qual Charles Seignobos notará, na sua recensão crítica, que «tous ces historiens ont été dominés par leurs sentiments nationalistes, et qu’ils ont fait de l’histoire un moyen de propagande

²⁵ Em carta de Novembro de 1879, Antero sugere que o valor doutrinal do segundo volume da *História de Portugal* resulta do facto de Martins já ter saído «inteiramente da atmosfera intelectual» criada pela Revolução (francesa), o que se pode interpretar pelo facto de Martins, contrariamente a Herculano, já não estar impregnado de Liberalismo; Martins, como veremos, é um crítico acérrimo do livre-cambismo e um defensor do protecçãoismo, aproximando-se do socialismo catedrático alemão, que concede um papel essencial à intervenção do Estado na economia, cf. (Quental 1989, *Cartas* I: 478).

pour l'unité allemande sous l'hégémonie prussienne» (Seignobos 1900: 533)²⁶. Nas suas notas (4 páginas manuscritas), o jovem Sérgio releva precisamente o condicionamento dos historiadores. Eis alguns excertos dessas notas:

«Mommsen foi na Alemanha um dos mais ardentes apóstolos do princípio de que 'la force prime le droit' e propagou a ideia do cesarismo. (...)

'Il y a deux manières d'étudier l'histoire politique: la manière philosophique (celle de Tocqueville) qui s'intéresse surtout aux institutions et s'occupe moins des événements proprement dits que de leur signification, des causes qu'il faut leur assigner et de leurs conséquences. L'autre manière, la plus fréquente, consiste à juger les faits historiques d'après une certaine norme politique, sociale ou religieuse. On a l'histoire d'un point de vue libéral, du point de vue réactionnaire, l'histoire de l'individualiste et du socialiste, l'histoire du protestant et du catholique' (Guilland, 1899, p. 126). Mommsen é desta última classe; toma partido pelos monarquistas-nacionais contra os republicanos aristocratas (1848?). A sua filosofia da história é a da luta pela vida; lutas no interior para a formação da unidade política, lutas no exterior para assegurar a grandeza da nação, a história romana resume-se para Mommsen em uma série de lutas grandiosas. (...)

Droysen foi o representante por excelência do hegelianismo na história. Nas suas primeiras obras (...) procurou aplicar directamente as teorias de Hegel mostrando em Alexandre o protector da civilização grega no mundo. Assemelhou o papel da Prússia na Alemanha ao da Macedónia no mundo grego. Comparar com O. Martins no *Helenismo*».

Sérgio nota os paralelos traçados pelos historiadores entre o passado e o presente, por exemplo a identificação do progresso com o desenvolvimento do Estado. Como dirá Leonard Krieger:

«No caso da Escola Prussiana, cujas estrelas eram Droysen, Sybel e Treitschke, a centralidade do Estado Prussiano nas suas considerações políticas e históricas garantia automaticamente a mistura desejada de política e de história (...) A Prússia era para os historiadores desta escola (...) nas palavras de Droysen 'um verdadeiro eixo e matriz da história' (...) Assim quando Droysen se desviou do idealismo cosmopolita e do nacionalismo liberal, que havia dominado a sua abordagem da história anterior a 1848, na direcção do patriotismo realista prussiano que desde aí o preocupou, a história do estado prussiano tornou-se a incarnação dos temas religioso, moral e de desenvolvimento nos quais se encontrava uma mistura de humanismo clássico e de hegelianismo historicista» (Krieger 1989: 88).

²⁶ Mommsen é particularmente relevante para Oliveira Martins, no que toca à génese da sua teoria do herói, cf. (Matos 1992: 502-504).

Como o demonstra esta nota de leitura do livro de Guiland, desde cedo, Sérgio percebeu que a escrita da história permanece dependente de propósitos, hipóteses e valores, até porque ela tem destinatários.

Um outro aspecto da teoria ou filosofia da história que Sérgio sempre valorizou é o da inscrição da história de Portugal na história Universal. De algum modo tal seria ‘natural’, atendendo à sua formação filosófica – inicialmente inspirada por uma visão holística e evolucionista, onde as inspirações filosóficas de Espinosa, Platão (lido por Fouillée) e Hegel e Antero e Martins (leitores de Proudhon e de pensadores de economia política como Adam Smith, para quem o homo sapiens se caracteriza essencialmente pela sua predisposição para a troca, Ricardo, etc.) ia de par com uma vivência cosmopolita, onde avultava a sua carreira inicial de oficial da marinha descendente de altas patentes da Armada Portuguesa, tendo o seu pai tido funções administrativas na Índia (onde Sérgio nasceu) e em África. Eis esse ideal de uma História Universal expresso pelo historiador Eduard Meyer (1855-1930), autor caro a Sérgio e cuja escrita denota grande interesse pela filosofia da história (por exemplo na sua obra *Zur Theorie und Methodik der Geschichte*): «Um estado nunca vive isolado (...) fazendo parte de uma área de civilização. Os diversos sistemas de Estados e as diferentes áreas de civilização estão por sua vez em contacto mútuo, em relação de troca e de acção recíproca (...) Toda a história especial, embora possa ser exposta por si própria, não constitui, no fundo, mais do que uma parte de um todo global», (Meyer 1912: 215, 270)²⁷.

Herculano: Uma Idade Média com futuro, municipalismo e liberalismo

De facto, Alexandre Herculano (1810-1877) havia censurado a expansão ultramarina, que favorecera o absolutismo real e desequilibrara o sistema medieval, com o seu municipalismo (Ramos 1997: 116). Se se ler Herculano como um autor romântico, incluindo na ideia de romantismo uma crítica da modernidade e uma reacção contra a maneira de viver capitalista, é fácil encontrar nele a ideia de que o progresso material não é sinónimo de harmonia social e espiritual (Guerreiro Martins 2017: 34, 35). Herculano, na sua Carta V das

²⁷ Cf. (Hoffman 1990: 264-276), (Príncipe 2004: 102, 120), (Príncipe 2012: 136-143). Meyer surge em (Sérgio 1923-1924: 311-312). O projecto de uma história universal é expresso por Voltaire no *Essai d'une Histoire Universelle*, por Kant no *Ideia para uma História Universal com um Propósito Cosmopolita*, na *História da Civilização em Inglaterra* (1857) de Thomas Buckle, que Sérgio cita em 1914, (Sérgio 2008: 36). Já no século XX, H. G. Wells, dedicatário do ‘Divagações pedagógicas’ (*Ensaaios II*), é dos poucos a tentar uma história universal, no seu *Outline of History* (1920), cf. (Carneiro 2002: 30-35).

Cartas sobre a História de Portugal (1842), dividiu em dois grandes ciclos a história do nosso Portugal, onde desde os séculos XI e XII um povo havia se tornado independente do reino de Leão²⁸. Usando uma metáfora vitalista, Herculano identificava a Idade Média com o primeiro deles, o da constituição e ‘virilidade moral da nação’, sendo o segundo o da ‘decadência como corpo social’ ou ‘velhice’ o do ‘Renascimento’. O declínio coincide com o desequilíbrio entre três elementos sociopolíticos, que se encontravam em tensão equilibrada durante a Idade Média – o ‘monárquico’ (a coroa), o ‘aristocrático’ (ou ‘feudal’) e o ‘democrático’ (ou ‘municipal’). No terceiro volume da sua *História de Portugal*, Herculano, para quem, na linha de um Augustin Thierry, o Terceiro Estado se havia constituído durante o período medieval com a expansão dos municípios, julga que, nesse período, se teria atingido um «equilíbrio entre a desigualdade e a liberdade» que nem na Antiguidade nem na Época Moderna existiram. No caso português a concentração do poder em torno do rei foi acompanhada da dissolução do equilíbrio citado, de que foram sinais a expansão dominada por fins mercantilistas, de acumulação egoísta de riqueza por parte dos reis, e o estabelecimento da Inquisição, com a intolerância religiosa, a expulsão dos judeus e o cercear da liberdade do pensamento (Guerreiro Martins 2017: 37-39)²⁹.

Estas ideias gerais de Herculano estavam intimamente ligadas ao seu ideário cívico-económico-filosófico-político, isto é, ao seu específico liberalismo, o qual, para Oliveira Martins e para Sérgio, tinha uma filiação kantiana, no sentido do primado da razão prática, e que era sensível às críticas socialistas libertárias de um Proudhon ao sistema de capitalismo industrial que se inaugurara na Grã-Bretanha. Recorde-se que, mencionando um texto caro a Sérgio, na sua *Carta aos eleitores do círculo de Sintra* (1858), Herculano defende que para o progresso social,

«indiquei sempre, não como remédio definitivo, mas como preparação para ele, como instrumento de uma reforma futura, a eleição exclusivamente local e os esforços constantes para obter, contra o interesse das facções, dos partidos e dos governos, a redução dos grandes círculos a círculos de eleição singular, que um dia possam servir à restauração da vida municipal, da expressão verdadeira da vida pública do país, e da garantia da descentralização administrativa, como

28 Uma sinopse das concepções de Herculano sobre a História de Portugal, cuidando das inspirações de Thierry e de Guizot, e criticando a excessiva valorização da Idade Média (que resultaria de um desconhecimento do período dos Descobrimentos), encontra-se no texto de Joaquim Barradas de Carvalho (Carvalho 1974), autor com profunda simpatia por Herculano e por Sérgio.

29 Numas notas manuscritas (3 páginas), com excertos da *História da Inquisição* de Herculano, Sérgio transcreveu esta passagem cuja relevância não deixará de ser notada por um leitor de Max Weber: «Tenho é verdade que as doutrinas evangélicas, na sua pura e bela simplicidade, são as mais próprias para desenvolver na terra, não só o bem moral, mas ainda a ventura e o progresso material da sociedade civil», manuscrito 6X13 – P03/006 (2), Biblioteca António Sérgio, CASES.

a descentralização administrativa é a garantia da liberdade real» (Herculano 1982: 320-321)³⁰.

A sua concepção do carácter essencial da liberdade e da dignidade humanas, a razão prática kantiana, apontam para uma filosofia da história onde um elemento trans-histórico, que Sérgio virá posteriormente a reclamar quase um século depois, emerge como constituinte das dinâmicas históricas, cf. (Sérgio 1937: 14, 93, 107, 109), (Godinho 2010: 59). Na *História de Portugal* lê-se:

«Na essência de todas as associações humanas e em todas as épocas e por toda a parte actuam dois princípios: um de ordem moral, íntimo, subjectivo; outro de ordem material, visível, objectivo. É o primeiro o sentimento inato da dignidade e liberdade pessoal; é o segundo o facto constante e indestrutível da desigualdade entre os homens. As revoluções interiores das sociedades, as suas lutas externas, as mesmas mudanças lentas e pacíficas da sua índole e organização constituem fases mais ou menos perceptíveis do ascendente que toma um ou outro desses dois princípios em luta perpétua entre si. Cavando até ao âmago de qualquer grande facto histórico, lá vamos encontrar esse perpétuo combate» (*História de Portugal*, Volume VI. 8a. ed., pp. 86-87, apud Carvalho 1974: 206).

Estes dois princípios opostos, um que clama pela igualdade e outro pela desigualdade, devem se equilibrar, tendendo o primeiro para uma democracia niveladora que pode levar à tirania do maior número (jacobinismo) e o segundo para a tirania de um só. Sérgio meditará profundamente sobre estas ideias e a sua crítica à noção de vontade geral (que atribui a Rousseau na sua obra *Contrato Social*) será feita a partir da possibilidade da elevação ao racional, possibilidade de todos os indivíduos que dentro de si encontram o consenso objectivo sem se sujeitarem à lei externa da maioria, cf. (Sérgio, E. I, 'A educação cívica': 201-210).

O municipalismo de Herculano será lido favoravelmente por Antero, que advogará um socialismo libertário e mutualista, e será reclamado como favorável à constituição da autonomia da pessoa no pensamento pedagógico de Sérgio, que propõe no seu *Educação Cívica* (1915) a reforma do ensino por constituição de escolas-município (todos os capítulos deste livro surgem com epígrafes que são citações de frases de Herculano). O autor dos *Opúsculos* servirá de inspiração

30 Nas *Cartas sobre a História de Portugal* lê-se que: «(...) a ideia fundamental sobre que tenho procurado fixar a atenção do leitor, isto é, sobre a conveniência de se estudar exclusivamente, ou pelo menos com preferência, a história da Idade-Média, se do estudo da história queremos tirar aplicações para a vida presente» e que, «nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e majestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social»; e ainda, «a existência enfim intelectual, moral e material da Idade-Média é que pode dar proveitosas lições à sociedade presente, com a qual tem muitas e mui completas analogias» (Herculano apud Carvalho 1974: 204). A propósito do municipalismo de Herculano no quadro do debate do seu tempo cf. a tese de João Pedro Branco, (Branco: 2007).

também para Jaime Cortesão, como Sérgio figura fundamental da Renascença Portuguesa e da Seara Nova, como é claro na sua obra *Os factores democráticos na formação de Portugal* (1930). A valorização da Idade Média, até pelo que tem de equilíbrio entre a colonização do território e de preparação das navegações (pelo desenvolvimento da actividade marítima de longa distância) permanece em vários dos autores que constituem a linhagem de Sérgio (Oliveira Martins sendo a excepção, mas só em algumas das suas passagens)³¹.

Convém ainda assinalar um outro elemento de continuidade entre Herculano, Antero, Martins e Sérgio – a crítica (afim da de Proudhon, e por isso atenta à conceptualização de Adam Smith) do capitalismo, crítica que torna particular a sua classificação enquanto pensador liberal. Tal crítica é patente, por exemplo, no seu texto *Da Instituição das caixas económicas* (1844) onde se lê:

«Quando a organização de um país é viciosa e contrafeita; quando e onde a propriedade está mal, e digamos até, monstruosamente dividida: onde o capital anda em guerra viva com o trabalho; onde a condição do obreiro é relativamente pior que a do servo da Idade Média (...) Os distritos rurais de Inglaterra, nomeadamente os da Irlanda, são vítimas de uma constituição da propriedade territorial em que ainda está viva a conquista dos normandos, e nas cidades manufactoras o excesso dos aperfeiçoamentos mecânicos tem gerado o excesso de miséria dos proletários. (...) Quando a máquina ou um novo sistema agrícola expulsa o operário rural, expulsa-o para dentro das barreiras da indústria fabril. Para esta, ao contrário, o espaço onde labora é um dos menos importantes elementos da sua existência. Para produzir indefinidamente, só carece de uma condição essencial; é a que a faz triunfar da indústria das nações rivais, do preço inferior ao do produto alheio com igual valor de utilidade. A máquina, ou aperfeiçoada ou nova, e a redução dos salários, ou o aumento das horas de trabalho, o que é perfeitamente idêntico, são os seus meios heróicos. Não lhe importa se o instrumento homem se quebra, porque o renovará sem custo no meio das multidões famintas. Vive de produzir barato, e os seus obreiros hão-de viver de se afadigarem em procura da morte. Cumpre que a indústria inglesa triunfe na batalha incessante que se peleja entre as nações industriais, batalha onde não se vê o fuzilar da espingardaria, nem se ouve o troar dos canhões, mas descortina-se

31 A ideia de que o declínio tem os seus germes no passado longínquo encontra eco na *Historia de Portugal* de Sérgio (1929). Embora designando a Primeira das suas três Épocas por 'Incorporación y organización de la Metrópoli', a verdade é que a última das secções desta época é 'Revolución de 1383-85. Predominio de la actividade de transporte y la burguesia comercial marítima'. O centralismo que ocorre no Renascimento é denunciado por Sérgio, no ensaio 'Ainda os espectros' (1920) em que analisa uma obra de Guglielmo Ferrero, sobre *O génio latino e o mundo moderno*, comentando a seguinte passagem: «A fraqueza do Estado era uma condição necessária do cosmopolitismo da Idade Média (...) Sobre o cosmopolitismo enxertou-se uma organização política que lembrava, por muitos aspectos, mas em proporções muito maiores, o nacionalismo e o espírito belicoso da cidade antiga», esse enxerto chama-se, para Sérgio, Renascimento, cf. (Sérgio, *Ensaio I*: 194, 195).

o revoltear do fumo das chaminés monstruosas e soa o murmurar confuso da máquina e do homem que lidam: onde não corre o sangue, mas corre o suor do trabalho, e depois o suor da agonia» (Herculano 1992: 114-115)³².

Recorde-se que a obra de Proudhon *O que é a propriedade* foi publicada em 1840 e que o conceito de ‘valor de uso’ é elemento essencial da teoria do valor proposta por Adam Smith (tópico a que voltaremos), sendo este pensador escocês uma das inspirações para Mouzinho da Silveira (e para Proudhon)³³.

Sérgio, nos anos de 1910, vê em Herculano um liberal próximo dos ideais socialistas proudhonianos; por exemplo em carta a Raul Proença, de 1913, escreveu: «Creio que um socialista (...) me admitiria entre os seus, e isto não de hoje nem de ontem, mas de há já muitos anos. Das teorias socialistas só não aceito o que é demasiada restrição à liberdade», (Sérgio 1987: 60). Essa leitura está na linha da de um Oliveira Martins que descreve Herculano como «radical como Kantista, municipalista como erudito, sem ser democrata, mas tendo laivos de socialismo prático», (Martins 1881/1977: 237).

Alexandre Herculano tinha a convicção clara da utilidade da história para o tempo presente, tendo escrito nos *Opúsculos VIII* que: «buscava na história do passado doutrina para o presente» e em carta a Oliveira Martins de 1872 que «O único intuito do que escrevi foi deixar às gerações futuras em Portugal alguns meios para uma coisa que me parece hão-de algum dia tentar fazer, isto é, tornar as instituições mais harmónicas, mais consequentes com as tradições e índole desta família portuguesa», e na *História de Portugal* escreveu: «Coligir esses factos, que constituiram o desenvolvimento e a vida colectiva dos povos, é o mister principal da história; porque, ordenados e expostos, a convertem numa ciência útil pela sua aplicação às graves questões que abalam os fundamentos das sociedades moderna» (Herculano apud Carvalho 1974:

32 Cf. (Godinho 2010: 77-78).

33 No seu texto *Da Propriedade Literária* (apêndice II de 1872), Herculano escreve: «as escolas socialistas (...) têm doutrinas positivas e críticas negativas. As doutrinas positivas parecem-me longos rosários de despropósitos: a crítica negativa, embora frequentemente exagerada, é a meu ver uma coisa séria. Há indicações de males profundos e dolorosos no corpo social, que fazem estremecer as consciências; que fazem cogitar tristemente os espíritos liberais e sinceros» (Herculano 1992: 256); cf. as ‘Divagações pedagógicas’ (Sérgio 1923, *Ensaio II*: 178). Herculano refere-se positivamente a Proudhon em carta a Oliveira Martins, escrita em Vale de Lobos a 25 de Dezembro de 1872: «Uma das nossas manias, que se manifesta de modo escandaloso neste tempo de varejo, é a de não nos deixar roubar (...) por aqueles pobres mártires, nem no trabalho que ajustaram dar-nos, mediante um salário livremente ajustado, nem nos frutos das árvores, que, por cega preocupação, supomos nossos, com o frívolo fundamento de que as compramos ou plantamos. O grande trabalho (...) da feroz alcateia dos lavradores é, neste tempo, vigiar os ranchos, que, sem isso, dormiriam metade do dia e empregariam a outra metade em encher os embornaes de toda a azeitona que pudessem levar à noite e ir vender a algum lagar, e, com o preço dela, embebedarem-se e depois esfaquearem-se na taberna, para se esquecerem, para espairecerem (infelizes vítimas do capital!) da sua existência de miséria e trabalho. Enquanto andamos com isto, não pensamos em ler. É ainda mal, que se, em vez de cuidar das azeitonas, estudássemos Proudhon, talvez chegássemos a entrar em melhor caminho».

201-203). Esta ideia das lições da história persistirá naturalmente em Antero, Martins, Sérgio e Cortesão³⁴.

Para terminar esta secção sobre Herculano, noto que, se se seguir a interpretação dada por António José Saraiva, Sérgio terá idealizado Alexandre Herculano (de acordo com a sua ideia meditada de 'platonismo ideal' ou de 'kantismo ideal', que não é sinónimo de falseado, mas de reconstrução racional). Antero havia já proposto que haveria um 'aleijão' em Herculano, para ele «um grande carácter (...) muito inteligente», mas conduzido ao cepticismo pela tensão entre a «teoria do individualismo-naturalista liberal» e o seu romantismo e catolicismo (Quental 1989, Cartas I: 225).

António José Saraiva, cf. (Saraiva 1949), propôs uma leitura do pensamento de Herculano que acentua aspectos tradicionalistas (na linha de de Bonald, De Maistre, Lamennais), insistindo em como para Herculano a religiosidade cristã é o melhor fundamento moral do viver social e da emancipação do nosso povo, assumindo que a vida no além, o transcendentalismo, que remete para um fundamento superior ao da consciência (a qual é para Antero e Sérgio a fonte da moralidade – 'no céu incorruptível da consciência'), e o providencialismo não devem ser descartados, não deixando de notar as contradições de Herculano («a fisionomia religiosa de Herculano, tão cheia de incongruências, hesitações, reticências e enigmas») que ora ataca ora valoriza o racionalismo iluminista, que associa frequentemente ao cepticismo dissolvente. A sua apologia do cristianismo dos evangelhos é simultânea à sua crítica do clericalismo, dando ideia, aqui e ali, de maior simpatia para com o protestantismo do que para com o catolicismo, sendo também ambígua a sua posição em relação ao papel da filosofia na construção de uma moral social. Neste estudo, Saraiva, depois de discutir alguma influência do ecletismo filosófico francês de um Victor Cousin, acaba por concluir que: «Verificámos também como é ténue o travejamento filosófico de Herculano, como ele está penetrado de motivos religiosos, como no domínio da metafísica se algo há de estrutural e de básico, esse algo é de carácter religioso e não propriamente filosófico», cf. (Saraiva 1949: 61, 64, 66-71, 83, 93-116, citações das pp. 87, 114). Se esta revisão pode ser interpretada no sentido de que Sérgio, ao reclamar a linhagem de Herculano, considerava um 'Herculano ideal', não há, no entanto, dúvida de que o espiritualismo de Antero e o de Sérgio são

34 Cf. (Godinho 2010: 24, 28); sobre o modo como Herculano entende o papel do intelectual na sociedade, cf. (Godinho 2010: 23, 24). Barradas de Carvalho julga que o medievalismo de Herculano resulta de um excesso de doutrina que o impediu de julgar convenientemente os Descobrimentos (o que não acontecerá com os seus sucessores na linhagem que inclui Sérgio); dada a preocupação de Herculano com o presente, conclui que «Herculano foi sobretudo um medievalista (...) não vendo a realidade por amor da doutrina (...) esquece os Descobrimentos e a Expansão, afinal tudo aquilo para que a glorificada idade média não fora senão uma preparação, tudo aquilo que avulta na história de Portugal (...) afinal tudo aquilo que define e explica Portugal» (Carvalho 1974: 228).

marcados pelo cristianismo e por uma noção de Razão e de Absoluto que estão nos antípodas do cepticismo temido por Herculano como efeito da existência de sistemas filosóficos, múltiplos e contraditórios³⁵.

Antero e as Causas da decadência dos povos peninsulares

Antero de Quental (1842-1891) foi a mais cara figura do panteão sergiano, a ele tendo dedicado o seu primeiro livro de prosa, publicado em 1909 – *Notas sobre os sonetos e as tendências geraes da philosophia de Anthero de Quental*, um ano depois de um volume de *Rimas*, onde a inspiração do autor das *Odes Modernas* e dos *Sonetos* é também evidente. A relação de Sérgio com Antero foi sempre visceral, estabelecendo-se um diálogo interno constante, onde por vezes se percebe a dissolução, tanto quanto ela é romanticamente possível, das fronteiras entre estes dois espíritos. Mas, o que aqui importa agora é o aspecto mais racionalista da compreensão histórica que acompanhou o desejo de ressurgimento da grei portuguesa que os irmanou num ideal moral, cujo propósito foi o de resolver a questão social, com especial atenção dada aos aspectos económico e pedagógico.

Considerando sinteticamente o pensamento filosófico de Antero, com o intuito de iluminar a inspiração anterioriana sobre o jovem Sérgio, importa, em primeiro lugar, afirmar que o ideário expresso nas *Tendências geraes da filosofia na segunda metade do século XIX* (1890), a sua grande obra filosófica, apesar de pouco extensa, articulam ideias e intuições que se encontram já no Antero que escreveu as *Odes Modernas*, cf. (Sérgio in Quental 1943: 31), ou seja que o seu ideário filosófico permaneceu estável desde meados dos anos de 1860. As ideias de Absoluto, de evolução (ou desenvolvimento) e a visão pampsiquista são-lhe centrais, sendo sua fonte o primeiro Schelling, para quem o Absoluto, incondicionado e infinito, que é a Substância, o Uno e o Todo, dá o fundamento a qualquer ser finito. Essa Unidade eterna e absoluta apresenta-se no Universo, isto é, na Natureza, com a forma de um Progresso. As coisas do Universo possuem em si uma alma, um princípio inteligível afim da noção platónica de Ideia. O processo evolutivo é, no seu fim, uma história da consciência. O próprio desenrolar do princípio organizador único – Antero dará dele a imagem de uma ‘espiral de espirais’ (Quental 1991: 162) – traduz um esforço no qual a actividade dos seres finitos é gradual e indefinida. A significação moral dessa marcha gradual, que centra o Ser na Actividade, é dita por Antero:

35 Ignoro a reacção de Sérgio a este livro com cujo autor virá em breve a travar uma dura polémica. Barradas de Carvalho dirá que «o trabalho de António José Saraiva é com as páginas de Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo*, o que de mais penetrante se escreveu sobre Herculano» (Carvalho 1950: 232).

«Iludem-se os que procuram na filosofia a verdade total e definitiva, a fórmula completa (...) que uma vez conhecida (...) os tornaria deuses, segundo a expressão bíblica, ou, segundo o nosso modo de ver, os tornaria inertes, ininteligentes, moralmente decrépitos, adormecidos beatificamente à sombra da árvore da ciência. Saber tudo equivaleria a nada saber. Uma filosofia definitiva (...) implicaria a imobilidade do pensamento humano: o absoluto anestesiá-lo-ia» (Quental 1890/1989: 117).

A sensibilidade historicista de Antero e o interesse pelas reflexões de historiadores são patentes na sua obra desde o início. Conhecedor da obra de Herculano (o qual virá a manifestar-se contra o modo como as Conferências do Casino são proibidas), e de autores franceses caros a este (casos de Voltaire, Thierry, Guizot), na sua correspondência há muitas menções a historiadores, eis mais alguns referidos: clássicos da Antiguidade, os alemães do século XIX (Ranke, Mommsen, etc.), Taine e Renan e acima de todos Michelet, com quem aliás contactou pessoalmente em Paris. As suas conversas com Oliveira Martins, desde a década de 1860, foram decerto férteis em discussões fecundas sobre tópicos históricos, ao longo das quais a interação lhes permitia ir mudando e aperfeiçoando os juízos. Um claro sinal disso é o modo como o texto de 1871, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, é revisitado por Martins na *História da Civilização Ibérica*, tópico a que voltaremos.

O pendor para a história filosófica é muito saliente na reflexão de Antero. Preocupam-no os aspectos de ordem ideacional que permitem definir uma dada época histórica e a marcha geral da humanidade, em bom acordo com a ideia de fundo da filosofia idealista e evolucionista de Schelling e de Hegel, a de que o Espírito precisa da história, da marcha activa dos seres finitos, para emergir. Por exemplo, em carta a Cândido de Figueiredo, de 1 de Maio de 1870, falando a propósito do modo de construir os personagens na dramaturgia de um Schiller (autor do *Tasso*), Antero censura a falta de inserção no espírito da época a que pertencem:

«Os personagens de Schiller não pertencem a uma época ou a uma civilização determinada. Acha isto uma vantagem? Cousin e os espiritualistas franceses dizem que sim, porque esses personagens sem pátria nem idade certa, dizem eles, representam, não o que há de accidental e fortuito no homem, mas o que há de essencial e de eterno. Mas esse homem assim não existe, nem pode existir, é uma abstracção. O verdadeiro homem é isso certamente, mas além disso é ainda a forma particular que essas disposições universais tomam em face de tal e tal civilização e debaixo de tais ou tais crenças, instituições e ainda climas: não me parece que haja verdadeira e radical oposição entre o mundo real e o ideal, porque o real, se é o limite, é também o meio, o instrumento e a forma do ideal» (Quental 1989, *Cartas* I: 110).

Outra questão que Antero e Martins consideraram foi a da passagem do primado da transcendência ao da imanência (que teria ocorrido pelo Renascimento), preocupação que espelha a leitura de Comte, em cuja reflexão se destaca a lei dos três estados, em que o terceiro é o positivo, ou científico, e que corresponde, só grosso modo, à ideia anterior de ‘Imanência’, uma vez que no entendimento anterior a positividade deve incluir a metafísica – «o verdadeiro positivismo é o idealismo» escreve em 1872 (Quental 1989, *Cartas* I: 2: 170) –, e que se manifesta na ideia anterior de uma filosofia positiva, como se lê em carta a Martins de 1874: «a *nossa questão*, que concordo com V., é a grande questão, a chave da filosofia da história (...) O *ponto* é (...) podia o espírito antigo, representado no que tinha de mais alto, as suas escolas filosóficas, constituir uma *filosofia positiva*, isto é, dar uma solução positiva à metafísica e cosmogonia, estabelecendo por conseguinte o ponto de vista da Imanência?» (ibidem: 251).

Em carta a Oliveira Martins, de Maio de 1874, em que refere leituras sobre história e filosofia das ciências (o *Cosmos* de Humboldt) e obras de Michelet e de Cournot, afirma:

«A filosofia da Civilização europeia está ainda muito longe de se considerar feita. Por ora tem-se estudado e muito bem, a evolução das instituições: mas o que explica esta e domina tudo, a evolução metafísica-psicológica é quase um mistério ainda. Quanto a mim a chave do arcano deve encontrar-se num estudo comparado da história da filosofia, das religiões e das ciências, desde Tales e Pitágoras até ao século 16º» (ibid.: 243).

O ideal de compreensão global da marcha geral da história – onde a preocupação teleológica, finalista ou orientada, como princípio regulador, por uma certa ideia de progresso, de que a racionalidade e a moralidade capazes de aperfeiçoar o viver social, vectores que se devem sobrepor ao instinto, são traços essenciais – presidiu ao malgrado, e incrivelmente ambicioso, projecto anterior de escrita do *Programa dos trabalhos para a geração nova* (primeiro lustro da década de 1870), no qual pretendia fazer «uma exposição das ideias revolucionárias: filosóficas, políticas, económicas e morais» (ibid.: 140), exposição que, cronologicamente, começaria lá pela altura do início do tempo dos Árias, que escreveram os Veda (ibid.: 150), cf. (Catroga 2001: 22-28).

É um facto que, na sua leitura de 1909 sobre os *Sonetos* e as *Tendências*, o jovem Sérgio cuida pouco da filosofia da história e análise dessa linhagem de metafísicos que pensam a priori deduzindo a natureza a partir do sujeito, e embora releve a atitude anterior de busca de uma ‘metafísica indutiva’, a qual traduz um esforço de conciliação entre Hegel e Comte, não analisa as tentativas nesse sentido, nomeadamente a proposta por Eduard von Hartmann que terá inspirado Antero; e isso, embora fosse conhecedor da feita nessa mesma direcção por Alfred Fouillée (1838-1912), o filósofo evolucionista francês que

falava de uma 'vontade de consciência' cosmológica, sinal de que elas o deixavam algo perplexo, decerto por estenderem o psíquico (ou o espiritual) ao vital e ao inorgânico, sem definirem bem as distinções entre esses graus de ser e sobretudo sem saberem positivamente o que gerava essa evolução.³⁶

Sérgio prefere dar importância ao modo como Antero terá nas *Tendências* feito «o enxerto das ideias morais simpáticas ao seu génio», concebendo um culminar moral do desenvolvimento do Universo o qual não resulta de um qualquer determinismo, mas sim da acção livre dos membros da Humanidade. Recordemos a seguinte passagem das *Tendências*:

«O progresso da humanidade é pois essencialmente um facto de ordem moral (...) sem o esforço sempre renovado do pensamento para a razão, da vontade para a justiça, de todo o ser social para o ideal e a liberdade, o caminho andado escorrega debaixo dos pés e a animalidade toma outra vez posse do terreno onde o espírito, adormecendo, não soube manter-se» (Quental 1989: 164).

Por isso, Antero censura Hegel, afastando-se dos seus fatalismo e panlogismo, ao julgar que um tal sistema metafísico «arrastando e como que triturando todos os seres na sua poderosa engrenagem, substituindo à realidade a dialéctica, parecia anular os indivíduos, fundidos na absoluta unidade do ser-ideia» e suprimir «a liberdade como incompatível com a necessidade lógica dos desenvolvimentos desse ser». Esse sistema como um todo fica, portanto, condenado, por muito profunda e subtil que seja a «a concepção hegeliana da história, da política, da ética». A sua filosofia, com o seu otimismo cósmico de uma evolução idealista, e com o seu eticismo radical, marcado pela crítica sócio-económica de um Proudhon, decerto favoreceram em Antero a compreensão geral do processo histórico português, feita sob a ideia reguladora da antinomia progresso/decadência.³⁷

36 No fim da obra, Antero explica quais as correntes filosóficas que pretende conciliar: o positivismo (comteano e o das ciências físicas e biológicas, nomeadamente a dominante mecanicista), o idealismo alemão (absoluto, postkantiano), o espiritualismo francês e o criticismo (kantiano), cf. (Quental 1890/1989); mas percebe-se que Sérgio não estivesse contente com o resultado.

37 Cf. (Sérgio 1909/2001: 132, Nota 38), (Quental 1890/1989: 164, 140, 137, 139). Joaquim de Carvalho, no seu *A evolução espiritual de Antero* (1929), mostrou como Antero tinha acedido ao pensamento de Hegel a partir dos escritos franceses do italiano Vera, relevando três concepções colhidas por Antero em Hegel: «a da Ideia; a da história como desenvolvimento da Ideia (*fiere* ou devir da Ideia), e a da Filosofia como sistema de explicação total», notando que a segunda tem duas vertentes, uma associada à noção de virtualidade infinita, de 'eterno germe' e de 'espírito universal' e outra associada à historicidade. Ora, o Antero da maturidade percebeu que no Hegel esta última surgia associada ao «culto pelas doutrinas do Estado prussiano» (Quental apud Carvalho 1929/1983: 63). Tal era incompatível com as suas tendências socialistas proudhonianas, para as quais 'Revolução' significa «realização da justiça na humanidade, pela substituição da revolução económica à revolução meramente política» (Carvalho 1929/1983: 67). Ora, «o Progresso – isto é, a realização da Ideia pela Revolução – somente se alcança pela liberdade, isto é, pela capacidade de decisão e de luta pelo ideal que se quer. (...) este pressuposto não procede de Hegel (Vera) mas de Proudhon, na justificação da liberdade revolucionária no *De la justice dans l'église*, um dos livros que mais profundamente ficaram gravados na mente de Antero» (ibidem: 70).

Passemos então à célebre conferência de 1871, *Causas da decadência dos Povos peninsulares*, uma das Conferências do Casino. Antero afirma que a decadência é um facto incontestável à luz do olhar do ‘historiador filósofo’. O tópico da ‘decadência’ tem feito correr muita tinta, havendo uma ‘unanimidade’ sobre o carácter excessivamente plurívoco do seu sentido, na historiografia; por isso há porventura uma certa preferência pelo termo ‘declínio’. ‘Decadência’ apelará para uma diferença entre o passado (idealizado) e o presente (julgado com pessimismo) e surge frequentemente com uma conotação moral, cf. (Malik 2019: 30) (Catroga 1991: 30). Antero, explicitamente, usa o termo inspirado pela literatura histórica sobre o que sucedeu no ocaso do mundo romano antigo: «Meus senhores: há 1800 anos apresentava o mundo romano um singular espectáculo. Uma sociedade gasta, que se aluía», (Quental 1923-1931, *Prosas* II: 139). Recorde-se que o termo é usado no título da obra *Considérations sur les causes de la grandeur des Romains et de leur décadence* (1734) do iluminista Montesquieu, que, junto com Voltaire, propõe a ideia de uma história filosófica. Montesquieu, seguindo Tácito, associa a decadência à expansão imperial, e ao despotismo do poder romano (Malik 2019: 37), aspecto que se encontra em Herculano e em Antero. O alemão Niebuhr no seu *Römische Geschichte* (1811–1812, rev. 1827–1832) manteve a ideia, usando uma metáfora vitalista, ao pensar em termos de ‘juventude’, ‘maturidade’ e ‘velhice’; e Mommsen na sua monumental *História de Roma* de 1867 continuou essa tradição historiográfica. Sérgio encontrou-a ainda viçosa como o atesta a obra de Guglielmo Ferrero (1871-1942), *Grandezza e decadenza di Roma* (1902-1908)³⁸.

O carácter sintético do texto anterior de 1871 corresponde a essa necessidade de um entendimento global da nossa história, necessidade sentida por um espírito eminentemente filosófico. Antero é um dos grandes filósofos portugueses do seu tempo, propondo um espiritualismo de cepa idealista, inspirado pelos filósofos post-kantianos Schelling e Hegel e pelas ramificações do

38 Ferrero, autor que Sérgio muito estimou e ao qual amiúde se referiu, gozou de grande prestígio internacional, como o atestam as traduções de obras suas para inglês, alemão e francês. Por exemplo, numa nota bibliográfica à tradução americana de *Grandezza e decadenza di Roma* (1908), George B. Rose nota que «a grande influência das causas económicas no desenrolar dos eventos é posta em evidência de modo bem mais claro que o que foi feito por Mommsen». Como assinala G. Busino: «A significação de *Grandezza e decadência de Roma* é ideológica, ou seja, prática e política: ela tem por missão advertir os leitores contra o perigo engendrado pelas novas condições de vida, contra a demagogia e as aventuras políticas. Com efeito, Ferrero queria mostrar as ambiguidades e antinomias de uma época atormentada, em resumo, todos os males que ele considerava como mortais para a vida da democracia e das liberdades (...) Ferrero é melhor e mais do que um historiador: ele é um pensador político, um doutrinário social que só utiliza símbolos da história para melhor provocar a imaginação, para melhor preparar a acção» (Busino 1986: 187, 191). AS alude a esta obra no seu primeiro escrito de teor histórico, *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*: «A orientação exclusivamente guerreira foi causa que as nossas conquistas não produzissem uma burguesia rica e afanosa, como em Roma, por exemplo (é ler a obra de Ferrero), mas uma fidalguia corrompida e um populacho de mendigos» (Sérgio 1914/2008: 21).

pensamento destes na segunda metade do século XIX, à qual se acrescenta o humanitarismo francês (de um Michelet) e as leituras de Proudhon, sendo o resultado um espiritualismo evolucionista que afirma a contingência e o possibilismo, frutos da acção da liberdade humana, e que coloca na eticidade a pedra de toque do sentido geral da evolução cósmica, isto é, do ‘drama do ser’.

O texto de Antero está muito bem articulado e escrito, e tal deve-se ao seu espírito filosófico e à qualidade do seu estilo que, como assinalou Óscar Lopes, dá um carácter perene à sua prosa, (Lopes 1983: 76). Depois de um prólogo onde se apela para a tolerância, inteligência crítica, o que inclui a ideia de pensar hipoteticamente, e preocupação moral do interlocutor, Antero expõe o seu diagnóstico da decadência, para depois passar à análise das suas causas, terminando com uma conclusão que aponta para o futuro. Afirmando «a nossa fatalidade é a nossa história», Antero propõe um tempo de revolução, onde a cada uma das três causas da decadência – catolicismo, monarquia centralizada, inércia industrial – se deve opor um motivo regenerador, de matiz socialista libertária e inspirada pelos valores iluministas. Respectivamente a cada uma das três causas há que opor: um ideal espiritualista de «contemplação directa do divino pelo humano», culto da filosofia, da ciência e crença no progresso; o ideal federalista, «federação republicana de todos os grupos autónómicos»; um ideal económico liberal/socialista de trabalho produtivo, «iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa» (Quental 1923-1931, *Prosas* II: 138-139).

Antero reafirma algumas das ideias de Alexandre Herculano, por exemplo, elogiando a nossa Idade Média: «O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. (...) Entre todos os povos da Europa central e ocidental somente os da península é que escaparam ao jugo de ferro do feudalismo»; esse período caracteriza-se por «um instinto do Direito (que se) agitava forte nas consciências»; isto, num quadro onde se constatava a «falta de coesão do maquinismo católico», havendo «tolerância pelos mouros e judeus, raças infelizes e tão meritórias», (Quental 1923/31, *Prosas* II: 95-97).

De facto, as três causas da nossa decadência, enunciadas por Antero, apontam todas elas para o século XVI – o Concílio de Trento (que estabelece o catolicismo fanático enquanto os países protestantes se desenvolvem num quadro de pensamento religioso mais conforme com a liberdade de pensamento e a racionalidade económica), o absolutismo (que sufoca a liberdade da vida

local) e as conquistas (feitas sob a égide do ‘espírito guerreiro’ que se opõe ao ‘espírito de indústria’)³⁹. Antero considera a primeira causa como de ordem sobretudo moral, a segunda de ordem política e a terceira de ordem económica (ibidem: 127).

Vale a pena insistir no uso do termo ‘decadência’ no sentido económico por Antero, que releva o estado de dependência (e de inferioridade) da nossa economia. Esse uso espelha as preocupações com tópicos de economia política, o que vai a contra-corrente da assimilação do termo a um juízo essencialmente moral. Enquanto para Burke, figura central na linhagem ‘dominante’ no uso do termo, ‘decadência’ tem um âmbito político, cultural e moral, para Antero a vertente económica é também fundamental para a caracterização da ‘decadência’ que se inicia no século XVI, como o será também em Martins e em Sérgio⁴⁰.

Antero associa a decadência à expansão, citando Alexandre de Gusmão (1695-1753), Camilo Pallavicini (autor de ‘La legislazione ed economia agraria del Portugallo’, publicado em 1849 na *Rivista Italiana*, cujo primeiro capítulo é um estudo histórico da questão) e Rebelo da Silva (1822-1871) o autor da *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865* (começada em 1868, e que ficou em 1640, pela morte do autor). O despovoamento, a ausência de manufatura e o saque pelo estrangeiro, são relevados, numa crítica que repete a dos arbitristas :

«Dera-se com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições económicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros (...) atraída pelas riquezas acumuladas nos grandes centros, a população rural aflue para ali, abandona os campos e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício (...) ‘do reinado de D. Manuel em diante, diz Alexandre de Gusmão, somos sustentados pelos estrangeiros.’ (...) Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os» (ibidem: 129,130)⁴¹.

39 A crítica sobre a justeza da análise anterior das três causas decerto foi uma preocupação de Sérgio e da sua *entourage* seareira; ela encontra-se feita, p. ex., por Hernâni Cidade, cf. (Cidade 1962/1978: 70-75).

40 A literatura que considera o termo ‘decadência’ na historiografia portuguesa é vasta, ver p. ex. a entrada no *Dicionário de História de Portugal*, da autoria de Joel Serrão, 1971, I: 784-788; e (Silva 2017: 46-48), que se socorre do que Jacques le Goff diz em *História e Memória*, para concordar com Pedro Calafate no que toca à pluralidade de sentidos do termo ‘decadência’.

41 Apesar de Antero anunciar, no início da conferência, que a decadência corresponde ao nosso estado «nos três últimos séculos» (ibidem: 93), a verdade é que a argumentação baseia-se no que aconteceu no século XVI, o que explica a incompreensão de alguns historiadores económicos modernos que descrevem da estagnação ou retrocesso económico nos séculos XVII e XVIII no quadro do Antigo Regime (Magalhães Godinho que estudou a expansão do comércio colonial durante o século XVII, Borges de Macedo que estudou o século XVIII), cf. (Pereira 1978: 9, 20), historiadora que já é mais crítica quanto ao desempenho económico ao longo do século XIX.

Do ponto de vista da ancoragem teórica do julgamento da decadência económica, Antero refere de modo explícito, e é significativo ser este o único grande pensador de economia política citado, Adam Smith, na passagem seguinte:

«Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira [as conquistas] (...) embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio (...) é à luz da Economia Política que eu condeno as conquistas e o espírito guerreiro. Quisemos refazer os tempos heróicos na idade moderna: enganámo-nos (...) Qual é com efeito, o espírito da idade moderna? É o espírito de trabalho e de indústria: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da actividade produtora, e não já da guerra esterilizadora. O que sai da guerra não só acaba cedo, mas é além disso um capital morto (...) Domina todo este assunto uma lei económica, formulada por Adam Smith, um dos pais da ciência nas seguintes palavras: ‘o capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias’. Vejamos o que tem feito a Inglaterra com a Índia, com a Austrália e com o comércio do mundo. Explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura (...) Por isso a prosperidade da Inglaterra há dois séculos tem sido a admiração e quase inveja das nações» (ibidem: 128-129)⁴².

Como veremos, Adam Smith, autor bem conhecido dos economistas portugueses da Academia das Ciências desde o fim do século XVIII como defensor do livre-cambismo, interessou pensadores liberais e socialistas nomeadamente pela sua tematização das condições do trabalho produtivo, que inspirou Proudhon, e com as análises sobre a circulação da riqueza, sendo pois um autor decisivo para perceber a crítica sócio-económica que vai de Herculano a Sérgio. A necessidade de se criar uma mentalidade que substitua o espírito guerreiro (ou o parasitismo económico) pelo espírito de trabalho, aponta na direcção da Educação, aspecto a que muitos intelectuais ibéricos serão sensíveis no virar do século.

Martins: evolucionismo e decadência ibérica

Passemos agora a Oliveira Martins (1845-1894), o qual foi, se atendermos à semelhança na escolha e julgamento de tópicos-chave, o historiador português que maior influência teve sobre Sérgio. Mas, para o futuro autor dos *Ensaios*, Martins é muito caleidoscópico, colhendo múltiplas inspirações e afirmando

⁴² A crítica do escravagismo é um dos tópicos que o leitor contemporâneo relevará, cf. (ibidem: 131).

teses cuja coerência global é duvidosa. Nele o pensador económico e o filósofo da história têm algo de heteronímico, como se percebe no tópico da compreensão da nossa ‘decadência’, e Sérgio foi-se libertando do segundo à medida que se ia cada vez mais aproximando do primeiro⁴³. Essa atitude crítica em relação a Martins é particularmente nítida no longo prefácio que escreve na edição dos *Dispersos de Oliveira Martins* (1923-24), onde se lê: «Os esplêndidos ensaios de economia, ou de história económica nacional, devemos porventura considerá-los como o que mais sólido nos deixou sobre a vida do nosso país» (Sérgio, *Ensaio V*: 15).

Martins, tal como, ou até por influência de, Antero, tem preocupações fundacionais e metafísicas, patentes no plano de organização da sua *Biblioteca das Ciências Sociais*, projecto que inicia em 1879, plano onde os volumes iniciais traduzem um aggiornamento com o pensamento evolucionista de que Haeckel é um dos arautos. Fernando Catroga, que tratou sobretudo do filósofo da história no seu texto ‘História e ciências sociais em Oliveira Martins’, mostrou como Martins se afastou simultaneamente do positivismo e do republicanismo. Os acontecimentos humanos surgem inscritos num vasto processo evolutivo no qual ocorreria um progresso qualitativo que correspondia à desenvolvimento de um dinamismo cósmico que se constata também na história, processo agónico de objectivação do Espírito, processo progressivo de que a consciência ética era a prova e cúpula. Trata-se de uma concepção metafísica monista que para Antero e Martins era uma exigência da razão humana e que tem afinidades com o pensamento de Schelling, Hegel, Michelet, Eduard de Hartmann, Ernst Haeckel e vários outros, (Catroga 1996: 117-120, 130). Uma característica essencial deste pensamento filosofante, que o oporá ao positivismo, é a assunção de uma finalidade nos processos gerais, o que aplicado à história significa que a história não se pode reduzir à ciência, se entendermos esta, como vinha do paradigma mecanicista, como explicando as coisas pelo princípio das causas eficientes; assim a ideia de finalidade é essencial para a história, tal como a ideia de que há diversos estádios de evolução das sociedades, (Catroga 1996: 124); de facto a noção de finalidade tinha ganho foros de cidadania no quadro das ciências da vida desde fins do século XVIII, aspecto a que Kant e Schelling haviam sido sensíveis. A importância do finalismo não se deve confundir com a crença num qualquer providencialismo, tendo Martins, como Antero, dado relevância ao papel do acaso nos feitos históricos, entendido este, na linha de

⁴³ Parte, por deixar de lado a análise económica, da complexa posição de Oliveira Martins sobre a expansão é analisada em (Ramos 1997: 116-124).

um Cournot, como a ‘colisão’ entre duas séries causais independentes, (Catroga 1996: 131)⁴⁴.

Um dos exemplos da complexidade da concepção martiniana da história é o da tensão entre a ideia de uma essência intemporal que caracteriza uma nação e a ideia de que a vida de um povo é construída historicamente. Tal traduz-se, por exemplo, numa mudança no apreço dos factores rácicos para explicar a existência da nossa nacionalidade. Se na primeira fase da sua obra (1866-1873), na qual escreve o seu ensaio sobre os *Lusíadas* (1872), se refuta «a teoria que ligava a formação de Portugal a uma raça concreta», na segunda apela-se «a fundamentos étnicos ou ‘rácicos’, como factores explicativos da história, em detrimento dos elementos de ordem racional», (Alexandre 1996: 186-187), cf. (Ramos 1997: 120). Na sua obra *Raças humanas e a civilização primitiva* (1881), Martins afirmará teses eurocêntricas e arianas, de acordo com a ideia de que a raça é o «principal veículo de objectivação da história»; e, na *História da civilização ibérica* (1879), considerando o povo português como um ramo dos árias (indo-europeus) atribuir-lhes-á «a missão concreta de, através dos descobrimentos e da colonização, criarem os meios necessários à mundialização ariana»; mas curiosamente ao apogeu sucedeu-nos a concomitante decadência – «cumprida a sua missão universal nos alvares da modernidade, os povos ibéricos entraram num processo de esgotamento e de queda, pois o facho da vanguarda passou para os povos arianos do norte, cuja mentalidade, mais pragmática, menos heróica e menos susceptível de entusiasmo religioso que os peninsulares, se adequava melhor às necessidades sociais e mercantis nascidas dos próprios descobrimentos, enquanto na península, ao invés, medraram os valores que conduziram à crise – o individualismo, o jesuitismo e o mero espírito de conquista», (Catroga 1991: 20, 21)⁴⁵.

Antero considerava, justamente, que o seu amigo Oliveira Martins era alguém menos sofisticado do que ele do ponto de vista filosófico, (Quental 1989, *Cartas I*: 198-199). De facto, Martins é mais atento à complexidade das realidades, e a heteronomia de perspectivas teóricas não o choca tanto, sendo por isso menos constante no radicalismo moral kantiano de cepa cristã. A ideia, em que Martins aparenta crer, de uma hierarquia evolutiva de raças humanas que se encontra dum modo fundacional na sua *Antropologia*, inspirada pela

⁴⁴ Sobre a Filosofia da História de Oliveira Martins, cf. (Catroga 1981), (Catroga 1996), (Gonçalves 2019).

⁴⁵ O modo como Martins generaliza a partir de figuras representativas para a nação ou para o ‘génio ibérico’ é patente no capítulo sobre Camões na *História da Civilização Ibérica*; as ramificações do ‘misticismo’, que ele prolonga até ao heroísmo da actividade guerreira, mostram a complexidade do seu pensamento e chocarão com a intuição racionalista sergiana de pacifismo, para a qual a religiosidade genuína não é (pode ser) guerreira. Sérgio referir-se-á criticamente, em 1923, à estratégia metodológica de simbolização que consiste na convocação de acontecimentos ou figuras tipo, cf. (Sérgio, *Ensaio V*: 21).

sua leitura de Haeckel, surge em Antero em algumas passagens das *Cartas*, mas está, significativamente, pouco presente nas *Causas da decadência* e nas *Tendências gerais da Filosofia*, sendo prevalecente o sentimento cristão e católico da igualdade das almas. Por seu lado, Martins incorporará os juízos de hierarquização das raças no quadro da sua reflexão sobre a história do Brasil e da sua visão prospectiva sobre a colonização portuguesa, admitindo que os africanos se encontram num estádio infantil, inferior ao dos Árias; mas tal, para Martins, não justifica a sua escravização, mas sim a necessidade de serem orientados no trabalho pelos capatazes árias (paternalismo eurocêntrico comum); o modo como descreve as revoltas dos escravos e a sua resistência nos quilombos do Brasil mostra que o seu juízo sobre as ‘raças inferiores’ é complexo e hesitante e não deve ser entendido como um exemplo de determinismo biológico; Martins simpatiza com a idealidade do catolicismo e do kantismo que, contrariamente aos ‘factos’ das diferenças ráticas, postula a igualdade das almas ou das pessoas, e no fundo crê que a liberdade é um valor maior pelo qual todos os grupos humanos se podem imolar. No entanto, Martins no seu ecletismo e tentativa de *aggiornamento*, fica mais preso do que o leitor actual desejaria ao pensamento evolucionista do alemão Ernst Haeckel, o qual afirma aqui e ali um Darwinismo, ou evolucionismo social que crê que o processo evolutivo hierarquizou as capacidades das diferentes raças, deixando índios e africanos na base da hierarquia.

Esta questão dos argumentos ráticos é fundamental na reflexão sobre a formação e identidade do Brasil. E interessa aqui directamente porque Martins vem a ser muito lido no Brasil e Sérgio aí vive em 1913-14, e a partir daí polemiza com Jaime Cortesão sobre o nosso colonialismo. Um caso paradigmático do preconceito rático, comum a muitos pensadores positivistas com formação nas ciências bio-médicas, é o do médico brasileiro Nina Rodrigues (1862-1906). As suas preocupações eugénicas, que o fazem crer que a ciência médica deve corrigir o Direito, traduziram-se na crença de que a mestiçagem levava à degenerescência (racismo científico). Opôs-se ao jusnaturalismo, por não crer na igual responsabilidade perante a lei dos indivíduos de raças diferentes; a igualdade seria uma ilusão resultante do princípio voluntarista da Ilustração, que levaria à inviabilidade do código penal com ele consentâneo; esse voluntarismo plasmado no sistema do Direito resulta de uma concepção espiritualista metafísica e desmentida pela ciência, importando introduzir uma relatividade de cunho evolucionista atenta ao facto da ‘desigualdade’ racial. Nina Rodrigues, como outros pensadores naturalistas e adeptos de uma causalidade científica redutora e determinista de base biológica, identificava assim raça e cultura, assumindo claras barreiras ou fronteiras ontológicas entre os diversos grupos étnicos, negando a universalidade kantiana, favorecendo unilateralmente um

dos termos do binómio hereditariedade-educação, e ignorando os usos contemporâneos do conceito de cultura na Alemanha, o que não será o caso de outros historiadores brasileiros seus contemporâneos que Sérgio conhecerá⁴⁶.

Essa sensibilidade particular que leva Martins a hesitar ou manter a tensão entre contrários (não os harmonizando, o que poderia corresponder à noção proudhoniana de dialéctica, desconfiada da síntese hegeliana, superadora da tensão) nota-se na *História da Civilização Ibérica* onde o tópico da decadência é tratado de modo plural e algo paradoxal. Para Martins a civilização ibérica tem o seu ocaso no século XVI: «A acção da civilização ibérica finaliza com o século XVI, deixando ao mundo preciosos legados; e a partir d'essa época, o historiador apenas tem a registar os factos da decomposição interna» (Martins 1880: 261). Ao tópico da sua decadência são dedicados dois capítulos – o capítulo VII do livro IV, 'Causas da decadência dos povos peninsulares', onde Martins expõe a sua perspectiva na qual avultam considerações de ordem económica de grande finura e pertinência; e o capítulo I do livro V 'A península nos séculos XVII e XVIII', o qual trata da crítica do texto de 1871 de Antero⁴⁷.

Martins julga que a «ideia [apresentada nas Conferências do Casino] se nos afigura incompleta e insustentável á luz da história» (Martins 1880: 262-263)⁴⁸. Martins traduz na sua linguagem as três causas, que se coligam durante o século XVI e que se arrastam pelos dois séculos seguintes: «o Individualismo, o Jesuitismo e as Conquistas». Para ele há um único princípio explicativo de todo o processo: «Todas três são, agora, formas corrompidas de um grande pensamento já anacrónico; e assim, o verdadeiro e único princípio da corrupção está no próprio facto da grandeza anterior». Isto é justificado com um raciocínio algo metafísico, baseado numa analogia biológica:

46 Ver os estudos de Fernando Catroga, p. ex. (Catroga 1991: 11-26). Sobre Nina Rodrigues, ver (Schwarcz 2016); um seu artigo de 1889, publicado nos *Archives d'Anthropologie criminelle* (Lyon), revista pivot da área, fundada em 1886, e onde Gabriel Tarde publicará, intitula-se "Métissage, dégénérescence et crime". O modo como os argumentos racionais se associaram ao evolucionismo pode ter despertado no jovem Sérgio um alarme intelectual particular pelo facto dele próprio ser mestiço, por lhe correrem nas veias 'sangue indiano'.

47 O iberismo teve o seu zénite entre os intelectuais ibéricos progressistas no período 1868-1874. Martins é um iberista com afinidades com Pi y Margall, para quem a solução do problema dos povos ibéricos passa pelo federalismo, cf. (Sanz 1997: 207).

48 Antero e Martins dialogavam em permanência e o poeta-filósofo exprimiu a mais alta opinião sobre este livro ao o recomendar ao poeta italiano Tommaso Cannizzaro, em termos que mostram a importância dada ao pensamento económico de Martins: «Oliveira Martins é antes de tudo um Economista da feição daqueles a quem na Alemanha chamam *Katheders-Socialisten*, que completam a ciência económica com a história e ainda a psicologia, considerando a sociedade como organismos vivos, que não podem ser bem compreendidos senão sinteticamente e em relação a todas as condições de meio e de tradição peculiares a cada uma delas» (Quental 1989, Cartas II: 789). É, pois, de admitir que Antero concordasse com a revisão das causas da decadência feita pelo seu amigo. Sérgio descreve Martins como Antero, decerto por conhecer esta epístola; a propósito da interpretação da nossa decadência na *História da Civilização Ibérica* diz: «Foi o economista muito mais poetizante e menos economista que o poeta» (Sérgio 1913b: 121).

«somos levados a concluir que as causas da decadência da Península não são uns certos e determinados factos desorganizadores, que devam contrapor-se às causas da sua anterior prosperidade e glória. Esse dualismo não é próprio da história, nem da natureza. As causas iniciais da vida e da morte são as mesmas: uma implica a outra; no princípio da primeira está a razão de ser da segunda. Os membros que na escuridão da cova se decompõem, roídos de vermes, são ainda os mesmos que, na plenitude da força, se moviam á luz do sol. Morreram: decompõem-se, porque se esgotou esse misterioso princípio de vida que dava unidade e alma ao organismo. A decadência das nações e a morte dos indivíduos são condições, necessárias ambas, da sua grandeza e da sua existência; e os fenómenos ou sintomas da corrupção coletiva, ou da decomposição dos organismos animais, são também apenas a perversão do princípio da vida, no qual se contém a necessidade da morte», cf. (Martins 1880: 264-266).

A decadência surge aqui como uma inevitabilidade metafísica algo paradoxal, uma vez que é a mesma causa que explica a ascensão e o declínio, aspecto que Sérgio meditou profundamente, propondo uma causa ou factor agente em toda a nossa História e que cumpre o preceito martiniano de princípio único sem ter cunho metafísico, como veremos mais à frente.

Este tratamento metafísico e organicista é predominante em muitos dos textos mais conhecidos de Martins. O seu organicismo traduzia-se numa concepção holista da sociedade, chegando a afirmar, na sua *Teoria do Socialismo*, que se deve entender «a sociedade como um organismo, e não como um mecanismo construído pelas forças reunidas dos indivíduos» (Martins 1873 apud Catroga 1996: 127). Nesta metáfora organicista, a vida das sociedades era comparada à vida dos seres vivos como se vê no excerto transcrito da *História da Civilização Ibérica*. Se a vida dos seres vivos e dos povos se caracteriza, pois, por nascimento, crescimento, declínio e morte, a harmonização deste ciclo vital com a tese de um progresso geral fazia-se de acordo com a ideia hegeliana de que «a realização do universal condenava inexoravelmente a parte à finitude e à morte, depois de cumpridas as funções que lhe eram próprias» (Catroga 1996: 141)⁴⁹. Este esquema a priori (fortalecido pelas suas leituras e pensamento sobre o Império Romano) levou Martins, na sua *História de Portugal* (1879), a periodizar o nosso corpo político com base nessa analogia ou modelo organicista, dando assim uma base filosófica à ideia de decadência nacional – à epopeia das descobertas sucede uma expansão/colonização (terceiro ciclo da nossa história), na qual se criam os germens da decadência. Martins escreveu:

⁴⁹ Em 1923, Sérgio referir-se-á criticamente à influência hegeliana do ‘idealismo absoluto’ e da dialéctica da ideia sobre a filosofia da história de Martins, cf. (Sérgio, *Ensaíos V*: 17, 25).

«os elementos de vida própria, formados na época anterior, produziram uma colonização à antiga e uma literatura neo-latina: nestas duas circunstâncias provámos faltar-nos a fibra de íntima originalidade nacional. A perversão dos costumes, a vastidão da empresa, o limitado dos nossos meios, os erros políticos, finalmente condenam-nos à perda de independência» (Martins 1879 apud Catroga 1996: 142).

A própria ideia de 'decadência' surge, em passagens da *História de Portugal*, com um sentido essencialmente moral, ainda que associado a erros políticos:

«O domínio português na Índia inclinava já, com trinta anos de vida apenas, à decadência. Os erros políticos originavam guerras permanentes; e o poder dos invasores, que num relâmpago se alargara por todo o Oriente, não se consolidava: agitava-se desordenadamente, no meio de questões sempre renascentes, extenuando as forças defensivas, e corrompendo-se intimamente. (...) 'Honra, eu a tenho: não venho mais que a levar dinheiro', dizia mais de um governador. D. Estevão da Gama foi ninguém; e Martim Afonso de Souza pregou com o exemplo, francamente cínico, a abjecção em que a administração da Índia se tomara – agora que terminara o saque de todas as costas, e as naus de Meca, mais raras e já artilhadas e preparadas para rudos combates, não davam com que satisfazer a cobiça dos ocupantes. A segunda época da história da Índia, a da podridão, aparecia já desenvolvida e acentuada por tal forma, que o governo de Lisboa reconheceu a necessidade de pôr cobro a tamanha desordem, e nomeou vice-rei D. João de Castro, leitor assíduo de Plutarco e decidido, por opinião, a ser um modelo de virtude, e um tipo de nobreza à antiga, – ou pelo menos à moda do que então se julgava terem sido certos dos antigos heróis» (Martins 1879, *Hist. Portugal* I: 280-281).

Tratemos agora do capítulo VII do livro IV da *História da Civilização Ibérica*, que sugestivamente se chama 'Causas da decadência dos povos peninsulares' (versão Martins), para assinalar os argumentos de natureza económica. Martins aí começa por argumentar contra-factualmente supondo 'e se a Ibéria não se tivesse aventurado na expansão ultramarina'; provavelmente com a sua 'força interna da nação' e a sua religiosidade teria levado ao extremo a luta com o protestantismo e ou a Alemanha ou a Espanha vitoriosas levariam à unificação da Europa. Assim não foi, e ao virar as costas à Europa, a Ibéria acabou mudando decisivamente a evolução da Europa, favorecendo o desenvolvimento de duas esferas que definem a modernidade – a «esfera dos conhecimentos científicos» e a «esfera da actividade comercial» (Martins 1880: 237). Quanto à segunda esfera, Martins deixa-nos a seguinte passagem que preanuncia a tese dependentista e a ideia de Wallerstein do sistema mundo e da qual bem se pode dizer que vale ouro, a qual se traduz pela ideia de que a

expansão globalizou a economia, surgindo uma estrutura mundial centro-periferia, que Martins critica a partir da ideia do valor-trabalho:

«O grande negócio ultramarino, sob a forma de especulação mercantil, e a acção dos metais preciosos que a América vazava sobre a Europa, dando origem ao regime bancário, imprimiram ao velho-mundo um carácter ainda não visto. Vivendo até aí sobre o fundo de riquezas próprias exploradas com o trabalho dos seus habitantes, a Europa desenvolvia-se normalmente. As descobertas vieram desviar do seu curso ordinário este desenvolvimento. Desde então a Europa apresenta o carácter antigo de Roma ou de Cartago, – isto é, o de um centro ou foco, d’onde irradia um poder dominador e explorador, – e, de uma nação, ou sistema de nações, passa a ser a metrópole do globo terrestre» (Martins 1880: 237-238).

Essa globalização arrasta consigo a «necessidade da escravatura, essa condição fatal das antigas sociedades reaparece na moderna, apesar do movimento das ideias morais que havia muito a condenara». A ascensão dos países protestantes, pace Max Weber, deve-se não à mais-valia da sua religião em termos espirituais, mas à sua índole mais ajustada ao comércio:

«as descobertas, dando pasto a essa actividade mercantil, – tão alheia ao génio da Espanha, que a matou por se tentar por ela, – dá o ceptro da influência, no concerto europeu, às nações protestantes, por índole mais adequadas ao exercício das funções que o mundo agora presava mais. Essa influência, porém, não é religiosa, é apenas mercantil; e se a princípio parece que as descobertas são uma causa da vitória final do protestantismo; examinando melhor, vê-se que o vencedor foi o génio mercantil, e não o génio religioso das nações protestantes» (Martins 1880: 238)⁵⁰.

Como economista socialista, Martins vê bem, retomando o paralelo com o Império Romano, como a expansão propiciou o desenvolvimento do capitalismo à escala mundial, identificando os seus vícios e consequências – estratificação e luta de classes, domínio moral da cobiça:

«Reaparecimento da escravidão; constituição de uma aristocracia do dinheiro, sem base histórica ou moral, – classe que causara a ruína de Roma e hoje ameaça a estabilidade das nações da Europa, com o perigo das insurreições da fome ; – predomínio das tendências utilitárias ou egoístas que afinal vem a declarar-se aberta e abjectamente em doutrina seguida com aplauso; impossibilidade de desenvolvimento normal das classes na sociedade, e como que

50 Martins propõe dois tipos de factores, ou «fios explicativos», para explicar a Expansão (que encontrarão desenvolvimentos ao longo do século XX, produtores de antagonismos ideologicamente carregados, mas também de avanços ‘científicos’ que os harmonizam). Um deles é o «fio explicativo vital-emocional» que convoca o «misticismo, o fervor da expansão da fé»; o outro é o da «explicação económico científica», (Godinho 2007: 53-54); Sérgio elimina o primeiro, desenvolvendo o segundo.

paralisação da história : – eis aí as consequências gerais deletérias que a descoberta do novo-mundo trouxe para a anfictionia europeia» (Martins 1880: 238-239).

Mas Martins, que tem uma concepção dramática da história, onde os grandes movimentos são inevitáveis, vai afirmar que, junto com estas consequências deletérias, a globalização económica propiciada pela expansão favoreceu o desenvolvimento científico e permitiu forjar ferramentas económicas que devidamente empregues poderão aliviar os povos da miséria⁵¹:

«Acabar de descobrir e avassalar a superfície do globo era uma fatalidade para a Europa, e, desde que tal facto se desse, as consequências perturbadoras haviam de sentir-se. Não só esses males foram, – e são ainda, porque ainda padecemos deles, – necessários; mas foram até, num sentido, excelentes; porque por tal preço podemos desenvolver e aumentar a esfera dos nossos conhecimentos; e aprender a usar do maquinismo do crédito, arma com que viremos a resolver, hoje, problemas de economia social, idênticos aos da Antiguidade, que a destruíram economicamente, e nos ameaçam a nós agora» (Martins 1880: 239).

Como veremos, Sérgio nos seus primeiros textos de interpretação histórica está ainda muito impregnado pelo liberalismo livre-cambista – quando muito, ele é ainda um socialista tímido – e não dará o devido valor ao Martins Economista, que Antero anunciara a Cannizzaro, aspecto que corrigirá com o seu ensaio sobre a conquista de Ceuta. Mas Sérgio conhecia este texto, no qual aliás se anuncia uma das duas causas que Sérgio dará para interpretar a decadência peninsular – a purificação ou isolamento, consequência do extremismo a que o sentimento místico do génio peninsular levará numa segunda fase da sua vida: «Assim como a propagação tinha sido o primeiro acto do drama religioso da Espanha, assim a purificação da fé é o segundo» (Martins 1880: 246), purificação na qual a chamada à península da Inquisição levou à perseguição e expulsão dos judeus e dos mouros, processo que Martins narra de modo cáustico.

Mais à frente, revisitaremos os textos de pensamento económico de Martins, nos quais o leitor moderno percebe como a debilidade da expansão e império colonial português pode ser entendida sem recorrer às metáforas biológicas e sem dar predomínio aos juízos morais.

51 Esta inevitabilidade, que Martins afirma, vai de par com a ideia de que se não deve condenar o drama que se desenrola na história, p. ex. «não condenemos, pois, as duras consequências do heroísmo» (Martins 1880: 258). Não obsta isto a que o estilo de narração de Martins e muitos dos seus comentários são, de facto, de condenação, a partir de uma moral não-utilitarista e de um socialismo que pensa a partir de uma concepção de economia política que assenta na dignidade e primado do trabalho, isto é, do trabalhador.

A decadência revisitada: o parasitismo ibérico e alguns colegas brasileiros

Sérgio é, a partir de 1912, uma das figuras do movimento cívico-cultural da Renascença Portuguesa, em cuja sede, no Porto, pontifica o poeta e filósofo da saudade Teixeira de Pascoaes. Sérgio, que desde a infância vivia em Lisboa, pertence ao núcleo do Sul (Lisboa e Coimbra), sendo Raul Proença a figura central deste; a maioria dos sócios são da região norte. O movimento reúne artistas, literatos, publicistas, todos tendo em comum a antipatia para com a hegemonia mental do positivismo entre as elites portuguesas republicanas, sentimento que se inspirava decerto no espiritualismo do poeta-filósofo Antero de Quental, mas que traduzia também um contexto de pensamento ibérico onde se destacavam Pelayo, Unamuno e Ganivet. Todos desejavam o ressurgimento nacional, agora que a República estava implantada, percebendo-se que a simples mudança de regime e a retirada de poder à Igreja não eliminavam o efeito das causas profundas da nossa decadência ou atraso. Havia que criar uma nova e activa República das Letras, cabendo aos intelectuais associados assumir o seu papel de educadores e de agentes culturais, cf. (Macedo 1983: 474), (Matos 2017: 4, 5).

Pascoaes, em nome do movimento, dirá, numa conferência em Maio de 1912, que o seu fim «é trabalhar para o renascimento do espírito da nossa raça (...) fazer reviver no povo português a alma portuguesa (...) tirar das fontes originárias da vida uma nova vida»; para ele «a decadência que sucedeu ao período épico ou camoniano (anterior a Camões) apagou, por assim dizer, o espírito português, preparou a invasão do estrangeirismo desnacionalizador que revestiu vários aspectos: religioso (Inquisição no tempo de D. João III e o Jesuitismo); literário e político (Constitucionalismo e livros franceses)» (Botelho e Teixeira 1986: 21-22). De facto, Pascoaes esboça, de modo eloquente mas não muito articulado, um pensamento filosófico espiritualista que convoca explicitamente o *Creacionismo* de Leonardo Coimbra, filósofo bergsoniano; e explica a decadência de um modo peculiar, ao, por um lado, retomar a ideia de Herculano e de Antero de que a Igreja portuguesa com Trento perdeu a sua autonomia, devendo-se voltar à ideia de uma Igreja lusitana (o que não é directamente incompatível com o típico anti-clericalismo republicano), e ao, por outro lado, obliterar a censura ao centralismo absolutista, preferindo denunciar (os vícios) do constitucionalismo e lançando as culpas num estrangeiramento dos costumes por via da literatura francesa, mal digerida pelos bacharéis que a Universidade de Coimbra tem produzido. Como é sabido, a proposta de uma filosofia da saudade como panaceia moral capaz de gerar nova mentalidade, que revive criativamente o passado, levará a uma polémica entre Sérgio, que

assumirá uma perspectiva racionalista e cosmopolita, e Pascoaes, nas páginas de *A Águia*; esta inicia-se com o texto, de título pauliniano, ‘Epístolas aos saudosistas’, de Outubro de 1913, e prolongar-se-á até Julho de 1914. Esta polémica, que se trava num clima de tolerância e que de algum modo levará ao auto-silenciamento filosófico de Pascoaes, é relevante para o retrato ideacional de uma certa elite literária nacionalista, havendo nela elementos que serão aproveitados pelo sincretismo ideológico do integralismo lusitano.

Do ponto de vista do desenvolvimento do pensamento histórico de AS, são, no entanto, muito mais importantes os textos publicados na segunda revista da Renascença Portuguesa, *A Vida Portuguesa*, dirigida por Jaime Cortesão, a qual é mais dedicada à reflexão sobre a sociedade portuguesa. Aqui publicará AS uma série de 4 textos em que retoma o tópico central do nosso atraso ou decadência. Essa reflexão, feita em diálogo polémico com Jaime Cortesão (‘o amigo Barbiruivo’), a quem Sérgio atribui um ideal historista inútil para o presente, inicia-se com o texto ‘Variações do amigo banana, amador de estudos históricos, sobre inquisição e humanismo’ publicado em Dezembro de 1912. Essas ideias interpretativas da nossa história, críticas do ‘excesso de passado’ por parte dos arautos portuenses do movimento, são retomadas nos opúsculos, também editados pela Renascença, *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares* (conferência de apresentação da Renascença Portuguesa, realizada no Rio de Janeiro em Julho de 1913), *Educação Cívica* (publicado inicialmente como um ramalhete de artigos em *A Águia* em 1914) e *Considerações histórico-pedagógicas* (1915). Para Sérgio o historismo advogado por Cortesão tem íntima conexão com o saudosismo de Pascoaes e o futuro autor dos *Ensaio*s entrevê graves perigos no culto de ambas as atitudes como o diz lapidarmente a Cortesão:

«No domínio social, o Saudosismo é o Historismo lírico: a saudade dos ‘bons tempos’ em que se era ‘uma nuvem de gafanhotos’ [isto é, uma das pragas bíblicas que assolaram vários continentes]. Só alcançaremos um viver decente quando atirmos completamente ao diabo o Historismo e o Saudosismo, quando nos convenceremos afinal de que ‘o Brasil está em casa’, no trabalho fecundo das profissões usuais. Se o Historismo em toda a parte é a morte a entorpecer a vida, para as nações ibéricas constitue ele muito especialmente uma monstruosa aberração, porque o nosso viver histórico foi uma contradição monstruosa a todas as condições normais de vida e a todo o espírito da civilização moderna. Em qualquer espécie animal, parasitismo significa degenerescência e abjecção, do indivíduo e da comunidade» (Sérgio 1913b: 127).

Nestes textos de Sérgio, que retomam argumentos esgrimidos por muitos pensadores ibéricos progressistas, destaca-se, além de uma ética de trabalho afim da ética protestante, uma perspectiva crítica e racionalista, marcada por

um dedutivismo apriorístico, que se sobrepõe ao particular do acontecer histórico, privilegiando a ideia de que causas profundas, responsáveis pelo atraso ou decadência presentes, agem com continuidade ao longo de grandes períodos da nossa história; causas que não correspondem a uma qualquer essência (raça, alma) mas a hábitos persistentes que ou se realimentam a si próprios para além do período em que foram úteis, – caso do espírito guerreiro que se teria implantado naturalmente com o esforço da reconquista, traduzido nos milhares de batalhas ocorridas na Península ibérica para recuperar o território aos muçulmanos –, ou a hábitos que, compatíveis com os primeiros e até reforçando-os, foram devidos a causas externas – caso do isolamento ou mania da purificação que se liga à Contra Reforma e à Inquisição, hábito que prolonga o espírito guerreiro no que tem de parasitismo sobre outras populações ou grupos humanos, paradigmaticamente exemplificado por mouros e judeus, identificados por Sérgio como os grupos sociais especializados na produção e geração de riqueza.

Estes hábitos históricos persistentes que Sérgio identifica são propostos a partir do diagnóstico do presente (para o que concorreram leituras de uma série de autores estrangeiros que não comungam do sentimento patriótico de Pascoaes e de Cortesão), havendo pois na ideia de duas causas da decadência ibérica, algo de explicação finalista (o finalismo evolucionista é omnipresente em Antero e Martins), uma vez que esses hábitos ou causas profundas traçam o caminho desde o passado longínquo até ao presente, curiosamente nos antípodas do ideal finalista de progresso que move a modernidade; daí o imperativo de correcção dos vícios, de ressurgimento que anima Sérgio (e os seus companheiros).

O seu criticismo é também orientado por uma preocupação moral que aponta na direcção kantiana de um ideal de Homem Universal, ao contrariar o ideal identitário que nos vê de um ponto de vista essencialista como membros de uma Raça lusitana que foi pervertida pelo estrangeiramento; a única essência que Sérgio aceita é a do modelo antropológico que todos exemplificamos enquanto membros da Humanidade (e de uma mesma espécie biológica onde o social é o factor decisivo e aperfeiçoável, afirmação do seu racionalismo voluntarista à la Renouvier). O que reúne um grupo humano em torno de um ideal de pátria é de outra ordem:

«Não são essas quiméricas, incognoscíveis dosagens de sangues, que formam uma pátria, mas sim os vínculos morais, a mesma vontade e a mesma língua, o mesmo sentimento e a mesma ideia sobre a existência nacional. Dolicocéfalos ou braquicéfalos, loiros ou castanhos, são genuínos portugueses (...) todos os súbditos de el-rei Camões» (Sérgio 1913b: 127).

Sérgio faz, nestes artigos, a apologia do individuo autónomo e com iniciativa, o qual com o seu trabalho produtivo gera a riqueza que reverte, no espírito

do ideal liberal e kantiano de um Herculano, a favor da comunidade, com quem coopera criativamente por uma natural predisposição para a simpatia para com os seus semelhantes, usando o talento da sua desigualdade individual para promover a igualdade, a dignidade de todos.

Começemos, na análise destes artigos de 1912-1913, com a problematização do recurso ao passado e às tradições para circunscrever uma Raça e um destino, a qual surge logo no primeiro deles. Os filólogos e estudiosos do folclore, ao estudar, de modo científico, o povo, suas lendas e as tradições, encontram, diz AS, «temas universais (...) no mais íntimo do nacional veem aparecer a cultura humana». A esta perspectiva opõem-se aqueles que criam um modelo passadista do puro génio tradicional, classificado de «Historismo, Defuntismo», reclamando para si uma renovação dos estudos históricos, que servirá para gerar «o novo ideal colectivo» que deve «mergulhar as raízes no passado», nas palavras de Cortesão. Ora, entrevendo a ‘ideologia da saudade’ por detrás desses propósitos Sérgio denuncia essa instrumentalização da história, opondo-lhe um ideal mais puro e desinteressado e vantajoso para o rigor do métier do historiador, caracterizado pela «disciplina mental», «educadora das faculdades críticas», sem que tenha ou deva ser «excitador do progresso ou inspirador da política»; AS afirma: «na escola é a história uma disciplina científica, – e quando ensinada a valer, uma sublime desvanecedora de preconceitos e paixões tolas» (Sérgio 1912: 28, 29)⁵². Mas, logo de seguida, e algo paradoxalmente, propõe para ela outras funções mais pragmáticas:

«a história é um soberbo clarim – a história-sermão, a história-pretexo, – para chamar à independência uma nação sujeita, ou à unidade uma nação dispersa. Mas a vitalidade é outra coisa. Uma vez unificadas, mostraram diferente vitalidade a Itália e a Alemanha: e se esta em grande parte deveu a unidade aos historiadores, não direi da prosperidade que lha deve a eles também» (Sérgio 1912: 29).

Recordemos o que Sérgio havia lido no livro de Guiland sobre a apologia do Estado pelos historiadores alemães no período da unificação da Alemanha, o que mostrava um seu uso instrumental e eficiente.

Mas, quanto à função presente da história, Sérgio é claro e contrário à perspectiva que atribui a Cortesão: «Mas vá ainda que lhe peçam conselhos imediatos de utilidade prática: ao contrário da apologia que preconizam, sirva então para tirar a claro quais os erros do passado». E Sérgio explicará o núcleo desses erros:

«Não temos a tradição e a disciplina do trabalho (...) os veneráveis ossos dos avós, por condições históricas (...) foram dispensados de trabalhar (...)

⁵² No segundo artigo, Sérgio discorrerá sobre o carácter do ensino da história na escola primária e no liceu, cf. (Sérgio 1913a: 93).

O Fenício, o Italiano da Idade-Média, o Inglês moderno, navegaram e espalharam pelo mundo os objectos da própria indústria; nós fomos também navegadores, não para bem da nossa indústria, que a não tínhamos, mas da do Italiano e do Flamengo. A Galinha dos Ovos de Ouro era nossa, que a desencantara o Gama. E os Ovos? Viajavam da Índia para a Flandres, fazendo escala por Lisboa. Enquanto nos Conventos, e no Estado mamava a turba dos Mendigos, os Aventureiros e a Galinha sustinham o Estado e o Convento. Madama Inquisição, entretanto purificava, unificava, lusitanizava os lusitanos» (Sérgio 1912: 29).

Este diagnóstico sintético da razão da nossa decadência ou atraso, estará no centro de toda a filosofia da história de Portugal, a qual Sérgio irá polindo ao longo de quase três lustros, culminando na ideia das ‘Duas políticas nacionais’ (1925) e na sua pedagogia de trabalho, cuja fundamentação o singulariza entre os Educadores portugueses do seu tempo.

Neste artigo de 1912, Sérgio insiste na persistência do Isolamento (mental) que justifica o nosso atraso técnico-científico e no campo da Alta Cultura – «isolamento criado há séculos por específicas condições inquisitoriais e económicas, e quase absoluto na esfera do trabalho, das técnicas, das ciências»; no entanto, Portugal esteve sempre, do ponto de vista político (e económico) no seio de uma complexa malha de relações, não sendo, pois, tal isolamento possível «na esfera da política». Por isso conclui que, contrariamente à história política «que nos ensinaram nas escolas», a qual nos vê de modo isolado, impedindo-nos de buscar a «causação externa» e as «molas íntimas sociais», a verdade é que «a história da Europa ocidental forma um todo indecomponível» (Sérgio 1912: 30).

Entretanto, tendo abandonado em 1910 a carreira de oficial de Marinha e não encontrando um lugar no ensino superior (e estando provavelmente deprimido com a mudança de regime), Sérgio ruma ao Brasil para ir ganhar a vida. Entre Janeiro de 1913 e Janeiro de 1914, Sérgio vive no Rio de Janeiro, (Sérgio 1987: Cartas n.ºs 14-34) aí colaborando com várias editoras⁵³. Aproveitou a oportunidade para ler e conhecer historiadores e intelectuais brasileiros, como

53 Sobre este trabalho com editoras ver (Fernandes 1972: carta 21, 31), (Sérgio 1987: carta 20: 59), e sobre a sua biografia (Fernandes 2008). Destaca-se a sua longa colaboração com um editor norte-americano de apelido Kellog cuja identidade permanece um mistério (poderia ser o pacifista Paul Underwood Kellog?); Kellog é mencionado na correspondência, ver p. ex. (Fernandes 1972: 26, 64, 68). *A international library of famous Literature* (Londres 1899) foi vertida em português – constituindo a Biblioteca Internacional de Obras Célebres (a brasileira *Biblioteca Verde* que em 1912 contava já com 24 Volumes) – pela editora Sociedade Internacional. AS trabalhou para esta editora durante pelo menos 10 anos, após abandonar a Marinha, em Lisboa, Londres, Rio de Janeiro; nesse período terá colaborado na elaboração da *Encyclopédia e Dicionário Internacional* organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de ciência e de letras brasileiros e portugueses/ W. M. Jackson editor, Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Paris, Nova York (entre esses colaboradores encontra-se Sílvio Romero).

Sílvio Romero, Oliveira Viana, João Ribeiro e Manoel Bomfim, que naturalmente se interessavam pelo tópico das consequências da nossa expansão.

No segundo destes artigos, ‘Carta a José Fagundes’, AS fala de suas leituras de um historiador brasileiro, que se destacou pelos seus estudos sobre história da literatura brasileira, e que escreveu sobre Portugal e sobre a formação de uma identidade brasileira – Sílvio Romero, autor que Sérgio conhecia e que havia comentado favoravelmente as suas *Rimas*, cf. (Sérgio 1983, Carta nº 105, p. 900), (Pinto de Sousa 2017: 319). Sílvio Romero (1851-1914), nasceu em Lagarto, província de Sergipe, sendo filho do português André Ramos Romero; foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e membro correspondente da nossa Academia das Ciências. A sua obra *A Pátria Portuguesa*, que Sérgio cita no supracitado artigo, tem uma dedicatória a Alexandre Herculano e a Antero de Quental e é uma crítica ao livro homónimo de Teófilo Braga. A constelação de autores que dominou a sua formação, no que toca ao pensamento histórico, foi em boa parte a mesma de Martins, Antero e Teófilo, autores todos marcados pela filosofia evolucionista de Spencer (e Haeckel, etc), por Buckle, Taine e Renan, pela ideia de mesologia, pelas explicações onde se acentua o papel do meio, da raça, das tradições populares⁵⁴. Romero, cujo ideário é próximo do do individualismo liberal, privilegiando as ideias ‘eurocêntricas’ de liberdade e progresso, foi-se tornando muito crítico do exclusivismo com que Teófilo Braga acentua o factor racial, tal como se constata na sua obra de 1880, *A literatura brasileira e a crítica moderna*, favorecendo um ‘possibilismo’, para o qual as ideias, e portanto a cultura de um povo, são modificadas pelo meio mas também por sua vez o modificam, ou seja deve-se levar em conta o factor mesológico mas o factor social é fundamental para explicar a diversidade e a identidade dos grupos humanos – esta perspectiva sociológica opõe-se e corrige o determinismo naturalista, cf. (Cândido 1945/1988 : 51, 52), (Conceição 2000: 3). Ele vai também fazer a apologia do espírito crítico, entendendo-o, hegelianamente, como «o fermento trazido em si mesmo por toda a ideia e que se eleva ante ela como negação, sempre que ela perde a sua funcionalidade. No processo evolutivo, o espírito crítico é o que, tomando conhecimento dos limites de um pensamento, revela as suas incoerências e propugna o pensamento novo, que lhe sucederá» (Barbosa 1945/1988: 56).

Sílvio Romero, no fim do século XIX, vai-se tornando cada vez mais crítico do funcionamento da República Brasileira, iniciada, por via militar, em 1889 com a deposição de D. Pedro II. Nessa sua reflexão, inspira-se do modelo

⁵⁴ Segundo estudiosos do período, Romero estaria assim no mainstream intelectual brasileiro do seu tempo – «As principais ideias de Taine, de Haeckel, de Buckle e de Spencer são apropriadas pelos círculos intelectuais mais representativos do país (Schwarcz, 2018; Ventura, 1991)» (Detoni 2020: 766) –, contrariamente a Manoel Bomfim de que falaremos em seguida.

explicativo do grupo de La Science Sociale (dissidente no seio da escola sociológica de Frédéric Le Play), o mesmo a que pertence Léon Poinard, que vem estudar Portugal a pedido do rei D. Manuel II, daí resultando a obra *Le Portugal Inconnu*, de 1910, cf. (Príncipe 2012: 36-46). Sérgio dá sinal dessa aproximação teórica e daquele descontentamento nesse seu segundo artigo, ao citar longas passagens de ‘O Brasil na primeira década do século XX’, ensaio incluído no volume, de coautoria com Arthur Guimarães, *Estudos sociais* (1911). Diz Sérgio, a propósito da sua leitura: «Há muito de comum nas misérias dos dois povos, no que respeita às causas profundas». Romero fala de «sintomas e efeitos de uma causa superior» a qual tem a ver com o «desconhecimento da índole exacta de nosso povo» o qual conduz à «teima de julgar política, e sanável por meios políticos uma questão orgânica, étnica, de psicologia popular, uma questão (...) essencialmente de estrutura social do povo», cf. (Sérgio 1913a: 91). Ora Sérgio, retomando a distinção particularista/comunário da escola fundada por Le Play, dirá a nosso respeito que «o micróbio está em nós, no nosso carácter de comunário de Estado [expressão idêntica à usada várias vezes por Oliveira Martins] ‘vivendo acostado ao grupo, pedindo-lhe tudo, sem largo espírito de iniciativa, sem a sã capacidade de autonomia da vontade’ (...) há povos particularistas, em que tudo se enraíza na capacidade e na iniciativa individual, e há povos comunários, onde cada um procura resolver os seus problemas apoiando-se na colectividade, no grupo, – família, tribo, clan, ou Estado» (Sérgio 1913a: 92).

Um outro historiador brasileiro a que Sérgio recorreu no seu diálogo com Jaime Cortesão foi João Ribeiro (1860-1934). Sérgio (re)encontrou-o durante a sua estadia em Genebra, cf. (Mendes 1996: 276). Ribeiro nasceu na cidade de Laranjeiras, província do Sergipe, vindo a ser um destacado publicista, frequentador dos círculos cariocas republicanos e abolicionistas, sendo amigo e colaborador de Sílvio Romero em vários jornais, durante as décadas de 1880 e 1890. Como bolseiro, estudou na Alemanha o tópico da história no ensino, foi professor no liceu D. Pedro II do Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Letras. No ano do quinto centenário publicou a sua *História do Brasil, curso superior* (1900), da qual veio a fazer diversas versões destinadas a diferentes graus de ensino.

Ribeiro, na sua concepção da história, favorece a interpretação em relação à simples narrativa de feitos. Tal numa perspectiva que reflecte as discussões epistemológicas havidas na Alemanha em torno da ideia de uma história cultural (Kulturgeschichte), distinguindo-se o historiador do ‘investigador de fontes’. A esta abordagem corresponde, no seu compêndio, uma inovação metodológica, ao colocar em tipo menor as secções de carácter mais interpretativo e de

crítica, para as diferenciar das mais ‘factuais’ e narrativas; Sérgio usará a mesma estratégia gráfica na sua *Historia de Portugal* de 1929.

Em várias ocasiões, Ribeiro reflectiu sobre o papel que cabe às preocupações e interesses do presente na escrita da história; por exemplo, ele notou como a apologia que Mommsen fez de César se liga ao imperialismo do seu tempo; ou, no seu discurso de posse no IHGB (1915), afirmou como em história «a imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da actualidade (...) com esta filosofia, ou antes, com este *pragmatismo*, é que tenho meditado sobre a nossa história» (Ribeiro apud Hansen 2012: 199). O arcaboço teórico que Ribeiro foi constituindo permitiu-lhe romper com a diacronia – ele articulou a ideia de ‘formação’ (do Brasil) e procurou estabelecer o ‘típico’ e o ‘constante’ nos processos históricos, duas noções oriundas da história cultural alemã, em acordo com a ideia de Burckhardt de que «as realidades que buscamos, são maneiras de pensar, que também são, a seu modo factos», realidades bem mais relevantes que aqueles factos, de tipo particular e individual, característicos da história política (Burckhardt apud Hansen 2012: 202). A análise ideacional da *História do Brasil* permite identificar alguns dos seus vectores essenciais. Ribeiro estava mergulhado num contexto de ideias onde o questionamento sobre a identidade nacional se encontrava dominado por um paradigma racista (de que um expoente é o já referido médico Nina Rodrigues que defende um racismo científico, cuja base suposta é o evolucionismo biológico), estando na ordem do dia a degenerescência associada à mestiçagem ou a necessidade de branqueamento da raça, e uma das suas novidades é o de abrir brechas nesse paradigma, com o qual tem necessariamente de dialogar, cf. (Barchi 2019: 137). Ribeiro aceita como existentes as diferenças e a hierarquia racionais, mas afirma que o carácter dos povos/etnias é resultado de um lento processo educativo e que por isso a ascensão à civilização é uma demarcação real mas não de essência:

«Não podemos pensar que o homem de cor, consequência semi-híbrida do contacto heterogéneo de raças tão distanciadas que até por eminentes cientistas como Haeckel são consideradas espécies diversas, seja a peste da cultura americana como sentenciaram alguns sociólogos. Mas não cremos com Martius, que aliás com grande atenção observou essas raças, serem elas suscetíveis de toda perfectibilidade; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela imigração europeia que viria afinal suplantar o carácter das camadas primitivas; felizmente ainda nas raças mestiças há sempre um escol intelectual e moral que consegue subjugar-las e dirigi-las (...) As raças miscigêneas no seu todo, porém, quais no-las representa a América latina, não parecem nesse estado possuir a capacidade do self-government. Embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo (...) falta-lhes o sentimento que

aquelas ideias pressupõem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano» (Ribeiro apud Barchi 2019: 153).

Ribeiro, que é de alguma forma também herdeiro de Herculano e de Martins, não se priva de emitir juízos morais e fá-los de acordo com «uma espécie de ética protestante, calcada na primazia do trabalho e da família» (Barchi 2019: 139), que valoriza os ideais iluministas da emancipação e autonomia das pessoas, e de acordo com uma concepção liberal da economia política, valorizadora do trabalho, da liberdade de iniciativa e de troca, dando atenção ao contexto económico internacional, onde a expansão inaugura uma economia de trocas desiguais a uma escala global nunca antes vista, onde as pressões externas são factor decisivo⁵⁵. Índios e africanos que participam na formação da nacionalidade estavam distantes da ‘civilização’ mas eram providos de ‘humanidade’ e por isso Ribeiro censura a escravatura, que perverte os senhores duplamente, pela desumanidade do trato que infligem e pela ociosidade e vício a que se condenam. A crítica à colonização não se faz a partir de simples esquematismos ou essencialismos étnicos – os portugueses não estavam na raiz do problema do mau funcionamento da sociedade brasileira enquanto grupo étnico, mas sim «pela cultura prática que aqui instalaram» (Barchi 2019: 139).

Sérgio cita a *História do Brasil* de Ribeiro no seu último texto da discussão com Jaime Cortesão (Sérgio 1913c: 156), para argumentar que a diferença entre a expansão ibérica e a holandesa e a inglesa é da que estas últimas souberam associar a ‘Conquista’ à sua ‘indústria produtora’. Sérgio ao o citar, no contexto da sua tese de que uma das duas causas da nossa decadência foi o parasitismo (em acordo como veremos com o defendido por Manoel Bonfim, outro intelectual brasileiro), estava implicitamente a remeter para a censura de Ribeiro ao colonialismo português no Brasil.

A cobiça europeia sobre a América é destacada na passagem seguinte:

«A América deixara de ser o mundo deserto, maravilhoso e inútil. O ouro, as pedrarias, o comércio da escravidão e riquezas apenas suspeitadas atraíam a cobiça europeia, e provocavam uma crise geral de todos os valores económicos; o preço da prata ficou reduzido a um quarto, e dela consistiam a maior parte de

55 A ideia de que uma ética de trabalho é fundamental para o ideal de emancipação é acompanhada pela afirmação de que esses valores presidiram à independência dos EUA: «já um povo da América, consubstanciando em fórmulas políticas os direitos naturais do homem, havia sacudido o jugo europeu, e realizado a democracia sonhada pelos filósofos. (...) O grande acontecimento achou, em toda parte, universal aplauso, e sobretudo, secretamente, no coração de todos os americanos que sofriram ainda o jugo do absolutismo colonial, com as suas odiosas restrições. [...] Pouco importava que não estivessem preparados (e de fato não estavam os nossos opressores e ainda menos nós) para levar a cabo a tarefa da emancipação do homem. A verdade é que a ideia nova despertou o sentimento da liberdade em todos os corações bem formados» (Ribeiro apud Barchi 2019: 150). Esta convicção ética encontra-se em Herculano, e o seu exemplo estado-unidense em Sérgio.

alfaias e baixelas das casas ricas e das igrejas. As cidades marítimas da hansea, alemãs, flamengas, e as cidades italianas tomam a primazia sobre as antigas feiras das cidades interiores. Cada nação sonha repetir-se no novo continente: uma nova França, uma Nova Espanha, uma nova Inglaterra e a Nova Lusitânia é o título que toma a capitania de Duarte Coelho» (Ribeiro 1914: 99).

Em bom acordo com os arbitristas e com Herculano e Oliveira Martins (e Antero), o professor de história brasileiro nota como os malefícios da nossa expansão se sentiram cedo, tornando-se a Índia (oriental) uma desilusão:

«Em trinta anos (1521-1551) perderam-se 32 naus reais no valor de mais de quinhentos mil cruzados. Os serviços de guerra traziam o tesouro acabrunhado de privilégios, tenças e merçês vitalícias e ao mesmo tempo, ceifando a nobreza e os homens válidos, despovoavam os campos. Dissipavam-se assim todas as energias da raça portuguesa transformada em prole parasitária. O ouro que vinha passava para Veneza e Flandres, onde estavam as indústrias. Portugal ficara sendo apenas o quartel militar da Europa, cheio de soldados e consumidores, morada de estranho luxo e de miséria maior ainda que o luxo. Não tendo capacidade para a vida industrial, o país sabia (...) haurir sem alimentar-se. A opulência de suas conquistas como por encanto passava às mãos dos estrangeiros, e no meio de tanta riqueza D. João III pedia emprestado às praças estrangeiras. 'A conquista da Índia não nos deu campos em que semeássemos (diz um escritor desse tempo) nem em que apascentássemos gado, antes nos tira os que nisso nos haviam de servir. Leva-nos homens sem nos dar outros que os supram. Com as ilhas e o Brasil não sucede outro tanto; com as ilhas, porque se povoaram duma vez; com o Brasil, porque sobre povoar-se com degradados, com muito proveito e pouca despesa do reino, é fertilíssimo em açúcar e outros produtos e até do trigo o pode ser e não está tão distante que nos não possa valer em ocasião de apuro, como o não pode a Índia'» (Ribeiro 1914: 100).

Ora, estes degradados que vinham para o Brasil não eram bons exemplos de moralidade, e as condições de exploração ainda mais favoreciam os 'maus instintos'. Um juízo moral inicia a secção 'As três raças. A sociedade', onde se afirma: «Logo cedo no Brasil (...) a obra da civilização foi deturpada pelo conflito das raças (...) fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento o branco, o índio e o negro se confundem. O contacto das raças inferiores com as que são mais cultas quasi sempre desmoraliza e deprava a umas e outras (...) Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem» (Ribeiro 1914: 111). Se Ribeiro hierarquiza as raças, algo comum no quadro biologista à la Haeckel que se aceitava dos dois lados do Atlântico, ele toma a posição humanista ao afirmar a dignidade das pessoas de todas as três raças, como o resto do livro demonstra. De facto, tal como para outros intelectuais brasileiros o Brasil é local de mestiçagem geradora da

identidade nacional, e Ribeiro vai enaltecer o papel dos negros e censurar os brancos. Assim, diz-nos:

«O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento criador do país e quasi o único. Sem ele, a colonização seria impossível, ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alevantavam, em grande parte e a princípio, os primeiros colonos. A adaptação dos brancos ao novo clima, como a de certas plantas, exigia esse arrimo d'onde lhes vinha a vida. Também por outro lado foi o negro o máximo agente diferenciador da raça mista que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional. (...) O branco inteligente, mas ávido e atroz, o negro martirizado e servil e o índio altivo mas indolente, são os três elementos d'onde vai sair a nacionalidade futura» (Ribeiro 1914: 115, 116).

Perante a imoralidade do branco português que se instala ao longo do século XVI, mal-nascido e que se comporta como num lugar sem lei, essa «gente criminoso e inquieta» (ibidem: 116), o 'elemento moral' vai dever-se à acção dos jesuítas, os quais não eram apenas mais morais nos seus juízos, mas também mais cultos e esclarecidos, ideia iluminista de que a ignorância e a imoralidade vão frequentemente de mãos dadas: «Ao ver o Brasil como uma colónia penal repleta de degredados, índios selvagens e negros também incultos João Ribeiro vê nas instituições eclesiásticas um mínimo de civilidade e inteligência – em descompasso com o espírito da Europa do tempo do Aufklärung» (Barchi 2019: 149).

Ribeiro mostra depois como o monopólio português é desafiado por franceses e holandeses, que lutam pelo comércio livre – a Parte III do livro chama-se 'Luta pelo comércio livre contra o monopólio (franceses e holandeses)' –, articulando assim Ribeiro o material de acordo com a perspectiva liberal, que no século XIX foi defendendo a livre troca como factor da riqueza das nações. A motivação económica da guerra entre Portugal e a Holanda é salientada:

«Foi, portanto, o monopólio a principal razão da guerra, e não talvez a posse do território, ideia sugerida mais tarde como um meio de garantir o comércio colonial. Era guerra que a civilização reclamava. Com pequenas alterações, assistimos ainda hoje, nos dias que correm, ao desenvolvimento do mesmo drama que se origina das rivalidades económicas, mas que elas sós não explicam» (Ribeiro apud Barchi 2019: 146-147).

Ribeiro, aproveita para elogiar a governação do príncipe Maurício de Nassau no Pernambuco, notando como o seu afastamento leva à instalação da cupidez comercial e predadora dos holandeses, a qual, provoca a revolta e expulsão destes, já no período da restauração lusitana. No entanto, a fraqueza lusa era-lhe óbvia:

«A vitória, mais aparente que real, foi obra exclusiva dos patriotas. O governo português não pode prevalecer-se dela para impor condições, o que

era impossível, pois a Holanda conservava ainda a supremacia no Indostão e no Atlântico, com as suas poderosas frotas. O tratado de paz com a Holanda só foi assinado em Haia em 1661, sendo rei de Portugal Afonso VI; por ele a Holanda vendia caro as suas conquistas, obtida a restituição da artilharia, garantia de liberdade religiosa e favores ao comércio holandês e cinco milhões de cruzados de indemnização» (Ribeiro 1914: 184, 185).

Ora é essa fraqueza que o tratado de Methuen exemplifica paradigmaticamente, escrevendo Ribeiro uma passagem que é citada por Sérgio, e onde se explica porque os ingleses, que vencem os holandeses no Oriente, preferiram não nos invadir o Brasil, por lhes ser economicamente mais vantajoso:

«O século XVI acabara com a absorção de Portugal. O regime do monopólio com a Espanha triunfava, pois, do mundo inteiro. Tamanho império logo cedo se desmembrou aos golpes dos holandeses e o destes, por seu turno, aos golpes da Inglaterra renascida, a quem cabe afinal o ceptro do império colonial. Nessa luta os holandeses perdem o domínio da África e da Índia; os portugueses perderiam igualmente o do Brasil, se o tratado de Methuen, que foi a queda do poderio português, não fosse também a medida de salvação que preservou o Brasil da expansão imperialista inglesa. De facto, as vantagens do monopólio português passaram aos ingleses e eis a razão porque, tendo tido no século XVII um Brasil holandês, não tivemos no século XVIII outro Brasil inglês, que seria um resultado retumbante da história, como foi o resultado silencioso mas proveitoso da diplomacia. A nova colónia que a diplomacia inglesa alcançara, poupava ao menos o dispêndio, a vária fortuna, as lutas do patriotismo ofendido e a publicidade da guerra» (Ribeiro 1914: 271), cf. (Sérgio 1913c: 156).

Esta passagem está em sintonia com a leitura de Oliveira Martins, isto é, com a tese dependentista que lê a nossa história pós-restauração como globalmente representando-nos como uma economia dependente da britânica, que nos explora avidamente, explorando nós o Brasil: «Substitui-se assim o antigo monopólio da metrópole pelo monopólio de uma sociedade particular que reduzia os produtores e consumidores brasileiros a perfeita escravização» (Ribeiro apud Barchi 2019: 149). Simultaneamente, não nos isenta de culpas tal leitura, e é esse aspecto que Sérgio denuncia insistindo na falta de actividade produtiva, que resulta de hábitos históricos persistentes.

No terceiro artigo que Sérgio publica na *Vida Portuguesa*, o ‘Golpes de malho’, Sérgio irá discorrer, depois de ter falado do Isolamento (e purificação), sobre o que considera a mais duradoura das duas causas da nossa decadência – aquilo que designa por ‘parasitismo’, noção económico-social que é convocada no quadro do organicismo social de pensadores que no virar do século contribuíram para a emergência da Sociologia como disciplina autónoma; nesta linhagem destacam-se as obras *Parasitisme organique et parasitisme social*

(1893) de Massart e Vandervelde, *Évolution régressive em biologie et sociologie* (1897) de Demoor, Massart e Vandervelde, *Organisme et société* (1896) de Worms, *La lutte entre les sociétés humaines* (1893) e *Conscience et volontés sociales* (1896) de Novikow. Sérgio citará explicitamente a primeira destas obras, tendo a ela acedido por via da leitura do relevante intelectual brasileiro da Primeira República, Manoel Bomfim.

O substantivo ‘parasita’, no contexto da época, apelava directamente para uma analogia ou metáfora biológica; mas desta vez tratou-se de uma analogia usada para combater o próprio cientismo redutor que afirmava o racismo científico, o qual inundava o pensamento social de muitos autores republicanos, dos dois lados do Atlântico que partilhavam a língua de Camões. Sendo Sérgio, uma voz crítica do determinismo cientista com que os médicos queriam compreender e julgar a sociedade e os indivíduos (como se verifica no seu distanciamento em relação ao olhar clínico de Sousa Martins sobre Antero, nas *Notas sobre Antero* de 1909), e sendo um herdeiro de Herculano e dos socialistas da geração de 1870, é de admitir que o uso do termo ‘parasitismo’ para descrever uma causa persistente responsável pela nossa decadência, tenha sido um resultado de uma apurada meditação que convoca uma série de ideias e autores, valendo pois a pena uma digressão sobre o tópico.

No início de ‘Golpes de Malho’, Sérgio critica Antero e Martins. Das três causas apontadas por Antero ele julga que a terceira, ‘a Conquista’, é a fundamental, «porque o predomínio das tendências guerreiras foi desde o princípio [a Reconquista], a condição de existência das nações peninsulares» (Sérgio 1913b: 121-122). Por sua vez, Martins «pelos seus arrastres sentimentais do seu patriotismo ibérico» incorreu numa «atitude apologética para com as nações ibéricas, em prejuízo das protestantes» ao afirmar que «o vencedor foi o génio mercantil e não o génio religioso das nações protestantes’», enquanto Sérgio, com João Ribeiro, dirá que: «Seria mais exacto dizer: o génio industrial das nações protestantes; todos andaram caçando o ouro (...); mas nós ‘pelejámos e roubámos’, como diz Gil Vicente, e eles trabalharam e ganharam: ganharam-nos o que roubámos, dando-nos o pão, o fato, o vidro, e tudo» (Sérgio 1913b: 122, 123).

É, pois, partindo de uma ética de trabalho que é condição para um viver ‘normal’ da sociedade que Sérgio discorrerá sobre o nosso ‘parasitismo’, recorrendo à compreensão funcional e evolutiva do parasitismo orgânico para compreender o parasitismo social, de que uma das variantes por nós praticadas foi a do parasitismo colonial:

«Todo o viver parasitário causa a degenerescência individual e a decadência colectiva. E porque processo? É fácil vê-lo: a função cria, desenvolve, aperfeiçoa o órgão; e um povo que não precisa esforçar-se, pensar, empreender, inventar,

produzir, para ganhar a vida, porque saqueia, deixa de exercer essas funções e acaba por as perder totalmente. (...) Em que consistiu de feito, o modo de vida da nação nos séculos XVI, XVII e XVIII? Em sugar o infel. (...) As energias da 'Raça' (...) podem resumir-se naquelas épocas, gloriosas ou não, por esta única palavra: parasitismo. Depois do parasitismo heróico, da furibunda ladroagem sanguinária sobre a riqueza indiana acumulada por um trabalho precedente, vem o parasitismo manso, barrigudo, brasileiro, da exploração da riqueza a produzir pelo trabalho do negro escravo. Independente o Brasil ficou a sugadeira das colónias e o parasitismo do emprego público: porque depois dos sucessivos cortes o parasitismo foi-se adaptando às novas condições. Nem faltou o parasita revolucionário, aparecido com a liberdade, dado que um resultado palpável de todas as balbúrdias políticas tem sido, invariavelmente, a invasão do orçamento pelo parasita em armas» (Sérgio 1913b: 122, 123).

A nossa decadência é a desenvolução do parasitismo, que nas suas sucessivas formas adaptativas nos conduziu a sucessivos fracassos:

«Os Ingleses e Holandeses arrancaram da Índia o [parasita de riqueza acumulada ou] glorioso; a separação do Brasil e os liberais cataram o [parasita de riqueza a produzir ou] brasileiro e o [parasita] eclesiástico; e todo o país se dividiu em duas classes: uma que se viu forçada ao trabalho e deixou de ser parasita; e outra que encheu a classe do parasita de Estado secular, a única restante em grande escala» (Sérgio 1913b: 123).

Por um lado, estamos longe do otimismo cósmico e pampsiquista do Antero das *Tendências gerais da filosofia*, isto é do evolucionismo idealista de linhagem schellinguiana; estamos também nos antípodas do darwinismo social que reduz o (bom) funcionamento da sociedade à competição do 'struggle for life'; Sérgio não abandona o quadro das analogias biológicas (isto numa época em que vários autores, nomeadamente os de escola durkheimiana, falavam da bancarrota da sociologia biologizante), sugerindo que, no movimento profundo da história, tudo se passa como se existisse uma luta entre o instinto parasitário e o instinto laborioso. O trabalho produtivo resulta de um instinto ou predisposição humana básica que é essencial para a sua dignidade e progresso, sendo assim as predisposições práticas capazes de conduzir a religiosidade, de acordo com um modelo antropológico pragmatista que Sérgio, implicitamente, assume⁵⁶. A Reforma é entendida por Sérgio como o esforço da burguesia industrial dos povos europeus do Norte (onde ela estava mais desenvolvida) de se libertar do jugo parasitário da Igreja católica:

56 Recorde-se que o norte-americano Thorstein Veblen, autor da mesma família espiritual de Sérgio (a de Proudhon e Dewey), publica em 1914 o seu livro *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts* (1914); a linguagem biologista do título camufla uma apologia dessa predisposição básica, a qual é dissipada por instituições capitalistas ineficientes.

«O homem de trabalho põe as ideias religiosas ao serviço da sua actividade, o aventureiro ao serviço da sua aventura, e o mendigo ao serviço da sua indolência. O burguês produtor e forte, rico pelo seu trabalho e por ele educado (...) o comerciante alemão, o flamengo, o inglês, defenderam o seu dinheiro contra a formidável espoliação católica (órgão parasitário e religião caríssima) (...) e decidiu-se por uma religião baratinha, cujas despesas se reduziam à compra de uma bíblia» (Sérgio 1913b: 123).

As duas causas, Isolamento e Parasitismo formam uma simbiose que importa quebrar, por via de uma pedagogia trabalhista, ideia sobre a qual Sérgio virá a elaborar profundas reflexões ao longo da década, as quais partem de uma posição filosófica que dá primado à noção de actividade, tematizada por um Fichte⁵⁷. O elogio do industrialismo burguês pode sugerir que Sérgio é um puro liberal, até porque, no quadro económico vigente em Portugal, ele defende o livre-cambismo face ao protecçãoismo, como o mostra o seu texto 'O livre câmbio' (Sérgio 1914a); mas tal não é bem assim, e a sua simpatia para com o mutualismo proudhoniano de Antero, crítico do papel hegemónico do Estado na sociedade, surge na passagem seguinte:

«Não quero dizer com isto de maneira alguma que desprezes a cooperação; mas lembra-te que cooperar é operares tu, também, com os outros, e não esperar que os outros operem por ti e para ti. (...) Não cumpre ao Estado substituir a iniciativa particular, mas somente informá-la, esclarecê-la, educar o trabalhador, e favorecer quanto possível a acessão do pobre à propriedade» (Sérgio 1913b: 126).

Esta causa/hábito persistente na Ibéria será tematizado de novo no artigo subsequente, 'O parasitismo peninsular', artigo no qual Sérgio fará uma ampla apresentação dos argumentos dos arbitristas espanhóis, cf. (Sérgio 1913c: 154-156). Este artigo sucede-se a uma crítica feita por Cortesão que não vê como se pode, em rigor, identificar a reconquista, do que era originalmente dos cristãos godos, com o parasitismo, nem como se pode entrever uma continuidade absoluta desta prática ao longo de toda a história, reconhecendo-a, bem entendido, como prática dos europeus colonizadores, sejam eles portugueses, holandeses ou ingleses. De facto, Sérgio reconhece um interregno de vida económica 'normal' algures na Idade Média, antes de Ceuta: «Desde o covil das Astúrias que andámos talando

57 No contexto deste debate com Cortesão, Sérgio limitar-se-á a apresentar, retoricamente, algumas generalidades de bom senso: há que aprender com o estrangeiro uma nova atitude que nos ensine a disciplina de trabalho «que não temos por hereditariedade ou tradição», de acordo com a máxima «não sabes trabalhar porque descendes do parasita: hás-de aprender com o estrangeiro: tens de te matricular na sua oficina», ou seja há que favorecer «a instrução profissional-industrial, essencialmente prática, que habilite o português a ganhar o seu pão e a ser empreendedor e independente» (Sérgio 1913b: 124-125). Sobre os fundamentos da pedagogia trabalhista de Sérgio ver (Príncipe 2020).

na moirama e vivendo do seu saque; e depois de uma época sedentária que normalizou a nossa vida, o Infante D. Henrique e Afonso V continuaram a caça ao perro moiro, para além do estreito onde se acolhera. Representa assim D. Henrique a tendência a continuar a reconquista e o irmão D. Pedro (...) a tendência a tomar como definitivo aquele modo de vida dos seres normais que foi o das restantes nações da Europa (sic)» (Sérgio 1913b: 122, 123).

Cortesão está do lado de Herculano no enaltecimento das virtudes da nossa Idade Média período da nossa formação e em que fomos verdadeiramente nós, e do lado de Antero «que filia as tendências guerreiras no concílio de Trento e no absolutismo». Por isso conclui, usando argumentos que outros pensadores ibéricos da decadência já haviam formulado (o do esforço excessivo da expansão e o de um carácter nacional original, recto, austero e aguerrido):

«Foi do fim do século XVI por diante, quando a exaustão causada pela imensa obra feita (tão desproporcionada com as nossas forças como povo), os hábitos diferentes trazidos pelas conquistas e o jesuitismo e a inquisição nos derrancaram o carácter, partindo-nos a espinha dorsal da vontade e da rigidez dos princípios que nós começamos a parasitar. Entre esse parasitismo e o nosso espírito medieval não há a mínima ligação», cf. (Cortesão 1913: 137,138).

No artigo ‘Golpes de Malho’, Sérgio afirma que a ideia da dominância do parasitismo ao longo da nossa história lhe ocorrera na adolescência, «há mais de 15 anos era eu um colegial» de «espírito ingénuo, alheio a metafísicas poetizantes» (Sérgio 1913b: 121), ao ler a *História de Portugal* de Oliveira Martins, e daí formar uma visão geral do quadro traçado pelo autor. De facto, a expressão ‘parasitas’ é usada uma meia dúzia de vezes no segundo volume, sendo a passagem mais emblemática a referente à ida da corte para o Brasil, na sequência de uma invasão francesa:

«Três séculos antes, Portugal embarcara, cheio de esperanças e cobiça, para a Índia; em 1807 (...) embarcava um préstito fúnebre para o Brasil (...) enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e secias, frades e freiras, mosenhores e castrados. Os botes formigavam carregando, levando, vazando bocados da nação despedaçada (...) monges, desembargadores, toda essa ralé de ineptos figurões» (Martins 1879/1887, II: 237, 238)⁵⁸.

58 No *Portugal Contemporâneo* leem-se passagens com o mesmo tom hiperbólico; por exemplo: «a educação de séculos reduzira [a sociedade portuguesa] às condições de *parasitismo* cortesão e sobretudo monástico»; ou a seguinte: «Com efeito, a educação de três séculos tinha feito de Portugal um povo fanático, violento, apático, intrigante, vil e fraco, à maneira dos povos do Oriente. A comparação, talvez humorística, é rigorosamente verdadeira. A uma demagogia iluminada, ou apostólica, de um catolicismo semelhante às loucuras religiosas orientais; as classes-directoras compostas de aventureiros sem nobreza e de parasitas beatos e idiotas; a uma burguesia nula, a uma aristocracia senil, a um clero tornado em casta proprietária, e a uma plebe miserável, cretinizada, fanática, mendiga: junte-se a violência tenaz e a fúria surda do temperamento português, tão semelhante ao turco, e deve reconhecer-se que a comparação é lúcida», cf. (Martins 1881/1895: X, 66, 67).

Já Alexandre Herculano usara o adjectivo ‘parasita’, na sua *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), ao criticar a ociosidade e o luxo no século XVI, numa passagem bem conhecida de Sérgio que a ela se refere em 1914:

«Os vexames e abusos na administração da justiça praticavam-se em todas as instâncias, desde as inferiores até as mais elevadas, e não só no foro secular, mas também no eclesiástico. O reino estava cheio de vadios que viviam opulentamente, sem saber como. O vício do jogo predominava em todas as classes sociais, com as suas fatais consequências de roubos e de discórdias e misérias domésticas. O luxo era desenfreado. A corte andava atulhada de ociosos, e a casa real dava o exemplo da falta de ordem e economia. Nos paços dos fidalgos via-se um sem número de criados, bem superior ao que permitiam as rendas dos amos, de modo que faltavam os braços para o trabalho, sobretudo para a agricultura. Qualquer viagem d’el rei era um verdadeiro flagelo para os povos por meio dos quais transitava. A imensa comitiva de parasitas de todas as ordens e classes devorava a substância dos proprietários e lavradores. Mantimentos, cavalgaduras, carros, tudo era tomado e os detentores ou não pagavam ou pagavam com escritos de dívida, divertindo-se os cortesãos, em destruírem os frutos, as fazendas e as matas. Se, porém, no civil ia mal o reino, não ia melhor no eclesiástico. Nem os bispos, nem os prelados das terras pertencentes às ordens religiosas cumpriam com suas obrigações. Do que se tratava era de comer os dízimos e rendas, e muitas vezes faltava ao povo os ofícios divinos e os sacramentos. As visitas feitas pelos prelados não tinham por fim reformar os costumes ou prover ao culto, mas sim extorquir dinheiro» (Herculano apud Santos Junior 2013: 125-126), cf. (Sérgio 1914b/2008: 25).

O sentido social do predicado ‘parasita’ (‘comer à custa de alguém’) é o seu sentido original, tal como ocorre na literatura da Antiguidade clássica, precedendo pois o seu uso no sentido biológico; só na segunda metade do século XIX os dicionários irão começar a dar precedência ao segundo sentido (planta ou animal que se alimenta e cresce com a substância de outro em que vive instalado), cf. (Massart e Vandervelde 1895: V), (Santos Junior 2013: 118-123); esta nova ordem dos dois sentidos faz crer que o seu uso social é figurado ou metafórico, o que não é correcto para o caso de Herculano, ou de autores clássicos da esquerda europeia como Proudhon ou Marx; estes últimos usaram muitas vezes o termo para «destacar o papel opressivo do Estado, seja para explicar o carácter da dominação que capitalistas e burgueses exerciam sobre as classes operárias nas potências industriais do Velho Mundo» (Santos Junior 2013: 153). O uso por Proudhon era decerto conhecido por Antero, Martins e Sérgio. Por exemplo no seu *De la Capacité politique des classes ouvrières* (póstumo 1865) lê-se a propósito do que uma sociedade mutualista implica: «qui dit

mutualité suppose partage de la terre, division des propriétés, indépendance du travail, séparation des industries, spécialité des fonctions, responsabilité individuelle et collective, selon que le travail est individualisé ou groupé; réduction au minimum des frais généraux, suppression du parasitisme et de la misère»; este é um tipo de sociedade onde não há lugar para o paternalismo, típico do comunismo de estado, no qual ocorre «hiérarchie, indivision, (...) centralisation (...) développement de fonctions improductives, accroissement indéfini de frais généraux, par conséquent création du parasitisme et progrès dans la misère» (Proudhon apud Oliver 1950: 27, 28)⁵⁹.

No quarto artigo desta série em que debate com Cortesão, Sérgio refere-se à obra dos belgas Jean Massart e Émile Vandervelde, *Parasitisme organique et parasitisme social* (Paris, 1893). Esta obra foi traduzida para inglês (*Parasitism, organic and social*, 1895) e para castelhano (*Los parasitos de la sociedad*, 1906), citando Sérgio esta última. Os autores são o ilustre botânico Jean Massart (1846-1925) e Émile Vandervelde (1866-1966), pensador de origem burguesa que cedo se inclinou para ideias socialistas, ao reconhecer a iniquidade social que a industrialização capitalista acarretou. Com um doutoramento em direito e em ciências sociais, escreveu a dita obra de parceria onde se estabelece um laço entre biologia e sociologia. Vandervelde ensinou sociologia económica no Institut des hautes études de l'Université nouvelle de Bruxelles a partir de 1894 e foi figura destacada do Partido Operário Belga (fundado em 1893). A ele se deve a declaração de princípios deste partido, na qual se nota a influência de Marx, Engels e dos socialistas franceses; são para ele ideias chave: a luta pela construção de uma sociedade sem classes, onde o internacionalismo deve criar laços de solidariedade entre todos os oprimidos sem distinção de raça, religião ou género, no sentido de se construir uma sociedade nova, numa via que deve conduzir não ao estatismo mas a formas de vida colectiva variadas. O seu pensamento político desenvolveu-se numa matriz de socialismo democrático, como o demonstram os seus livros *Le Socialisme contre l'État* (1918), *L'Alternative: capitalisme d'État ou socialisme démocratique* (1933), (cf. Universalis.fr).

O livro *Parasitismo social e orgânico*, dos dois universitários belgas, tem uma estrutura clara. Começa por descrever as várias formas das duas variedades de parasitismo cujas analogias são salientadas, para depois tratar do modo como essas variedades evoluem, culminando na questão de como a vida parasitária age sobre o próprio parasita e sobre o hospedeiro, e como este se pode defender.

59 No artigo 'Organização', atribuído a Antero, em *O pensamento Social* (nº 3 de 1872), refere-se a necessidade de eliminar «o intermédio parasita entre o produtor e o consumidor» (Quental 1982: 361). No artigo, atribuído a Antero, 'Guerra de classes' (nº 4, de 1872, dessa revista,) usa-se o termo 'parasita' para designar os agentes dos «abusos sociais», afirmando-se no fim: «Odiar, só odiamos uma coisa: o parasitismo, o privilégio, a injustiça» (Quental 1982: 363, 366).

O parasita é definido como um ser que vive às custas de outro sem o destruir mas também sem o recompensar; o parasita pode viver à custa do outro sugando-lhe a sua substância, a sua energia ou os seus produtos, ou os seus hábitos (parasitismo mimético, em que o parasita se confunde com o parasitado recolhendo as vantagens inerentes); o parasitismo distingue-se do mutualismo (ou simbiose) pelo facto da co-habitação ser mutuamente vantajosa e da exploração predatória, por nesta se destruir a presa; mas os autores reconhecem que existem gradações entre os três tipos de relação (Massart e Vandervelde 1895: 1-3, 12-13).

O parasitismo social, contrariamente ao orgânico, ocorre entre membros da mesma espécie, tipicamente havendo apropriação dos meios de subsistência; entre os humanos o parasitismo reproduz-se não por via hereditária mas pelo mecanismo identificado por Gabriel Tarde: a imitação; a sua compreensão exige perceber as suas ligações ao todo da comunidade pois «o indivíduo explorado pelo parasita social pode achar tal como sendo natural (...) vindo no entanto o corpo social a ser prejudicado (...) nos seus recursos» (ibid.: p. 21). O parasitismo económico é um seu modo fundamental, estando ligado nas sociedades avançadas à apropriação de uma porção dos bens que foram obtidos por outros de modo natural (ou seja a partir do seu trabalho); este tipo de apropriação é feita por exploradores predatórios (rapina com destruição associada, com guerras), por mutualistas (que retribuem um equivalente aos que trabalharam para obter os bens, caso da divisão do trabalho no seio da comunidade em que todos saem ganhando) ou por parasitas (os indolentes proprietários que vivem de rendas, os funcionários que defendem as suas sinecuras e os soldados que degeneram em ladrões ou em inúteis), (ibid.: 22-25).

Os métodos empregues pelos parasitas sociais humanos são: 1. fraude ou violência, 2. exploração do deboche e das paixões sexuais, 3. actos e decisões inúteis de funcionários, políticos e burocratas, em seus gabinetes, 4. apropriação privada dos meios de produção; os autores notam que não são contra toda a forma de propriedade nem contra todo o tipo de funcionalismo (ibid.: 25). O parasitismo proprietário (4.) é particularmente eficaz porque, uma vez instalado, requer muito pouco esforço ao parasita para sugar, correspondendo, no mundo orgânico, às ténias que se instalam no nosso sistema digestivo donde sugam facilmente o alimento que quiserem (ibid.: 26). O modo 3. é ilustrado a partir do trabalho de Taine sobre o *Ancient Régime*, referindo-se honras concedidas aos membros da corte de Versailles (ibid. 27). Particularmente significativa é a exploração parasitária da energia social, paradigmaticamente exemplificada pela exploração da força de trabalho, física e mental, exemplificada pelas corveias medievais, pelo desrespeito pelos direitos de autor, etc. (ibid. 31-32). Um exemplo de parasitismo mimético é o de empresas comerciais ou

financeiras de carácter absolutamente especulativo que para eludir o rigor da lei assumem forma cooperativa (ibid.: 35); é provável que os autores colocassem a moderna publicidade sob este item. Os dois académicos belgas criam assim uma vasta tipologia, mostrando o valor heurístico da analogia entre o mundo orgânico e o mundo social humano, dando muitos exemplos ilustrativos de situações de injustiças sociais, à luz de um ideal iluminista e socialista.

O tópico da evolução das várias fases sucessivas das espécies parasitas, que exige aprofundados estudos anatómicos, é considerado particularmente difícil. No caso do parasitismo social, a evolução geral tem dois caminhos típicos: ou parte da predação (rapina) ou do mutualismo para chegar ao parasitismo. Por exemplo, quanto ao regime da propriedade agrícola ele desenvolve-se para o monopólio:

«A evolução da propriedade nos EUA, como descrito por Henry George, vai no sentido de produzir do modo mais natural aquele estado de coisas que veio a prevalecer no Império romano, em que seis monopolistas possuíam metade de toda a província de África; é também o caso das ilhas britânicas, em que por meio de expropriações sanguíneas (cuja história foi feita por Karl Marx) grande parte da terra se concentrou nas mãos de poucas famílias» (ibid.: 54).

A evolução do sistema industrial, com a sua passagem para o 'sistema fabril' mostra também uma tendência para o agravamento do parasitismo, atingindo-se uma fase em que «os capitães da indústria delegam as suas funções nos lugar-tenentes, reduzindo a sua interferência pessoal a um mínimo. Mais um passo e atinge-se a plenitude da condição parasitária: de um lado trabalho sem propriedade, do outro lado propriedade sem trabalho» (ibid.: 61-62). Essa mesma tendência, típica das organizações que se expandem imperialmente, encontra-se igualmente no fenómeno do clientelismo (ibid.: 62-70).

Quanto ao que vem a acontecer ao parasita pelo facto de ir sistematicamente parasitando, os autores, analisando o caso orgânico falam de '(1) atrofia dos órgãos por perda da sua utilidade, (2) desenvolvimento de novos caracteres ou adaptações, (3) alterações no seu sistema reprodutivo' (ibid.: 73), insistindo no facto de ser frequente um fenómeno de degenerescência. Quanto às consequências sobre os hospedeiros elas são naturalmente, em geral, de enfraquecimento. O caso ibérico era de tal forma célebre entre os especialistas de economia política que os autores o dão como paradigmático, referindo-se ao excesso de ocupações não-produtivas: «havia uma atemorizante multidão de parasitas individuais (...) no tempo de Filipe III [1598-1621] existiam 988 conventos e 32000 frades mendicantes; o número de mosteiros triplicou durante os 50 anos que precederam 1624, e o número de frades aumentou ainda em maior razão. O censo de 1788 indicava 1,221,000 padres, soldados, marinheiros,

nobres, advogados, funcionários, estudantes e criados, isto numa população de 3,800,000 homens, havendo que acrescentar uma hoste de mendigos e de vagabundos, de acordo com Roscher, Princip. D'Econ. Pol., pp. 144, 145, trad. fr.» (ibid.: 102-103).

Quanto aos expedientes para evitar-se o parasitismo, no caso da variante social, os autores exemplificam dois ‘meios defensivos’: «(1) a supressão dos privilégios hereditários e (2) um maior desenvolvimento do princípio da associação em todas as suas formas (onde a solidariedade entre os trabalhadores é efectiva, o parasitismo torna-se impossível)» (ibid.: 117, 118). Nas conclusões finais, afirma-se algo com o que Antero ou Sérgio só podiam concordar:

«O parasitismo é sempre um hábito resultante de uma condição de vida não-parasitária pré-existente; da sua adopção resulta uma dupla série de modificações, no parasita e no hospedeiro (...) no parasita: desaparecem órgãos já não activos; desenvolvem-se caracteres que facilitam a exploração da vítima (...) no hospedeiro as suas condições de vida tornam-se comparativamente desfavoráveis. Esforços mais ou menos bem sucedidos, podem ser produzidos no sentido da auto-defesa. O hospedeiro por vezes consegue obrigar o parasita a lhe fornecer serviços. (...) o parasita social não transmite o seu carácter económico por hereditariedade orgânica (...) sendo o facto decisivo o impulso para a imitação⁶⁰. (...) Um homem não nasce parasita social mas adquire esse carácter no decurso da sua história de vida (...) A sociedade que é explorada por parasitas enfraquece e os indivíduos parasitas tendem a degenerar. Se a sociedade é pouco organizada ou se o é de modo defeituoso, há uma multiplicação livre das classes parasitas, e o colapso ou ruína dessa sociedade acaba por ocorrer. Por outro lado, se a resistência que se oferece à exploração é adequada, haverá uma eliminação rápida dos indivíduos e das classes que se tornam parasitas» (ibid.: 121-122).

Os propósitos científicos desta obra não são de todo inocentes. Ela usa as mesmas armas (retóricas e heurísticas) – as analogias biológicas – que os darwinistas sociais, para a unir as críticas sociológicas e de economia política de inspiração socialista, contrariando a justificação da desigualdade com base em mecanismos hereditários. Dado que a sociologia se desenvolveu por outras veredas mais culturais, o projecto sociológico de constituir de modo sistemático uma comparação entre sociedades humanas e organismos parece ter caído em desgraça, e o leitor de hoje terá tendência a não levar a sério estas abordagens. No entanto, Vandervelde e Massart tiveram apoio institucional nesta via, no quadro do Institut de sociologie patrocinado por Ernest Solvay, e vieram a escrever mais um livro, o qual foi traduzido e alvo de recensões

⁶⁰ A noção de ‘emulação pecuniária’ de Veblen é deste tipo.

críticas, nomeadamente por Célestin Bouglée no *L'Année Sociologique*. Este segundo livro, *L'évolution régressive em Biologie et em Sociologie* (1897, Paris: Félix Alcan; ed. ingl. de 1899) é escrito em parceria com um terceiro autor (Jean Demoor). Esta obra amplificava o conteúdo do primeira e era mais um golpe na bondade do processo evolutivo e no darwinismo social – os autores eram claros em como o ‘struggle for life’ estava na origem da evolução regressiva, e de que em todo o processo evolutivo havia atrofia; tínhamos assim um ‘concorrente’ do mesmo quilate à ideia de ‘degenerescência’ de que os émulos de Lombroso não paravam de falar para destruir o ideal cristão iluminista da igualdade entre os humanos⁶¹.

Ora, o Brasil republicano onde Sérgio então se encontrava, discutia a identidade nacional a partir da hierarquia das raças, da degenerescência da mestiçagem e da melhoria da raça que poderia passar pelo branqueamento por via da imigração. Este pano de fundo de racismo científico carecia de uma intervenção intelectual crítica, que argumentasse a partir das analogias biológicas no sentido oposto, o dos valores do humanismo iluminista e dos ideias socialistas, e para isso o livro de Massart e Vandervelde podia ser, e foi, inspirador. Manuel Bomfim (1868-1932) virá a ser um dos paladinos brasileiros de tal posicionamento crítico, tendo o seu percurso como cidadão e pedagogo e o seu interesse pela geração de 1870 muito para cativar a atenção e a simpatia de Sérgio.

Bomfim, que nasceu no estado de Sergipe, era filho de um latifundiário e comerciante que havia começado seu percurso de vida como vaqueiro; estudou

61 Eis um resumo das teses deste livro, feito por um contemporâneo: «The biological analogy has here borne fruit in a volume by three Belgian professors, in which regression and atrophy of organs in plants and animals are compared in detail with the decay of social institutions and usages. The authors insist that the word evolution implies no idea of progression or regression but denotes all forms of transformation, whether favorable or unfavorable, and state their general conclusions as follows: 1. All evolution is at once progressive and regressive. The transformations of organs and of institutions are always accompanied by regression. The same is true of transformations of organisms and of societies: all existing forms, organic or social, have undergone transformations, and in consequence of these transformations have lost certain portions of their structure. This universality of regressive evolution may be proven either by comparison or by showing that all organisms bear reduced organs and that all societies contain survivals. 2. Regressive evolution does not operate in a predetermined order and does not involve a return to a primitive state. It is sometimes true – when the same cause of dissolution operates with equal intensity upon all parts of an institution or organism – that the most complex and fragile structures disappear first; but we cannot frame a general law that the most complex structures are at the same time the most recent, and that regression consequently transpires uniformly in the inverse order of progression. When an institution or an organ once disappears it does not reappear. An institution or an organ reduced to a vestigial state cannot develop anew and resume its former functions, and cannot assume new functions. 3. Regressive evolution is caused by a limitation of means of subsistence – nutriment, capital or labor. In biology its principal or sole factors are the struggle for existence between organs and the struggle for existence between organisms. In sociology artificial selection plays a preponderant role, natural selection a secondary role. Occasional causes of regressive evolution are inutility of function, insufficient nutrition or resources, and (in biology alone) lack of space. An institution or an organ which has ceased to function and lost its utility, direct or indirect, may nevertheless persist if one or the other of the factors of atrophy–variability or selection –does not operate» (Thomas 1897).

Medicina (1886-1890) na Bahia e no Rio de Janeiro. Casou em 1891 com a jovem portuguesa Natividade Aurora de Oliveira de quem teve dois filhos. O seu interesse pela educação, como via para o melhoramento da vida do povo brasileiro, terá sido avivado pela leitura do *Report of the Commissioner of Education* (1890), que traçava um quadro sombrio da educação na América Latina⁶². Em 1896, foi nomeado subdiretor do Pedagogium, passando a ser o seu diretor geral no ano seguinte; o Pedagogium era um ‘museu’ da educação nacional, fundado em 1890, na cidade do Rio de Janeiro, sendo uma instituição, inspirada no Bureau of Education dos Estados Unidos, pensada para coordenar as actividades pedagógicas no país. Em 1897, tornou-se professor da Escola Normal da República, leccionando a cadeira de Moral e Cívica e, no ano seguinte, 1898, tornou-se director interino desta Escola; ainda em 1898 foi nomeado director de Instrução Pública do Distrito Federal.

Em 1902, integrou uma comissão pedagógica nomeada pela prefeitura do Rio de Janeiro e, na sequência, obteve uma bolsa que lhe permitiu estudar psicologia experimental com Alfred Binet (1857-1911) e George Dumas (1866-1946) na Sorbonne (Paris); foi na cidade-luz que começou a escrever o seu livro *América Latina: males de origem* (1905), que explicitamente refere a obra belga e mobiliza as críticas da geração de 1870 à decadência ibérica, cujos vícios se teriam naturalmente comunicado à ex-colónia, que continuava governada pelos descendentes directos dos colonos, cf. (Cândido 1990). Em 1904 esteve na criação da Universidade Popular de Ensino Livre e em 1906 inaugurou no Pedagogium o primeiro laboratório de Psicologia experimental do Brasil; em 1907, passou a ser deputado federal pelo Estado de Sergipe, lugar em que esteve uma legislatura, aproveitando para favorecer projectos educativos. Veio ainda a escrever *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1930) e *O Brasil nação* (1931). A obra de Bomfim de 1905 é um libelo contra o colonialismo ibérico, o racismo e o conservadorismo das classes dirigentes na América Latina, comungando da perspectiva crítica em relação ao passado ibérico das obras *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899) do mexicano Francisco Bulnes (1847-1924), e *Les démocraties latines de l’Amérique* (1912) do peruano Francisco García Calderón (1883-1953), cf. (Santos Júnior 2013)⁶³.

Sérgio, nos dois últimos textos do debate com Cortesão, denuncia o nosso vetusto e persistente parasitismo, que se veio a exercer nas colónias, de um modo que reflecte a leitura de Bomfim. No entanto, ele, que citou Sívio Romero, João

62 Sobre a biografia de Bomfim cf. (Silva e Matias 2016: 104), (Santos 2020: 20, 21).

63 Nos anos recentes têm surgido no Brasil muitos estudos sobre Bomfim que valorizam a singularidade e radicalidade do seu pensamento; as referências dos artigos (Silva e Matias 2016) e (Detoni 2020) dão uma ideia do interesse académico actual por Bomfim, muito do qual nem escapa a uma inspiração ideológica, nem cuida com atenção das fontes europeias do seu pensamento.

Ribeiro e Oliveira Viana omitiu o nome de Bomfim, mas há para isso uma explicação plausível: Bomfim era considerado um radical, não frequentava o mesmo círculo daqueles, e foi inclusive censurado por Sílvio Romero, defensor da teoria do branqueamento, a quem Sérgio devia gratidão; no livro *A América Latina (análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim)* de 1906, Sílvio Romero viu na obra de Bomfim um exemplo de uma lusofobia largamente inspirada em passagens de obras do nosso Oliveira Martins (Bomfim não lhe respondeu)⁶⁴. Uma parte da crítica era justa, pois Bomfim não distinguiu cuidadosamente as suas ideias das dos autores que citava, permitindo a acusação de falta de honestidade intelectual e de originalidade, quando de facto a sua perspectiva sobre o parasitismo colonial vai muito além das críticas de Herculano e de Martins ao parasitismo ibérico, ao se insurgir contra o racismo científico⁶⁵.

Depois de uma leitura atenta dos artigos ‘Golpes de Malho’ e ‘O parasitismo peninsular’ (Sérgio 1913b e 1913c), os sinais de que Sérgio se inspirou em Bomfim são muito óbvios. Quando Sérgio cita a obra belga fá-lo dando uma paráfrase da primeira referência a ela por Bomfim (nota de rodapé 18). Diz Bomfim, a propósito da evolução para parasita:

«O próprio árabe deu-lhe o modelo e o exemplo desta transformação: ‘A transformação do predatismo em parasitismo é toda a história das tribos árabes do Moghreb. No começo, a destruição pura e simples das populações que resistem, a razzia predadora. Mais tarde, a tosquia regulada do país, os habitantes dos oásis reduzidos à condição de colonos parciários, duramente explorados pelos nómadas, que vinham na época das colheitas embolsar tributos.’ Massart et Vandervelde, *Parasitisme organique et parasitisme social*» (Bomfim 1905/2008: 64, n. 18), cf. (Massart e Vandervelde 1895: 56). Ora, Sérgio escreve: «Sobre o parasitismo veja a obra de J. Massart e E. Vandervelde, que

64 Sobre as divergências entre Sílvio Romero e Manuel Bomfim, pode ler-se a tese (Costa Filho 2013), a qual parte do ponto de vista muito crítico em relação à colonização portuguesa, feita por uma nação com estrutura patriarcal que esteve ao serviço da expansão do capitalismo europeu, nação com um Estado onde a objectividade de uma estrutura burocrática nunca se impôs, e cujo patriarcalismo passou para a colónia, e aí foi ficando, o que explica a sua desorganização.

65 Bomfim não fazia parte do mainstream da intelectualidade brasileira do seu tempo: «As principais ideias de Taine, de Haeckel, de Buckle e de Spencer são apropriadas pelos círculos intelectuais mais representativos do país (Schwarcz, 2018; Ventura, 1991). Já Bomfim, para além de toda a literatura médica por ele absorvida, é leitor de Marx, de Darwin, de Proudhon e de Bakunin (Aguiar, 2000; Silva, 2011) (...) Os primeiros movimentam explicações pautadas no estatuto das ‘raças’, nos impactos mesológicos e nas limitações de uma herança psíquica. Vê-se que o conjunto de referências de Bomfim é outro, dado que ele elege a instrução pública e a luta contra o racismo como as suas bandeiras intelectuais» (Detoni 2020: 766). Além disso, Bomfim facilitou a vida aos seus detractores ao nem sempre referenciar as amplas citações que fazia e ao inclusive se enganar nas atribuições; por exemplo cita uma longa passagem das *Causas da decadência dos povos peninsulares* de Antero (1871) cuja autoria parece atribuir a Teófilo Braga, cf. (Bomfim 1905/2008: 73); aliás Bomfim nem sequer menciona o nome de Antero de Quental, aspecto que Sérgio deve ter reparado. Bomfim começou a escrever a sua obra em Paris e é provável que citasse a partir de apontamentos e não de livros, como aliás Sérgio também fazia.

está traduzida em espanhol (...) recomendo-lhe especialmente o § 2º da secção 2ª do capítulo II, sobre a evolução do parasitismo depredador. Aí se diz como o árabe do Moghreb evolucionou de cavaleiro de razia a Beni-amontado» (Sérgio 1913c: 157); a correcta referência de Sérgio à localização da passagem do livro belga, que não é dada por Bomfim, mostra que Sérgio leu a obra, e, portanto, conhecia o seu conteúdo, acima descrito nas suas linhas gerais.

Bomfim, que é médico de formação tem a capacidade de dar uma ‘cobertura científica’ à sua tese de que os ‘males de origem’ dos países sul-americanos, patentes nos hábitos das suas elites, não resultam de um determinismo rácico sendo constituídos historicamente através do parasitismo social. Ora, a principal conclusão da análise de Massart e Vandervelde, que interessa a Bomfim para argumentar contra os que defendiam o racismo científico, é a de que a degenerescência é uma consequência fatal do parasitismo social, daí Bomfim iniciar o livro com um exemplo biológico paradigmático⁶⁶:

«Há um animal marinho – o *Chondracanthus gibbosus*, cuja organização é, à primeira vista, tão simples e rudimentar que, por muito tempo, os naturalistas o classificaram entre os vermes – os vermes inferiores. Em verdade, o animal é constituído, apenas, por uma massa informe, de tecido frouxo, onde não se vêem quase órgãos diferenciados, a não ser os colchetes com que ele se apega à sua vítima, e os órgãos genitais, desenvolvidíssimos. Fixado ao animal que o nutre, o *Chondracanthus* resume toda a atividade vital em sugar a seiva nutritiva, que ele já encontra elaborada, pronta a ser assimilada e apropriada para a nutrição íntima dos tecidos, e em reproduzir-se. É nessas condições que o animal adulto se apresenta: parasita, rudimentar, e ‘inferior’ – a ponto de ser considerado um verme. Estudando, porém, a sua evolução completa, notaram os naturalistas um fato anómalo: que, nos períodos de vida embrionária e larvar – quando a sua organização deverá ser mais simples ainda – ela é exatamente muito mais complexa e perfeita. Em estado adulto, o animal não apresenta nem órgãos locomotores livres, nem tegumento protetor, nem centros nervosos desenvolvidos, nem órgãos sensoriais, nem aparelho digestivo completo; no entanto, no estado larvar, existem todos estes órgãos e aparelhos; depois, à medida que o animal se vai desenvolvendo em volume, eles se atrofiam, desaparecem. É tão perfeita a larva do *Chondracanthus*, que os naturalistas tiveram de reconhecer que não se tratava de uma larva de verme; breve, reconheceram também que ela é inteiramente semelhante às larvas de uma classe de animais bem superiores – os crustáceos. E a

⁶⁶ Bomfim cita quatro vezes os belgas; a segunda referência é a propósito da degenerescência do parasita, num contexto em que faz equivaler a decadência ibérica, descrita por Antero e por Martins, à degenerescência do parasita, comentando: «Em matéria social, a degenerescência parasitária é antes de tudo cerebral. São as faculdades intelectuais que se atrofiam...» (Bomfim 1905/2008: 77), cf. (Massart e vandervelde 1895: 75).

conclusão se impôs: o *Chondracanthus* é um crustáceo, do grupo dos copepodos; se, no estado adulto, ele se apresenta rudimentar como um verme, é porque degenerou. Por que razão degenerou ele? Por que se atrofiaram e desapareceram todos esses órgãos, em cuja síntese e harmonia se acusava uma organização superior? Simplesmente porque o *Chondracanthus* se fez parasita. Foi o parasitismo que reduziu o copepodo a esta condição de inferioridade e degradação, e por um processo bem fácil de perceber» (Bomfim 1905/2008: 21-22)⁶⁷.

A analogia com o parasitismo orgânico dá o mote do uso das mesmas armas que os defensores evolucionistas do racismo científico, mas Bomfim vai noutra direcção – a da análise histórico-sociológica. O seu livro está repleto de citações de Oliveira Martins, que ilustram sobremaneira a dominante de parasitismo social ao longo da nossa história⁶⁸. Mas, Bomfim não perdoa ao autor português as referências à inferioridade dos negros e índios, comentando sarcasticamente: «são estes os homens [índios] (...) que a ciência sociológica de Oliveira Martins condena ao extermínio, e cujo cativo e martírio aprova – por serem inferiores!... Inferiores a quem? Aos portugueses?!...» (Bomfim 1905/2008: 190). Eis outra passagem tristemente ilustrativa:

«Na constituição orgânica dos povos sul-americanos, entra uma grande dose de sangue indiano, e, em algumas das novas nacionalidades – Cuba, Brasil... – entra, também, um forte contingente de elementos africanos. Se, de facto, estas duas raças são inferiores, quer dizer, incapazes de alcançar o grau de perfeição próprio à civilização que ora apresentam os vários povos europeus, é lógico que as nacionalidades da América Latina participarão dessa inferioridade. Já vimos que a teoria, em si, não vale grande coisa; todavia, há uma tal unanimidade nos sociólogos ao serviço dos fortes, em chamar de ‘inferiores’ a estas raças, que é mister discutir miudamente as suas apreciações. Os argumentos de que se servem os tais sociólogos são: 1) que os indígenas e negros têm sido exterminados – eliminados – pelos brancos, o que prova serem eles inferiores; 2) que estes povos são, geralmente, muitíssimo mais atrasados que os brancos; são todos ainda selvagens ou bárbaros, e este atraso geral tem como causa, certamente, uma inferioridade étnica essencial. Como apoio ao primeiro dos argumentos, invoca-se a teoria evolucionista de Darwin – a luta pela vida e a sobrevivência dos mais aptos. Oliveira Martins, sentindo a necessidade de justificar as torpezas dos colonos portugueses sobre os pobres índios e negros no Brasil, e as que se projectam (ele mesmo projectou) para o futuro, na África, escreve, com a solenidade e a convicção de quem possui a última palavra da ciência: ‘As guerras com os indígenas da América e da

⁶⁷ Este exemplo específico não consta nas duas obras de Massart e Vandervelde referidas.

⁶⁸ «De Oliveira Martins tomou não apenas a visão calamitosa da decadência ibérica e da colonização espanhola e portuguesa, mas também o tom justiceiro com que a aborda» (Candido 1990: 11), cf. (Matos 2015).

África representam na história o que ela teria presenciado (se já houvesse história nesses tempos remotos) nas invasões da Europa pela raça branca. Nessa luta contra os aborígenes vê-se o processo pelo qual a natureza, forçando a uma selecção, foi gradualmente desenvolvendo a capacidade e o império dos seres superiores' (Oliveira Martins, Joaquim Pedro de, *O Brasil e as colónias portuguesas*, 3a ed., p.20)» (Bomfim 1905/2008: 195-196).

A tese de Bomfim é a de que o parasitismo ibérico é de sempre, iniciou-se com a Reconquista, e que por isso o espírito guerreiro permaneceu como traço dominante durante a expansão e colonização:

«Qual o efeito destes onze séculos de guerra constante e generalizada sobre o carácter das nacionalidades ibéricas? De que forma esse passado vem influir sobre o futuro? Duas foram as consequências deste passado de lutas permanentes sobre os povos ibéricos, consequências que se combinaram maravilhosamente para os impelir às aventuras que constituem a sua vida posterior: a educação guerreira, exclusivamente guerreira, a cultura intensiva dos instintos belicosos de centenas de gerações sucessivas; o regime a que eles se afizeram durante esses longos séculos – de viver de saques e razias; o desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras; a impossibilidade, quase, de se habituarem ao trabalho pacífico. (...) Quando começou a colonização da América, já as nações peninsulares estavam viciadas no parasitismo, e o regime estabelecido é, desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. Desde o início da colonização, o Estado só tem um objetivo: garantir o máximo de tributos e extorsões. Concedem-se as terras aos representantes das classes dominantes, e estes, aqui – pois não vêm para trabalhar – escravizam o índio para cavar a mina ou lavrar a terra. Quando ele recalitra ou se extingue, fazem vir negros africanos, e estabelece-se a forma de parasitismo social mais completa, no dizer de Vandervelde» (Bomfim 1905/2008: 38, 77-78).

Inspirado nos belgas, Bomfim falará da evolução da colonização lusa desde uma fase 'predatória', exemplificada pelo período da febre do ouro, na qual se matava e saqueava, até a uma fase parasitária de cultivo em monocultura assente na mão-de-obra escrava, (Silva e Matias 2016: 112-113)⁶⁹.

⁶⁹ Sérgio, na sua classificação dos nossos tipos de parasitismo, não refere esta evolução brasileira do parasitismo, da predação à parasitagem, embora esteja tal sentido subjacente como 'afinação', cf. (Sérgio 1913b: 123), (Sérgio 1915/2008:115), (Sérgio 1916/2008: 147-149); neste último texto, as *Considerações histórico-pedagógicas*, leem-se passagens eloquentes sobre o parasitismo. Sobre a nossa Idade-Média: «Em Portugal, a nobreza (essencialmente cavaleira, porque educada na razia permanente contra o mouro), longe de acompanhar e dirigir o trabalho produtor, marasmava a terra e as indústrias com servidões parasitárias; em vão procurava D. Diniz convencer a fidalguia da dignidade e nobreza da vida agrícola» (Sérgio 1916/2018: 133); e quanto ao período áureo da expansão: «a população mantinha assim os antigos hábitos de razia, e parasitava sobre o israelita na metrópole, como no Oriente sobre o índio, o moiro, o malaio, etc. : era esta pirataria interna, irmã da do Ultramar. (...) Tal educação parasitária prolonga os seus ramos até hoje» (Sérgio 1916: 147, 148).

Como vimos, a ideia dos belgas é a de que o parasitismo se não for corrigido por medidas defensivas leva à degenerescência ou decadência dos povos e das nações, e essa ideia é adoptada por Bomfim e por Sérgio. Neste esquema análogo de explicação, muito sugestivo, de efeito retórico assinalável no tempo da sociologia biologizante, as práticas guerreiras e de exploração económica, ambas de carácter parasitário produzem naturalmente ‘atrofia de órgãos’, o que era ilustrado pelo desprezo pelo trabalho e pelas ciências⁷⁰. Bomfim, na linha da crítica económica de pensadores socialistas, irá ao ponto de usar o conceito de parasitismo para «desenhar um quadro explicativo sobre a dominação e a apropriação do valor trabalho. Seja na relação entre classes, seja na relação entre países periféricos (colónias e ex-colónias) e países centrais (metrópoles e potências imperialistas)» (R. C. Aguiar apud Silva e Matias 2016: 115).

Para terminar estas considerações sobre o modo como Bomfim e Sérgio, prolongando Herculano, Antero e Martins, pensaram a nossa herança histórica, há um último elemento comum e relevante para perceber a crítica de Sérgio aos seus contemporâneos portugueses tão concentrados no passado, na saudade, no sebastianismo, etc – o conservadorismo dominante. Esse conservadorismo, que resulta de nexos causais, obviamente influencia a leitura do passado e, portanto, a escrita da história. Em ambas as Repúblicas, as classes dirigentes, sob roupagens novas, mantinham velhos hábitos. Diz-nos lapidarmente Bomfim:

«A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza, nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada pela caudilhagem nas más aventuras e assaltos políticos. As classes dirigentes, herdeiras diretas, continuadoras indefectíveis das tradições governamentais, políticas e sociais do Estado-metrópole, parecem incapazes de vencer o peso dessa herança; e tudo que o parasitismo peninsular incrustou no carácter e na inteligência dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes; qualquer que seja o indivíduo, qualquer que seja o seu ponto de partida e seu programa, o traço ibérico está lá – o conservantismo, o formalismo, a ausência de vida, o tradicionalismo, a sensatez conselheiral, um horror instintivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem instintivo e inconsciente, pois é herdado» (Bomfim 1905/2005: 268-269).

O conservadorismo, ingénito e inconsciente, que permaneceu dos hábitos das classes dominantes e colonizadoras, impede a perspectiva melhorista ao

⁷⁰ No entanto, o ‘darwinismo social’ se já não é ‘sociologicamente científico’ não deixa de ser um lugar-comum implícito no proceder de muitas áreas, a académica sendo uma boa ilustração.

lhe colocar entraves; o maior desses entraves é o da manutenção do status quo dos privilégios estabelecidos; uma vez que há uma classe dominante cujos privilégios foram o resultado de uma mentalidade espoliadora, parasitária. Estes status quo constituiu um imaginário social hegemónico, conjunto de preconceitos e superstições anexas ao regime de desigualdade social. Bomfim afirma que as sociedades da América Latina «são em geral arquivos de instituições e costumes arcaicos com etiquetas modernas; um glossário moderno designando um mundo obsoleto. A idade antiga sobreviveu em tudo. As instituições permanecem inalteráveis, por entre as múltiplas revoluções políticas; cada uma delas é um fenómeno arqueológico, quando não é um fóssil cuja classificação seria bem difícil, se a sua filiação não existisse na história» (Bomfim 1905/2005: 122). Para o educador, a psicologia social das actuais classes dominantes republicanas é tal que mesmo quando proclamam a ideia de progresso, fazem-no em sentido retórico, «pois elas não sabem na prática relacionar o progresso com as circunstâncias, nem se adaptar a ele, quando ele se impõe e se torna necessidade» (Candido 1990: 14).

Bomfim, como Sérgio, é anti-historista, no sentido que ele não vê vantagem no culto expresso do passado e da tradição, porque o progresso é a ultrapassagem da história:

«São nações, estas, em que tudo está por fazer, a começar pela educação política e social das populações. Que pretendem então defender, deste passado?... Ele é uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso. Que é que pretendem conservar? Só se é justamente a decadência, a resignação social, e tudo mais que, prendendo-nos ao passado, se opõe obstinadamente à vida e ao progresso, que não é mais que a perda incessante de hábitos, a luta contra os costumes estabelecidos, a adopção do que é moda e do que é novo, em oposição à tendência dos preguiçosos e tímidos a imitar a história (Tarde). É neste sentido que Nietzsche tem razão quando diz ser o irrespeito e o desprestígio a condição essencial de todo progresso» (Bomfim 1905/2005: 117).

Como os pragmatistas William James e Dewey, adopta uma perspectiva melhorista assente numa reflexão evolucionista que valoriza uma certa interpretação do princípio da continuidade:

«Conservar não pode constituir função especial, activa, de ninguém; é uma função passiva. A sociedade conserva-se, independentemente de qualquer esforço; conserva-se, pelo simples fato de que existe, por uma função inconsciente, reflexa, necessária a tudo que é. Dá-se, por acaso, que os indivíduos intentem esforços no sentido de conservar a forma do corpo, o hábito de andar, a faculdade de falar?... Não, os seus esforços se fazem no sentido de alterar esta forma, melhorando-a, corrigindo-lhe os defeitos – aperfeiçoando o andar, apurando

a linguagem. Os esforços conscientes são todos para transformar e alterar, no sentido de progredir. A grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para compreender melhor as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; continuar, conservar é obra dos mortos; viver é acrescentar alguma coisa ao que existe, eliminar o que já não convém. (...) A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, contínuo, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhe diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia, o seu peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam (...) E nesse intento, uns, os mais hábeis [dos conservadores], fazem-se propagandistas; são os teóricos da estagnação, e acumulam absurdos e sofismas, heresias científicas e falsificações históricas, para provar que a vida deve ser fixada, que a inovação é o mal e que o progresso está em partir para o passado; querem encerrar a vida em fórmulas que dispensem de viver» (Bomfim 1905/2005: 118, 119).

Bomfim ao notar como o ‘conservadorismo’ tende a produzir ‘falsificações históricas’ está na mesma atitude crítica de Sérgio ao denunciar o historicismo cultor de um passado de heróis, o qual reconstrói à sua maneira a história nacional obliterando as suas contradições e esquecendo que a sua condenação resulta de uma distinção, entre o ideal (moral) e a realidade – «o ideal não é a realidade dominante, antes se forma muitas vezes por oposição à realidade dominante» (Sérgio 1913c: 158) –, e que essa condenação foi sempre sendo feita por vozes críticas que se ergueram contra as Conquistas; por exemplo, Camões (pela voz do velho do restelo, e em vários dos seus outros poemas, como no ‘Cá desta Babilónia’), Sá de Miranda, Gil Vicente, D. João de Castro, Herculano, Antero, etc. Cortesão argumentou contra Sérgio notando que no fim do artigo ‘Golpes de Malho’ Sérgio falava de Herculano como exemplo de um comportamento moral ‘à antiga portuguesa’ por isso valorizando a noção de ‘tradição’; assim era, no sentido em que o esforço de dilucidação crítica do nosso passado reclamava-se de uma linhagem, mas essa linhagem era oposta à do saudosismo dos renascentistas portuenses. Por isso Sérgio terminou o seu debate ameno com Cortesão (debate muito profícuo para ambos como se depreende das suas obras historiográficas futuras que se irmanam em tantos tópicos fundamentais), re-afirmando-se contra a atitude historista daqueles: «esse ideal de tradição depôs sempre, nos seus altos representantes, contra a orientação prevalecte, contra a realidade parasitária, contra o Portugal histórico das Conquistas. Não há, pois, razão nenhuma para que vamos pelo historicismo» (Sérgio 1913c: 158). Sérgio retornará ao tema do conservatismo e do anquilosamento de estruturas como responsáveis por alguns dos principais problemas dos povos, nomeadamente das guerras, nos textos ‘Espectros’ (1916) e ‘Ainda os espectros’ (1917), que integrará em *Ensaio I* (1920).

As considerações histórico-pedagógicas de 1915

Este período de gestação da interpretação do sentido geral da nossa história e da compreensão do problema português culmina no opúsculo *Considerações histórico-pedagógicas* (terminadas em 24.XI.915). Sérgio escreve este texto já em tempo de Guerra e em plena crise de subsistências, com generalizada falta de matérias-primas e de alimentos, nomeadamente de cereais; a sua ironia swifiteana é evidente (o sublinhado é nosso) e traduz o propósito de intervenção cívica do texto:

«Bom seria que o cérebro nos soubesse prever o que sentirá o estômago; mas aonde o intelectual é aéreo encarrega-se o esfomeado de pensar bem: proponho que se transforme o Congresso das Subsistências em Congresso Pedagógico, e que se erga na colina do Castelo um altar à Fome inspiradora. *Pois não terá ela a virtude de nos descer o problema educativo das asfixiantes alturas da ideologia abstracta para a sua natural dependência da nossa gravíssima situação económica?* não será ela quem demonstrará a urgência de uma pedagogia concreta de salvação pública, deduzida da história portuguesa e das necessidades portuguesas?» (Sérgio 1916/2008: 127-128).

A passagem é a de um adepto das análises que privilegiam os factores económicos como condicionando a mentalidade e, de facto Sérgio revela já então um interesse concreto pelo condicionamento económico e geográfico do acontecer histórico. Mais à frente no mesmo texto dirá: «A criação de Portugal – um episódio das Cruzadas foi uma obra de estrangeirismo. No porto de Lisboa se entroncavam (...) as linhas comerciais-marítimas do Norte e do Mediterrâneo, e de aí o predomínio dos italianos e dos flamengos na população estranha da cidade» (ibid: 128). O impulso para o tráfico marítimo vinha da «situação geográfica do país» que é favorecido «depois pelas necessidades económicas da Europa setentrional». Ora, «esta tendência (...) triunfou com a vitória da burguesia de Lisboa, quando esta exalçou ao trono o seu pupilo o mestre de Avis» assim ocorrendo a «revolução social de 1383-85» (ibid.: 135, 136).

Nas primeiras passagens acima é clara a consonância com Oliveira Martins, que escreveu:

«Basta olhar para o mapa de Portugal para ver que (...) as condições naturais nos chamavam para a vida marítima⁷¹. (...) A marinha portuguesa nasce com a independência nacional: é uma criação da primeira dinastia. (...) a importância

71 Martins, que, como Renan e outros, pensa decisiva a influência do meio, em *O Helenismo e a Civilização Cristã* (1878), dirá que: «dizer que a navegação e o comércio marítimo hão-de ocupar os povos que habitem a zona litoral dos continentes» é uma lei elementar da história favorecendo assim a ideia da cientificação da história, (Martins apud Catroga 1996: 124). Sérgio, na sua *Breve Interpretação* dirá: «Pode supor-se (...) que a situação dos portos utilizáveis (em número maior ao dos que existem hoje) foi o mais poderoso factor geográfico na independência de Portugal» (Sérgio 1972: 15).

internacional dos portos ocidentais, como Vigo, o Porto, Lisboa, só podia aparecer quando as coisas permitissem o restabelecimento da navegação desde o Mar do Norte até ao Mediterrâneo e vice-versa (...) Esse estabelecimento veio com o movimento das Cruzadas» (Martins 1885/1992: 178). Referindo-se à política proteccionista em relação à marinha, desenvolvida pelo rei D. Fernando, na segunda metade do século XIV, nota Martins, que aqui segue Fernão Lopes:

«Quem girava com este comércio marítimo? Estrangeiros principalmente. Já desde então se denunciava o carácter cosmopolita da nossa história. Lisboa, diz Fernão Lopes, 'é grande cidade de muitas desvairadas gentes'. (...) Por outro lado, como na Itália, onde as classes comerciantes e operárias limitavam o poder dos grandes e guerreiros, também em Lisboa o comércio era defeso aos fidalgos e senhores. O rei, porém, não se incluía no número destes, sendo pessoalmente armador e negociante; (...) na nossa capital a burguesia tinha o privilégio da equipação dos navios e do comércio marítimo»; e Martins elogia essa política fernandina: «a não ter sido o fomento marítimo do século XIV jamais Portugal teria ganho a honra e proveito histórico das suas grandiosas navegações, das suas conquistas malfadadas e da brilhante empresa da sua colonização atlântica e americana (...)» (Martins 1885/1992: 181, 184).

Mas, voltando atrás no tempo, Sérgio falará do «regime feudal que culminou com Carlos Magno» e «às origens da expansão económica que ocorre por via da prosperidade», a qual corresponde ao crescimento dos burgos e de uma nova 'classe social' que neles habita. Na sequência, AS vai inscrever a nossa fundação e expansão na História económica universal, numa passagem onde correlaciona a nossa expansão com o movimento das cruzadas:

«A própria prosperidade que o regime feudal-agrícola produziu no Norte da Europa excitou a actividade comercial, o desenvolvimento das cidades, a sua resistência aos senhores, e a saída deles para o Levante, a alargar a corrente comercial do Oriente para as regiões setentrionais. Foi este grande movimento das cruzadas do Norte, da Alemanha e França para a Itália e de aí para a Palestina, que ocasionou a fortuna das repúblicas marítimas italianas, intermediárias do tráfico entre a Hansa alemã e as caravanas levantinas (...) Uma pequena derivação deste fluxo foi a origem da fundação do reino de Portugal, onde Lisboa era então uma Veneza embrionária (...) O infante D. Henrique, (...) D. Afonso V e D. João II foram os caudilhos da nova cruzada, os heróis de que a vida económica europeia necessitava, nesse momento, para resolver um dos maiores problemas de toda a história da civilização. Assistimos, pois, desde agora, aos esforços sucessivos de Portugal para resolver a sua crise de subsistências e a crise comercial de toda a Europa» (Sérgio 1916/2008: 136-137). Todo este desenvolvimento do comércio marítimo de longa distância faz com que

«nos princípios do século XVI fosse já Lisboa uma das bases do capitalismo cosmopolita» (Sérgio *ibid.*: 140), cf. (Godinho 2007: 54, 62).

Para Sérgio, a expansão comercial dos Descobrimentos vinha na continuidade de um comerciar de longa distância de que há muitos sinais: «Já no fins do século XIII em Flandres (terra onde fulgiu a civilização na Idade Média, e onde os burgueses dos centros industriais foram laboriosamente acumulando inúmeras riquezas) eram ali tão importantes os interesses de Portugal que resolvendo em 1293 os comerciantes de Lisboa fundar uma bolsa de comércio, para auxiliar o seu tráfico com os países setentrionais, escolheram a terra de Flandres para lá estabelecerem a sucursal estrangeira da recente instituição» (Sérgio 1916/2008: 141-142). Simultaneamente, Sérgio argumenta sobre por que razão não soubemos aproveitar as riquezas deste comércio falando do paradoxal casamento do Comércio com a Cavalaria (espírito associado ao lado guerreiro da reconquista) e de uma ‘tradição’ de parasitismo, sobre a qual já amplamente discorremos, que é reforçada com a perseguição aos judeus e com as consequências da Contra-Reforma.

Não é aqui o lugar de expor todas as teses interpretativas deste texto, mas a citação de mais alguns trechos exemplifica a linha geral de juízo sobre a ‘realidade dominante’. O tópico da decadência ibérica é valorizado: «Depois, se navegando para o Oriente fomos os instrumentos necessários à civilização europeia, absorvendo-nos no seu saque, separámo-nos por séculos dessa mesma civilização: foi a longa noite do isolamento, que ainda dura...» (Sérgio 1916/2008: 150); «Consolidada a sua independência numa guerra prolongada (...) o Portugal restaurado em 1640 já não frui o monopólio do comércio do Oriente, de que fora despossuído por Holanda e Inglaterra, mas ficava-lhe o Brasil (...) Descoberto o ouro em fins do século XVIII (...) esta riqueza fabulosa alimentou o Estado durante a opereta beata de D. João V (...) As minas do Brasil significam na nossa história a persistência e agravamento da educação parasitária, do comunismo de Estado (...) não há também dúvida de que não veio do jesuitismo, mas sim do parasitismo e do ultracomunismo, a inferioridade social da nossa Grei» (*ibid.*: 152-153). Invocando a distinção particularismo/comunismo do grupo de La Science Sociale (Sérgio cita o *Le Portugal inconnu* de Léon Poincard, *ibid.*: 164), nota que a educação parasitária resulta do que «se absorve do ambiente, a começar pela família, segundo a sua organização social e económica» Sérgio falará da dependência, nesse período em que o Brasil foi a nossa grande colônia, em relação à Inglaterra, ainda que de modo tímido: «A verdadeira cultura anda adstrita às necessidades de produção, e essas necessidades não as tinha o Portugal brasileiro, que com o ouro das suas minas adquiria os produtos da indústria alheia» (*ibid.*: 155), citando a obra de 1767, *Institutions politiques* de Bielfeld, editada em Leide.

Depois daquelas primeiras passagens de fina interpretação económica que colocam Portugal no quadro da expansão de um tipo de economia que se estava a desenvolver, estas últimas mostram que juízo de Sérgio sobre a nossa história (decadente) permanece essencialmente moral, no quadro iluminista que concede primazia à reforma educativa para solucionar os males nacionais: «É que na iniciativa produtora, mais ainda do que uma necessidade económica, está um requisito moral da sociedade portuguesa. O trabalho produtor é o melhor meio educativo; a política não sairá do banditismo desenfreado enquanto uma pedagogia industrial não descongestionar o Terreiro do Paço e o Parlamento» (ibid.: 158); mas o problema é que ao longo do século XIX, período para o qual mobiliza sobretudo os argumentos de Martins em *O Portugal Contemporâneo*, e até ao tempo em que escreve, «o certo é que a realidade pedagógica continuou sendo a do século XVIII no seu espírito e objectivo: fazer escribas, desembargadores e rimadores; e por falta de uma escola de trabalho (a única adequada às reformas do Mouzinho) a nação atolou-se nos empréstimos e revolveu-se em lutas políticas cuja mola fundamental era o assalto ao emprego público» (ibid.: 159). O fontismo merece-lhe censura pois: «esses empréstimos da ‘Regeneração’ foram as novas minas do Brasil, a mais recente consolidação da educação comunitária». O século XIX, após as invasões francesas, é descrito como dominado pelo ‘comunismo de estado’ cujas três principais vectores que definem a mentalidade e a organização social são:

«Este *estadismo*, ou costume de recorrer ao Estado para ele tratar da nossa vida, transformando-o em papá e alimentador de todos nós; este *bacharelismo*, ou educação pela palavra e pelo livro, que cultiva a memória e o palavório, e não a iniciativa, o método, a perseverança, o domínio de nós mesmos e dos instrumentos de trabalho; este *burocratismo*, ou fome universal do emprego público e correlativa incapacidade de ganhar a vida independente, que reduz os partidos a quadrilhas de assaltantes do Orçamento» (ibid.: 162).

1915 é um ano fundamental na afirmação do pensamento histórico-pedagógico de Sérgio, sendo também o ano da publicação do *Educação cívica* onde se propõe a escola-município inspirada pelo movimento da Escola Nova. Este pensamento, no que toca a inspirações portuguesas é marcado por Herculano, Antero e Martins, e a sua compreensão levanta várias questões, daquelas que exigem o recuo histórico; entre elas conta-se uma de natureza política – o saber se esse pensamento é liberal ou socialista (ortodoxo ou revolucionário) – e outra: se o viés, por via desse posicionamento, não condiciona a interpretação e uso da história.

Embora o Sérgio do Estado Novo seja explicitamente socialista (de um socialismo democrático e ético), o seu pensamento político durante a Primeira República é mais dificilmente classificável. Nesse sentido, é muito aproveitável a

crítica severa, feita em 1980, pelo historiador e publicista Vasco Pulido Valente (1941-2020), no seu ‘António Sérgio: uma revolução interior’. Aí, considera o pensamento histórico-pedagógico de Sérgio como tradicional, liberal, sem originalidade e pertencente à «ortodoxia ideológica dominante» (Valente 1980: 89). Este autor, doutorado pela Universidade de Oxford (como Maria Filomena Mónica e Rui Ramos), com uma tese sobre a revolução de 1910, e que foi membro do governo sombra do PSD (1979), considerou, neste seu ensaio, sobretudo os dois textos de 1915, as *Considerações histórico-pedagógicas* e o *Educação cívica*. Na sua análise, amalgama uma série de autores, pela semelhança na crítica ao estado de coisas no século XIX e princípios do XX, a qual resultaria de uma comum «filosofia social e doutrina económica do liberalismo clássico», a qual confunde o ‘ressurgimento nacional’ com a criação de um ‘capitalismo moderno’ (ibid.: 89, 88). É um facto de que, nessa época, Sérgio, tanto quanto sei, não se afirmou publicamente como um socialista (como virá a fazer durante o Estado Novo), nem teve filiação partidária, sendo conhecidas as suas reservas em relação ao funcionamento da República, não sendo também talvez muito clara a sua posição em relação ao sidonismo. Mas Herculano, Antero e Martins, todos expressaram críticas ao funcionamento do capitalismo partindo de uma posição moral afim da da ética kantiana e protestante, não utilitarista e valorizadora do trabalho produtivo⁷².

Pulido Valente denuncia também o mau uso da história para julgar o estado de coisas presente, notando que «a tese sergiana sobre a história portuguesa (...) é na sua maior parte esquemática e polémica e que se inspira, quando não se limita, a copiar pura e simplesmente as teses» de Oliveira Martins, Antero de Quental e sobretudo de Basílio Teles (ibid.: 86). Todos estes pensadores sofrem do mesmo defeito, o de fazerem (aqui corrijo o que parecem ser gralhas de sintaxe) a « projecção no passado e na tentativa de explicar por ele os dois fenómenos do Portugal oitocentista que preocuparam todos os doutrinadores políticos e sociais contemporâneos: a ausência de um capitalismo moderno e a consequente hipertrofia da administração pública » (ibidem: 87).

Assim, a pedagogia do trabalho que Sérgio propõe (e que coincidiria no essencial, isto é na necessidade de instrução ‘profissional’, com as propostas de Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Bernardino Machado, Agostinho de Campos e João de Barros), além de ser falha de originalidade, parte de um diagnóstico histórico errado, porque supõe que o ‘comunismo de estado’ ou seja o vício da «orientação profissional da burguesia urbana para

⁷² Mas, a sua denúncia do Integralismo Lusitano e os ataques que membros deste lhe desferem, caso de Martinho Nobre de Mello, no seu livro *Para Além da Revolução* (1925), mostram que ele e vários companheiros da Seara Nova estavam no lado esquerdo do espectro político, defendendo um socialismo de matriz kantiana.

os cargos da burocracia estatal e do exército» é causa da fraqueza do «sector privado», quando de facto ele é um efeito, resultado da «ausência de oportunidades num sector privado quase inexistente»; acresce que ela, ao criticar a pedagogia do abc (que se centrava na alfabetização) comete o erro de ignorar «que a simples alfabetização possa contribuir para aumentar a produtividade» (ibidem: 87, 88, 52). Pulido Valente, tal como Miriam Halpern Pereira, estão aqui a chamar a atenção para algo que o Oliveira Martins economista insistiu e que Sérgio, neste período, não valorizou talvez o suficiente (embora o reconhecesse, por exemplo relativamente ao tratado de Methuen) – o facto da economia mundial, sobretudo após a industrialização, se ter tornado um todo unificado, ficando Portugal num papel de dependência (em relação à Inglaterra), o que não facilitava as tentativas de regeneração económica pela via da criação de um ‘capitalismo moderno’.

No entanto, os aspectos educacionais não são obviamente consequência dessa estrutura da economia global. Como é sabido, Jaime Reis, em estudos de 1987 e 1989, associou a baixa produtividade do trabalho em Portugal aos baixos níveis de educação (o que inclui a preparação técnica da mão-de-obra industrial) da população, mostrando que para atingir os níveis de alfabetização de Espanha e Itália em 1913 bastaria um aumento da despesa pública de 1% ou 2% e que portanto «o baixo investimento do Estado português na educação e os elevados índices de analfabetismo daí decorrentes não se explicam por factores económicos ou financeiros, mas por factores políticos» (Lains 1995: 45); perguntamo-nos se a estes ‘factores políticos’, não subjazem ‘factores mentais’ (com evidente cunho moral) que acabam por afectar o desejado progresso económico. Ora, para Pulido Valente o pensamento pedagógico de Sérgio resulta de pressupostos filosóficos/morais e carece de apoio factual no que respeita às suas vantagens concretas (Valente 1980: 51n); Sérgio, de facto, na linha de um Dewey e do movimento da Escola Nova, insiste no ‘learning by doing’. Pulido Valente talvez não quisesse que o seu leitor pensasse que um ‘capitalismo moderno’ é um regime virtuoso movido pelo ideal do aumento da produtividade, sendo a filosofia, a pedagogia e outras preocupações ociosas (como a moral não-utilitarista), coisa inútil, senão mesmo nociva ao bom entendimento e rumo (da economia) nacional.

Para além da decadência

Nos artigos e opúsculos publicados pela Renascença Portuguesa, que incluem os debates com Teixeira de Pascoaes e com Jaime Cortesão e os textos *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, *Educação cívica* e o *Considerações histórico-pedagógicas*, Sérgio valoriza os aspectos de crítica económica, nomeadamente invocando detalhadamente a crítica dos arbitristas espanhóis, onde o juízo moral ia mesclado com os argumentos económicos, nomeadamente quanto à ausência de manufactura na península. Essa crítica económica é feita a partir da sua ética e pedagogia trabalhista, afim da ética protestante e kantiana, na qual se valoriza a iniciativa, o trabalho e a independência e autonomia de cada um, contrariando a ideia de dependência, de parasitismo. Do ponto de vista da economia política, Sérgio adopta a posição de Herculano favorável ao liberalismo económico e ao livre cambismo; não significa isto que Sérgio demonstre ser então grande conhecedor das ideias da economia política – de facto a sua apologia do livre-câmbio, a que dedica o seu texto homónimo (Sérgio 1914a) demonstra um desconhecimento do pensamento económico de Oliveira Martins e sugere a inexperiência e a boa vontade dos membros da Renascença em relação a esses tópicos: Sérgio defende a não intervenção do Estado, a abolição do protecçãoismo aduaneiro que favorece empresas de sectores em que não podemos ser competitivos (e que dá como exemplos de parasitismo), sugerindo como exemplar o funcionamento económico da Inglaterra, «devemos aprender da Inglaterra a sua orientação económica e política, e da Alemanha a sua pedagogia», (Sérgio 1914a: 3); AS ignora assim a tese dependentista de Oliveira Martins, que insiste nos factores externos do nosso atraso.

Sérgio, que faz a apologia do valor do trabalho, dá como exemplo a vantagem natural de produzirmos o vinho e o azeite e a vantagem de comprar dos ingleses as facas, esquecendo que os bens manufacturados geram maior valor acrescentado, e que as horas de trabalho trocadas no comércio de bens diversos podem ser tão desiguais que favorecem o endividamento das nações que produzem bens com pouco valor acrescentado; Sérgio irá paulatinamente perceber a pertinência da crítica Martiniana. A sua posição liberal, de apologia moral do valor trabalho, e a sua percepção de que o parasitismo dominante se opõe a essa valorização, fá-lo-á afirmar, no seu *Educação Cívica*, que a «verdadeira luta social não é a de operários e patrões que os marxistas apregoam, mas a dos produtores e não produtores: a dos operários, patrões, cientistas e mesmo capitalistas de um lado, e do outro lado os parasitas de toda a espécie, entre os

quais o da política é o mais nocivo» (Sérgio 2008 [1915]: 111)⁷³. O tópico da economia política merecer-lhe-á estudo mais aturado ao longo dos anos subsequentes (como o demonstra a presença na sua biblioteca de obras sobre o tema, nomeadamente as obras clássicas de Charles Gide) e é natural admitir que da compreensão das ideias de certos autores fundamentais, como Adam Smith e seus críticos e comentadores, tenha resultado uma meditação que coloca a economia política no centro da sua interpretação do ‘destino’ nacional, que nos deixou sempre numa situação de relação/dependência com outras economias e tendências expansionistas.

Fixação versus transporte

De facto, a argumentação sergiana sobre o ‘problema nacional’ será refinada, ao obliterar um pouco o juízo moral e favorecer a crítica económica no entendimento da ‘Decadência’ que sucede à Expansão, com a sua distinção, ideal-típica, entre *Política de Transporte* (predomínio do comércio, do transporte marítimo e da conquista, com a capital do Império, Lisboa, um entreposto comercial ao serviço dos grandes interesses comerciais europeus, enquanto por falta de produção e investimento produtivo nos socorriámos de empréstimos a juros elevados), e *Política de Fixação* (equilíbrio entre circulação e produção, com valorização do trabalho e do investimento produtivos), distinção a qual surge no *Bosquejo de História de Portugal* (1923), na *Antologia dos Economistas Portugueses* (1924) e no ensaio ‘As duas políticas nacionais’ (1925); a hegemonia da primeira política explica a nossa contribuição para o enriquecimento dos países do norte da Europa e o empobrecimento do nosso. Bem entendido, a esta análise subjaz o desejo de fomento (ressurgimento) nacional, o mesmo que animou Antero de Quental e Oliveira Martins. É provável que o convívio com o engenheiro e pensador da nossa economia Ezequiel de Campos (1874-1965), o autor de *A conservação da riqueza nacional* (1913) que colabora com Sérgio na revista *Pela Grei* (1918-1919) tenha aumentado o interesse de Sérgio pela economia política, sendo certo que os aspectos mais teóricos e filosóficos não eram o forte do engenheiro nascido na Póvoa de Varzim. Ezequiel de

⁷³ Sérgio, que, como Herculano, sempre demonstrou uma simpatia pelas críticas socialistas aos defeitos da organização económica capitalista das economias avançadas, veio (sobretudo depois do golpe militar de 1926) a mitigar a sua crítica ao papel dos políticos e a se aproximar cada vez mais de um ideal sócio-económico de socialismo libertário. Mas este seu particular liberalismo é a posição mais afirmada por Sérgio durante a Primeira República e permite compreender como ele fomenta projectos de intervenção cívica ideologicamente não homogéneos como o projecto da publicação ‘Homens Livres’, «homens livre da finança e dos partidos», (dois números aparecidos em 1923, reunindo integralistas e seareiros). Para perceber a mudança operada comparar com o ensaio *Paideia* de 1954, onde já não menospreza os políticos e critica o capitalismo hodierno (Sérgio, *Ensaio VII*: 226, 232).

Campos é explicitamente mencionado no fim do ensaio-conferência de 1925, onde Sérgio assume a política de fixação como um imperativo nacional, parte do programa de ressurgimento nacional, que se inspira no pensamento crítico acumulado ao longo de três séculos: «cumpre que nos unamos todos para iniciar a política de Fixação. O intuito real dos projectos de lei do Sr. Ministro Ezequiel de Campos (...) visam uma básica necessidade da economia do país» (Sérgio, *Ensaaios II*, 2ª ed.: 121)⁷⁴.

A ideia do dualismo, antinomia ou oposição entre as duas políticas – Transporte/Fixação – reclama para si uma tradição portuguesa de pensamento económico crítico relativamente à organização da economia portuguesa (de que Martins é herdeiro), e, como Sérgio demonstra com a sua *Antologia*, remonta pelo menos ao século XVII, com autores como Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Ribeiro de Macedo; essas críticas continuam com figuras como o conde da Ericeira, D. Luís da Cunha e os economistas da Academia das Ciências (nas *Memórias económicas* publicadas entre 1789 e 1815), e encontram eco em Basílio Teles e nas obras de cariz económico de Oliveira Martins (Sérgio, *Ensaaios II*, 2ª ed.: 101)⁷⁵. De toda esta genealogia AS dá eco no seu ensaio ‘As duas políticas nacionais’ (1925) publicado em *Ensaaios II*; e Sérgio faz mesmo remontar o confronto entre essas duas ideias de desenvolvimento económico ao desacordo entre os infantes D. Henrique e D. Pedro (ibidem: 93). No dito ensaio, AS afirma que a revolução burguesa de 1383, acaba por colocar D. Henrique num lugar cimeiro na direcção de uma política que se revelará insensata:

«Estoutra escola de políticos (a da precedência da actividade de transporte, do tráfico, da exploração comercial dos produtos do ultramar) firmou-se com o domínio da burguesia do fim do século de Trezentos, que fez a revolução de 83 e que pôs no trono o Mestre de Avis, dando-nos uma classe de fidalguia nova, com mentalidade burguesa e não rural; depois teve por chefe característico o duro infante D. Henrique. Já por essa época, no entanto, viam os homens de bom juízo os perigos graves de tal política; e o primeiro, como sabeis, foi o

⁷⁴ Sérgio e Ezequiel de Campos terão uma longa amizade e camaradagem cívico-intelectual, de que são sinal as amplas referências à *Antologia dos economistas* na obra tardia de Campos, *Problemas fundamentais Portugueses* (1946).

⁷⁵ Sérgio, no seu ensaio-conferência, cita todos estes autores e obras, mas discute essencialmente os economistas do século XVII (que constarão na *Antologia*) e Oliveira Martins e Basílio Teles, com algumas referências aos decretos de Mouzinho da Silveira, fazendo depois uma ponte, para o fim do ensaio-conferência com as suas ideias de fomento que coincidem com as de Ezequiel de Campos. Oliveira Martins, no seu *Projecto de Lei do Fomento Rural* (1887), ao considerar que os terrenos incultos são mais de metade da superfície da metrópole, propõe de novo o repovoamento do Sul (cujo povoamento fora abandonado na transição do século XV para o XVI), citando explicitamente ideias e textos de vários autores, entre os quais destaca dois do século XVII que Sérgio vai incluir na sua *Antologia* – Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos, cf. (Martins 1956: 39-52).

irmão de D. Henrique, D. Pedro (...) Sacrificar a política de produção às puras empresas do comércio – era trocar (pensava ele) uma boa capa por um mau capelo» (ibidem: 93)⁷⁶.

As críticas «que se assacaram à política do Transporte sem colonização» ecoaram abundantemente, como o comprovam os exemplos de Camões (na voz do Velho do Restelo) e de Sá de Miranda («mas temo-me de Lisboa/ que, ao cheiro desta canela/ o Reino nos despova»). AS considera que as Navegações eram necessárias para resolver o problema levantado à alta finança interessada no comércio de longa distância, mas o modo como os portugueses realizaram a Expansão não nos foi favorável:

«A certa altura, porém, com a irrupção dos turcos no Levante, este comércio [de longa distância, onde se destacava o do tráfico dos produtos do Oriente] entrou em crise. (...) A Portugal, como sabeis, coube resolver este problema [achar um caminho para ir à Índia sem ter que passar por Terra turca, sem ter que navegar pelo Mediterrâneo], que preocupava nessa época a alta finança de toda a Europa⁷⁷. (...) Não há que discutir as Navegações: eram fatais, e foram impostas à nossa pátria pelas condições agro-clímicas da nossa terra, pela própria maneira como nasceu, – quer dizer, nos portos, como uma cunha de gente de fora que entrou no mar pelo corpo espanhol. Se não descobrisse o Oriente, falharia a Nação ao seu papel. Mas cumpre reconhecer, por outro lado, que realizámos o tráfico da especiaria com absoluta falta de inteligência, com perdas enormes nas naus naufragadas por incúria completa na construção e na carga; que a riqueza fugiu das nossas mãos, indo fixar-se nas nações estrangeiras que forneciam à nossa o indispensável à vida (...) o que se fazia no transporte marítimo do século XVI? Trazíamos até Lisboa os produtos orientais, e esperávamos

76 Cf.: «Tenaz e até duro de caracter, D. Henrique sacrifica tudo aos progressos da sua empresa: nem o dobram as lágrimas do irmão infeliz sacrificado em Tanger, nem as súplicas do outro irmão, o nobre D. Pedro, talvez por sua culpa morto em Alfarrobeira. As conquistas da África imola os dois príncipes; às navegações os seus ócios, as rendas da Ordem de Christo, e as vidas obscuras dos muitos que morreram ao longo das costas, ou na vasta amplidão dos mares terríveis. Dominado por um grande pensamento, é deshumano, como quasi todos os grandes-homens» (Martins 1879, *História de Portugal* I: 166); A propósito do projecto de conquista de Tanger: «D. Pedro – cuja sensatez parece tê-lo já a esta época afastado de uma corte, onde a irrequieta ambição de D. Henrique governava – observa que tudo falta, para esperar um bom êxito. Não havia dinheiro para custear o exército, e, sem grande cargo de sua consciência, o rei não o podia tomar aos povos. Mudar a moeda (enfraquecê-la) em proveito próprio, não o devia: falece-vos o principal cimento da passagem! Posto que Tanger se tomasse, e Arzila, e Azamor, que se lhes faria? Do reino, despovoado e minguido, era loucura enviar gente a guarnecê-las: seria trocar boa capa por mau capelo, perder Portugal sem por isso ganhar a África» (ibidem: 183). Sobre o contexto em que o Infante D. Pedro usa a expressão, cf. (Coelho 1974: 44-45, 57).

77 Magalhães Godinho, na sua obra de 1961, reeditada em 2007 com a refundição de algumas secções, compara quatro interpretações da génese da nossa expansão – as de Joaquim Bensaúde, António Sérgio, Jaime Cortesão e Veiga Simão – notando que «O primeiro e mais saliente traço comum das hipóteses de Bensaúde, Sérgio e Cortesão, é o papel atribuído aos Turcos numa crise económica e política que se teria dado na Europa no século XV» (Godinho 2007: 61).

que os compradores os viessem buscar ao nosso porto: os italianos, os Franceses, os Flamengos, os Alemães (...) mais tarde os Holandeses não procederam da mesma forma, ao despojar-nos do monopólio: distribuíam eles próprios aos mercados consumidores, fomentando pois a sua marinha, e não a marinha dos outros povos; nós pelo contrário, tomávamos para nós a parte difícil, arriscada, dispendiosíssima, do trabalho do transporte (que sempre fizemos de maneira estúpida), deixando aos outros o melhor proveito. E que levávamos até à Índia? Os produtos fabris da Itália, os da França, os da Alemanha (...). limitávamo-nos ao transporte da riqueza alheia; meros agentes da Circulação, em prejuízo da Produção» (ibidem: 95-96).

Quando AS afirma a fatalidade das Navegações, ele refere-se, por um lado, ao modo como Portugal se forma, através da singularidade geográfica/social associada aos portos e à circulação de bens por via marítima, na qual um elemento cosmopolita se destaca, mas, por outro lado (e com uma ligação por continuidade das actividades de navegação) também à expansão feita nos séculos XV-XVI ao serviço dos interesses da Alta Finança – «O agente supremo e directivo da política de Transporte, ao que julgo, foi o burguês do litoral (...) e a nova fidalguia que dele saiu, de carácter traficante (incluindo na traficância a pirataria) e não sedentária e rural; foi, através dele, o espírito comercial-marítimo da alta finança de toda a Europa» (ibidem: 103). De algum modo essa fatalidade está associada à própria expansão económica da Europa, cujo sistema económico (capitalista) vai depender da existência de colónias, com quem comercia de modo monopolístico e onde vai buscar matérias-primas, metais preciosos e bens raros na Europa.

O pensamento económico de Oliveira Martins

Oliveira Martins escreve uma memória sobre a circulação fiduciária que é premiada pela Academia das Ciências, em 1879; e na sua correspondência com Antero, desde meados da década de 1870, é notório o seu interesse pela economia política. Não é claro (pelo estudo do catálogo da sua biblioteca) se terá lido em primeira mão os autores clássicos, caso de Adam Smith, mas teve acesso a literatura contemporânea que lhe permitia ter um bom panorama do estado das questões.

De facto, Oliveira Martins é muito marcado pelo pensamento do economista belga Émile de Laveleye (1822-1892) cuja obra conhece desde a década de 1870, e de que fala elogiosamente ao seu amigo Antero, cf. (Catroga 2001: 160-161), (Quental 1989, *Cartas* II: 683, 718, 881); o catálogo da biblioteca

de Oliveira Martins identifica 14 títulos da autoria de Lavelye⁷⁸. Lavelye formou-se sob a orientação do filósofo François Huet (1814-1869), professor da Universidade de Ghent e figura central de um círculo de pensamento socialista liberal, ligando os ideais socialistas às exigências verdadeiras do Cristianismo (aspecto, comum a outros pensadores, que Sérgio publicitará na década de 1950). Para Huet o socialismo é uma via média entre o comunismo e o egoísmo individual, propondo que a noção de propriedade, criticada por Proudhon, seja repensada no sentido de garantir a todos um mínimo que assegure uma real autonomia e liberdade, regulando também os ganhos dos agentes económicos no sentido da equidade. Lavelye, desde os seus textos da década de 1850, foi um crítico do ‘laissez-faire’ afirmando que o livre comércio só faz sentido se todos os homens tiverem acesso à propriedade e se todas as nações estiverem unidas, condições incompatíveis com o actual estado de coisas, dominado pelos nacionalismos e proletarização. Nas suas obras de economia histórica censurou o apriorismo económico que vê como um direito natural a propriedade individual e hereditária (em particular no seu *De la propriété et de ses formes primitives* de 1874), entendendo a propriedade como uma instituição historicamente cambiante; por exemplo a propriedade da terra foi durante muito tempo colectiva ou semi-colectiva; cf. (Quental 1989, *Cartas* I: 370), carta que indicia a leitura comum desta obra de Lavelye. São do economista belga as palavras: «Deve ser realizada a máxima superior da justiça: a cada um de acordo com o seu trabalho, de tal modo que a propriedade seja verdadeiramente o resultado do trabalho, e que o bem-estar de cada pessoa esteja na proporção da sua contribuição para o trabalho produtivo» (Lavelye 1891 apud Frobert 2012: 323).

Lavelye, em 1885, atacou Herbert Spencer e o pensamento económico que usava o darwinismo para defender as vantagens da pura concorrência, insistindo na necessidade da regulação (pelo Estado). O seu socialismo reformista foi plasmado no seu livro de 1881, *Le Socialisme Contemporain*. As instituições democráticas, obtidas pelos processos revolucionários desde 1789, estão em situação instável devido à desigualdade social, e é pelo Direito e pela intervenção do Estado que se deve introduzir a necessária igualdade sócio-económica – o socialismo é assim a última esperança do capitalismo liberal. Se a matriz do socialismo se encontra no cristianismo, este ideal original está no tempo actual mais presente no protestantismo do que no catolicismo; Antero escreve em 1884: «Dei-lhe o livro do Lavelye. A coisa em França parece-me que vai mais depressa do que V. supunha. Isto é proximamente a situação do mundo romano no tempo dos Antoninos: as plebes, os nossos bárbaros; e os

78 O único estudo que conheço sobre Lavelye, e que aqui sigo, é o de (Frobert 2012). Sérgio cita Lavelye, a propósito da necessidade de democratizar a propriedade, nas páginas da *Seara Nova* (nº 46 de V-1925), cf. (Cardia 1971, II: 162).

filósofos socialistas, os novos cristãos» (Quental 1989, *Cartas II*: 718). Lavelye demonstra grande simpatia com o socialismo catedrático alemão associado à fundação em 1872 do *Verein für Socialpolitik* (Gustav Schmoller, Adolf Wagner, etc.), cf. (Catroga 2001: 160-167). Ludovic Frobert nota que em França, nos anos de 1880, a escola liberal de economia política (a qual se enquadrava na linha de Malthus e do darwinismo económico, sendo que Lavelye distinguia claramente esta escola da do pensamento original de Adam Smith e de Stuart Mill) dominava, e que Lavelye, no seu *Éléments d'économie politique* (1883), seguiu na direção contrária, na da escola histórica alemã, insistindo nas dimensões política e moral da economia, no papel económico das instituições civis. Lavelye ocupou-se com especial atenção ao tópico da circulação monetária, tópico importante na premiada memória de Martins.

Oliveira Martins, em meados da década de 1880, tem uma percepção clara de que se vive um estado de crise, que se torna agudo com o Ultimato Inglês (Janeiro de 1890), ligado à excessiva dependência externa da nossa economia e aos vícios da sua organização interna, e insiste na necessidade do Estado adotar uma política económica de protecção, que passa pelo retorno à produção, ou seja ao que Sérgio designa por fixação. São muitas as passagens em que Oliveira Martins defende esse redireccionamento, no sentido da «grandíssima e reverendíssima reforma dos nossos erros políticos, morais, económicos» restaurando a energia e «saúde do corpo abatido da nação» (Martins 1956: 257). Por exemplo no seu texto 'Proteccionismo' (1890) lê-se:

«Que se queira, que se não queira, havemos de viver do que temos em casa, pela razão simples de que, sem produtos de exportação quantiosa, e sem rendas externas, não podemos comprar fora. (...) E quanto a mim, que tenho passado o melhor da minha vida a pregar a vida-nova da reforma dos costumes políticos pela disciplina do trabalho nacional, não posso deixar de repetir com o povo: há males que vêm por bem» (Martins 1956: 193-194, cf. ibidem: 274).

Oliveira Martins, no seu *Política e economia nacional* (1885) fará a crítica do livre-cambismo, que julga dominante no seu tempo entre nós, e explicará o aspecto económico da nossa 'decadência' que se inicia com o Império. Este tema é glosado sobretudo no texto 'O comércio marítimo português' (1881), que retoma teses da sua *História de Portugal*. Aí, a decadência presente da nossa marinha mercante é vista como o momento derradeiro do secular «desenvolvimento desta indústria natural portuguesa» inicialmente favorecido pelo facto das condições naturais nos chamarem para a vida marítima – «A marinha portuguesa nasce com a independência: é uma criação da primeira época» (Martins 1885/1992: 177). Se a segunda dinastia «recolhe a seara (...) dessa semente lançada ao mar pelos reis da nossa primeira dinastia, (...) à descoberta, seguiu-se a exploração ou ocupação dessa parte da Ásia, e como é

sabido, foram diversas as políticas seguidas nessa empresa»; enquanto «D. Francisco de Almeida (...) queria que ‘todo o nosso poder fosse no mar’», o grande Albuquerque optou pela conquista e «o regime, solicitado por duas opiniões opostas e (...) desprovido de estadistas superiores, fizeram com que a Índia fosse para nós uma aventura efémera»; a Carreira das Índias não foi bem conduzida, iniciando-se, na segunda metade do século XVI, a decadência da nossa navegação: «o facto é que a nossa marinha estava perdida antes de se ter perdido a independência (em 1580) – e perdida (...) porque se construía mal, se navegava pior; porque se abarrotavam os navios de carga e se arvoravam em pilotos os ignorantes» (Martins 1885/1992: 189, 191-193).

Ora, a Expansão foi acompanhada na metrópole pelo abandono do projecto de povoamento do território, que havia caracterizado a primeira dinastia. Por exemplo, no início do seu texto sobre o problema (contemporâneo seu) da Emigração Portuguesa (1891), lê-se:

«Essa transplantação de gente das províncias do Norte do Mondego para as que ficam ao Sul do Tejo, sendo, porém, como é, uma obra em que a arte do homem tem que lutar contra a tendência dos motivos naturais, requer incontestavelmente uma firmeza de acção e uma lucidez de vista que, pode dizer-se, Portugal só teve a este respeito no período da dinastia afonsina, pois a partir da Dinastia de Aviz e da empresa de Ceuta, os Portugueses viram-se constantemente solicitados pelas atracções do Ultramar» (Martins 1956: 206)⁷⁹.

Uma vez recuperada a independência nacional, esta foi paga muito cara pela dinastia de Bragança: «para se livrar da Espanha, sujeitou-se e sujeitou-nos ao protectorado explorador da Inglaterra – que já então pregava o livre-câmbio, essa doutrina excelente dos fortes contra o fracos»; os efeitos de desenvolvimento associados ao ouro do Brasil, às tentativas de Pombal de desenvolver as manufacturas e da colonização do Brasil foram contrariadas por razões onde avulta, com as invasões francesas, o recrudescimento da dependência em relação a Inglaterra; quando D. João VI emigrou para o Brasil, «desembarcaram aí no mesmo dia ele e os ingleses. Os portos abriram-se logo às bandeiras de todas as nações – isto é, à bandeira inglesa; e dois anos depois, em 1810, assinou-se o famoso tratado que deu aos ingleses o direito de terem estaleiros seus no território português». Ou seja, a dependência económica cresceu, tendo sido acompanhada na vertente de ideologia económica por uma adesão ingénua dos economistas portugueses ao livre-cambismo que os ingleses publicitavam (mas não praticavam sobre si mesmos). Oliveira Martins interroga-se, tristemente, em jeito de conclusão desta sua palestra dada na Sociedade de Geografia

⁷⁹ Oliveira Martins considera a sangria da emigração, no seu tempo, como nociva à economia nacional: «Perguntamos se é bom negócio e uma indústria lucrativa esta nossa criação de gado humano para exportação. A resposta não pode ser senão uma (...) é um mau negócio» (Martins 1956: 249).

Comercial do Porto em 23 de Fevereiro de 1881 (‘As duas Políticas Nacionais’ é também uma conferência, de 1925, onde Martins é um pensador central): «Porque morre tudo? Porque tudo fica miseravelmente abandonado à sorte de uma concorrência com os mais fortes»⁸⁰. O livre-cambismo, para Martins, decididamente era um obstáculo à riqueza da nação e o protecçãoismo, no plano aduaneiro e da produção, conduziria à fixação da riqueza.

Adam Smith e a origem ideacional das ‘duas políticas nacionais’

A distinção sergiana é essencialmente crítica, visto que só a política de fixação permite salvaguardar a riqueza da nação. Se pensarmos que Sérgio se preocupava com a economia política e seus grandes autores, cujas análises davam consistência teórica à compreensão do papel dos fenómenos económicos no desenrolar histórico, então é a Adam Smith que devemos em primeiro lugar dar atenção para perceber as fundações conceptuais do pensamento de Sérgio, nomeadamente à sua valorização do trabalho produtivo, à crítica ao colonialismo e às contradições associadas ao comércio de transporte.

Como é sabido, Adam Smith foi lido empaticamente por vários dos economistas que publicam as *Memórias económicas da Academia das Ciências* (1789-1815). Recorde-se que *A Riqueza das Nações* foi traduzida para português por Bento da Silva Lisboa cerca de 1810. Entre os primeiros defensores portugueses do escocês, são habitualmente citados José da Silva Lisboa (1756-1835), visconde de Cairú (que na sua memória *Princípios de Economia política* de 1804, apresenta e elogia Smith, evitando, no entanto, aludir directamente ao que Smith diz sobre Portugal na *Riqueza das Nações*), e D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812). Por inspiração de Smith, durante o reinado de D. João VI, favoreceu-se o carácter franco do comércio, a circulação do capital e tentou-se combater os privilégios e práticas monopolistas (Faria Júnior 2008: 135).

O pensamento económico-financeiro de Mouzinho da Silveira (1780-1849), o reformador que foi um dos grandes heróis de Sérgio, é profunda e essencialmente marcado pelo de Adam Smith, em aspectos como o da crítica ao tipo de colonialismo monopolista praticado; leia-se a esse propósito o seguinte:

80 Cf. (Martins 1885/1992: 189, 191-193, 195, 196, 199). No texto ‘A crise em Portugal’ (1891) lê-se: «Desde a Restauração, em 1640, que em Portugal se abraçou a Inglaterra com medo da Espanha; e desde essa época esta aliança é um pacto do lobo com o cordeiro. Despojar-nos pouco a pouco do nosso domínio colonial é a consequência dessa aliança que terminará quando, à falta de colónias, desinteressada em nos sustentar, a Inglaterra não puser obstáculo à absorpção de Portugal» (Martins 1956: 256-7).

«Quanto à interiorização relativa a Adam Smith [feita por Mouzinho] ela “impregna todas as suas reflexões e todas as suas soluções de índole económica, quando as não dita directamente” (Alexandre 1989: 190) (...). Como principais linhas de força: o rompimento dos liames nas estruturas herdadas do Antigo Regime do e para o Estado, nomeadamente as fiscais, que remetiam na sua interpretação, para quadros coloniais mercantilistas ligados aos tempos das “Descobertas” assentes em políticas de monopólios; a tendência humana para o acto da troca comercial correspondida pela liberdade do comércio, numa óptica cosmopolita; a conotação negativa de todos os empréstimos, na sequência do compromisso assumido, desviando o capital de um carácter produtivo; o respeito da propriedade enquanto realidade indivisível. A influência de Smith notou-se ainda na estrutura oratória de Mouzinho pronunciada nos debates pela sua semelhança com o estilo histórico-pedagógico do pensador escocês patente nas páginas da “Riqueza das Nações”, no apelo que fez da História correndo-a cronologicamente para justificar as suas razões» (Guedes 2017: 206).

As passagens em que Sérgio elogia Mouzinho da Silveira são muitas, p. ex. Na sua *Breve Interpretação*: «Nos Açores (...) começou Mouzinho a redigir os seus decretos. Tratava-se (...) de organizar o País para a sua auto-suficiência, remediando os efeitos de quatro séculos de política de Transporte» (Sérgio 1972: 134). cremos provável que a própria escolha do termo ‘transporte’ em ‘política de transporte’ traduza a homenagem implícita de Sérgio a Smith, o qual discorreu criticamente sobre o comércio de transporte (cf. Antero Smith).

Convém também, atendendo à constelação de pensadores em que Sérgio se coloca, recordar que as considerações de Smith sobre a noção de trabalho foram decisivas para o desenvolvimento do pensamento de Proudhon (autor fundamental para Antero, Martins e Sérgio), que tematizou aprofundadamente a noção de trabalho no seu *De la Justice*. O pensamento de Proudhon inflectiu após a sua leitura de Smith, ao aí perceber, em particular nas noções de valor de uso e de valor de troca e na equação do valor com o trabalho (produtivo), contribuições decisivas para estabelecer solidamente a economia política e uma ciência social. Proudhon leu criativamente Smith, e inspirando-se na análise da divisão do trabalho daquele introduziu a sua noção de força colectiva de trabalho que mostra a injustiça do pagamento pelo patrão de um salário individual que ignora a geração da riqueza devida ao esforço colectivo (em que o todo nunca é a soma das partes – os bens são o produto do homem colectivo) e que sugere que a propriedade só faz sentido no sentido colectivo; por inspiração hegeliana, a sua concepção dialéctica (que diverge da de Hegel por desconfiar da síntese) fê-lo denunciar as contradições (estagnações, depreciação dos salários, desigualdade na fortuna, miséria) resultantes da antinomia entre valor de uso e valor de troca (o valor de uso é um bem em si, enquanto o valor

de troca depende da opinião, diríamos nós de uma subjectividade que pode ser alienada – é o caso do automóvel nos engarrafamentos da grande cidade e para o qual o trabalhador/dono do carro vendeu imensas horas do seu trabalho, sacrificando o tempo para a família, amigos e lazer, enquanto uma bicicleta, ou um bom transporte público teriam maior valor de uso; por outro lado um carro velho numa aldeia remota não tem valor de troca mas tem valor de uso). Para Proudhon é o trabalho a justa medida do valor, sendo esta afirmação que pode assegurar um real progresso⁸¹.

Recordemos que Sérgio elabora, durante a década de 1910, cuidadosamente uma proposta de ‘pedagogia trabalhista’ que mobiliza um vasto conjunto de autores (avultando o Proudhon teórico da noção de trabalho), e que Smith é um dos primeiros grandes economistas a teorizar a importância do trabalho, sua organização e fonte de valor. Por seu lado, um dos grandes inspiradores de Sérgio, Oliveira Martins, no seu *O regime das Riquezas* (1883), onde advoga um socialismo catedrático, refere-se a Smith como um dos expoentes do pensamento económico em várias passagens, como por exemplo esta: «Enumerar as obras dos economistas, desde Smith e Say até Marx» (Martins 1883/1917: XXV).

Vale a pena recordar que Oliveira Martins, neste período em que advoga já o socialismo catedrático, se demarca do liberalismo económico defensor do livre cambismo (corrente que se inspirava em Smith e Ricardo), que estaria então em voga entre os académicos portugueses, porque lhe parece que a simples abertura ao exterior da economia portuguesa, por eliminação das medidas proteccionistas (aduaneiras e de estímulo estatal ao fomento de sectores produtivos, agrícolas e industriais) e a crença que a optimização da economia se faz pela divisão/especialização internacional do trabalho – cabendo-nos a nós ser essencialmente um país agrícola –, nos condena à dependência externa e a um fraco desenvolvimento económico. Martins julga que a Europa do seu tempo é feita de interesses nacionalistas e de relações de força que estão longe de se traduzirem num projecto federalista.

A sua oposição ao livre-cambismo, é particularmente clara no seu texto de 1882 ‘O tratado de comércio com a França’. Martins nota aí que se a existência de tratados internacionais de comércio aponta na direcção de uma futura

81 A distinção entre valor de uso e de troca surge em (Martins 1883/1917: 98); no entanto, como várias vezes ocorre nos textos de Oliveira Martins, não é clara o juízo que ele fazia da obra de Adam Smith – sendo óbvio que dele recolhe elementos essenciais. Sobre a crítica de Smith ao monopolismo, inspirado pelo pensamento mercantilista, que então era praticado nas colónias ver (Hill 1990: 48-50). Sobre Proudhon e Smith cf. (Béraud 2009). Sobre Proudhon, a noção de trabalho e Sérgio, cf. (Príncipe 2021b), onde se mostra como Sérgio tematizou a noção de trabalho inspirando-se no *De La Justice* de Proudhon. Sérgio, com a sua aposta no cooperativismo, como Proudhon compreendeu que a justa equação do trabalho e do valor, inspirada pelo princípio smithiano, exige a criação de uma economia diferente onde as rendas e os lucros, e a organização feita em função da produção e não do consumo adequado, já não terão lugar.

economia cosmopolita a verdade é que os movimentos de unificação nacional (Itália, Alemanha) ilustram o «facto da constituição política (da Europa) num grupo de nações étnicas», ou seja, ao «acantonamento das diversas raças estacionadas na Europa e dotadas de génios e temperamentos profundamente distintos» (Martins 1885/1992: 97). Os nacionalismos traduzem-se em conflitos de interesses e relações desiguais onde os fortes se sobrepõem aos fracos, havendo boas razões para se adoptar um protecționismo estatal que passa pelo fomento agrícola e industrial, além daquele das pautas aduaneiras. Martins escreve:

«O livre-câmbio internacional é a expressão do cosmopolitismo, e, como o cosmopolitismo é uma utopia, o livre câmbio é um disparate. Às vezes tem sido um laço armado aos simples, ou uma operação imposta aos fracos. Foi assim connosco em 1703 quando *livre-cambisticamente* por obra e graça de Methwen nos ocupámos exclusivamente de dar vinho à Inglaterra, que nos dava de comer, vestir e calçar⁸². (...) a melhor *excelência* do livre câmbio é exagerar todos os vícios do regime capitalista da concorrência universal (...) A âncora doutrinal dos livre-cambistas é o seguinte axioma: o produto líquido e daí a criação de riqueza é tanto maior quanto a aplicação do trabalho é mais adequada. Nestes termos o princípio é incontestável. Resta-nos porém saber em que consiste o *adequado*. A nosso respeito dizem-nos que somos *essencialmente agrícolas*, que não temos matérias-primas, nem carvão, nem ferro; que a indústria portanto é uma planta exótica entre nós, apenas susceptível de aclimação à custa de sacrifícios graves no consumidor. Parece-me tudo isto uma série de afirmações no ar. Mal do país que estivesse em tais condições, pois a sua própria existência estaria condenada. A história mostra-nos que todo o país cuja ocupação se tornou exclusiva num ramo, ficando assim vassalo do estrangeiro em coisas essenciais, cedo ou tarde sofre na dependência política a consequência da dependência económica (...) Será porém tão claramente provado que o facto da ausência de certas matérias-primas entre nós crie em nosso desfavor uma *causa mortis* industrial? Não me parece. Será o algodão indígena em Inglaterra? (...) Os tecidos de algodão tornaram-se indústria indígena em Inglaterra desde que ela soube e pôde conquistar para o consumo o mundo quase inteiro (...) A ruína da nossa indústria deve, portanto, buscar-se na nossa história, exclusivamente colonial, em primeiro lugar; depois na incapacidade com que os nossos governos deixaram perder a área de consumo que ainda tínhamos – o reino e o Brasil – sem saberem ou sem poderem abrir mercados novos» (Martins 1885/1992: 98, 103-104).

82 Cf. sobre o Tratado de 1703, e sobre as políticas de Pombal para a correcção dos seus efeitos, o que é dito no *Projecto de Lei do Fomento Rural* (Martins 1956: 61-63).

O estudo da nossa história económica que mostra a constituição de relações de dependência ligadas à estrutura da economia internacional, e a nossa parte de erros, aponta, se se visa realmente o fomento nacional, na direcção da valorização do trabalho produtivo, do espírito de indústria que a política de fixação sergiana afirma. O capítulo segundo da obra *Regime das Riquezas* de Oliveira Martins, sobre o trabalho, inicia com aquele aspecto de que Smith foi o grande teorizador – a sua divisão como processo de aumento da sua fecundidade – e com uma crítica à distinção smithiana entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Recorde-se que o parasitismo económico ao longo da nossa história, desde os tempos das razias da cavalaria e dos saques aos judeus e no Oriente, até ao dos bacharéis em busca dos bons lugares no emprego público, durante o século XIX e do intermediarismo ainda presente no século XX, é tópicos recorrentes da análise sergiana; e que os seus projectos de pedagogia trabalhista e do Cooperativismo têm aí uma de suas motivações maiores. Uma passagem de Oliveira Martins decerto inspiradora para Sérgio, pela denúncia da instrumentalização dos operários, do intermediarismo e pela proposta do cooperativismo de produção, foi esta:

«É, pois, indispensável a existência de um princípio que corrija as perversões paradoxais da divisão. Esse princípio ponderador é a cooperação. (...) Crematisticamente, a divisão técnica, levada até ao ponto de embrutecer o operário, fazendo dele, não já o centro e o destino da produção, mas um capital-instrumento, uma ferramenta no mecanismo (...) Dá-se, pois, neste momento, uma reacção do princípio da cooperação contra o da divisão – nas sociedades dotadas da capacidade de reagir. Essa reacção que juridicamente se chama democracia, tem-se dito economicamente socialismo. (...) A cooperação aproxima, por exemplo, o produtor do consumidor, eliminando o intermediário comerciante, ou reunindo outra vez o comerciante e o manufactor (...) eliminado assim a espécie particular dos patrões, desde que o saber dos operários e o funcionar do crédito permite prescindir da intervenção do capital de que uma certa pessoa é dono» (Martins 1883/1917: 47-49).

Adam Smith e as causas da riqueza e pobreza das nações

A linhagem onde Sérgio se inscreve, do ponto de vista da economia política, que se vai tornando a do solidarismo de Charles Gide (1847-1942) e de Léon Bourgeois (e de que um filósofo fundamental é Alfred Fouillée, decisivo para o entendimento que Sérgio teve do Antero filósofo), vê em Adam Smith um autor fundamental; na Biblioteca de AS há vários volumes de Gide, nomeadamente os *Principes d'économie politique* (inicialmente publicado em 1883,

na biblioteca há as edições de 1901, 1910 e 1913) e o *Cours d'économie politique* (na 1ª edição 1909). Gide e Rist na sua *Histoire des doctrines économiques depuis les physiocrates jusqu'à nos jours*, destacavam três ideias no pensamento de Smith: 1. a actividade económica cria uma comunidade natural gerada pela divisão do trabalho; 2. as instituições económicas emergiram de um modo espontâneo; 3; estas instituições são benéficas. Gide e outros críticos de tendência socialista aceitaram a primeira e a segunda, mas não a terceira, que conceberam como pertencendo à típica confiança ingénua que havia no século XVIII na providência natural, cf. (Mizuta 2002: 116).

Vale, portanto, a pena recordar aqui, até porque (tanto quanto eu saiba) esta relação entre Smith e Sérgio nunca foi proposta, o que Adão Smith escreveu a propósito de Portugal na sua *Riqueza das Nações*. Smith é um dos principais autores da teoria clássica do comércio internacional, sendo na *Riqueza das Nações* muito claro sobre a importância do transporte marítimo para a expansão daquele⁸³. Por exemplo:

«Como o *transporte por via aquática* abre um mercado mais vasto a todos os tipos de actividade do que lhes é proporcionado por qualquer espécie de transporte por terra, é ao longo da costa e das margens dos rios navegáveis que as actividades de todos os tipos começam a subdividir-se e a aperfeiçoar-se e, frequentemente, só muito tempo depois é que esses aperfeiçoamentos se estendem às zonas interiores do país» (Smith 1776/2014, I: 100).

Recordemos a parte III do capítulo VII 'Das Colónias' se intitula 'Das vantagens que a Europa retirou do descobrimento da América e do de uma passagem para as Índias Orientais através do Cabo da Boa Esperança'. Aí se encontra a célebre passagem: «O descobrimento da América e o da passagem para as Índias Orientais pelo Cabo da Boa Esperança, constituem os dois acontecimentos maiores e mais importantes da história da humanidade» (Smith 1776/2014, II, p. 192). Mas Smith percebe que as consequências da Expansão não nos levaram a uma situação de riqueza sustentada:

«Em primeiro lugar, o mercado da Europa tem vindo a alargar-se progressivamente. A maior parte da Europa tem progredido muito desde a descoberta da América. A Inglaterra, a Holanda, a França e a Alemanha e até mesmo a Suécia, a Dinamarca e a Rússia são países onde tanto a agricultura como a indústria

83 Esta relação é de ideias, significa a consonância entre linhas mestras do pensamento económico de dois autores. Ela não significa nem que Sérgio depois de ler Adam Smith se lembrou de introduzir a dicotomia, nem que Sérgio conhecesse detalhadamente a recepção de Smith entre autores portugueses e brasileiros do século XIX. Mas essas ideias circulavam entre autores conhecidos de Sérgio, e que se referiam a Smith, como é o caso de Antero (cf. acima, p. 52). A recepção de um grande autor é muitas vezes algo afim da difracção, os caminhos da apropriação são sinuosos. Mas esta relação significa que Sérgio não pode ser descrito como um fisiocrata, como disse o prefaciador espanhol da *Historia de Portugal*, nem como um marxista, apesar de ele reclamar, justamente, para si esta última inspiração. Os sublinhados das citações de Smith são nossos.

se têm desenvolvido consideravelmente. A Itália não parece ter recuado. A queda da Itália precedeu a conquista do Peru. Desde então este país parece ter recuperado um pouco. É certo que se admite que a Espanha e Portugal regrediram. Portugal não é, porém, mais do que uma parte muito reduzida da Europa» (Smith 1776/ 2014, I, 401); mais à frente, lê-se: «A Espanha e Portugal, os dois países possuidores das minas (de ouro e prata), são talvez, depois da Polónia, os dois países mais miseráveis da Europa (...) E, embora o sistema feudal tenha sido abolido na Espanha e em Portugal, o que lhe sucedeu não é muito melhor» (Smith 1776/ 2014, I, 458, 459).

Smith deixou também uma crítica ao *comércio de transporte*, no capítulo V do livro II ‘Dos diferentes empregos do capital’, mostrando a subtração de capital associada, que é agravada no caso dos transportes se fazerem com navios estrangeiros:

«A parte do capital de um país empregada no *comércio de transporte* é integralmente subtraída à manutenção do trabalho produtivo desse país, para ir manter o de países estrangeiros. Embora ele continue a repor, em cada operação, dois capitais distintos, nenhum deles pertence ao seu país de origem. O capital do mercador holandês que transporta cereais da Polónia para Portugal e traz os frutos e vinhos de Portugal de volta para a Polónia, repõe, em cada uma dessas operações, duas parcelas de capital, nenhuma das quais, contudo, tinha estado empregada na manutenção do trabalho produtivo da Holanda: uma mantinha o da Polónia e a outra o de Portugal. Somente os lucros retornam regularmente à Holanda, constituindo a única contribuição desse comércio para o produto anual da terra e do trabalho do país. É certo que, quando o comércio de transporte de um país é realizado com navios e marinheiros desse país, a parte do capital destinada ao pagamento do frete põe em movimento certo número de trabalhadores produtivos desse país e é entre eles distribuída» (Smith 1776/ 2014, I: 641-642).

Mais à frente lê-se uma passagem onde Smith afirma que apesar do muito comércio de transporte marítimo Portugal, que é dos mais antigos na Europa (só precedido pela Itália), nunca desenvolveu a manufatura (contrariamente à Itália que permaneceu rica):

«O comércio externo de Espanha e Portugal com as outras partes da Europa, embora feito essencialmente por barcos estrangeiros, é muito considerável. O comércio com as suas colónias é feito em barcos próprios, e é muito maior, dada a riqueza e a extensão dessas colónias. Mas nunca foram instaladas em nenhum desses países quaisquer manufacturas importantes para venda em mercados distantes, e a maior parte das suas terras continua por cultivar. O comércio externo de Portugal é mais antigo do que o de qualquer outro país da Europa, à excepção da Itália.

A Itália é o único grande país da Europa que foi cultivado, e melhorado totalmente, através do comércio externo e das manufacturas para venda em mercado distante» (Smith 1776/ 2014, I: 712)⁸⁴.

Adam Smith, valoriza a produção agrícola (aproximando-se dos fisiocratas) e industrial, desvalorizando o papel do transporte na criação de riqueza:

«Quando o capital de um país não for suficiente para atender àquelas três finalidades [manter o cultivo, as manufacturas e os transportes], quanto maior for a parte dele empregada na agricultura, tanto maior será a quantidade de trabalho produtivo que ele movimentará dentro do país, e o mesmo acontecerá com o valor acrescentado pelo emprego desse capital ao produto da terra e do trabalho da sociedade em cada ano. A seguir à agricultura, é o capital empregado nas indústrias que movimenta a maior quantidade de trabalho produtivo e acrescenta o maior valor ao produto anual. O que é empregado no comércio de exportação é o que, dos três, produz o menor efeito» (Smith 1776/ 2014, I: 712).

Há várias passagens na obra de Smith que denunciam o abuso dos europeus em relação aos povos colonizados (o que contraria a leitura simplista de Smith que vê nele um defensor de um liberalismo optimista que acredita na ‘mão invisível’ e reduz o Estado a um papel de intervenção mínimo), abusos associados à emergência de um capitalismo central, que explora as periferias. É o caso da seguinte:

«A descoberta da América, contudo, veio, certamente, provocar uma modificação essencial. Abrindo um novo e inesgotável mercado a todas as mercadorias da Europa, veio provocar novas divisões do trabalho e o melhoramento

84 O espírito desta crítica, onde, nos termos sergianos, as colónias pertencem a um Império dominado pela política de transporte, ecoa em passagens de Oliveira Martins. Valentim Alexandre nota que (o itálico é nosso): «os problemas relativos ao império ocupam um largo espaço das suas obras (...) : é não apenas o *Brasil e as Colónias Portuguesas* (1ª ed. 1880), reflexão de fundo sobre o lugar e a função dos territórios do ultramar na história e no sistema político nacionais, mas também o *Portugal nos Mares* (1ª ed. 1889) e, mais perto da intervenção política directa, os artigos compilados no *Portugal em África* (1ª ed. 1891), bem como ainda outros (...) Destas páginas, no seu conjunto, a ideia que ressalta com mais força é, sem dúvida, a do cepticismo radical do seu autor em relação à viabilidade do império e aos benefícios que Portugal dele poderia retirar. (...) Excluindo Cabo Verde, que estaria já na transição para a condição de província metropolitana, e S. Tomé, que prosperava como ‘fazenda’ devido à sua situação especial, as possessões africanas pertenceriam ao tipo «feitoria», ou colónia comercial, caracterizado tradicionalmente pela imposição de um monopólio mercantil artificial, com base num forte poder naval. Nos tempos modernos, porém, esses monopólios tendiam a desaparecer, uma vez «franqueados os portos a todas as bandeiras, ou por decadência da força marítima da Metrópole, ou sob o império da doutrina da livre-troca»; e agora as feitorias viviam ‘por virtude da preeminência fabril das nações, que dela ganham um monopólio natural’. Não sendo Portugal um país manufactureiro, Angola e Moçambique, para não falar já da Guiné, estavam condenados «sem remissão», enquanto feitorias: obrigados a abrir os portos, incapazes de forçar o exclusivo comercial, sem «manufacturas que trocar pelos géneros indígenas», ficaríamos limitados a assistir nelas «apenas às operações dos estranhos». Inevitável, esta desnacionalização estaria já em curso: o recente fomento mercantil, sensível tanto em Angola como em Moçambique, far-se-ia, segundo os cálculos de Oliveira Martins, não em benefício do comércio português, mas em seu detrimento» (Alexandre 1996: 195-196).

das actividades, o que, no estreito círculo do antigo comércio, nunca podia ter acontecido, por causa da falta de mercado para o escoamento da maior parte dos seus produtos. As forças produtivas do trabalho foram melhoradas e a sua produção aumentou em todos os países da Europa, e com ela o rédito real e a riqueza dos habitantes. As mercadorias da Europa eram quase todas novas para a América, e muitas das da América eram novas para a Europa. Iniciou-se, assim, um novo conjunto de transacções que nunca teria sido imaginado antes, e que deveriam ter-se mostrado tão vantajosas para o novo, como certamente, para o velho mundo. A injustiça selvagem dos Europeus, tornou um acontecimento, que deveria ter sido vantajoso para todos, ruinoso e destrutivo para vários desses desgraçados países» (Smith 1776/2014, I: 747)⁸⁵.

Decerto Mouzinho, Martins e Sérgio conheciam esta obra e estas passagens, não sendo descabido, como dissemos, pensar que a própria designação que Sérgio escolheu, por comodidade, para um dos pólos da sua antinomia ideal-típica – ‘política de transporte’ é devedora da análise e terminologia de Adam Smith, cujo juízo do caso português coincide em boa parte com o de Sérgio (uma excepção sendo o da significação do tratado de Methuen, que Smith julgou adverso para a economia britânica), que reclama para si uma inspiração directa de Martins e de uma pleiade de economistas críticos, que incluem aqueles do século XVII de que organizou uma Antologia (Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Ribeiro de Macedo) e depois o conde da Ericeira, D. Luís da Cunha e os economistas da Academia das Ciências (sobretudo das memórias produzidas no período 1789-1815)⁸⁶.

A expansão portuguesa, viabilizada pela vitória burguesa na revolução social de 1383-85, surge assim com um carácter paradoxal. Por um lado «Os Descobrimientos do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de fria inteligência política, de visão lúcida, muito precisa dos objectivos práticos a que tendia, e de estudo minucioso dos meios adequados a tais objectos» (Sérgio 1923: 27) tendo a sua preparação sido desenvolvida no tempo do Infante Dom Henrique (cf. o ensaio sobre a Conquista de Ceuta de 1919, *Ensaíos I*, fim da p. 269) essa perspectiva metódica levou ao desenvolvimento dos saberes da náutica e acabou favorecendo o experimentalismo, atitude de que há sinais em Duarte Pacheco Pereira e em João de Castro, atitude cujo empirismo coercivo favorecerá a grande revolução científica e intelectual. Mas por esta via expansionista, acabou-se favorecendo o desenvolvimento do capitalismo – «A

85 A este propósito cf. (Dostaler 1983: 28, 29). Esta passagem, e a crítica smithiana do colonialismo europeu despertam naturalmente o interesse dos estudos sobre economia política feita no Brasil, só para dar um exemplo cf. (Lemgruber 1977).

86 Um aperçu diacrónico da historiografia económica portuguesa pode ser encontrado em (Garido 2019).

alta finança europeia viu-se a braços com um problema grave, que Portugal empreendeu resolver, procurando um caminho para as terras da Índia» (Sérgio 1923: 24) – enquanto se minou, pela hegemonia da política de transporte, a possibilidade de um desenvolvimento mais harmonioso, de que se encontravam sinais durante a nossa primeira Dinastia, com políticas de povoamento e desenvolvimento agrícola que co-habitavam com o comércio marítimo⁸⁷. Contradições que poeticamente se traduzem no verso de Pessoa ‘malhas que o Império tece’.

A aplicabilidade da distinção transporte-fixação

A proposta sergiana da dicotomia transporte/fixação tem uma característica curiosa, a de que Sérgio com ela se escusa de identificar o regime político-económico que é responsável pela hegemonia do transporte, embora esteja consciente de que o monopólio da coroa e o peso da administração, no caso português, contrastava com, por exemplo, a expansão holandesa, feita em regime capitalista, cf. (Saraiva 1955: 505); isso muito provavelmente porque essa distinção foi feita com um intuito melhorista e presentista sob a égide de um ideal trabalhista e inspirada na teoria económica de um autor do século XVIII. A clareza da distinção feita à luz dum critério algo intemporal, baseado sobre um modelo antropológico, deixa na sombra a sua adequação. Ilustrarei esta questão com o exemplo da sua eventual inoperacionalidade na compreensão do século XIX. Sérgio, de algum modo, admitiu que a dicotomia transporte/fixação ilumina igualmente bem todas as épocas, e que o comunitarismo de Estado é um factor mental dominante desde o centralismo monárquico que segue as Navegações até ao Estado Novo e que condicionou o funcionamento económico da nação. A primeira hipótese, no que toca à compreensão do nosso século XIX, inspirou Albert Silbert na sua obra de 1972, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*: «A interpretação sociológica do conflito entre cartismo e setembrismo assenta essencialmente na exploração da dicotomia livre-cambismo versus protecçãoismo (...) Reportando-se a António Sérgio, Albert Silbert interpreta o conflito entre cartismo e setembrismo como a reedição oitocentista das seculares tensões entre ‘transporte’ e ‘fixação’. A observação da vida política e social do Porto nos finais da década de 30 e princípios da de 40 fornece-lhe a evidência empírica em que apoia a sua tese acerca do ‘significado social dos partidos em presença’», (Bonifácio 1986: 331).

⁸⁷ Uma enunciação cuidada das teses historiográficas de AS, entre 1914 e 1924, encontra-se na obra (Sá 1979).

Ora, no ano anterior, em 1971, Miriam Halpern Pereira, criticou a aplicação da distinção sergiana ao século XIX. A historiadora, nascida em 1937, produziu desde então um conjunto de trabalhos sobre a economia portuguesa no século XIX que são marcos fundamentais. Embora não seja, como Magalhães Godinho, uma discípula de Sérgio, tendo aliás feito a sua tese de licenciatura com Jorge Borges de Macedo (Pereira 2012: 7), não deixou de reconhecer a influência de Sérgio (Pereira 1971: 12, 18, 370-371) e (Lains 1995: 166), até porque se inspirou de autores fundamentais para Sérgio e para uma linhagem de materialismo histórico nas ciências sociais (Pereira 2012: 27). No seu notável trabalho sobre o livre câmbio e o desenvolvimento económico português na segunda metade do século XIX (1971) defende a tese dependentista e a crítica do livre cambismo, inspiradas por Oliveira Martins e Basílio Teles⁸⁸. Ora, nessa obra, censura Sérgio por ter considerado «o fontismo como a terceira das aplicações do que designou por ‘política de transporte’» e por ter, a esse respeito, «esquecido inteiramente, simplificando as ideias de Oliveira Martins» (Pereira 1971: 12, 18), cf. (Sérgio, E. II, 2ª ed.: 116-118); por isso, e numa crítica que visa particularmente a cronologia da decadência proposta por Antero nas *Causas da decadência dos povos peninsulares*, usa o epíteto de ‘ensaísta’ para Sérgio e Antero, cf. p. ex. (Pereira 1978: 8, 9, 10, 20). A crítica visa o que Sérgio ensaísta (não) disse na *Breve interpretação* sobre o século XIX; de facto, no brevíssimo tratamento dado à terceira época da nossa história, chamada ‘Tentativas de remodelação metropolitana’ (que se inaugura com a independência do Brasil), a principal tese é, dado o carácter inconcluso das reformas de Mouzinho da Silveira, a da ‘adaptação do liberalismo ao comunitarismo tradicional’, esquecendo-se a tese dos malefícios das políticas favoráveis ao livre-cambismo; este tópico da ‘adaptação’ ocupa 3 páginas das 146 da obra. No entanto, essa ideia de um bloqueio, provocado por questões de mentalidade social, encontra ecos no trabalho de Halpern Pereira quando ela reconhece que «um forte desejo de inovação técnica dos agricultores (...) esbarrava em factores de ordem social (...) o desaparecimento integral e efectivo da estrutura feudal era lento» (Pereira 1971: 16).

⁸⁸ Para perceber as várias leituras (antagónicas) sobre a questão, que sucedem aos trabalhos de M. H. Pereira, leia-se (Bonifácio 1986) e a secção ‘a historiografia do atraso económico português’ de (Lains 1995: 36-50). Pedro Lains, nos seus notáveis estudos de 1995 e 2003, parece afirmar-se como um especialista de uma ciência bem estabelecida, sob um ideal de quantificação que garante a cientificidade, e onde os factores e variáveis económicas são suficientes para a explicação do acontecido (cujo processo estaria já de acordo com o ótimo segundo os critérios de otimização económica e condições iniciais ou de fronteira do problema), muito nos antípodas do ideal de economia política que Sérgio ‘ingenuamente’ partilhava e que pretendia ir contra os determinismos, cf. (Lains 1995: 155, 168, último parágrafo). Vale a pena ver, para relembrar a especificidade da história, o que Hermínio Martins disse sobre uma tentativa de entendimento global, que valoriza os aspectos económicos, para perceber a Primeira República, inspirando-se na ideia de sistema-mundo de Wallerstein, cf. (Martins 2018: 76-77).

Cultura, classes sociais, revolução

A transcendência de um padrão historiográfico centrado na perspectiva nacionalista tornava-se particularmente significativa perante a experiência terrível da Grande Guerra. No texto 'Espectros', escrito em Genebra em Abril de 1916, e no 'Ainda os Espectros' (1917), ambos incluídos em *Ensaio*s de 1920, AS censurou o «regime antigo do nacionalismo» que se opõe ao cosmopolitismo, defendendo uma posição pacifista afim da de Romain Rolland; criticou o 'estatismo' e o que designa por 'absolutismo', a tirania da classe dirigente que instrumentaliza o ensino para veicular ideais facciosos, defendendo uma identidade por oposição (espírito latino versus germânico), ou o militarismo, ou o imperialismo, valores opostos ao de um 'humanismo verdadeiro' ou 'integral', cf. (Sérgio, E. I: 180, 197, 198). Recorde-se que, durante a sua discussão com Jaime Cortesão, Sérgio insistiu sobretudo no tópico do parasitismo (cuja formulação remetia para o socialista democrata belga Vandervelde) e que em 1914 Sérgio defendeu o neo-cambismo, deixando algumas passagens dúbias sobre a sua adesão às teses marxistas; é o caso da seguinte que distingue grupos sociais antagónicos de modo distinto da vulgata marxista:

«A verdadeira luta social não é a de operários e patrões que os marxistas apregoam, mas a dos produtores e não produtores: a dos operários, patrões, cientistas e mesmo capitalistas de um lado, e do outro lado os parasitas de toda a espécie, entre os quais o da política é o mais nocivo» (Sérgio 1915/2008: 111)⁸⁹.

A sua desconfiança em relação a qualquer movimento socialista que enalteça o Estado e, portanto, o favoreça, leva-o inclusive a discordar do socialista marxista alemão Karl Liebknecht (1871-1919), um companheiro de Rosa Luxemburgo, que em 1907 publicara *Militarismus und Antimilitarismus*, onde defendeu uma posição pacifista que manteve durante a Guerra. O ponto de desacordo com o futuro fundador, e mártir, da Liga Spartacus é não o anti-militarismo mas a crença que o Estado ao ser tomado pelo movimento comunista (de facto, Liebknecht veio a manifestar simpatia pela criação da União

⁸⁹ Recorde-se que o *Educação Cívica* é escrito em 1914, e publicado como série de artigos em *A Águia*, antes de ser editado como livrinho. Sérgio foi-se aproximando do discurso marxista. Eis uma passagem homónima, no ensaio *Paideia* (1954), em que expõe o seu ideário pedagógico: «O problema da sociedade de hoje é (...) coarctar as depravações da organização capitalista, abolir a exploração do homem pelo homem, encaminhar-nos para o ideal de uma sociedade sem classes, tornar humano e agradável o trabalho de cada um (...) Só a escola essencialmente activa, para ricos e pobres, pode fundir todas as classes numa comunidade humana superior. Por um lado, elevando o trabalho à dignidade de uma concepção geral e filosófica; por outro, banindo o dualismo pedagógico que divorcia as classes desde a escola; em baixo, a simples instrução do abc, mecânica e utilitária, para o homem do povo; em cima essa etérea educação, falsamente aristocrática, meramente especulativa e sem ligação com o trabalho, que se dá, ainda hoje, às classes dirigentes da sociedade» (Sérgio, *Ensaio*s VII: 226-227).

Soviética) se pode tornar causa da emancipação de todos e via para um mundo melhor:

«Recorrendo a S. Ex.^a [ao Estado] damos-lhe a força com que nos domina: devem-no estar vendo a esta hora os socialistas alemães, pelo menos aqueles que com Liebknecht e Haase perceberam o logro em que caíram. Se o capitalismo contemporâneo deve ser compelido para a justiça, sobretudo, pela acção educativa no operariado, pela sua ascensão em dignidade, pela intervenção consciente e directa das associações de trabalhadores contra a dominação e o sentimento do capital, – os que recorrem ao Estado afiam o gume com que os não-de forçar, na hora propícia, a servir os ‘voos imperialistas’. Pois não digo bem, Liebknecht amigo?» (Sérgio E. I: 185)

Sérgio está aqui a manifestar a sua convicção proudhoniana, a qual é actualizada pela sua simpatia pelo Labor Party de Ramsay MacDonald (Príncipe 2012: 73-76). Estando inicialmente sob a influência do pensamento liberal de Herculano, é provável ter a Grande Guerra ajudado AS a valorizar a oposição de interesses económicos e a luta de classes, isto é, as contradições do sistema capitalista⁹⁰.

A ideia de que as importantes revoluções históricas são-no de natureza clasista, na linha de Marx, surge no ensaio ‘A conquista de Ceuta – ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara’ (1920). Aqui, intervindo também ao nível do debate ideológico que mobilizava a história (uma vez que as comemorações dos quinhentos anos da tomada da praça norte-africana, que se celebraram em 1915, propiciaram uma afirmação nacionalista ligada à expansão da fé e ao espírito guerreiro), AS valoriza os factores económicos e o interesse de uma classe social (a burguesia marítima), afirmando: «o ex-mestre de Avis (D. João I) é o monarca de uma revolução: a revolução da burguesia do comércio marítimo, com carácter cosmopolita. (...) Conquistar Ceuta era

90 Esta realidade traumática marcou também um dos nomes que pertence à rede interautoral (formada por um conjunto de autores que não tendo convivido pessoalmente se relacionam por pontes bibliográficas e pela retransmissão de teses e conceitos), que ressoa nos textos de Sérgio – o historiador belga, formado na tradição de economia histórica alemã, Henri Pirenne (1862-1935) o qual valorizou o papel do mercado, e em particular do comércio a longa distância (tão importante durante o Império Romano), como elemento de fixação urbana, destacando a importância económica da cidade medieval (estas suas ideias, em particular a de que a revitalização do comércio de longa distância se liga à formação da cidade medieval onde se concentram os mercadores e os artesãos, germinam em textos do fim do século XIX culminando nas suas obras dos anos de 1920. Pirenne é o autor de *Mahomet et Charlemagne* (1935), obra onde surge a sua tese de que «o rápido subjugar da Pérsia, Síria, Egipto, Norte de África e Península Ibérica pelos muçulmanos, dilacerou a unidade mediterrânea em que assentavam as civilizações românica e romano-germânica, e deste modo arruinou o tráfego mercantil, as fainas industriais e a vida urbana na Europa, impondo o regresso à economia agrária e a absorção das instituições públicas pelos laços da dependência privada» (Godinho 2007: 61). Se, e quando, Sérgio conheceu textos de Pirenne durante a Primeira República é uma questão cuja resposta desconhecemos.

o acto preliminar para a solução do problema em que se encontrava o alto comércio: o do tráfico ultramarino» (Sérgio 1920, E. I: 266-267)⁹¹.

Nas suas 'Confissões de um cooperativista', de 1947, AS terá ocasião de sugerir que uma das inspirações deste ensaio foi a leitura de Karl Marx que, em *O Capital*, afirmou «a estrutura da sociedade capitalista cresce a partir da estrutura económica da sociedade feudal. A dissolução da primeira liberta os elementos da segunda». No texto de 1947 lê-se:

«Quando há mais de seis lustros, li aquela observação de um publicista célebre, de que o sistema capitalista dos modernos tempos se gerou na matriz do regime feudal, de maneira espontânea, sem fazer ruído, e que aí se desenvolveu e foi cobrando alentos, até que inteiramente o substituiu no mundo – logo pensei que circunstância análoga se observava na história da acção cooperativa, considerada em relação ao capitalismo moderno» (Sérgio 1984: 95).⁹²

A análise desta crise dinástica/revolução será retomada, com um foco mais atento na luta de classes (e aludindo claramente ao tópico marxista da passagem do feudalismo para o capitalismo), no fim da Segunda Grande Guerra com o Ensaio *Sobre a revolução de 1383-85 (Ensaio VI, 1946)*, num período onde o marxismo-leninismo se vai tornando hegemónico e aglutinador da oposição ao Estado Novo. A relevância intelectual e ideológica da compreensão da crise de 1383-85 manifesta-se nos trabalhos sucessivos sobre ela, onde se incluem entre os de inspiração marxista os de Álvaro Cunhal, António José Saraiva, António Borges Coelho; o debate permanece até aos nossos dias, com interpretações variadas, que exibem dicotomias políticas – esquerda-direita – e de separação disciplinar – história-sociologia, não parecendo que se tenha esgotado toda a riqueza do ensaio sergiano que adopta um ponto de vista holístico, mobilizador de vários registos de análise.⁹³

Neste ensaio, AS afirma que a burguesia portuária de Lisboa e Porto vai aproveitar a seu favor o conflito que existe entre a arraia miúda assalariada

91 Na literatura do seu tempo sobre a Expansão era praticamente unânime a ideia de que o Infante D. Henrique era o impulsionador dos descobrimentos. Ora a arripio da ideia dominante Sérgio propõe que «O Infante D. Henrique foi o continuador da política comercial burguesa de João Afonso», sendo «os Descobrimentos o prelúdio do capitalismo moderno» (Godinho 2007: 62).

92 A citação de Marx é feita a partir da edição inglesa *Capital* (Moscow 1961) Vol. 1, p. 715.

93 É de assinalar que em *Ensaio VI* as referências a Karl Marx são extremamente elogiosas, como se constata em 'O problema psicológico-moral em Eça de Queirós', onde se lê, a propósito do ideal queirósiano, expresso em 1879, numa Carta de Inglaterra, «Pois não é sempre o ideal do revolucionário santo, ... de um santo que é ao mesmo tempo Carlos Marx e Cristo?» (Sérgio, *Ensaio VI*, §10: 112) (p. 147 da 1ª edição de 1946). Borges Coelho apoia-se precisamente em Marx para explicar porque 1383-85 deve ser entendido como uma revolução e não com uma mera crise, aproveitando para identificar as classes sociais em presença e explicar como a burguesia trecentista tinha consciência de ser uma classe social autónoma, cf. (Coelho 1975: 26-33). Na segunda edição do seu *A revolução de 1383*, lê-se: «A revolução de 1383 é burguesa. Dissemo-lo em 1965, seguindo aqui Sérgio, e mantêmo-lo. (...) A expansão portuguesa, em que participa a grande massa do povo, tem como motor e ponto de partida decisivo o triunfo burguês na revolução de 1383» (ibid.: 35-36).

e os seus empregadores (a nobreza e a pequena burguesia), na sequência da grande mortandade provocada pela peste de 1346; a escassez de mão-de-obra (um terço terá morrido e entre os sobreviventes muitos subitamente subiram na escala social por herdarem bens de parentes mortos) e a tentativa de impor compulsivamente à arraia-miúda salários considerados demasiado baixos (em função de um raciocínio de oferta versus procura) agravam as tensões e os ódios que serão mobilizados durante a crise dinástica. A alta burguesia de Lisboa e do Porto irá arregimentar a arraia-miúda; exemplo disso, o alto burguês de Lisboa Álvaro Pais, padrao do legista João das Regras, acompanhará o futuro Rei D. João I dando-lhe nomeadamente o conselho seguinte para angariar partidários: «Dai aquilo que vosso não é, e prometei o que não tendes, e perdoai a quem vos não errou, e ser-vos-á de mui grande ajuda para tal negócio em qual sois posto». O agravamento de um estado de crise culminará de modo explosivo, com sucessivas pilhagens de bens (dos empregadores e depois da gente inimiga) e com uma guerra civil, mobilizada a arraia miúda para o partido do Mestre de Avis pela audácia do «Alto burguês do comércio marítimo, que inicia e dirige o ataque armado ao regime político senhorial, representado pela rainha, pelo rei de Castela e pela gente nobre, cujo cabecilha é o Andeiro e a quem a classe média acompanha». Esta alta burguesia que se dedicava ao comércio longínquo era de natureza cosmopolita, incluindo estrangeiros, nomeadamente ingleses que integrarão a embaixada a Inglaterra com a qual se obtém ajuda (incluindo os famigerados arqueiros ingleses decisivos em Aljubarrota, dada a maior rapidez de tiro em relação aos besteiros).⁹⁴

Quanto ao aspecto militar, AS insistirá na sua significação social: as victórias de Atoleiros e de Aljubarrota correspondem ao embate de um exército burguês, baseado em formações de plebeus onde abundam os pé-terra, contra o exército aristocrático baseado na cavalaria, fazendo aqui AS uma ponte com a guerra dos cem anos:

«A guerra dos cem anos foi uma revolução social, e a crise portuguesa no final de trezentos é um fenómeno conexo com essa agitação mais vasta. Integrada no todo da transformação europeia, a acção militar de Nun'Álvares Pereira, nos combates pé-terra, veio reproduzir na península ibérica a dos exércitos burgueses na Inglaterra e da Flandres. Militar e socialmente, as batalhas vencidas pelo nosso D. Nuno são do género das de Courtrai, de Crécy, de Poitiers» (Sérgio, *Ensaio VI*: 183).

Na última parte deste Ensaio, AS descreverá o embate entre dois tipos de associação política, uma que está na génese do regime feudal – que AS designa

⁹⁴ Cf. (Sérgio, *Ensaio VI*: 168 da 1ª ed., citação da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, cap. XXVII, ibidem, p. 158, 180).

como bando épico, assente num poder carismático – e uma outra compatível com uma civilização burguesa – a concepção estatal. Para explicar o que entende por bando épico, onde o vínculo social e o dever de obediência, ou seja «a força agregativa que mantém cada sócio na sua vida rapinante de companheirismo bélico é a dedicação à pessoa do respectivo chefe, a quem há o dever de servir em campanha, com o direito de quinhoar nos esbulhos da guerra, nos despojos dos saques», AS faz uma exemplificação histórica da sua evolução, a qual começa em Ulisses (as epopeias surgem ligadas a meios sociais dominados por esta forma de organização) para depois passar pelos grupos germânicos que se opuseram ao Império Romano, grupos ou bandos que Tácito apelou de *globus* designando este hábito ou instituição por *comitatus*, mais tarde designada por *truste*. Esta exposição feita por AS beneficiou seguramente da leitura atenta da obra, enorme e incompleta, *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France* do historiador-sociólogo francês Fustel de Coulanges (1830-1889), que também se destacou com o seu estudo sobre a cidade antiga, obra na qual se descrevem com muito detalhe a evolução histórica destas formas de associação; mas o carácter de síntese das reflexões sergianas demonstra, como em geral acontece, uma profunda reflexão pessoal. AS mostra como dos bandos épicos (designação que, tanto quanto apurámos, Coulanges não usa) se chega ao regime senhorial: «o regime senhorial pode talvez definir-se como o resultado do arraizamento no solo agrícola do princípio pessoalizante do bando épico»; ora este princípio pessoalizante contrariava a tendência para a formação de um estado, sendo que nas sociedades de Estado «cada homem é uma consciência participante de uma certa ideia, de uma Representação colectiva, de uma Entidade Social, que se mantém transcendente aos indivíduos associados, a começar por aquele mesmo que comanda em todos». O voltar ao direito imperial romano é uma das vias da revolução burguesa, uma vez que a burguesia emergente é mercante e fabricadora e não encontra apoio numa estrutura de direito feudal alicerçada no costume, no benefício (não monetário em geral) e na riqueza agrícola. AS nota como no caso português a revolução vai conter uma contradição uma vez que Nun' Álvares Pereira foi o maior beneficiário do «método bem característico do bando épico» ao receber a metade do reino, que depois distribuiu pelos seus sócios/vassallos; essa contradição vai mobilizar os representantes letrados da burguesia – os legistas que se destacam nas Cortes de Coimbra de 1385, decidindo-se tomar o rei para si todos os vassallos que o Condestável ou os fidalgos tivessem.⁹⁵

⁹⁵ Cf. (Sérgio, *Ensaio VI*:190, 194, 195, 197). O leitor moderno mais familiarizado com Max Weber do que com Fustel de Coulanges, verá provavelmente nas meditações sergianas um paralelo com a distinção ideal típica sobre os três modos de autoridade legítima: poder tradicional, poder carismático, poder associado à legalidade e exercido pelo servidor do estado.

A hegemonia burguesa terá na Europa o seu corolário na tomada da Bastilha, 400 anos depois «do assalto da plebe aos paços de Lisboa», mais uma vez sendo o povo instrumentalizado para uma lógica superior de interesses, onde o económico domina, por processos cuja eficácia e realidade não fazem esquecer a sua violência: «por desgraça, têm sido necessários os abalos graves e a acção desagregadora das lutas armadas, que decompõem a ordem social vigente, para infundir nos homens o esforçado impulso e a indispensável coragem para as transformações profundas» (Sérgio, E. VI: 200).

Sérgio estava, por um lado, convencido de que a expansão portuguesa se integrava num movimento europeu mais geral onde a dinâmica burguesa intimamente associada à cidade moderna, onde se traficava e se fabricava, corresponderia ao desenvolvimento do sistema capitalista baseado na busca incessante da mais-valia; dessa dinâmica fez parte, como propõe no Ensaio ‘O Reino Cadaveroso’, um desenvolvimento técnico-científico sem precedente na história da humanidade, e para o qual Portugal contribuiu activamente numa primeira fase. Por outro lado, percebia que essa dinâmica se desenvolveu com uma teleologia em larga medida alheia aos interesses da maioria daquelas pessoas que viviam em Portugal, o que se deveu em parte à persistência de tendências para uma acção social configurada segundo moldes mais arcaicos (o que passa pelo desenvolvimento e persistência do espírito guerreiro de uma nobreza re-configurada pela crise de 1383-85 e por incapacidade das elites dirigentes). Isso mesmo é exibido na sua proposta ideal-típica no Ensaio ‘As Duas Políticas Nacionais’ (E. II, 1928), que são a de Fixação e a de Transporte. A Política de Transporte não deve ser confundida com a política de expansão, sendo a Política de Fixação «a que criticava e completava a orientação mercantil (*sem pretender excluí-la*), preconizando que buscássemos fixar algures, em actividades da agricultura e indústria, os lucros provenientes de um comércio marítimo que se fizesse com método e com sensatez, e afirmando que o tráfico, sómente por si, nos não conduziria a uma situação salubre, à elevação do Povo, a um nível de prosperidade autêntica».⁹⁶

96 Cf. (Sérgio, Prefácio à 2ª edição de *Ensaio II*: 10) e (Sérgio 1924: 11, 13, 23, 25) (Sá da Costa). Borges Coelho no seu texto de 1964, *Raízes da expansão portuguesa*, desenvolve a explicação do início da expansão (coincidente com os primeiros reis da segunda Dinastia), com as suas sucessivas vicissitudes no que respeita à tomada das praças no norte de África, a partir dos conflitos entre classes que pretendem ser dominantes, mostrando como a burguesia marítima, que se nobilita, compete com a antiga e tradicional nobreza: «a luta entre a burguesia, assinaladamente a sua cabeça agrícola-comercial, e a nobreza feudal pelo domínio do estado, com a força impulsionadora dominante e decisiva de uma burguesia estrategicamente na ofensiva, luta entrecortada por alianças e traições, é o verdadeiro motor da história do século XV pelo menos e, no caso, da história da expansão» (Coelho 1974: 91).

O experimentalismo português como prenúncio da grande revolução intelectual-científica

Uma das teses historiográficas de Sérgio que se veio a mostrar mais fecunda é a que surge no seu ensaio 'O reino cadaveroso' (1926), no qual valoriza o experimentalismo português de Quinhentos e propõe de modo muito breve uma justificação para o surgimento da nova física de Galileu, que inicia a unificação da física celeste e da terrestre por via duma aposta de matematização dos fenómenos. Para mostrar o carácter e a novidade da proposta sergiana, farei uma digressão por literatura mais recente sobre a problemática geral da emergência da grande Revolução científica, à qual ficam associados os nomes de Copérnico, Kepler e Galileu.

AS entendia que o corolário do Humanismo científico, com a sua dimensão de experimentalismo, que emerge com o Renascimento e com as Navegações (europeu, mas não português) é a Revolução científica do século XVII, para a qual se pode justamente argumentar ter a elite portuguesa contribuído numa fase inicial. Para AS esta Revolução é, ao ampliar as conquistas do Renascimento, «o passo mais decisivo de toda a história do pensar humano»; infelizmente em Portugal, depois deste ter estado na vanguarda do espírito europeu no séc. XVI, com as navegações e uma atitude experimentalista de parte da nossa elite, assiste-se a «um espectáculo de estiolamento da mentalidade» (Sérgio, E. II: 27), tema central da discussão sobre a nossa decadência e que foi alvo de grande discussão durante a Primeira República – a polémica do Seiscentismo, cuja significação ideológica foi acentuada por ter mobilizado sectores tradicionalistas e reaccionários, a qual não abordaremos aqui, mas que importa referir por nela AS ter tido papel fulcral.⁹⁷

Na sua obra de 2010, *How Modern Science Came Into the World*, o historiador da ciência H. Floris Cohen tenta responder, usando argumentos de história comparada (considerando a época Sung chinesa, o Islão medieval, o Renascimento) à questão de porque a ciência moderna surge na Europa do séc. XVII e por que razão o seu desenvolvimento tem sido continuado. A resposta de H.

97 Cf.: «Nos séculos XVI e XVII, na Europa, dá-se uma revolução intelectual (a mais decisiva de todos os tempos) onde se criou a atitude científica e o espírito crítico da moderna Idade. Portugal, no século XVI, foi guarda avançada dessa aurora, e no livre espírito de investigação a sua obra se desenvolveu» (Sérgio 1925/26: 26). AS insistia em que o monopólio do ensino pelos jesuítas e a inquisição são contemporâneos de uma «decadência rápida depois de um auge de esplendor» (o que não significa de todo que os jesuítas sejam a causa da decadência, que para AS radica em causas mais profundas, nomeadamente de ordem sociológica – o comunitarismo, o parasitismo associado ao espírito guerreiro favorecido pela longa reconquista); AS cita Duarte Ribeiro de Macedo, o autor do *Discurso sobre a introdução das artes* (1675) – «As ciências, as artes liberais e mecânicas, se ensinam e obram em Paris com tanta perfeição que nos colégios e academias estudam e aprendem 2000 cavalheiros de nações vizinhas (2ª parte, cap. VIII)», citação de Ribeiro Macedo em (Sérgio 1925/26: 25) – sinal da nossa perda do saber científico durante o século XVII.

F. Cohen é a de que duas das três tradições necessárias à emergência da ciência moderna existiam na Grécia Antiga – a filosofia especulativa, e as matemáticas puras e aplicadas (geometria euclídeana, estática arquimediana, astronomia ptolemaica). A terceira tradição, que se funde com as anteriores na Europa dos séc. XVI-XVII, é o experimentalismo que inquire dos factos da natureza; este tem origem nas navegações e na exploração dos novos territórios, na mineração, no desenvolvimento tecnológico que usa as matemáticas e no comércio. Esta atitude difere das anteriores por ser mais intervencionista e orientada para o controle e a dominação, pelo que H. F. Cohen designa esta tendência intelectual por ‘empirismo coercitivo’. A síntese das três tradições produziu o tipo de conhecimento da natureza matemático-empírico que reconhecemos hoje como ciência moderna.⁹⁸

No seu livro de 1994, H. F. Cohen mostra como a historiografia tratou inicialmente o caso de Galileu (que nas palavras de AS é o criador da moderna mecânica) sob perspectivas tão diversas, desde a prioridade de factores materiais e práticos (Olschki, Bernal, Zilsel) até à inscrição na tradição platónico-arquimediana (e menorização do lado experimental concreto) por Alexandre Koyré. A tese do filólogo e historiador Leonardo Olschki (1885-1962) (a qual surge na obra *Galileo und seine Zeit* de 1927) é a de que o que permitiu a Galileu transcender a erudição infértil dos seus antecessores científicos foi o contacto com a nova tradição de aplicação das matemáticas a questões tecnológicas, quais a perspectiva linear, mineração, fortificação, balística, tradição que é invocada na primeira jornada dos *Discorsi*, trecho citado por AS em 1925. Esta tese é depois ampliada por Edgar Zilsel, sociólogo marxista (mas independente), filosoficamente partidário do empirismo lógico, e, como membro do Mach Verein, um dos fundadores do Círculo de Viena, no artigo de 1942 ‘As raízes sociológicas da ciência’. O novo dinamismo do mundo europeu é um elemento central da tese de Olschki: – se os gregos possuíram a filosofia (racionalista) e desenvolveram dedutivamente as matemáticas (no essencial as mesmas disponíveis para Galileu) foi o séc. XVII europeu que realizou o que

98 Ver (Cohen 2010) e (Cohen 1994). Este ensaio de Sérgio culmina uma série de publicações suas, da década anterior, na qual Sérgio faz eco de um importante debate francês sobre as origens (técnicas) da inteligência humana, ocorrido no princípio do século XX, e que mobilizou Bergson, Durkheim, Louis Weber e que interessou vivamente o meio filosófico francês. Os argumentos pragmatistas estavam bem presentes nessas discussões; cf. a este propósito (Príncipe 2021a). O ensaio de Sérgio de 1926 era decerto conhecido do historiador da cartografia Armando Cortesão, cujos trabalhos foram referidos na revista *Seara Nova* do tempo de AS, e, portanto, de R. Hooykaas, que é o mais destacado historiador da ciência que se debruçou seriamente sobre estas questões, e que foi mestre de H. F. Cohen e que visitou e trabalhou com o grupo de Coimbra que editou as obras de Dom João de Castro; cf. (Hooykaas 1979 e 1983).

poderia parecer embrionário na Grécia antiga, supondo que Galileu, como pensou Koyré, foi um sucessor directo de Arquimedes.⁹⁹

A terceira tradição a que se refere H. F. Cohen, posta em evidência por argumentações pragmático-materialistas, é aquela a que AS se refere quando fala de Galileu em ‘O Reino cadaveroso’; é a ausência lusa da fusão das três tradições, para o que contribui a falta de actividade industrial junto com os efeitos da contra-reforma que caracterizam o nosso seiscentismo, acompanhada da persistência do paradigma aristotélico nos estudos superiores em Portugal, que é lido como sinal da nossa decadência. A tese de AS é a seguinte:

«Dois povos (o italiano e o nosso) se viram à testa da revolução. A faina industrial e o comércio marítimo impeliram à revolução o Italiano; e foram as navegações e os descobrimentos (filhos de necessidades comerciais) que iniciaram na nova atitude a mentalidade do Português. A ciência mecânica da natureza, pois, saiu da indústria florescente das cidades italianas, que buscavam exceder-se umas às outras nas actividades da fabricação, no achado de processos e de máquinas novas. O uso das forças da natureza levou ao sistemático conhecimento das suas maneiras de actuar, obrigando os espíritos reflexivos à investigação das suas leis. Abra-se por exemplo, uma das obras de Galileu, o primeiro dos seus *Discursos e Demonstrações matemáticas sobre as Duas Ciências Novas*, e ver-se-á que na boca de Salviati põe o fundador da ciência moderna as seguintes palavras proemiais: ‘Largo campo de filosofar me parece que subministra aos intellectos especulativos a prática frequente do vosso arsenal, Senhores Venezianos, e em particular naquela parte que tem o nome de mecânica; pois numerosos artífices empregam aqui continuamente máquinas e instrumentos novos.’ ... [este novo espírito foi teorizado por Bacon de Verulano mas foram] Galileu e Leonardo da Vinci que concretamente o instituíram... O que nos manuscritos de Leonardo interessa sobretudo os homens de hoje, – é por um lado, a ideia da importância essencial do novo método experimentalista, e do correlativo espírito crítico; e por outro lado, a de que sem a aplicação da Matemática à Física não há física que se tome a sério. A Física, pois, ou é Física *quantitativa* (o contrário da de Aristóteles), ou não é nada. Galileu ... formulou a marcha lógica da investigação experimental, muito melhor do que fez Bacon. Descobre-se (diz ele) imaginando certas hipóteses sugeridas pelas

99 Ver: (Koyré 1943); (Zilsel 1942). Sobre a relação entre a mecânica de Galileu e as máquinas dos engenheiros, um texto recente, favorável à interpretação pragmatista/empirista de Veblen, Olschki, Sérgio e Zilzel é: (Levéfre 2001). Sobre Olschki ver (Cohen 1994: § 5.2). Cohen nota que a tese de Olschki era bastante inusitada à época, o que mostra como o debate francês e o livro de Louis Weber mergulharam num injusto esquecimento; a interpretação marxista tem um zénite ideológico na tese do físico soviético Hessen (1931) no seu *The Social and economic roots of Newton's "Principia"*. A edição original do livro de Olschki (1927) editado por Max Niemeyer Verlag em Halle, existe na BNP; *Essaios II* aparece em 1929, mas AS está desde 1926 em Paris, portanto é difícil afirmar-se que AS terá tido conhecimento da obra de Olschki, até porque “O Reino cadaveroso” terá sido escrito em 1925.

experiências, e mostrando depois, por dedução, que as hipóteses imaginadas concordam com outras experiências. ... É a propósito da astronomia ... que a luta de Galileu com os Peripatéticos atinge os domínios da musa trágica. Ainda aqui, foi a experiência que decidiu o sábio. Kepler ... abordara o problema dedutivamente; foi indutivamente que Galileu o tratou. Depois, tão-só, de construído o seu telescópio, e de descobertos com ele os satélites de Júpiter, é que se decidiu às declaradas pelo sistema de Copérnico, – que punha o Sol e não a Terra, no centro do sistema a que pertencemos» (Sérgio, E. II: 30-32).¹⁰⁰

Esta tese sergiana, que tem afinidades interessantes com a tese de Zisel (ao coincidir com o argumento deste reduzido ao mais esquemático possível) inscreve-se na tendência explicativa que relaciona o advento de teorias intelectuais com actividades práticas, ligadas à manufactura e ao uso de máquinas, actividades onde se constrói uma experiência de causalidade mecânica; esta tónica inscreve-se no espírito pragmatista, sem ser, no estilo de J. D. Bernal ou de Zisel, de inspiração explicitamente marxista.

Muito naturalmente, AS, neste mesmo ensaio, vai valorizar a mentalidade experimentalista de Quinhentos:

«Se olharmos para o nosso passado, ver-se-á que até ao fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, a mentalidade dos povos cultos; então pode dizer-se que ele está na Europa, e a muitos respeitos na vanguarda dela ... O papel libertador que teve na Itália, a actividade mecânica industrial, teve-o entre nós a Navegação. Ela nos forçou ao exame directo dos fenómenos da natureza. As necessidades da pilotagem nos conduzem ao estudo das matemáticas, que aqui culminam com Pedro Nunes; e a visão assídua de espectáculos novos – de novas terras, de novos mares, de climas novos e de estrelas novas – mostrava aos Portugueses a cada passo os erros enormes das autoridades, a cujas afirmações se prestara fé como a revelação do próprio Deus» (Sérgio, E. II: 27, 33).

Como exemplos paradigmáticos dessa mentalidade do Quinhentismo português AS refere os trabalhos de Pedro Nunes (1502-1578), D. João de Castro (1500-1548), Duarte Barbosa (1480-1521) e cita trechos do *Esmeraldo de situ orbis* de Duarte Pacheco Pereira (1460 – 1533), dos *Colóquios* de Garcia da Orta (1501-1568) e de Luís de Camões (1524?-1580). Eis um excerto, em que AS cita Duarte Pacheco:

100 Voltando ao problema do seiscentismo: «Há uma coorte de inovadores no século XVI em Portugal, que cresce dentro da nossa cultura – consubstanciada com o seu país, – na faina augusta das Navegações; há uma plêiade de renovadores no século XVIII português, formada fora da nossa pátria, porque se quebrara o nosso impulso de criação intelectual; e entre as duas (do século de Amato e de Garcia da Horta para o século de Brotero e de Ribeiro Sanches) – há a Pausa. Não se cria; comenta-se», (Sérgio 1925/26: 27).

«Discutindo ideias das Autoridades que a experiência das Navegações mostrara falsas, diz Duarte Pacheco no seu *Esmeraldo*: ‘a experiência, que é madre das coisas, nos desengana, e de toda a dúvida nos tira’; e adiante exclama: ‘a experiência é madre das coisas, e por ela soubemos radicalmente a verdade’. ‘A experiência nos tem ensinado’, acrescenta ele; ‘a experiência nos faz viver sem engano das abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar ... que a melhor parte do saber de tantas regiões e províncias ficou para nós, e nós lhe levámos a virgindade ... e nestas coisas a nação dos Portugueses precedeu todolos antigos e modernos em tanta quantidade, que sem repreensão podemos dizer que eles, em nosso respeito, não souberam nada’» (Sérgio, E. II: 34).

Esta mesma mentalidade emancipadora, revolucionária e crítica, que resulta dos Portugueses se terem libertado das Autoridades que vigoravam na Europa, ainda muito sob o domínio da Escolástica e do culto dos Antigos, vai AS também a encontrar na epopeia maior das nossas Navegações – *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões, que descreve sinteticamente como «o poema, por assim dizer, do alargamento da experiência humana». Eis alguns trechos camonianos, que AS seleccionou, demonstrativos da nova mentalidade:

‘Vejam agora os sábios na escritura
que segredos são estes da Natura!
‘doutos varões darão razões subidas;
mas são as experiências mais provadas;
e portanto é melhor ter muito visto
Coisas há hi sem serem cridas
e coisas cridas há sem serem passadas...’
‘Destarte se esclarece o entendimento,
que experiências fazem repousado’¹⁰¹

António Sérgio valoriza o experimentalismo não apenas pelo seu valor científico e de melhoramento material mas engloba-o numa tendência revolucionária e melhorista mais geral – o humanismo crítico, o qual, se tem no experimentalismo científico uma faceta virada para a natureza, tem como outra faceta um interesse renovado pelas questões humanas, sociais e morais, faceta que encontra na obra de Erasmo de Roterdão um exemplo contemporâneo maior, ambas as facetas sendo decisivas para a mudança de mentalidades, que AS preconiza e pela qual toda a vida se bateu, aspecto da obra de AS que faz incluir na noção de prática um acentuado cunho ético, também detectável em John Dewey e em alguns outros pragmatistas que foram também profundamente humanistas.

101 Respectivamente: Canto V, 22; do soneto Amor, Arte, Razão, Merecimento; Canto VI, 99. Cf. (Sérgio *Ensaíos II*, p. 38-39).

O experimentalismo surge mencionado regularmente nos seus escritos políticos, e posta em relação com a mentalidade que presidiu às navegações e com a filosofia imanentista de Espinosa: «Uma metafísica do labor científico ... somente em Espinosa é que se entremostra ... uma metafísica adequada a um experimentalismo radical» (Sérgio, E. II: 43). Trata-se de um elemento central do ideário sergiano, que corresponde à ideia de ‘intelectualização da prática’ tão cara também a John Dewey, e que recorda que a experiência humana é um processo de contínuo desenvolvimento que se estabelece numa constante interacção com o meio ambiente, entendido este num sentido generalizado (não exclusivamente biológico), num constante processo onde a interioridade se desenvolve num processo onde há reajustamentos, mas não esquecendo que há fins últimos e que o trans-histórico é um elemento ideal fundamental na atitude melhorista.¹⁰²

¹⁰² Ver também os textos de Sérgio: Breve interpretação da *História de Portugal*, (Sérgio 1929/1972: 86); *Democracia*, de 1934, p. 94-5, 98; e (Príncipe 2012: 114-5).

A reflexão sobre a história em tempo de ditadura

Em 1941 surge o tomo 1 da *História de Portugal*, primeiro de nove anunciados. A polícia política retira o volume do mercado e Sérgio desiste do projeto. Alfredo Pimenta escreve um opúsculo de censura, em cuja capa se lê ‘Académico titular fundador da Academia Portuguesa de História’. O próprio António Salazar escreve a Pimenta dizendo: «A História de A. Sérgio precisava ainda para honra da inteligência portuguesa de ser mais demoradamente dissecada do que V. Exa. pôde fazer no seu folheto»; deste, 500 exemplares foram comprados pela União Nacional (Magalhães 2009: 7, 8). Sérgio responder-lhe-á com o opúsculo ‘Em torno da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história’, texto de profunda reflexão epistemológica.

Aquilo de que Alfredo Pimenta não gostou

Pimenta expressa o seu anti-democratismo exclamando três vezes «Eu, se fosse Poder, mandava-o calar» (Pimenta 1941: 34, 40, 44). E na sua sinceridade insofisticada, incapaz de entender a epistemologia sergiana, Pimenta desconfia da teoria – exemplificando: «o Darwin, naturalista competente, caiu na insensatez do Darwinismo»; e conclui: «Julgo o Sr. António Sérgio, desoladamente, um caso típico de ensimesmamento catastrófico; vítima da obsessão de pensar (...) parte do princípio de que o Saber é inferior ao Pensar, e de que se pode pensar sem se saber (...) Saber é alinhar materiais; pensar só é fantasiar, erguer um mundo de irrealidades»; por isso recomenda: «O Sr. Sérgio precisa de se curar (...) estudar mais, e pensar menos»; até porque Sérgio estará estalinizado, sendo um «materialista marxista» (Pimenta 1941: 14, 8, 16, 40, 43). Para Pimenta o ensino e a ciência partem de dogmas, não de hipóteses; recusando uma visão crítica da noção de facto, pergunta escandalizado: «Então não se recusa ele (p. 22) a admitir a existência de ‘factos puros ... sem interpretação, sem teoria’»; tal crítica «ensandecerá o jovem que o ler» (Pimenta 1941: 13, 14).

No entanto, Pimenta era um leitor de Sérgio. Aludindo ao texto ‘Espectros’ (de 1916, republicado em Ensaios I), insiste na postura anti-histórica de Sérgio¹⁰³: «Que quer afinal o Sr. António Sérgio (...) pensar para trás, ou fugir às

103 O título ‘Espectros’ alude explicitamente à peça homónima de Ibsen, mas remete também para a Conclusão das *Causas da decadência* (1871) de Antero: «Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno» (Quental 1923-1931, *Prosas* II: 138).

sugestões do espectrismo, e recusar-se a resolver a situação presente com as instituições económico-sociais pretéritas, e não ser histórico?» (Pimenta 1941: 15). Pimenta defende um Portugal não-industrializado – «porque o inimigo é a fábrica, e esta conquistou o campo» (Pimenta 1941: 15) – e ridiculariza a ‘era da abundância’, tema do tomo 9 do malogrado projeto e de que Sérgio fala desde os anos de 1930, reconhecendo que tal ia de par com a crítica do corporativismo, defesa do cooperativismo e de um socialismo libertário, cf. (Pimenta 1941: 26-27). De facto, o autor dos *Ensaio*s inspirava-se, para afirmar a possibilidade concreta de uma tal era futura, na crítica de Thorstein Veblen ao Price-System e na dos tecnocratas norte-americanos no pós Grande Depressão, críticas associadas a teorias de economia política que afirmam o primado do consumidor e denunciam a incompatibilidade entre as possibilidades atuais da técnica e a velha ideia de que o valor e o lucro assentam na raridade ou escassez dos bens, patente na sabotagem feita pelos capitalistas financeiros ao eficaz desenvolvimento dessas possibilidades e na invenção de estratégias artificiais para produzir a escassez, pela invenção de ‘intangible assets’ e de estratégias monopolistas. O pacifista Sérgio respondia assim à loucura da Guerra, mostrando que ‘Nations can live at home’, título de um livro do agrobiologista O. W. Willcox, cujas ideias propagou, nomeadamente em artigos no jornal *O Diabo*, sendo de destacar o artigo sobre o progresso social e o regime do lucro (Sérgio 1939: 1, 8), cf. (Matos 1983: 1040-1041).

Se ‘Espectros’ é sobretudo um ensaio de crítica sociológica, umas páginas à frente, nesse tomo 1 dos *Ensaio*s, encontra-se ‘A Conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)’, no qual se valoriza, tal como para a crise de 1383-85 – «o aspecto burguês do fenómeno» (Sérgio, *Ensaio*s I, 1974: 273)¹⁰⁴. Pimenta crê que o valor científico de uma teoria explicativa deve emanar dos factos, e esses «factos puros (...) podem ser depoimentos contemporâneos, informações positivas e garantidas de quem entrou, dirigiu ou promoveu o acontecimento, reacções objectivas que ele determinou», e por isso «uma coisa é a conquista de Ceuta, facto puro, e outra coisa é a explicação que o sr. António Sérgio dá a esse facto, teoria ou interpretação», explicação que ele julga fantasiosa (Pimenta 1941: 14); que seja uma hipótese sociológica,

104 «O ex-mestre de Avis é o monarca de uma revolução: a revolução da *burguesia comercial de carácter cosmopolita*. Era a burguesia que neste momento impulsionava a nacionalidade, com o seu rei à frente para realizar a sua política: desviar uma nação de agricultores para o grande comércio ultramarino, garantindo-lhe o essencial da subsistência pela importação de cereais» (Sérgio, *Ensaio*s I: 266-267). Em 1941, Sérgio revê esta posição, valoriza as circunstâncias geográficas e de clima, o princípio da continuidade, o papel da comercialização do nosso sal, contestando a designação de Monarquia Agrária para o período anterior às navegações. Pimenta julga errática a mudança de Sérgio e reafirma o carácter rural dessa monarquia, crendo na elevada produção de cereais de então (Pimenta 1941: 31-32). Sérgio responde que as hipóteses implícitas feitas pelo historiador-erudito para justificar essa produtividade contrariam a ciência agronómica (Sérgio 1941b: 13-18).

a de que a conquista traduz a vontade de uma elite, de um grupo influente organizado em torno de interesses económicos cosmopolitas (comércio de longa distância), designada funcionalmente (alta burguesia marítima); que seja uma hipótese conveniente (no sentido do convencionalismo de Poincaré), com carácter de idealização, eis o inconcebível no horizonte de Pimenta. Esta atitude ‘positiva’ capta algo de típico da prática da história e do seu ensino de então – o Estado Novo favoreceu durante muito tempo, até limitando o acesso à docência universitária, a separação entre a prática da história e a epistemologia, restringindo-se o método ao cuidado na análise das fontes¹⁰⁵.

Um dos aspectos decisivos que Pimenta ignora é o ideal sergiano de uma história universal (já estudado na primeira parte), e a sua ancoragem filosófica. A esse propósito o nosso ensaísta escreve:

«parece-me desejável (...) situar toda a acção portuguesa na unidade do movimento da civilização humana (...) o genuíno universal é a ligação com o todo: não é a ideia geral, não é a noção abstracta (...) parece-me a civilização uma estrutura una (e inclino-me a supor que com uma origem una) em que cada uma das comunidades é influída e influi» (Sérgio 1941a/1974: 13).

Para ele o conhecimento adequado é aquele em que o concreto, ou o particular, se estabelece por adensação de relações que visam o *Todo-Uno*, por isso a história e a ciência se irmanam.

Em, 1941, Sérgio julga útil a escrita de uma história acessível ao homem do povo, obra de vulgarização que permita «uma iniciação de natureza histórica aos problemas fundamentais da nossa gente», colocando o leitor em contacto com «o que deles pensaram no decorrer dos tempos os melhores espíritos de Portugal». Identificando essa elite intelectual progressista, Sérgio organizou várias antologias e edições (sobre economistas, prosa doutrinal de autores portugueses, textos de Oliveira Martins, Fernão Lopes, Antero, etc.). Para Sérgio, há que distinguir sempre meios e fins: as monografias da história erudita são valiosas para o fim da síntese, aí se indo escolher «os casos do viver pretérito que receberão relevo como significativos, na esperança de assim se poder propor uma vista panorâmica onde se vislumbre um sentido que se possa entender, e que tenha um préstimo». O seu critério de escolha resulta de se «encarar o viver de outrora à luz do sociólogo e do moralista crítico, do

105 O conservadorismo do regime limitou muito o fazer e pensar a história: predomínio da história política de perfil erudito, como notou Godinho em 1948 (Godinho 1971, p. 250-255), de tipo narrativo e apegada ao documento, ignorando o desenvolvimento das ciências políticas, económicas e sociais, com isolamento entre as subdisciplinas da história e sem carácter transdisciplinar, como notou Frédéric Mauro (Carvalho 1972: 70-71); ver também (Torgal 1996: 257-265), (Matos 2008: 145-158), (Sousa 2012: 29-32). Godinho, um discípulo de Sérgio (e depois Barradas de Carvalho, aluno de Godinho) vieram a aderir, tendo que emigrar, ao movimento dos *Annales*, que é directamente inspirado por Berr, cf. (Cardoso 2011) e (Burguière 2009: 79).

político progressivo e do reformador social». Este ponto de vista, que Sérgio define como «interpretativo», pretende ultrapassar o «eruditismo puro» e opõe-se ao «delírio nacionalista (...) ao patriotismo retórico, onde se oculta muitas vezes o mero apego ao cofre» (Sérgio 1941a/1974: 1, 4, 5).

Nas suas interpretações, Sérgio, desde 1914, utilizou estruturas ideal-típicas (exemplo: particularismo versus comunitarismo), valorizando aspectos económicos e de mentalidade e interesses de grupos sociais/classes; em particular, interessou-se muito pelo grupo de La Science Sociale e por Gabriel Tarde, cf. (Príncipe 2012: 37-46, 53-60). Num artigo da *Seara Nova* onde defende a sua (*Breve Interpretação da*) *História de Portugal*, publicada em 1929, Sérgio resume as suas principais teses interpretativas e distingue os factos da arquitectura inteligível que os selecciona e relaciona:

«O que há meu, naquele livrinho, não são os factos, os dados, os materiais, o narrativo (...): são sim as Ideias, e a arquitectura, são as análises e as sínteses da obra, é o pensamento. Por exemplo: a teoria da formação do nosso país como sendo um episódio da transição da economia agrícola e local para a economia comercial na sociedade europeia; a doutrina sobre o carácter da revolução de 1383-5 e do condicionamento das navegações; o fenómeno da luta da política de Fixação com a política do Transporte, a crítica do regime social-económico e das suas consequências de variada espécie, e a ordenação da história de Portugal – de toda a história de Portugal – em relação a esse fenómeno social-económico; a caracterização do humanismo científico português da época dos descobrimentos, como constituindo o elemento básico na evolução da nossa cultura; o papel dos ‘estrangeirados’ na tentativa de reforma do século XVIII» (Sérgio 1932: 183).

O interesse melhorista e o método são fundamentais:

«‘O historiador’, disse Voltaire, ‘deve escrever como filósofo e como cidadão’. É o que eu quis fazer ali, sem ser aliás historiador: escrever sobre a história de Portugal como cidadão e como filósofo. Esse intuito pressupõe: 1.º – A relação dos factos; 2.º – A determinação de uma perspectiva própria, de uma distribuição de planos, de uma jerarquia dos factos e das personagens históricas; 3.º – A apresentação – implícita ou explícita – das premissas de uma política futura» (Sérgio 1932: 183).

A preocupação demopédica está em harmonia com o seu ideário, muito inspirado em John Dewey, intelectual muito estimado pelo movimento da Escola Nova. Dele é uma das epígrafes das Considerações Histórico-Pedagógicas de 1915: «O valor do ensino da história reside no facto de que esta ciência pode ser um instrumento de análise das condições sociais presentes» (Dewey 1913: 114).

Dewey e Sérgio: a história como instrumento da democracia

O filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952) foi um dos mais reputados pensadores ligados aos movimentos da ‘progressive education’ e da Escola Nova e um intelectual civicamente interveniente. O seu pragmatismo ou experiencialismo, com a sua sensibilidade melhorista e transicionalista, leva a sério a historicidade, cuidando das condições e sinais do progresso humano no sentido do afastamento da barbárie e do desenvolvimento moral; este, entendido holisticamente, ganha com o alargamento da atitude científica ao todo da população (base da técnica que fornece meios úteis), à sua vivência na esfera pública.

Dewey escreveu muito sobre a significação da história. Nos *Ethical Principles Underlying Education* (1897), que Sérgio conhecia (a versão francesa de 1913 é prefaciada por Claparède) e donde saiu a epígrafe citada, afirma-se que o valor da história resulta dela nos fornecer «uma visão daquilo que constitui a estrutura e funcionamento da sociedade»; na formação da criança o princípio geral de que deve haver continuidade entre informação, disciplina e cultura é ilustrado com o ensinar história, tendo esta, junto com a geografia, «tudo a ver com a mesma realidade última, a saber, a experiência consciente do homem»¹⁰⁶.

Uma noção básica para Dewey é a de interação. Ora, a geografia «tem a ver com todos os aspectos da vida social que se preocupam com a interação da vida do homem e da natureza»; por seu lado, a história exhibe «os principais instrumentos no caminho das descobertas, invenções, novos modos de vida, etc., que iniciaram as grandes épocas do avanço social», isto é, «os métodos de progresso social». Estes saberes favorecem a «formação de hábitos de imaginação e de conceção social», permitindo constituir-se «o hábito de interpretar os incidentes especiais que ocorrem e as situações particulares que se apresentam em termos de toda a vida social». Desenvolve-se assim o processo de entender situações sociais complexas, identificar problemas e buscar soluções. Daí o seu

106 (apud Pratt 2016: 1, 2, 3) que cita (Dewey EW5: 68); as traduções do inglês são nossas. Abreviações: EW – *Early Works*; MW – *Middle Works*. Sobre a relevância do pensamento de Dewey para a historiografia norte-americana ver (Bartee 2009). Sérgio partilha com Dewey a centralidade da noção de desenvolvimento da experiência, por crescente intelectualização da prática; entre muitas passagens, cf. (Sérgio 1941b: 7): «à medida que a experiência se enriquece e alarga, forçando-nos por vezes a voltar à origem e obrigando-nos à busca de uma inteligibilidade mais ampla». Pimenta opõe-se à atitude prospectiva na prática da história, afirmando: «A Experiência é o Passado. A Experiência é o Histórico» (Pimenta 1941: 44).

valor ético: «a história ensinada correctamente é o principal instrumento para realizar isso, tem um valor ético final»¹⁰⁷.

Em *The School and Society* (1899), lê-se que a história deve ser ensinada de modo a

«que a criança aprecie os valores da vida social, para ver na sua imaginação as forças que favorecem e permitem que os homens cooperem efectivamente entre si, para entender os tipos de carácter, os que ajudam e os que obstruem (...) A história deve ser apresentada não como um acúmulo de resultados ou efeitos, uma mera afirmação do que aconteceu, mas como uma coisa forte e atuante» (Dewey MW1: 104).

Assim, a ação humana voluntária é valorizada contra qualquer concepção fatalista ou estritamente determinista.

No pensamento democrático de Dewey a questão da esfera pública é central – os académicos tinham um sucesso muito relativo no fazer chegar ideias à opinião pública norte-americana, importando repensar-se a actividade do historiador especializado, no sentido de ultrapassar a concepção (rankeana) de domínio dos documentos oficiais escritos, o preconceito nacionalista e o do enaltecimento de personalidades importantes (reis, ministros, generais, etc.); a história deve chegar às escolas e aos trabalhadores; para isso os historiadores devem adoptar uma atitude experimentalista (científica) para, colectivamente e num esforço crítico, irem eliminando as abstrações. Em 1915, no seu *German Philosophy and Politics*, escreveu, «o testemunho da história é o de que pensar em termos gerais e abstratos é perigoso», pois assim «elevam-se ideias para além das situações nas quais elas nasceram e dá-se-lhes uma carga que ameaça o nosso futuro» (apud Pratt 2016: 4)¹⁰⁸. Esta crítica da subsunção sobre fórmulas gerais, e a sua substituição por uma filosofia da relação (inscrevendo o concreto na sua relação com o todo próximo, num movimento imanente e de adensamento do tecido orgânico de relações) é um leitmotiv na obra de Sérgio; não sendo Dewey a única ressonância desta atitude, que, em metafísica, remonta a Platão e a Espinosa.

A questão, que mereceu a crítica de um Lovejoy (1939), de um ‘preconceito futurista’ (ou presentista) no ideário de Dewey, porque este se recusa a isolar simplesmente o passado do presente e do futuro, remete para a metafísica do tempo. Desde o seu artigo fundador sobre o conceito de arco reflexo (1896), Dewey mostrou que a separação entre estímulo e reação era artificial: o que há

107 (apud Pratt 2016: 3), que cita (Dewey EW5: 71, 72, 73). Ver também o ‘The Evolutionary Method as Applied to Morality’ (1902), (Dewey MW 2: 9). Sobre funções sociais da história favorecidas por Sérgio ver (Cunha 2004: 55-73).

108 Sobre o realce voluntarista dado à ‘human agency’ e sobre a crítica à história ‘tradicional’ por Dewey ver (Bartee 2009: 19, 24-26, 37-37).

é um acto global e coordenado com propósito, mesmo nos processos de percepção elementares. Em 1909, num diálogo que apresenta o ‘catecismo pragmatista’, surge a tese de que as afirmações sobre a história estão intimamente ligadas ao futuro; por exemplo, se se considerar a descoberta da América por Colombo, estamos face a uma questão que se coloca e a sua resolução aponta para um acontecimento subsequente, onde se investiga, se produz um juízo, e daí uma possível conclusão sobre a sua veracidade. Dewey insinuava assim o carácter fundamentalmente aberto do trabalho histórico, ao não aceitar uma distinção clara entre um acontecimento do passado e o juízo que sobre ele é produzido: «O passado em si e o presente em si são ambas seleções arbitrárias que mutilam o objecto completo do julgamento» (Dewey MW: 13, 46). Como conclui Scott Pratt:

«A história, como assunto, não é a aquisição de factos sobre o passado, mas o desenvolvimento da capacidade de interpretar um passado seleccionado para ‘avançar’, para buscar um futuro que ofereça uma experiência mais rica do que o que ocorreria por acaso ou concentrando-se em um passado desconectado» (Pratt 2016: 4).

A problemática de ‘Espectros’ é análoga daquela para que Dewey chama a atenção no seu livro de 1916, *Democracy and Education*:

«A segregação que mata a vitalidade da história resulta do divórcio relativamente aos modos e preocupações da vida actual. O passado enquanto apenas passado já não nos diz respeito. Se ele tivesse ido integralmente embora, só haveria uma atitude razoável em relação a ele. (...) O verdadeiro ponto de partida da história é sempre uma situação presente com os seus problemas» (Dewey 1916: 250).

Sérgio dirá em 1918: «O verdadeiro ponto de partida é a consciência de uma situação actual. Se o passado explica o presente, é o presente que, por sua vez, explica também, interpreta e dá significação ao que passou» (Sérgio 2008: 235).

Dewey pensa a história por homologia com as ciências. A história faz uma tentativa de reconstrução hipotética da ordem temporal partindo de um problema actual. Como notará em *Logic: The Theory of Enquiry* (1938), essa reconstrução da história é incessante, pois parte da própria variação da cultura com as gerações sucessivas. Como escreveu nesta obra:

«A formação de julgamentos históricos fica atrás da dos julgamentos físicos, não apenas devido à maior complexidade e escassez de dados, mas também porque, em grande parte, os historiadores não desenvolveram o hábito de declarar para si e para o público as estruturas conceptuais sistemáticas que eles empregam na organização de seus dados de maneira semelhante à medida em que os investigadores físicos expõem sua estrutura conceptual» (apud Bartee 2009: 23).

Este apelo à consciência teórica esteve também presente no movimento historiográfico liderado por Henri Berr, havendo, como se vai ver, boas razões para pensar que Sérgio nele se inspirou.

Hipóteses e síntese histórica: a epistemologia não positivista e Henri Berr

Sérgio intitulou a primeira secção da resposta a Pimenta ‘sobre a natureza e papel da hipótese nas ciências físicas e sociais’, aí opondo o historiador-filósofo ao erudito:

«Descompõe-me o Erudito por eu fazer hipóteses; mas todos as admitimos, com consciência ou sem ela; mas o caminhar do cientista sempre se faz por hipóteses, por interpolação e indução... meditam os filósofos sobre o proceder da ciência; entre os cientistas, não têm sido numerosos os que a valer o fazem; e dos eruditos, por outro lado, parece confirmar-se que quase nenhum o empreende» (Sérgio 1941b: 11).

Em seu favor, cita Guglielmo Ferrero (1871-1942), grande historiador de Roma e intelectual socialista: «Donc comme c'est la théorie qui donne leur valeur aux faits, elle est souvent très utile» (Sérgio 1941b: 12)¹⁰⁹. Sérgio recordava-se decerto de outras passagens:

«A história para se tornar uma ciência deve começar pela crítica dos documentos (...) mas tal como cada progresso acaba por se tornar um obstáculo para um progresso ulterior, a crítica histórica entrava hoje a formação da ciência nova que dela deve nascer, ou seja a interpretação psicológica e sociológica da história (...) tendo esquecido o seu fim último, o de fornecer um material bom para a construção de grandes sínteses, a crítica perdeu-se numa marcha sem direção» (Ferrero 1895: VI).

Como coda, lê-se: «À un certain point de vue, les faits ne sont rien et les théories sont tout» (Ferrero 1895: VIII).

Já em 1923, no prefácio aos *Dispersos* de Oliveira Martins, Sérgio referira como a escolha de acontecimentos e figuras tipo, estratégia usada por Martins na sua narrativa histórica implicava um processo de simbolização que permite a construção da narrativa histórica. Sérgio valorizava esta estratégia metodológica que se inspirava, entre outros, de R. W. Emerson, notando, criticamente, que a escolha dos ‘tipos’ para ser justa precisa verificar que os tipos escolhidos não comportam carácter essencialmente fortuito. Sérgio valorizou então a

¹⁰⁹ Sérgio não menciona o nome da obra (Ferrero 1895) donde extrai a citação. Sobre Ferrero e Sérgio ver (Príncipe 2012: 46-53).

coerência teórica, o rigor da análise que permite a elaboração de um ‘esqueleto’ ou estrutura, isto é a seriação das ideias, o acto de ajuizar a partir de distinções que precisem «todos os aspectos essenciais»; se a teoria é pois fundamental, do lado dos factos e da sua narração, identifica Sérgio algo de conjectural: «A história, no narrar dos factos, há-de ser sempre conjectural, obra portanto de imaginação criadora ; mas isso não impede que o historiógrafo ao chegar à crítica, procure proceder com lucidez de espírito, num tom científico de objectividade»; essa objectividade não implica necessariamente que o historiador se abstenha de «juízos práticos» (isto é de carácter moral ou sobre a eficácia comparativa de decisões dos agentes históricos), mas implica decerto que esses juízos, a serem formulados, não sofram de ambiguidade, como é o caso em vários momentos na obra de Martins; essa objectividade não se deve confundir com a ideia de que todos os processos históricos se processam de acordo com leis, uma vez que acontecimentos decisivos se devem a razões fortuitas, caso do carácter de D. Sebastião que favoreceu o desastre de Alcacer-Quibir (Sérgio 1923, E. V: 21, 18, cf. p. 16-24).

Ferrero e Sérgio reconheciam o excesso de ‘positividade’ da dita escola metódica francesa, de que o *Introduction aux Études Historiques* (1898) de Langlois e Seignobos era exemplo. Sérgio, com ironia, cita este «manual corriqueiro de todo o aspirante a erudito» para mostrar como a crítica de um documento exige «um acervo de construções mentais, de interpretações, de hipóteses, com recíproca sustentação entre ideia e ideia». Na sua argumentação, visando mostrar que «cumprir não considerar (...) como apreensão imediata de uma realidade inconcussa, como início absoluto de uma ciência estável, – o que ao exame se revela (...) como teoria ou hipótese», recorre à teoria da Gestalt para mostrar o carácter construído da percepção, afirmando que «o que o Mundo nos dá são apenas sinais, que a percepção interpreta por meio de ideias» (Sérgio 1941b: 19, 23)¹¹⁰.

Nessa veia epistemológica, insiste na necessidade de ‘convenções’ para a construção dos factos: a própria determinação de algo aparentemente tão simples como uma data pressupõe «puras construções mentais (...) uma série convencional cronológica» (Sérgio 1941b: 26). Mais à frente, cita *Réflexions sur la Physique Expérimentale* de 1894, o texto de Duhem habitualmente referido como afirmando uma posição holista, para mostrar como a experimentação pressupõe sempre a teoria para interpretar o fenómeno (Sérgio 1941b: 29).

Em 1941, Pimenta diz ter conhecido Sérgio, cerca de 1910, por intermédio do pianista e compositor Viana da Mota: «o Sr. António Sérgio era, então, literariamente, apenas, o autor modesto dumas *Notas sobre Antero de Quental*, que

¹¹⁰ Sobre Sérgio e a teoria da Gestalt ver (Príncipe 2004: 66, 107-111).

confessava candidamente, não terem senso comum» (Pimenta 1941: 7). De facto, nessas *Notas* de 1909, o jovem aprendiz de filósofo, muito preocupado com as generalizações para o pensar social oriundas das ciências naturais (caso do *struggle for life* de suposta origem darwiniana), demonstra conhecer a crítica das ciências (que lera em Harald Höffding), feita por Maxwell, Helmholtz (que propôs um retorno a Kant, com flexibilização do quadro categorial e abertura às aquisições da psicologia experimental), Mach, Claude Bernard, Duhem e Poincaré. Tal crítica contrariava aquela visão positivista que fazia assentar a noção de verdade nos factos científicos experimentalmente comprovados e na existência de leis estritas que descrevem os processos naturais; e valorizava o papel das analogias científicas, das hipóteses, das diferenças de estilo individuais e o pluralismo favorável a que, sobre um mesmo domínio de fenómenos, se formulem várias teorias. Tal crítica é afim do ‘como se’ kantiano (‘Apêndice à dialética transcendental’ da *Primeira Crítica* de Kant) e com o espírito de *trial and error* (de raiz evolucionista), ensaístico e de problemática à Dewey.¹¹¹ Neste quadro, Sérgio escreve:

«Convém estar-se preparado a encarar com sensatez as hipóteses (...) Os que concebem o caminho da ciência simplesmente como a sistemática substituição do erro pela verdade, têm dela uma noção simplista (...) o facto de uma hipótese não concordar com as doutrinas dominantes não lhe ataca verdadeiramente a legitimidade; porém é razoável preferir as que concordam, quando as outras não tenham força para vencer essas doutrinas. Visto que nos falta um critério para as decretar *verdadeiras*, contentemo-nos com o critério da sua *oportunidade*» (Sérgio 1909/2001: 84).

O julgar as teorias em função da sua oportunidade e/ou fecundidade, do seu interesse humano e não por uma pura correspondência entre elas e o seu objecto fenoménico, é uma tese subscrita por filósofos vários do fim do século XIX, rotulados, por si ou por seus críticos, de pragmatistas. Esta crítica que é elemento central do ideário sergiano, do seu experiencialismo, não é contrário à concepção unitária da Razão que Sérgio advoga em *Ensaio I*, uma vez que a ‘Razão’ é um ideal activo de unificação, que se actualiza na interação, envolvendo ensaio e risco.

No ensaio ‘Ciência e Educação’, Sérgio nota como o «positivismo unilateral» de Littré dominou na geração de Ramalho Ortigão, promovendo o «culto da ciência mal compreendida» que levava à falsa convicção de que a ciência tudo resolvia, de que a moral podia ser científica, etc. (Sérgio, *Ensaio I*, 1974: 100, 104). Aí Sérgio identifica-se com o que chamou movimento

¹¹¹ Sobre o pluralismo de Maxwell e Poincaré, e a sua presença em William James, ver (Príncipe 2015: 423-424).

metafísico-construtivista de que fazem parte os filósofos espiritualistas franceses Ravaisson e Lachelier. R. G. Collingwood, em *The Idea of History* realça o ataque ao positivismo feito por estes autores para os quais «a ideia de história era uma das concepções fundamentais»; Ravaisson insistiu em como a lei da causalidade (mecânica, por causas eficientes) das ciências da natureza não dá conta da ideia do todo nem da «própria existência da liberdade ou da espontaneidade» as quais estão na origem do acto teleológico do conhecimento do nosso espírito o qual se prolonga no conhecimento da natureza; Lachelier ao afirmar a ideia «de que o conhecimento propriamente dito é uma função da liberdade» e o primado do princípio das causas finais, veio, com Ravaisson, fornecer uma base sólida para uma teoria da história, ao mostrar que as ciências naturais, resultado da actividade do espírito, não eram a «única forma possível de conhecimento» (Collingwood 1946: 183, 184, 187); aspectos que foram salientados entre nós pela filósofo Antero, de que Sérgio foi um dos primeiros leitores empáticos, cf. (Catroga 1998: 50-56).

Uma analogia estrita com as ciências naturais levou à concepção positivista da existência de grandes leis dos processos históricos, de carácter determinista, ao que se opôs um Eduard Meyer (1910) ao relevar o papel do «acaso ou acidente, do livre-arbítrio e das ideias ou das pretensões ou concepções dos homens», aspectos que favorecem o cunho individual do acontecer histórico (Collingwood 1946: 177). Sérgio releva o papel do fortuito na interpretação histórica; por exemplo a ‘Segunda Época’ da sua *História de Portugal* abre com: «El caso fortuito del matrimonio de Juan I con la hija de Enrique de Lancaster (...) contribuyó a modificar la Corte y las clases directoras de Portugal» (Sérgio 1929: 43). A questão das leis da história acompanhou sempre Sérgio, sendo as suas *Notas de Esclarecimento* (1950), em que responde a António José Saraiva (então arauto do materialismo dialéctico), o seu texto mais detalhado sobre o tema; inspirando-se na epistemologia da Mecânica quântica, concluiu pela incapacidade de previsão das coisas históricas: «para o historiador idealista (como para o físico de hoje) o postulado básico da investigação científica não é o postulado da previsibilidade de tudo, da previsibilidade perfeita pelo saber humano, mas só o postulado da universal inteligibilidade» (Sérgio, Ensaio II, 1974: 250), cf. (Príncipe 2004: 177-183). Sérgio manteve sempre a convicção da unidade da razão e, portanto, dos saberes, sem cair no reducionismo¹¹².

112 Eduard Meyer (como Sérgio), diz-nos Honório Rodrigues, opõe-se aos deterministas geográficos e económicos, que «atribuem a causas puramente materiais a eclosão dos factos históricos», podendo-se, pois, «aceitar moderadamente que a natureza e a geografia são apenas o substracto da história, como escreveu Eduard Meyer. As condições geográficas não têm poder criador; sob idênticas condições de solo e clima houve a eclosão do génio grego e sua miséria moderna e actual» (Rodrigues 1957: 117).

No tocante à história, Sérgio cedo percebeu haver mais profundidade filosófica nas discussões alemãs do que nas reflexões da dita escola metódica francesa, exemplificadas no manual de Langlois e Seignobos. Charles-Olivier Carbonnel julga que nem estes nem Fustel de Coulanges ou Gabriel Monod, que nunca se nomearam positivistas, tinham grande interesse pela reflexão filosófica, a sua atitude 'positiva' resultando do esforço de demarcação em relação à tradição historiográfica católica e monárquica. A epistemologia dos savants-philosophes só virá a ecoar no pensamento de Henri Berr, que teorizou a síntese histórica¹¹³. Para Laurent Mucchielli, a obra de Langlois e Seignobos é uma reacção dos historiadores académicos à emergência das ciências sociais, rejeitando-se quer a 'filosofia da história', quer os métodos das ciências já constituídas. A desconfiança em relação à teorização domina o Livro III desse manual (nas secções: 'Opérations synthétiques', 'Conditions générales de la construction historique', 'Groupement des faits', 'Raisonnement constructif' e 'Construction des formules générales'). Esta posição de ultra-precaução vai gerar um debate entre Seignobos e Simiand em 1903 e um confronto alargado em 1906 e 1908 cujo palco é a Société Française de Philosophie. O próprio Gabriel Monod afastar-se-á, em 1908, desta posição que acabava por valorizar a história narrativa e pitoresca, saudando o aparecimento da *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr¹¹⁴.

Henri Berr (1863-1954) foi aluno de Émile Boutroux, que tematizou o carácter contingente das leis naturais, cf. (Catroga 1998: 19, 30). Enquanto professor de filosofia no liceu parisiense Henri IV (que preparava para as Grandes Écoles), Berr foi colega do filósofo Alain, destacado anti-fascista. Em 1900, Berr fundou a *Revue de Synthèse historique* e em 1925 o Centre Internationale de Synthèse, com um ideal de trabalho colectivo e interdisciplinar, muito inspirado pela ideia kantiana de paz universal com que propunha federar os sábios num tempo de Guerras; dotado de grande capacidade organizativa foi a alma das Semaines Internationales de Synthèse (1929-1947), que reuniam, no Hotel de Nevers (Paris), um conjunto de sábios. Aí se discutiam tópicos centrais comuns às ciências naturais, exactas e sociais, cf. (Burguière 2009: 79-86) (Nira 1996: 205-218). Sérgio conhecia este movimento, dele fazendo parte o físico Langevin (seu amigo) e Louis Weber, o autor da obra *Le Rythme du Progrès* (1913) que Sérgio leu (Sérgio 1916: 13). A primeira das semanas (20 a

113 Para Carbonnel a história positivista tem teóricos mas não praticantes, Comte apontando para a sociologia, cf. (Carbonnel 1978: 175, 176, 177, 180-183); Carbonnel dá-nos uma síntese da história da historiografia francesa em 4 actos, em cujo acto IV (duas gerações antes da dos Annales) «Henri Berr reclama a necessária síntese; os sociólogos reclamam o estudo dos grupos, das classes e não mais dos indivíduos», (Carbonnel 1978: 184). Seignobos é referido por Sérgio em 1914 (Sérgio 1987: 129).

114 Durkheim pedia aos historiadores que fossem mais científicos, cf. (Mucchielli 1995:132-135).

25 de Maio de 1929) foi dedicada ao tópico ‘Evolução, progresso e civilização’; Berr, como Antero e Sérgio, admitia a teleologia no mundo natural, na linha de Lamarck, cf. (Neri 1996: 209, 217), (Catroga 1998: 49-75)¹¹⁵.

No seu livro *La Synthèse en Histoire*, de 1911, Berr propôs uma epistemologia da história afim de um racionalismo experimental, propondo um neo-cientismo diverso do dos positivistas¹¹⁶. Berr demarca-se do eruditismo histórico que se vale do facto dos «materiais históricos terem a particularidade de oferecer por si-próprios algum interesse»; é imperativo que «ao mesmo tempo que a síntese erudita recolhe os materiais, reúne os factos, a síntese científica se encarregue de os unificar, de os reduzir a princípios explicativos»; a construção de teoria é diversa da de um sistema a priori e dogmático (como num Hegel); mas a atitude dogmática encontra-se também entre os que valorizam o detalhe, o estabelecimento da «imensidão de pequenos factos» e que recusam «sistematicamente a ligação entre os factos»; o projecto de síntese científica diverge do da filosofia da história que se caracteriza pelo apriorismo, exemplificado na proposta de Fichte de que na filosofia da história «se siga o curso a priori do plano do mundo, plano que em si é claro, sem que seja necessário o recurso à história»; o projeto de Berr afirma o primado da inteligibilidade, da teoria, da atitude experimental (que comporta a análise, o inquérito crítico das fontes a partir da qual se extraem os factos); numa fórmula feliz, afirma que o domínio científico exige «se tenir dans cet entre-deux», entre a análise erudita e a especulação a priori, invocando assim o pensamento de Pascal tão caro a Sérgio: «On ne montre pas sa grandeur pour être à une extrémité, mais bien en touchant les deux à la fois et remplissant tout l’entre-deux»¹¹⁷.

Berr fala em leis da história, que são leis de desenvolvimento, diversas das das ciências naturais, cf. (Berr 1911: 26-34), e que devem ser concebidas como «designando factos humanos de carácter geral, em relação estreita com factos singulares» (Berr 1911: 27), alertando para as induções excessivas, como a lei dos três estádios de Comte.

Berr cita Claude Bernard, Mach, Poincaré e Abel Rey, para mostrar que as hipóteses e o erro traduzem o carácter ativo do espírito. Aquelas têm carácter provisório, sendo submetidas ao controle experimental nas ciências naturais, e ao contraste obtido pelo método crítico de análise dos testemunhos e

115 Do que resta da biblioteca de Sérgio, à Lapa em Lisboa, encontra-se o volume relativo ao encontro de 1939 sobre o conceito de matéria, cf. (Neri 1996: 215).

116 Sobre Berr ver também (Gattinara e al. 1996: 598, 595, 596, 598, 599), onde se dão os resumos do colóquio de 1994 sobre Berr. Hermínio Martins foi quem me chamou a atenção para relação entre Henri Berr e Sérgio, cerca de 2013.

117 (Berr 1911: 16, 19, 20, 22, 23). Cf. o nº 353 da edição Brunschvicg dos *Penseés* (1897). O ‘plano do mundo’ remete para Kant, cf. (Collingwood 1946: 97-98), e para uma teleologia da liberdade, para um ideal regulador que inspirou Sérgio.

dos documentos na história, sendo a sua verificação de elevada complexidade (Poincaré e Sérgio dirão que os grandes princípios, que têm função reguladora no sentido kantiano, são mesmo inverificáveis devido ao holismo que tudo impregna de teoria). A filosofia da história, apesar do seu apriorismo, é fonte de boas hipóteses, se se souber aproveitar o melhor de cada sistema:

«Para a constituição da ciência, há mais a tirar das filosofias da história que do puro historicismo (...) A ciência não nega nada. Ela começa por nada afirmar. Ela admite a título provisório, ela submete, a título de hipóteses, ao controle da experiência, da comparação, da discussão, aquilo que os sistemas parecem conter de sólido. A ciência concilia, ou melhor organiza efetivamente» (Berr 1911: 40).

Tal atitude implica o uso de hipóteses, de conjecturas, o arrojo teórico, o erro e a suspensão do juízo, a dúvida, o rever e pôr à prova em busca de unidade¹¹⁸.

118 Cf. (Berr 1911: 26, 27, 37-40). Berr julga anti-intelectualista o pragmatismo anglo-saxónico, contrariamente ao pedagogo Sérgio, cf. (Berr 1911: 246-248).

Conclusão

O jovem Sérgio, com a queda da monarquia, abandonou a carreira de oficial da Marinha, talvez reconhecendo a sua falta de vocação para as coisas militares e talvez não querendo servir num regime outro que aquele a que havia jurado fidelidade, na tradição dos seus antepassados, altas patentes da Armada da monarquia liberal. Viu-se assim num certo impasse profissional e intelectual, o qual foi parcialmente solucionado começando a trabalhar para editoras e iniciando uma vida de publicista, integrando-se no círculo lisboeta dos pedagogos e no movimento da Renascença Portuguesa.

Leitor voraz e omnívoro, havia lido, na adolescência, Herculano, Antero e algum Oliveira Martins. Sintonizado com a intelligentsia progressista que procurava dar conteúdo positivo ao ideário da República recém-proclamada, Sérgio, nos seus primeiros textos publicados pela Renascença Portuguesa, seguiu a tendência, típica entre muitos dos intelectuais ibéricos, de reflectir sobre as causas da decadência ibérica e suas soluções.

Sérgio, tal como Cortesão, foi na década de 1910 um publicista autodidacta em historiografia, ‘condenado’ a escrever textos curtos, artigos ou ensaios. No entanto, procurou aproximar-se de um ideal argumentativo de rigor que conjugasse a ideia de uma história filosófica, onde o cosmopolitismo kantiano era elemento chave, com preceitos requeridos pela história como disciplina académica (recorde-se Seignobos). Daí resultou um estilo de extrema concisão, abundante em ideias e autores invocados, onde a analogia e a alusão breve dificultam a leitura e compreensão da erudição subjacente, isso apesar da elegância da escrita, de que um modelo inspirador não deixava de ser o dos textos em prosa de Antero, quer as *Causas da decadência dos povos peninsulares* quer as *Tendências gerais da Filosofia* que Antero publicara em 1890.

Na sua análise das causas da decadência portuguesa incorporou elementos vindos da emergente sociologia, quer por via das ideias do aqui-concorrente de Durkheim, Gabriel Tarde que com a sua reflexão sobre o processo de imitação fornecia um entendimento global do modo como os hábitos se adquirem e persistem, sem ser necessário recorrer a argumentos de hereditariedade (favorecidos pelo cientismo evolucionista então em moda), quer por via da distinção particularismo/comunarismo do grupo de La Science Sociale, quer por via do organicismo socialista de Massart e Vandervelde. Sérgio, que nasceu em Damão com mãe de sangue indiano, foi então também muito sensível às críticas ao colonialismo português que alguns pensadores brasileiros então publicavam, caso de João Ribeiro e de Manoel Bomfim. Foi com base nesta

sua percepção dos ‘males portugueses’ que elaborou o seu ideal de ‘escola de trabalho’ que se construiu no quadro do movimento pedagógico da Escola Nova, em cujo centro europeu estudou, mostrando assim a ‘utilidade’ da história como disciplina.

Desde o seu *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, de 1914 o interesse pelos agrupamentos sociais se manifestou: «A orientação exclusivamente guerreira foi causa de que as nossas conquistas não produzissem uma burguesia rica e afanosa (...) mas uma fidalguia corrompida e um populacho de mendigos; e uma vez bem definida a estrutura social a que nos levou, ei-la representando uma força de inércia persistente e multiforme» (Sérgio 2008: 21). O conflito de interesses entre as diferentes classes sociais é um elemento a que veio a dar cada vez mais relevância.

Essa sua análise inicial era preponderantemente feita sob um ponto de vista de uma moral kantiana, de uma ética trabalhista, afim da ‘ética protestante’ que colhia o aplauso de Herculano e a simpatia de Antero e Martins, por via de Proudhon. Simultaneamente, o seu criticismo de cepa kantiana ia pondo em relevo toda uma linhagem de personagens históricos que foram exprimindo críticas ao desenrolar da nossa expansão. Estes ‘inadaptados’, termo que usa na *Breve interpretação* e que apela directamente para aquele evolucionismo fatalista que culmina no darwinismo social (e histórico, tantas vezes implícito num discurso falsamente ‘empirista’ de muitos historiadores), opõem-se a toda e qualquer ideia de fatalismo ou de naturalização dos processos humanos, sendo as vozes de um ideal, trans-histórico (porque apela a um modelo antropológico que coloca a inteligência e a moral como capacidades permanentes que garantem a real sobrevivência e superioridade da espécie) e/ou kantiano e iluminista, o qual favorece o possibilismo (a capacidade de agir pensando cria possibilidades e altera o curso dos eventos) e denuncia o facto de que se a história é um processo que se entende pela causalidade não deixa por isso de ser largamente contingente.

Sérgio no seu criticismo, que no dizer de Fernando Catroga sergianiza os autores que valoriza sobremaneira como é o caso de Martins, vai-se afastar do organicismo ingénuo dos que aceitavam o evolucionismo determinista e redutor (em particular o dos argumentos racionais) tão presentes na segunda metade do século XIX, o que não significa que não seja largamente devedor do evolucionismo, de matriz idealista, no que respeita a uma concepção holística da história, a uma sensibilidade às grandes linhas ou dinâmicas, aos processos finalistas (como o da evolução do capitalismo) e sobretudo ao princípio da continuidade, que como os seus críticos empáticos foram mostrando, era aplicado a priori, encobrendo rupturas, divisões e fases cuja investigação permite uma melhor adequação do discurso histórico, impedindo a queda no anacronismo. Um outro elemento de método, que vem do século XIX, em que as

ciências físicas foram abandonando a posição realista (concepção ‘positivista’ estrita, dominada por factos e leis sobre fenómenos), é o da valorização das hipóteses: recorde-se a tematização das metáforas e analogias por Maxwell e todo o discurso epistemológico de Helmholtz, que Antero já citava, posição epistemológica que tem com Poincaré uma afirmação e difusão à escala de se tornar uma grande aquisição cultural, cf. (Príncipe 2015).

O tópico da interpretação da nossa história à luz da economia política, que interessara Antero e que Martins desenvolvera, foi-se sendo aperfeiçoado e os textos da década de 1920 exibem uma crítica da nossa história que valoriza os factores de ordem económica. A dicotomia transporte/fixação traduz ideal-tipicamente essa interpretação a qual mostra a contradição e as consequências negativas do domínio da política de transporte. Esta dicotomia traduz uma compreensão geral dos factores determinantes para a riqueza das nações que tem como fonte natural o pensamento de Adam Smith. Ela traduz também o possibilismo, pois a fixação (que responde às exigências da racionalidade económica e moral) foi tendo defensores e poderia ter sido levada à prática se...

No seu ensaísmo historiográfico, Sérgio valorizou a inscrição da nossa história na história universal; percebendo que a expansão e depois a industrialização foram fazendo florescer uma organização económica descrita como capitalista, e também que os interesses económicos, além de muito importantes como configuradores da acção dos agentes históricos, são diversos em função dos grupos sociais, que têm diversas formas de auferir os réditos, Sérgio propôs o primado da motivação económica na Tomada de Ceuta e julgou a crise de 1383-85 como uma importante revolução burguesa, à escala europeia, aspecto que historiadores como Borges Coelho desenvolveram.

Percebendo a relevância mundial da expansão portuguesa e que as navegações foram uma grande aventura em que além dos fenómenos económicos se iniciou uma revolução intelectual decisiva para a história cultural da humanidade, Sérgio interessou-se pela inovação cultural associada às navegações, propondo que aqui se gerou um embrião de humanismo científico, o qual veio a florescer, mas só parcialmente, em outros países europeus que souberam recolher o que houve de novidoso na atitude experimentalista de uma certa e pequena elite portuguesa dos séculos XIV e XV, elite que aliás era cosmopolita na sua constituição e atitude. Sérgio foi aqui um nobre utopista, deixando para os nossos vindouros essa necessidade de actualizar um ideal que as Duas Guerras Mundiais e toda a crítica do complexo actual mercado-tecnociência mostra estar nas margens das tendências dominantes. Esse ideal corresponde a uma noção pragmática de verdade que liga indissolivelmente o espírito científico ao ideal moral trans-histórico, de que os Evangelhos ou a moral de inspiração kantiana são formulações. A história, tal como Sérgio a entende, abre-se sobre

o futuro, sugerindo a possibilidade de progresso por desenvolvimento de tendências emergentes.

Desde a sua frequentação precoce de pensadores cosmopolitas, Sérgio foi meditando sobre o propósito e modos da história. Pôs em causa a possibilidade de uma história pura, sem relação com os interesses do presente, até porque entre nós o nacionalismo cultural foi instrumentalizando a história, criando uma constelação de mitemas e um percurso histórico nacional que Sérgio irá criticar radicalmente (Matos 2004: 201-204, 215); o embate com Alfredo Pimenta é disso um momento, como o já fora toda a discussão sobre o Sebastianismo, como o fora o ataque do integralista Martinho Nobre de Mello, que em 1925, acusara Sérgio de um kantismo perigoso para a concepção tradicionalista e organicista da sociedade.

Nos seus ensaios historiográficos, onde aspectos ‘materiais’ e de mentalidade interagem, surgiram hipóteses que abriram fecundas vias de pesquisa. Na linha do experiencialismo de um Dewey, a interpretação histórica devia recorrer aos ‘factos’ apurados pela história erudita, seleccionados por critérios induzidos pelas hipóteses e valores, numa dinâmica transdisciplinar ela própria geradora de novos factos e teorias. Esta atitude estava associada a um ideal totalizante, de síntese. E, este ideal brota de uma filosofia da consciência que reconhece na noção iluminista de progresso um valor teleológico e ético. Por isso, Sérgio, como Berr, desfavorece as visões deterministas de causalidade linear, enaltece o valor social do exercício da história, e não incorpora no modelo antropológico subjacente a constante fulguração do Inconsciente e de ritmos opostos (incluindo os tanatológicos), cf. (Neri 1996: 214, 216).

Em 1941, Sérgio propõe:

«Para um dado povo, constituem actos de importância histórica os que deram origem a consequências graves ou os actos que levaram esse povo a pôr vulto no mundo, isto é, os actos de significado internacional e geral (...) Os que pesam para um Estado possuir história são os frutos de valia para os demais Estados, – aqueles que diríamos ‘de relação’ (...) os que lhes outorgam um papel na civilização geral» (Sérgio 1941b: 8, 9).

Sérgio aprendera esta noção pragmatista faz tempo. No *Geschichte des Altertums*, Meyer afirma, pragmaticamente, que a historicidade de um ‘facto’ se averigua pelas suas consequências (Meyer 1912: 204)¹¹⁹. Julgar essa eficácia

119 A propósito da crítica desta tese de E. Meyer, de que é histórico aquilo que é ou foi eficaz, cf. (Rodrigues 1957: 70-71, 94). Em particular, Cassirer fez notar que são os nossos interesses contemporâneos (intelectuais, morais, sociais) que sugerem as perguntas que geram o conhecimento histórico, dependendo, portanto, a eficácia de um juízo de valor dos contemporâneos. O critério de selecção de factos eficazes pode por exemplo coincidir com o do valor cultural do facto, como proposto por Rickert. Meyer tinha uma visão subtil do critério, percebendo que o critério de selecção que mostra a ‘eficácia’ está ligado a valores – assim a vestimenta feita para a coroação de um importante rei não interessa a história política, mas importa para a história das modas, cf. (Rodrigues 1957: 319).

exige subtileza, critérios e valores. Sérgio crê que eles são vários, hierarquizáveis, abrindo-se sobre o futuro e vincando a categoria do possível, onde o novo se liga a uma teleologia consciente, cf. (Catroga 2002: 220). Sérgio ao referir o episódio do Velho do Restelo recorda a existência de dois planos (ordens de Pascal): «el plano u orden de las capacidades humanas de energía, valor saber, facultad de realización, virtudes estas que permiten acometer grandes empresas, (...) y, por encima de ese plano, el de los más altos fines de la consciencia» (Sérgio 1929: 93-94). Como disse em 1916, pode-se julgar da função humanizadora de um acontecer passado (Sérgio, *Ensaio I*: 172); e a essa luz, 30 anos depois, Sérgio adverte da «desumanização de historiadores que se deixam corromper pela própria história, perdendo a noção dos ideais transhistóricos que se mantêm superiores, ao revolver da história» (Sérgio, *Ensaio VIII*: 143). Aí engraniza o projeto demopédico de Sérgio, assente na consciência moral, que liga a prática e ensino da história às problemáticas actuais que são também fonte de coerência do escrever história. Esta ‘rareté’ do pensar de Sérgio, de enaltecer os juízos morais como componente da obra dos historiadores, tem merecido hoje mais atenção, sobretudo da parte dos historiadores do presente, caso de François Bédarida, cf. (Vann 2004: 13).

O exílio forçado, a dispersão do grupo da Biblioteca Nacional e a censura de que foi alvo impediram o pleno florescimento da obra historiográfica de Sérgio, mas o primeiro terá também permitido a Sérgio adoptar pontos de vista, ancorados nas inspirações que analisámos na última parte deste livro, que ajudaram à reflexão de vários dos nossos historiadores mais jovens, nomeadamente os que se aproximaram da *École des Annales*, a qual muito deve a Berr (Burguière 2009: 80).

O seu racionalismo aberto fê-lo enaltecer a síntese científica e denunciar o puro eruditismo fragmentador, tantas vezes ligado à falta de criticismo em relação às hipóteses implícitas e a preconceitos ideológicos situacionistas. É significativo que a obra de Berr de 1911 termine com a menção do ideal de uma história universal:

«Esta síntese total, – a História Universal, a *Weltgeschichte*, – a qual para a satisfação do espírito e para a inteligibilidade do destino humano seria infinitamente cara, a qual, exigindo uma unidade do pensamento, ultrapassa as forças individuais, será realizável, e como? Sê-lo-á no presente estado da erudição? São estas questões que por agora se impõe colocar» (Berr 1911: 16, 261).

Questões que Sérgio prezava, e que apontavam pra lá da fronteira do nosso vetusto país tão enaltecido pelos saudosistas, pelos integralistas e pelo historiador ferozmente nacionalista e tradicionalista que, tão ironicamente, tinha por apelido Pimenta.

Bibliografia

- Alexandre, Valentim (1996). “Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins”, *Análise Social*, 21 (135), 183-201.
- Alzuria, Gonzalo Pasamar (1993). “La configuración de la imagen de la ‘decadencia española’ en los siglos XIX y XX (de la ‘historia filosófica’ a la historiografía profesional)”, *Manuscripts*, 11, 183-214.
- Barchi, Felipe Yeara (2019). *Boemundo brasileiro: João Ribeiro, Cultura Cosmopolita, Identidade Nacional e Escrita da História na Primeira República*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis.
- Bartee, Seth J. (2009). *John Dewey, Historiography, and the Practice of History*. Master thesis. East Tennessee State University. <https://dc.etsu.edu/etd/1859/>.
- Béraud, Alain (2009). “Proudhon et Smith”, in *International Workshop: The critique to political economy in 19th century. part ii: Pierre Joseph Proudhon*, Sep 2009, Verona, Italie. halshs-00153341v2.
- Berr, Henri (1911). *La Synthèse en Histoire*. Paris: Félix Alcan.
- Bomfim, Manuel (1905/2008). *América Latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Bonifácio, Maria de Fátima (1989). “António Sérgio: «o historiador comprometido»”, *Penélope, fazer e desfazer história*, 2, 129-141.
- << - >> (1986). “A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico noroeste e nacional (segundo quartel do século XIX)”, *Análise Social*, 22 (91), 331-367.
- Botelho, Afonso e Teixeira, A. Braz (eds.) (1986). *A filosofia da saudade*. Lisboa: INCM.
- Branco, João Pedro (2007). *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*. Tese de Mestrado em Cultura e formação autárquica. Lisboa: FLUL.
- Burguière, André (2009). *The Annales School: An intellectual history*. New York: Cornell University Press.
- Busino, Giovanni (1986). *La Permanence du passé*. Genève-Paris: Librairie Droz.
- Cândido, António (1945/1988). *O método crítico de Sílvia Romero*. São Paulo: EDUSP. Academic Publisher.
- Candido, Antonio (1990). “Radicalismos”, *Estudos avançados*, 4 (8), 4-18.
- Carbonell, Charles-Olivier (1978). “L’histoire dite « positiviste » en France”, *Romantisme*, 21-22, 173-185.
- Cardia, Sottomayor (1971). *Prefácio e Antologia da Seara Nova*. Lisboa: Seara Nova.
- Cardoso, José Luís (2011). “Vitorino Magalhães Godinho and the Annales School: history as a way of thinking”, *e-journal of Portuguese History*, 9 (2).
- Carneiro, Robert L. (2002). *The Muse of History and the Science of Culture*. New York: Kluwer Academic Publisher.
- Carvalho, Joaquim de (1983). *A evolução espiritual de Antero e outros textos*. Angra do Heroísmo: Antília – Secretaria regional da educação e cultura.
- Carvalho, Joaquim Barradas de (1971). *Da história crónica à história-ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- << - >> (1974). “A explicação de Portugal de Alexandre Herculano”, *Revista de História*, 48 (97): 201-229.
- << - >> (1950). *Para uma bibliografia crítica de Alexandre Herculano*, 230-246, disponível on-line.
- Castro, Armando (1980). *O Pensamento Económico no Portugal Moderno (De fins do século XVIII a começos do século XX)*. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura portuguesa.
- Cohen, H. Floris (1994). *The Scientific Revolution: A Historiographical Inquiry*. Chicago: University of Chicago Press.
- << - >> (2010). *How modern science came into the world: Four civilizations, one 17th-century breakthrough*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Catroga, Fernando (1981). “O Problema Político em Antero de Quental – um Confronto com Oliveira Martins”, *Revista de História das Ideias*, 3, 341-520.
- << - >> (1991). “Política, história e revolução em Antero de Quental”, *Revista de História das Ideias*, 13, 7-55.
- << - >> (1996). “História e ciências sociais em Oliveira Martins”, in *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa: Círculo de Leitores, 117-159.
- << - >> (2001). *Antero de Quental, história socialismo, política*. Lisboa: Notícias editorial.
- << - >> (2002). “Caminhos do fim da história”, *Revista de História das Ideias*, 23, 131-234.
- Cidade, Hernâni (1962/1978). *Antero de Quental a obra e o homem*. 2ª edição. Lisboa: Arcádia.
- Coelho, António Borges (1974). *Razes da expansão portuguesa* (2ª edição). Lisboa: Prelo.

- << - >> (1975). *A revolução de 1383 Tentativa de caracterização* (2ª edição, revista e aumentada). Lisboa: Seara Nova.
- Collingwood, R. G. (1946). *The Idea of History*. Oxford: Clarendon Press.
- Conceição, Alexandrina Luz (2000). "A 'Geografia Social' de Sílvio Romero", *Terra Brasilis* (Nova Série), 2, 2-12, URL: <http://terrabrasilis.revues.org/301>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.301.
- Cortesão, Jaime (1913). "O parasitismo e o anti-historismo", *A Vida Portuguesa*, 18, 137-139.
- << - >> (1930/1966). *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Obras Completas, vol. 1, prefácio de Victorino Magalhães Godinho, 2ª edição. Lisboa: Portugalíia.
- Costa Filho, Cícero João da (2013). *No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.
- Cunha, Norberto F. da (2004). "História e método em António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e acção*. Lisboa: INCM, 1, 55-85.
- Detoni, Piero di Cristo Carvalho (2020). "Herança colonial, condição periférica e utopia ilustrada em A América Latina: males de origem, de Manoel Bomfim (1905)", *Temporalidades*, 12(3): 758-786.
- Dewey, John (1913). *L'écôle et l'enfant*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- << - >> (1916). *Democracy and Education An Introduction to the Philosophy of Education*. New York: The MacMillan Company.
- << - >> (1969-1990). *The collected works of John Dewey: Early works, middle works, and later works*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Dostaler, G. (1983). "Transition et pensée économique dans l'histoire". *Cahiers de recherche sociologique*, 1, 19-35. <https://doi.org/10.7202/1001971ar>
- Duarte, Luís Miguel (2005). "A História Económica do Portugal Medieval (Sugestões para uma recuperação)". comunicação ao 8º Congresso de la Asociación Española de Historia económica, A Coruña, Vigo y Santiago de Compostela, 13-16 de septiembre de 2005. Disponível em linha: http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b24_duarte.pdf
- Faria Júnior, Carlos de (2008). *O Pensamento Económico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú*, Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Económica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- Fernandes, Rogério (1972). *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto (1911-1919) introdução e notas*. Lisboa: edição da Revista Ocidente.
- << - >> (2008) "António Sérgio: Notas Biográficas", *Revista Lusófona de Educação*, 12, 13-28.
- Ferrero, Guglielmo (1895). *Les lois psychologiques du symbolisme*. Paris: Félix Alcan.
- Frobert, Ludovic (2012). "Émile de Laveleye: Economic crises, Christianity and socialism". In *Crises and cycles in economic dictionaries and encyclopaedias* (D. Besomi, ed.). New York: Routledge, 320-331.
- Garrido, Álvaro (2008). "A Universidade e o Estado Novo: de 'corporação orgânica' do regime a território de dissidência social", *Revista crítica de Ciências sociais*, 81, 133-153.
- << - >> (2019). "A Historiografia Económica Portuguesa no Contexto Internacional", *História e Economia*, 15 (2), 39-56.
- Gattinara e al., E. Castelli (1996). "Résumés des communications des actes du Colloque international Henri Berr et la Culture du XXe siècle 24-25-26 octobre 1994", *Revue de synthèse*, 4 (3-4), 595-614.
- Godinho, Victorino Magalhães (1971). *Ensaio III Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.
- << - >> (2007). *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- << - >> (2010). "Herculano, o cidadão e o escritor no mundo do progresso". In *Herculano o cidadão e o escritor*. Lisboa: INCM.
- Gonçalves, (2019). "A Filosofia da História em Oliveira Martins: itinerário das primeiras perspectivas dialéticas até uma posterior valorização do inconsciente", *História da Historiografia*, Ouro Preto, 12 (31), 303-337.
- Guedes, Fernando Jorge Cardoso (2017). "O deputado Mouzinho da Silveira na legislatura cartista de 1826-1828: os caminhos da Ocasão", *Revista de história da sociedade e da cultura*, 17, 185-210.
- Guerreiro Martins, Pedro Alexandre (2017). "Uma época de grandeza: idade média, decadência e regeneração na historiografia portuguesa (1842-1942)", *Revista de Teoria da História*, 17 (1), 30-69.
- Guilland, Antoine (1899). *L'Allemagne Moderne et ses historiens*. (Niebuhr, Ranke, Mommsen, Sybel, Treitschke). Paris: Félix Alcan.
- Hansen, Patrícia Santos (2012). "João Ribeiro, Historiador", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 173 (454), 183-208.
- Hill, Lewis E.; Clary, Betsy Jane (1990). "Adam Smith on colonies: An analytical and historical interpretation", *Forum for Social economics*, 19(2), 45-54.
- Herculano, Alexandre (1982). *Opúsculos, Volume I*. Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Presença.

- Hoffman, Christhard (1990). “Eduard Meyer”, in Ward W. Briggs e William M. Calder III (eds.), *Classical Scholarship A Biographical Encyclopedia*. New York: Garland Publishing, Inc., 264-276.
- Hooykaas, Reijer (1979). “The erasmian influence on D. João de Castro”, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, 27, 1-29.
- Joly, Laurent (2016). *Naissance de l'Action française. Maurice Barrès, Charles Maurras l'extrême – droite nationaliste au tournant du XXe siècle*. Paris: Grasset.
- << - >> (1983). *Selected Studies in History of Science*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Keith, Henry H. (1969). “António Sérgio de Sousa (1883-1969)”, *The Hispanic American Historical Review*, 49 (4), 722-723.
- Koyré, Alexandre (1943). “Galileo and Plato”, *Journal of the History of Ideas*, 4 (4), 400-428.
- Krieger, Leonard (1989). *Time's reasons*. Chicago: The Chicago University Press.
- Lains, Pedro (1995). *A economia portuguesa no século XIX, crescimento económico e comércio externo 1851-1913*. Lisboa: INCM.
- << - >> (2003). *Os progressos do atraso, uma nova história económica de Portugal 1842-1992*. Lisboa: ICS.
- Lefèvre, Wolfgang (2001). “Galileo Engineer: Art and modern science”, in Renn, Jurgen (ed.) (2001) *Galileo in context*. Cambridge: Cambridge University Press, 11-27.
- Lemgruber, António Carlos (1977). “Uma nota sobre a presença do Brasil em “The wealth of nations”, *Revista brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 31 (1), 13-20.
- Little, Daniel (2020). “Philosophy of History”, in Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2020 Edition). <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/history/>. Consultado em 5-2-2021.
- Lopes, Óscar (1983). *Antero de Quental vida e legado de uma utopia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Macedo, Jorge Borges (1983). “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio: a ideologia da razão (1912-1930)”, *Revista de História das Ideias*, 5, 471-530.
- Magalhães, J. A. Romero (2009). “Oração de sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo no dia 16 de Setembro de 2009”, *Notas Económicas*, 1/16, 3-12.
- Malik, Shushma (2019). “Decadence and Roman Historiography”. In Desmarais, Jane; Weir, David (eds.), *Decadence and Literature*, (Chapter 2), Cambridge: Cambridge University Press, 30-46.
- Martins, Hermínio (2019). *As mudanças de regime em Portugal no século XX*, versão de Rui Graça Feijó. Lisboa: ICS.
- Martins, Oliveira (1879/1887). *História de Portugal*. 4ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand.
- << - >> (1880) *História da civilização ibérica* (2ª edição). Lisboa: Livraria Bertrand.
- << - >> (1881/1897) *Portugal Contemporâneo* I. 3ª edição. Lisboa: Livraria António Maria Pereira.
- << - >> (1881/1977) *Portugal Contemporâneo* II. Lisboa: Guimarães editores.
- << - >> (1883/1917). *O Regime das riquezas, elementos de Crematística*. 3ª edição. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- << - >> (1885/1992). *Política e economia nacional*. 3ª edição. Lisboa: Guimarães Editores.
- << - >> (1956). *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores.
- << - >> (2009). *A biblioteca de Oliveira Martins*. Org. Paula Fernandes Martins, introdução de Martim de Albuquerque. Lisboa: Guimarães Editores.
- Massart, Jean e Vandervelde, Émile (1895). *Parasitism, organic and social*. London: Charles Scribner's sons.
- Matos, Alfredo Campos (1983). “Bibliografia de António Sérgio”, *Revista de História das Ideias*, 5, 1025-1107.
- Matos, Sérgio Campos (1992). “Na génese da teoria do herói em Oliveira Martins”. In *Estudos de homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 475-504.
- << - >> (2004). “António Sérgio na cultura histórica portuguesa”, in *António Sérgio: Pensamento e acção*. Lisboa: INCM, 2, 199-225.
- << - >> (2008). *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- << - >> (2015). “Manoel Bomfim e Oliveira Martins: olhares cruzados sobre Portugal e o Brasil”, disponível em academia.edu.
- << - >> (2017). “A Renascença Portuguesa. docx”, disponível em academia.edu.
- Matos, Sérgio Campos; Álvarez, David Mota (2008). “Portuguese and Spanish Historiographies: Distance and Proximity”. In Berger, Stefan; Lorenz, Chris (ed.). *The Contested Nation. Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 339-366.
- Mendes, J. Amado (1996). “A renovação da historiografia portuguesa”, in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (eds.), *História da história em Portugal. Secs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 277-341.
- Meyer, Eduard (1912). *Histoire de l'Antiquité Tome premier*. Paris: Librairie Paul Geuthner.

- Moreira, José Manuel (2008). "Pensamento liberal em Portugal", *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, 25, 177-297.
- Mizuta, Hiroshi (ed.) (2002). *A critical bibliography of Adam Smith*. Bloomsbury: Pickering and Chatto Publishers.
- Mucchielli, Laurent (1995). "Une lecture de Langlois et Seignobos", *Espaces Temps*, 59-61, 130-136.
- Neri, Marina (1996). "Vers une histoire psychologique: Henri Berr et les semaines internationales de synthèse (1929-1947)", *Revue de synthèse*, 117, 205-218.
- Noël, Patrick-Michel (2014). *Épistémologie, histoire et historiens: considérations conceptuelles, méthodologiques et empiriques autour du discours que les historiens tiennent de leur savoir*. Québec: Université Laval.
- Oliver, Michael Kelwey (1950). *The theory of social change in the writings of Pierre-Joseph Proudhon*. Master thesis. McGill University.
- Paredes, Marçal de Menezes (2010). "A Ibéria como mal-de-origem", *Revista de História das Ideias*, 31, 337-362.
- Paula, João António de (2015). "Celso Furtado: a história e a historiografia", *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 10 (17), 144-165.
- Perdices, Luis (1996). *La economía política de la decadencia de Castilla em el siglo XVII*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Pereira, Miriam Halpern (1971). *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos.
- << - >> (1978). "'Decadência' ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português", *Análise Social*, 14 (53), 7-20.
- << - >> (2012). *Miriam Halpern Pereira (depoimento, 2009)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 31 p.
- Pimenta, Alfredo (1941). *A história de Portugal do Sr. António Sérgio*. Lisboa: edição do autor.
- Pimenta, Maria Teresa (2017). "Alfredo Pimenta e o Integralismo Lusitano", <http://teresapimenta.org/media/attachments/2017/06/26/1-alfredo-pimenta-e-o-integralismo-lusitano.pdf>.
- Pratt, Scott L. (2016). "Dewey on History and Geography in Education", in M.A. Peters (ed.), *Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory*, DOI 10.1007/978-981-287-532-7_43-1, 1-5. https://researchgate.net/publication/314903435_Dewey_on_History_and_Geography_in_Education.
- Príncipe, João (2004). *Razão e Ciência em António Sérgio*. Lisboa: INCM.
- << - >> (2012). *4 Novos estudos sobre António Sérgio, posfácio de Hermínio Martins*. Casal de Cambra: Calcidoscópio.
- << - >> (2015). "L'harmonie de l'inattendu: Henri Poincaré entre physique et philosophie", in João Príncipe (ed.), *Évora Studies in the Philosophy and History of Science In Memoriam Hermínio Martins*. Casal de Cambra: Calcidoscópio, 391-512.
- << - >> (2020). "As fontes da pedagogia trabalhista de António Sérgio", *Educação e Filosofia, Uberlândia*, 33 (68), 783-815.
- << - >> (2021a). "António Sérgio e a história que gostaria de ver escrita", *Revista de História das Ideias*, 39, 2ª Série, 173-195.
- << - >> (2021b). "Sérgio: a técnica, o trabalho e as origens do conhecimento científico humano", *Trans/Form/Ação*, Marília, 44, 53-74.
- Proença, Raúl (1988). *Polémicas*, organização prefácio e cronologia de Daniel Pires. Lisboa: Dom Quixote.
- Quental, Antero de (1923-31). *Prosas*, 3 volumes. Coimbra: Imprensa da Universidade; Lisboa: Couto Martins.
- << - >> (1943). *Odes Modernas*. Organização, prefácio e notas de António Sérgio. Lisboa: Couto Martins.
- << - >> (1989). *Cartas*, 2 volumes. Org., introd. e notas de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Comunicação e Universidade dos Açores.
- << - >> (1989). *Filosofia*. Organização de Joel Serrão, Lisboa: editorial Comunicação e Universidade dos Açores.
- Quesada, Miguel Ángel Ladero (1996). "La 'decadencia' española como argumento historiográfico", *Hispania Sacra*, 48 (97), 5-50.
- Ramos, Rui (1997). "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins", *Análise Social*, 32 (140), 113-141.
- Ribeiro, João (1914). *História do Brasil, curso superior*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris e Lisboa: Aillaud, Alves e Cia e Livraria Bertrand.
- Ribeiro, Orlando (1977). *Introduções geográficas à história de Portugal – estudo crítico*. Lisboa: INCM.
- Rodrigues, José Honório (1957). *Teoria da história do Brasil. Introdução metodológica*. 2ª ed. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Sá, Victor de (1979). *A historiografia sociológica de António Sérgio*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Santos, Patrick Silva dos (2020). "O Conservadorismo Essencial como característica da psique das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932)", *Sociologias Plurais*, 6(2), 19-33.
- Santos Júnior, Valdir Donizete dos (2013). *A trama das ideias: intelectuais, ensaios e construção de identidades na América Latina (1898-1914)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Le-

- tras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Sanz, Amable Fernández (1997). “El problema de España entre dos siglos (XIX-XX)”, *Anales del seminario de historia de la filosofía*, 14, 203-222.
- Saraiva, António José (1949). *Herculano e o liberalismo em Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Studium.
- Saraiva, António José (1955). *História da cultura em Portugal*. Volume II. Lisboa: Jornal do Fôro.
- Schwarcz, Lília Moritz (2016). “Nina Rodrigues: um radical do pessimismo”. In Schwarcz, Lília Moritz e Botelho André (eds.) *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 90-103.
- Ségnobos, Charles (1900). “Note critique sur Ant. Guillaud, L’Allemagne nouvelle et ses historiens”. *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 1 (5), 532-533.
- Sérgio, António (1899?). ‘Historiografia alemã’, manuscrito a caneta, sobre a obra (Guillaud 1899), disponível em cdantoniosergio.cases.pt. Consultado em 1_6_2020.
- << – >> (1912). “Variações do amigo Banana, amador de estudos históricos, sobre inquisição e humanismo”, *A Vida Portuguesa*, 4, 28-30.
- << – >> (1913a). “Carta a José Fagundes, poeta lírico, sobre o bacharel e as suas causas”, *A Vida Portuguesa*, 12, 91-94.
- << – >> (1913b). “Golpes de malho a ferro frio”, *A Vida Portuguesa*, 16, 121-128.
- << – >> (1913c). “O parasitismo peninsular”, *A Vida Portuguesa*, 20, 153-159.
- << – >> (1914a). “O livre câmbio”, *A Vida Portuguesa*, 21, 2-3.
- << – >> (1914b/2008). *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. In (Sérgio 2008: 13-53).
- << – >> (1915/2008). *Educação cívica*. In (Sérgio 2008: 55-121).
- << – >> (1916). *Considerações histórico-pedagógicas*. In (Sérgio 2008: 123-188).
- << – >> (1923). *Bosquejo da História de Portugal*. Lisboa: Publicações da Biblioteca nacional.
- << – >> (1923-24). *Dispersos de Oliveira Martins, prefácio e anotações de António Sérgio*. Lisboa: Publicações da Biblioteca Nacional. 2 volumes. Republicado em *Ensaios V*, ‘Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político da sua obra’, 11-78.
- << – >> (1924). *Antologia dos economistas portugueses (século XVII)*, selecção, prefácio e notas de AS. Lisboa: Publicações da Biblioteca nacional; ed. moderna Sá da Costa de 1974.
- << – >> (1925/26). ‘O seiscentismo’, inicialmente publicado em 1925, *Seara Nova*, N.ºs 56 e 57 e depois em separata, a partir da qual cito.
- << – >> (1929). *Historia de Portugal*. Barcelona: Labor.
- << – >> (1932). “Mais uma facada – e, por consequência, mais um feliz pretexto para me explicar”, *Seara Nova*, 300, 182-184.
- << – >> (1937). *Sobre história e historiografia (da história de Portugal e dos Opúsculos)*, selecção prefácio e notas de António Sérgio. Lisboa: Seara Nova.
- << – >> (1939). “A ciência, o progresso social e o regime do lucro”, *O Diabo*, 246, 1 e 8.
- << – >> (1941a/1974). *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, (publicada inicialmente como tomo I da *História de Portugal*, pela livraria Portugalígia). Lisboa: Livraria Sá da Costa
- << – >> (1941b). *Em torno da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história*. Lisboa: livraria Portugalígia.
- << – >> (1971-1974). *Ensaios* 8 tomos. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- << – >> (1972). *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- << – >> (1987). *Correspondência para Raul Proença*. Lisboa: Dom Quixote / Biblioteca Nacional.
- << – >> (2001). *Notas sobre Antero, Cartas de Problemática e outros textos filosóficos*. Lisboa: INCM.
- << – >> (2008). *Ensaios sobre educação*. Lisboa: INCM.
- Silva, Cristiana Isabel Lucas da (2017). “O discurso sobre o Estrangeiro como causa da decadência de Portugal Antero de Quental e António Sardinha”, *Revista lusófona de ciência das religiões*, 20, 43-61.
- Silva, Gislania de Freitas e Matias, Larissy Leal (2016). “Parasitismo social: Chave analítica para a obra de Manoel Bomfim”, *Tensões Mundiais*, 12 (23): 101-120.
- Smith, Adam (1776/2014). *Riqueza das Nações. Vol. I. 7ª edição. Prefácio de H. dos Santos*, Tradução e notas de T. Cardoso e L. Cristovão de Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, M. Manuel Pinto de (2017). “António Sérgio na intimidade: epistografia íntima – análise de um acervo íntimo”, *Cem: cultura, espaço & memória*, 8, 313-324.
- Sousa, José Manuel Guedes de (2012). *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*, tese de mestrado em história (história moderna e contemporânea). Lisboa: Departamento de História da Faculdade Letras da Universidade de Lisboa.
- Tarde, Gabriel (2007). *Monadologia e sociologia – e outros ensaios*. Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify.

- Thomas, William Isaac (1897). "Review of L'Evolution régressive en Biologie et en Sociologie by Jean Demoor, Jean Massart and Emile Vandervelde", *American Journal of Sociology*, 3, 408-409.
- Torgal, Luís Reis (1996). "A história em tempo de ditadura", in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Carroga (eds.), *História da história em Portugal. Secs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 240-275.
- << - >> (1999). *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva.
- Valente, Vasco Pulido (1980). *Estudos sobre a crise nacional*. Lisboa: INCM.
- Vann, Richard T. (2004). "Historians and moral evaluations", *History and Theory*, 43, 3-30.
- Vela, Roberto López (2020) "Inquisición, judíos y leyenda negra . El debate que definió las visiones de España y su historia (1780-1848)", *Lusitania Sacra*, 42, 15-49.
- Zilsel, Edgar (1942). 'The sociological roots of science', originalmente em *The American journal of sociology*, 47, 542-62; republicado em (2000) *Social Studies of Science*, 30 (6), 935-949.

Este livro é de história das ideias em que o autor nos mostra que os ensaios de António Sérgio propõem uma história escrita por um cidadão-filósofo, crítica das perspectivas nacionalistas e da história erudita que sacraliza os factos e deprecia as hipóteses teóricas, e que na sua busca de uma história humana universal vê na compreensão da relevância das relações económico-sociais uma faceta fundamental.

Neste livro é revisitada a obra historiográfica de António Sérgio, considerando aspectos essenciais da mesma: por um lado, o seu carácter ensaístico, com a proposta de teses fortes sobre a interpretação da história de Portugal, a contra-corrente das interpretações românticas e nacionalistas, centradas ora nos argumentos racionais, ora nos feitos de ‘grandes homens’, em geral movidos por ‘elevados’ ideais (expansão da fé, patriotismo, etc.) valorizadores de uma memória ancestral e de tradições a respeitar. Sérgio preferiu valorizar a significação cosmopolita da nossa história, os factores sócio-económicos (em particular os ligados à circulação geral da riqueza e do desenvolvimento do capitalismo), a dialéctica entre economia e psicologia social, mantendo a atenção crítica da geração de 1870 em relação à decadência pós-Navegações.



[PT] O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020.

